

# Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos



proponentes



cofinanciador



**Projeto Sementes de  
Proteção de Defensores  
e Defensoras de  
Direitos Humanos**

# Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos

## 2023 – Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as de Direitos Humanos

Esta obra está disponível nos termos da licença Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0) de Creative Commons.

Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva de seus/suas autores/as, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia.”

## Proponentes:

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH/MNDH)

We World GVC Onlus

## Associadas:

Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos (AMDH)

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)

## Cofinanciamento:

União Europeia

## Equipe Nacional

### Coordenação Geral:

Paulo César Carbonari (MNDH/SMDH)

### Equipe SMDH:

Diana Melo, Joisiane Sanches Gamba, Marcelo Fontenelle, Renata Castro Barros e Fernando Borges de Oliveira

### Equipe Abong:

Adriana Torreão, Diogo Francisco Oliveira, Franklin Félix, Graciela Medina, Jhonatan Souto, Kaique Brito, Patrícia França, Pedro Bocca, Sara Branco e Wanderson Borges

### Equipe WWB:

Monica Bonadiman, Massimo Baraglia, Mirlânia Lima Bezerra e Francisco Rosângelo Marcelino da Silva

### Coordenação do Relatório:

Graciela Medina (Abong) e Paulo César Carbonari (MNDH)

### Consultoria

Ana Nossa e Lucyvanda Amorim Moura

proponentes



co-financiadora



# Sumário



<b>Apresentação</b>	<b>6</b>	Carlos Magno Fonseca	<b>42</b>
<b>1. Balanço do Projeto Sementes</b>	<b>11</b>	<b>Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)</b>	
1.1. Proposta de Proteção Popular	13		
1.2. Desenvolvimento de Capacidades: Formação	15	Carlos Nicodemos	<b>45</b>
1.3. Fortalecimento Organizacional: Situação em Rede	19	<b>Organização Projeto Legal (OPL)</b>	
1.4. Incidência na Política de Proteção (Nacional e Internacional)	22	Carmen Silva Maria da Silva	<b>48</b>
1.5. Produção de Conhecimento	26	<b>SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia</b>	
<b>2. Primeiro Ano do Governo Lula Narrativas dos e das Defensores e Defensoras de Direitos Humanos</b>	<b>28</b>	Darcy Costa	<b>52</b>
		<b>Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)</b>	
		Dinamam Tuxá	<b>55</b>
		<b>Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)</b>	
		Edmundo Xavier	<b>59</b>
		<b>Associação Vida Brasil</b>	
		Fátima Matos	<b>64</b>
		<b>Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA)</b>	
		Fernando Pigatto	<b>69</b>
		<b>Conselho Nacional de Saúde (CNS)</b>	
		Franklin Félix	<b>74</b>
		<b>Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)</b>	
		Adriana de Souza de Lima	<b>30</b>
		<b>Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (Rede PCTs)</b>	
		Alair Luís dos Santos	<b>34</b>
		<b>Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar (Contag)</b>	
		Benedito Roberto Barbosa (Dito)	<b>38</b>
		<b>Central de Movimentos Populares (CMP)</b>	

# Sumário



Getúlio Vargas Júnior <b>Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam)</b>	78	Rodrigo Jesus <b>Greenpeace</b>	131
Giuliano Galli <b>Instituto Vladimir Herzog / Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores</b>	83	Ronilson Costa <b>Comissão Pastoral da Terra (CPT Nacional)</b>	136
Heliana Hemetério <b>Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras (ANMNB)</b>	88	Roseane Dias <b>Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)</b>	140
Irene Maria dos Santos <b>Instituto Brasil Central (Ibrace)</b>	91	Tereza Rosa Lins Vieira <b>Ex-membro do Conselho da Pessoa Idosa (CNDI)</b>	145
Júlio Barbosa <b>Conselho Nacional das Populações Extrativistas, antes Conselho Nacional dos Seringueiros (antigo CNS)</b>	95	Vercilene Dias <b>Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)</b>	150
Keila Simpson <b>Associação de Travestis de Salvador (ATRAS)</b>	99	Virgínia Berriel <b>Central Única dos Trabalhadores (CUT)</b>	154
Luís Ventura <b>Conselho Indigenista Missionário (CIMI)</b>	104	Wenderson Gasparotto <b>Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL)</b>	160
Marcele Frossard <b>Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE)</b>	109	<b>Projeto Sementes de Proteção</b>	165
Marina Dermmam <b>Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)</b>	114		
Mônica Alkmim <b>Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)</b>	118		
Mônica Oliveira <b>Coalizão Negra por Direitos</b>	122		
Petra Pfaller <b>Pastoral Carcerária</b>	127		

# Apresentação



O Relatório sobre a Situação dos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos no Brasil tem por objetivo dar visibilidade à atuação dessas lideranças na luta cotidiana pelos direitos humanos, os riscos que enfrentam, as possibilidades e as estratégias de proteção que vão sendo construídas individual e coletivamente no processo, a fim de fortalecer sua atuação e colaborar para o avanço da luta, da defesa e da promoção dos direitos humanos.

Este relatório do terceiro ano – e último – do Projeto Sementes é composto de duas partes. Na primeira, encontra-se um balanço das atividades realizadas, sem a pretensão de apresentar-se como uma avaliação, mas como uma leitura do processo de construção coletiva da experiência. Na segunda parte, constam relatos de 30 defensoras e defensores de direitos humanos, de organizações diversas, que nos ofereceram sua análise sobre o significado, as mudanças percebidas e os desafios que permanecem na relação com o novo governo federal, eleito em outubro de 2022.

**“O novo governo dá fim a um ciclo de ódio que governava o país, criminalizando os defensores de direitos humanos”.**

Ir. Petra Pfaller

– Pastoral Carcerária.

**“A principal vitória é a gente ter resgatado as condições de fazer a luta sem estar o tempo todo ameaçadas pela criminalização, pela violência política”.**

Mônica Oliveira

- Coalizão Negra por Direitos.

**“Esse governo atual, eleito por nós, possibilita que a gente retome o processo democrático no país para que haja um diálogo direto com os diferentes grupos, podendo pressionar e exigir nossos direitos”.**

Adriana Lima –

Rede dos Povos

e Comunidades

Tradicionais do Brasil.

As narrativas estão apresentadas em ordem alfabética do nome dos e das entrevistados e entrevistadas e foram coletadas em entrevistas individuais realizadas por meio de plataforma virtual em novembro e dezembro de 2022.

**“O desafio é saber a hora certa de apoiar e de cobrar e é difícil de separar porque eu sou o cobrador, mas também defendo o governo”.**

Alair Luiz  
dos Santos  
– Confederação dos  
Trabalhadores na  
Agricultura  
(CONTAG).

A maioria das falas traz elementos de convergência quanto ao significado do novo governo no que traz de esperança; de respeito aos trabalhadores e trabalhadoras; de retomada do Estado Democrático de Direito; de abertura para o diálogo e valorização da participação e do controle social; de defesa da liberdade de expressão; e de luta pela vida, contra a violência.

**“Essa mudança de governo traz pra gente esse esperar, é um olhar no horizonte para novas perspectivas na luta pela vida, que não é simples. O dia a dia da luta tem mostrado muito, mas eu vejo que o novo governo Lula 3 é uma expectativa de novos caminhos e de mudanças. Mas não podemos também pensar que o governo, em si, vai fazer a mudança. Quem faz mudança é o povo”.**

Irene dos Santos  
– Instituto Brasil

Em termos das mudanças já experimentadas neste início de gestão, foram ressaltadas, entre outras questões: a participação dos movimentos sociais na transição do governo; a retomada de programas sociais; a sinalização de retomada do Programa de Proteção dos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos; a retomada dos conselhos de participação; e uma política externa mais autônoma.

**“A reconstrução de institucionalidades, remontar a estrutura de políticas públicas, remontar as condições mínimas de atuação para que esses lutadores se sintam mais seguros para fazer o papel que sempre tiveram nesse contexto de luta por direitos humanos”.**

Roseane Dias  
– Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

**“O Brasil volta a ser um ator internacional relevante e a possibilidade das agendas futuras demonstra o quanto essa mudança altera a forma como o cenário internacional olha para o Brasil”.**

Marcele Frossard  
– Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

**“Os indicadores da retomada de um estado de normalidade foram dados.**

**O governo sinalizou para uma política de participação social, talvez até ‘namorando’ com uma ideia ou um conceito de participação popular.**

**E isso nos impõe, enquanto sociedade civil, entender o que é o espaço dos conselhos de direito como instâncias de diálogo com a sociedade como um todo”.**

Carlos Nicodemos  
– Organização Projeto Legal (OPL).



Todos e todas entrevistados/as têm noção de que, por ser um governo de alianças, é permeado de contradições e, diante disso, apontam alguns desafios que permanecem, como: garantir a autonomia do governo frente ao conjunto de forças necessárias para a eleição; construir políticas públicas mais eficazes, de Estado, e não só de governo; fortalecer os movimentos sociais para combater a violência no campo e nas cidades; garantir a transversalidade dos direitos

**“Outro desafio da conjuntura é do próprio governo, de conseguir uma confrontação de forças internas capaz de fazer com que ele seja fiel ao seu programa”.**

Carmen Silva – SOS Corpo.

**“O maior desafio nosso, hoje, é a mobilização. O governo está do nosso lado, inclusive está gritando: ‘vão pra rua’. Mas está faltando a gente empurrar”.**

Virgínia Berriel  
– Central Única dos Trabalhadores (CUT).

humanos nas políticas públicas e assumir a centralidade da política de proteção; ter uma ação mais efetiva na política de proteção e na atuação junto aos estados para implementar a Política de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos; fortalecer as organizações sociais; reconhecer e apoiar os povos e comunidades tradicionais; e fortalecer a participação da juventude nas políticas públicas.

**“O nosso desafio é resolver os problemas estruturantes de cada segmento. É isso que dá origem às ameaças: a falta de políticas públicas, seja cumprindo a proteção territorial, seja demarcando território, fazendo Reserva Extrativista (Resex), fazendo reforma agrária, titulando territórios quilombolas. Então, o nosso principal desafio é garantir o acesso às políticas públicas, principalmente de acesso aos territórios e à reforma agrária”.**

**Dinamam Tuxá**

– Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

**“Essa política pública de proteção deveria ser uma política transversal, em todos os espaços de governo. Não deveria ter apenas uma política de proteção no Ministério de Direitos Humanos e Cidadania”.**

Marina Dermmam –  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST).

**“A política de proteção de pessoas, de individualidades ou de coletivos ameaçados acaba constatando que, previamente, houve um fracasso do Estado”.**

Luís Ventura –  
Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

**“No campo da organização e da luta popular, eu destacaria que esses movimentos permaneçam articulados entre si, reconheçam que o lado de cá da luta - a margem de cá do rio - é o nosso campo de atuação, enquanto movimentos. Porque não acredito que as mudanças virão de dentro das estruturas do governo. As mudanças e transformações acredito que são por meio da luta popular”.**

Ronilson Costa –  
Comissão Pastoral da Terra (CPT Nacional).

Desejamos que a leitura desse registro aberto e em processo do Projeto Sementes de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos fortaleça, amplie e inspire diálogos e novos conhecimentos a partir das reflexões apresentadas.

**Nossos mais sinceros agradecimentos a todas essas imprescindíveis pessoas que construíram e seguem construindo esse legado.**

# 1. Balanço do Projeto Sementes

## Equipe Nacional do Projeto Sementes Coordenação Geral do Projeto Sementes

O Projeto Sementes de Proteção de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos foi desenvolvido de março de 2021 a fevereiro de 2023 por um conjunto de organizações da sociedade civil brasileira. Foi selecionado por edital e contou com cofinanciamento da União Europeia.

Participaram do projeto, na qualidade de **requerentes**: a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (**SMDH/MNDH**), requerente principal, junto com as **correquerentes**: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (**ABONG**) e a **We World GVC Onlus/We World Brasil**. Participaram como **associadas**: Movimento Nacional de Direitos Humanos (**MNDH**), Comissão Pastoral da Terra (**CPT**), Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (**ABGLT**), Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos (**AMDH**) e Conselho Indigenista Missionário (**CIMI**).

A atuação nos territórios dos 21 estados participantes contou com a contribuição das seguintes organizações: **MA**: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini (CDMP) **AC**: Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular (CDDHEP); **PA**: Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CÉDENPA); **PI**: Associação de Servidores da Educação Básica do Piauí (ASSEBPI); **CE**: Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS); **RN**: Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cultural (CENARTE); **PE**: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC); **PB**: Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA); **BA**: Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia (GTNM-BA); **SE**: Instituto Braços (IB); **TO**: Movimento Estadual de Direitos Humanos (MEDH-TO); **GO**: Instituto Brasil Central (IBRACE)/Cajueiro; **MT**: Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès (CDHDMB); **MS**: Comissão Regional de Justiça e Paz de Mato Grosso do Sul (CRJP-MS); **SP**: Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP); **RJ**: Organização Projeto Legal; **ES**: Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH Serra); **MG**: Instituto DH – Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania; **PR**: Instituto de Apoio à Adoção de Crianças e Adolescentes Trilhas do Afeto; **SC**: Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz (CDH Joinville) e **RS**: Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF).

O desenvolvimento do **Projeto Sementes** recebeu subsídios, atuou conjuntamente e entrega seu legado ao **Projeto Defendendo Vidas e Garantindo Direitos Expropriados**, coordenado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (**SMDH**), com participação do Movimento Nacional de Direitos Humanos (**MNDH**), da Comissão Pastoral da Terra (**CPT**) e do Conselho Indigenista Missionário (**CIMI**), com cofinanciamento da **Misereor**. Este balanço tem a finalidade de reunir elementos centrais acumulados na atuação ao longo da implementação do Projeto Sementes. Não é um relatório técnico e nem mesmo uma avaliação. **Trata-se de um relato em construção – por isso aberto – no qual são trazidos elementos que caracterizam aspectos centrais da atuação finalística do Projeto.**



# 1.1 Proposta de Proteção Popular



O Projeto Sementes de Proteção de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos sistematizou a proposta de “proteção popular”. Ela traduz o projeto político-pedagógico construído pelas organizações de direitos humanos, pelos movimentos populares e pelas diversas formas de atuação ao longo da história. Bebe na fonte das ancestralidades dos povos e comunidades tradicionais, dos povos indígenas, quilombolas, negras e negros, das mulheres, enfim, de todas e todos quantas e quantos promovem a proteção daquelas e daqueles que são militantes, lideranças, lutadoras e lutadores, defensoras e defensores de direitos humanos. A elaboração da proposta está publicada no primeiro dos cadernos da Série Proteção Popular<sup>1</sup>.

A proposta é que seja feita como atuação em rede, ou seja, se constitua num modo próprio de desenvolvimento que seja capaz de articular a diversidade dos agentes, das sujeitas e dos sujeitos em processos abertos que visam o fortalecimento da atuação nos territórios e em cada organização ou movimento, ao tempo em que também fortalece a atuação delas em conjunto, como estratégia para acumular forças para levar adiante as causas de luta por direitos humanos e o enfrentamento das situações que estruturalmente produzem sua violação ou sua não realização, agravando o risco para a atuação das defensoras e defensores de direitos humanos.

**A proteção popular é a prática da proteção feita pelas próprias organizações populares.**

Neste sentido, ela compõe, junto com outras estratégias, as práticas organizativas, ainda que nem sempre com a centralidade e a importância necessárias. **Ter na proteção uma estratégia de ação da organização – tão importante quanto a incidência, a formação, a mobilização, a organização, entre outras – é um dos maiores desafios da proposta em construção.** Não há um modelo próprio e nem mesmo uma lista de procedimentos protocolares previamente definidos como sendo característicos da proteção popular, visto que as metodologias, as estratégias, as dinâmicas, os processos e os procedimentos são aqueles próprios das necessidades de cada organização.

**A ação protetiva popular mobiliza as mais diversas estratégias e metodologias que partem do princípio de que a proteção é obra coletiva, mas que também precisa do compromisso de cada individualidade implicada.**

Por isso, propõem que se combinem de modo convergente e complementar **a autoproteção, a proteção recíproca e a proteção solidária.** A autoproteção como implementação de medidas que convocam as individualidades para o cuidado de si dentro de uma coletividade. A proteção recíproca como exercício de trocas entre coletivos que estejam imediatamente envolvidos nos contextos e situações que demandam proteção. A proteção solidária como construção de alianças e apoios por coletivos que se associam às lutas, ainda que não estejam imediatamente presentes no território do contexto que demanda proteção.

1. Ver publicação completa em <<https://sementesdeprotecao.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Protecao-Popular-de-Defensores-e-Defensoras-de-Direitos-Humanos.pdf>>



**A ação da proteção popular não dispensa, pelo contrário, combina e se completa com ações de proteção institucional, aquela feita como política pública.** Neste sentido, a proteção feita pelos agentes públicos é uma necessidade, visto que o enfrentamento das situações que levam ao risco exige atuação do Estado para sua resolução, seja por regulação, sancionamento ou mesmo proatividade (Exemplo: cabe ao Estado a demarcação de terras indígenas, bem como o desenvolvimento de políticas de proteção territorial). Em casos específicos, também são necessárias ações protetivas especializadas e próprias, aquelas a serem desenvolvidas por Programas de Proteção. Nestes casos, entendemos que ainda que seja institucional e pública, sua implementação deverá ser feita de modo combinado, com financiamento e acompanhamento público, mas implementação/execução por organização social da sociedade civil que seja parte da rede de proteção popular de defensoras e defensores de direitos humanos.

**A proposta se traduz no exercício da proteção integral que combina as mais diversas estratégias e metodologias, sempre pautada e orientada pela necessidade de conservar, respeitar e fortalecer a autonomia e a independência das organizações e movimentos de luta por direitos humanos.** Defensoras e defensores de direitos humanos que estiverem em risco não o estão por outro motivo senão porque afrontaram o *status quo* e seus privilegiados, porque exigem justiça, porque denunciam violações e exigem reparação, porque, afinal, querem a transformação das realidades violadoras em realidades de vida em abundância nas quais estejam totalmente realizados os direitos humanos.

## 1.2 Desenvolvimento de Capacidades: Formação



A formação se constituiu numa das principais estratégias de ação do Projeto Sementes. O desenvolvimento de capacidades para a atuação, para a proteção popular, para a atuação em rede esteve articulado ao conjunto das demais ações. O que se pretendeu é que cada sujeito e cada sujeita participante do processo reforçasse as condições e acumulasse novas possibilidades a partir da troca de saberes, conhecimentos e práticas. Não se tratou de ensinar, mas de aprender juntos e juntas. O processo formativo procurou desenvolver a “**Pedagogia da Proteção**”.

Todo o processo formativo orientado pela Pedagogia da Proteção bebe na educação popular em direitos humanos e segue a inspiração freiriana a quem se parodia dizendo: **se ninguém protege ninguém, ninguém se protege sozinho; os defensores e as defensoras de direitos humanos se protegem entre si, em comunhão**. Por isso se entende que a **Pedagogia da Proteção** é parte da atuação integral e multidimensional em direitos humanos. Ela exige que sejam providenciados, disponibilizados e efetivados todos os recursos necessários para que os direitos sejam realizados no cotidiano de todos e todas e de cada uma e cada um dos sujeitos e das sujeitas de direitos como ação prática e deliberada.

A **Pedagogia da Proteção** exige fazer da atuação protetiva em direitos humanos um modo de ser/agir que se efetive como educação popular em direitos humanos, de modo a promover processos que colaborem para que os sujeitos-em-proteção e as sujeitas-em-proteção sejam sujeitos e sujeitas de direitos. A principal obra do processo educativo na proteção popular é colaborar na transição – passagem – travessia – pela qual o sujeito-em-proteção, a sujeita-em-proteção, com a contribuição do e da agente-da-proteção, possa passar da condição de sujeito, sujeita despotenciado, despotenciada, para a condição de sujeito, sujeita, de direitos empotenciado, empotenciada, realizando um processo virtuoso e criativo de empotenciamento

(humanização). Por isso, a **Pedagogia da Proteção** atravessa todas as dinâmicas protetivas e compromete todas e todos que são participantes do processo de proteção de modo a ser prática pedagógica **na** ação protetiva, a educação própria **da** ação protetiva e o **modo de ser** na/da ação protetiva.

A **Pedagogia da Proteção** não é uma obra que se pode fazer para o outro, a outra, nem mesmo pode ser feita pelo outro, pela outra: é obra de relações de responsabilidade recíproca e gratuita nas quais um, uma, toma o outro, a outra a seu encargo em relações que são educativo-protetoras e protetivo-educadoras, de modo a fazer do, da, agente-da-proteção também agente-educador, agente-educadora e do sujeito-em-proteção, da sujeita-em-proteção um educador-educando, uma educadora-educanda.

O processo de formação, como dissemos, é uma dinâmica de educação popular em direitos humanos. Ela não se faz nem para e nem sobre, mas com todos e todas que participam do processo educativo, de modo que o educar mobiliza e envolve ao máximo os/as sujeitos e sujeitas para participarem dos processos educativos. Preocupa-se com quantidade e qualidade combinadas e articuladas, sem que uma se sobreponha à outra, de modo que não se trata de repassar ao máximo, até porque isso é impossível. Por isso é aprendizagem em construção coletiva e em processo; por isso não se trata de guardar, acumular, mas de multiplicar, que também significa dividir.

O multiplicar é desenvolver, visto que a educação popular em direitos humanos desenvolve quem participa porque desenvolver significa qualificar as condições que sustentam o sentir (sensibilidade), o saber (teórico), o agir (prático) e o fazer (técnico). Feita em perspectiva multiplicadora é intencionalmente orientada pela exigência de rigor, criatividade e contundência metodológica para tocar corações e mentes, sem abrir mão de princípios históricos e os compromissos éticos e políticos de base.

Isso porque a educação popular em direitos humanos promove a postura crítica, o que exige lidar bem com as dúvidas, as incertezas e as inconsistências, o que não significa aceitar qualquer coisa e aderir a pós-verdades ou “fake trues”, e sim promover as verdades construídas historicamente.

O multiplicar desenvolve o cooperar, pois a multiplicação é sinônimo de distribuir o conhecimento, trocar saberes, ampliar de forma criativa, chegando a quem está nos mais diversos “nós” da rede de atuação de uma organização: sem cooperação não há multiplicação e sem multiplicação não há cooperação. A educação popular em direitos humanos faz com que os diversos, as diversas participantes do processo desenvolvam com relativa autonomia os conteúdos construídos como significativos para o conjunto da organização, de modo que a dinâmica carrega um grau de unidade/“reprodução”, mas também muita margem para diversidade/“recriação”. Por isso se desenvolvem estratégias de educomunicação que façam com que um acumulado inicial se complete com múltiplos e diversificados acumulados complementares: quanto a mais pontos se chegar, mais consistente a multiplicação.

As ações formativas do **Projeto Sementes** aconteceram em vários momentos ao longo do seu desenvolvimento. Elas sempre contaram com a participação de agentes do **Projeto Defendendo Vidas**, exatamente por serem compreendidos e implementados de modo complementar. Perpassou o conjunto das ações com movimento metodológico, mas se configurou especialmente nas **Oficinas Formativas**, nos **Encontros Nacionais**, nas **Plenárias de Organizações Referenciais nos Territórios (ORTs)** e em atividades descentralizadas desenvolvidas em cada território com base nas necessidades específicas. Todas estas atividades foram acompanhadas pela **Equipe Nacional**, a quem coube oferecer subsídios e orientações para sua realização, além de acompanhar diretamente.

O projeto realizou oficinas formativas em ambiente virtual e oficinas presenciais. As atividades virtuais foram realizadas no primeiro ano e fizeram parte dos ajustes necessários em razão da pandemia Covid-19. Os **objetivos propostos** para estas **Oficinas Estaduais Virtuais** foram:

- 1) colaborar na capilarização da proposta de proteção popular de defensores/as de direitos humanos nos territórios;
- 2) contribuir no fortalecimento da organização na atuação em rede nos territórios; e
- 3) aprofundar o engajamento das diversas organizações participantes e dos/as beneficiários/as finais em atuação nos territórios.

As temáticas sugeridas foram: uma introdução à proposta de proteção popular de defensores/as de direitos humanos e questões sobre organização popular e atuação em rede. Foram realizadas em encontros de duas a três horas por meio de plataforma, em ambiente virtual, tendo alcançado 20 Estados.

As oficinas formativas presenciais foram realizadas em duas rodadas, uma no segundo e outra no terceiro ano do Projeto. Ambas foram realizadas nos 21 territórios de atuação. A primeira rodada das **Oficinas Estaduais Proteção Popular de Defensores/as de Direitos Humanos** teve por **objetivos**:

- 1) aprofundar a compreensão da proposta de proteção popular de defensores/as de direitos humanos e o engajamento nos territórios; e
- 2) contribuir com o fortalecimento da organização na atuação em rede, aprofundando a participação das diversas organizações e beneficiários/as finais em atuação nos territórios.



## **Nelas foram trabalhados dois temas principais:**

o projeto político-pedagógico da proteção popular de defensores/as de direitos humanos e o fortalecimento da organização popular e da atuação em rede.

Na segunda rodada, o objetivo central foi aprofundar a compreensão da proposta de proteção popular de defensores/as de direitos humanos com a qualificação da metodologia de análise de contexto e risco e de planejamento da ação protetiva e o fortalecimento da organização da atuação em rede nos territórios. As temáticas trabalhadas foram a metodologia de análise de contexto e risco e planejamento da ação protetiva; e fortalecimento da organização popular e da atuação em rede.

**As atividades formativas** contaram com subsídios preparados pela equipe nacional que se constituíram em orientações, roteiros, apresentações em power point, gravação de vídeos, os cadernos da série Proteção Popular<sup>2</sup>, além da presença, sempre que possível, de um/a dos/as membros da Equipe Nacional. **A organização e programação, além da mobilização dos/as participantes, sempre esteve a cargo das Organizações Referenciais nos Territórios e as equipes de apoio por elas organizadas em cada território.** O público participante nestas atividades foi constituído de lideranças de organizações da sociedade civil com atuação no tema defensores e defensoras de direitos humanos.

## **Os encontros nacionais também foram momentos formativos fundamentais.**

Aqui também foram feitos ajustes para sua realização em ambiente virtual no primeiro ano. Nos demais, foram realizados três encontros presenciais.

O **Encontro Nacional sobre Proteção Popular** em ambiente virtual foi realizado em cinco sessões. Teve por objetivo geral engajar e comprometer os/as diversos/as sujeitos/as para participarem das iniciativas do Projeto Sementes de Proteção de defensores/as de direitos humanos. A primeira sessão foi realizada em 05 de agosto de 2021 e teve momento de análise da realidade e reflexão sobre os desafios para a proteção popular de defensores e defensoras de direitos humanos. A segunda sessão foi realizada no dia 06 de agosto de 2021 e aprofundou o significado da

proteção popular de defensores e defensoras de direitos humanos. A terceira sessão foi realizada em 16 de setembro de 2021 e teve como objeto principal o debate sobre os desafios para a implementação da proposta do Projeto em cada território. A quarta sessão, realizada em 28 de outubro de 2021, teve por objeto central o tema da comunicação na proteção popular, com apresentação das propostas neste tema. A quinta sessão, realizada em 26 de novembro de 2021, teve como temática central a apresentação da Linha Emergencial do Fundo de Apoio a Terceiros, além de fazer um balanço do primeiro ano do projeto e das perspectivas de seguimento.

## **Os encontros nacionais presenciais foram três, todos realizados em Brasília, no Centro Cultural Missionário,**

e contaram com participação de aproximadamente 80 pessoas em cada um deles, sendo esta composta por representantes de Organizações Referenciais nos Territórios, das requerentes e associadas, a equipe nacional e convidados/as. Em todos eles também participaram representantes do Projeto Defendendo Vidas.

O primeiro, realizado de 17 a 19 de maio de 2022, teve por objetivo geral: avançar na implementação da Proteção Popular fazendo o aprofundamento dos temas da atuação e o fortalecimento do engajamento na efetivação dos compromissos do conjunto das organizações e sujeitos/as participantes.

O Encontro foi estruturado em sete diálogos. O **primeiro** tratou dos desafios da realidade para a proteção popular; o **segundo** tratou dos significados e implicações da proteção popular; o **terceiro**, de metodologia de análise de contexto e risco; o **quarto** tratou do acolhimento emergencial e do Fundo destinado a esta finalidade; o **quinto** tratou da atuação formativa, com orientações para as oficinas formativas; o **sexto** tratou da incidência, organização em rede, mobilização, comunicação nos territórios; e o **sétimo** foi uma atividade de intercâmbio entre as Organizações Referenciais nos Territórios.

2. Ver todos os cadernos publicados em <<https://sementesdeprotecao.org.br/publicacoes/>>

**O segundo encontro nacional sobre Proteção Popular de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos** foi realizado nos dias 30 e 31 de maio e 01 de junho de 2023. Teve como objetivo geral: qualificar os processos de implementação da Proteção Popular, aprofundando o engajamento na sua efetivação pelas organizações e sujeitos/as participantes. Foi estruturado em quatro diálogos: o primeiro tratou dos desafios da realidade para a proteção popular; o segundo sobre organização e atuação em rede; o terceiro sobre metodologia de ação protetiva popular: análise de contexto e plano de ação protetiva; e o quarto sobre atuação na proteção popular – acumulados, compromissos e possibilidades.

**O terceiro encontro nacional sobre Proteção Popular de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos** foi realizado nos dias 11 a 14 de dezembro de 2023, sendo que dois dias foram dedicados a atividades de avaliação externa, com a consultora contratada para tal, e outros dois dias para a avaliação interna. O objetivo geral do Encontro foi avaliar o processo de construção e implementação da proposta da Proteção Popular de Defensores/as de Direitos Humanos por meio do Projeto Sementes pelas organizações e sujeitos/as participantes. Os momentos de avaliação externa contaram com grupos focais com a participação de representantes das Organizações Referenciais nos Territórios e de beneficiários/as finais. O momento de avaliação interna foi organizado em três diálogos: o primeiro tratou da contextualização da proteção popular; o segundo, de um balanço do realizado pelo Projeto Sementes; e o terceiro, de uma Avaliação dos Resultados e Possíveis Impactos e Legados.

Outra atividade emblemática desenvolvida no final do segundo e do terceiro anos foram as Caravanas Populares de Direitos Humanos, chamadas de **Dia DH**<sup>3</sup>. A proposta foi a realização de uma atividade pública, mobilizadora e com ênfase artístico-cultural para a valorização dos direitos humanos e a atuação de militantes defensores/as dos direitos humanos. Em 2022, foi realizado em todos os territórios, no dia 7 de dezembro, às 15h30min (horário de Brasília); em 2023, foi realizado nos territórios que voluntariamente aderiram num dos dias da semana de 04 a 10 de dezembro. Nos dois casos, somaram-se às celebrações do Dia Mundial dos Direitos Humanos.

As **Organizações Referenciais nos Territórios (ORTs)**, como foram chamadas as organizações de direitos humanos encarregadas de articular a implementação do Projeto em cada estado, em sua maioria entidades históricas e com filiação ao **Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)**, se encontraram mensalmente em Plenárias Nacionais em ambiente virtual.

As reuniões de duas horas foram realizadas sempre na terceira quinta-feira de cada mês. Foram **26 plenárias ao longo do período do Projeto**, sendo que nelas se tratou de fazer o processo formativo permanente a respeito das ações previstas no Projeto, a orientação das atividades a serem realizadas em cada território, além do debate de temas estratégicos para a atuação das organizações em cada território. Elas foram fundamentais para fazer a coordenação e manter o engajamento nas atividades, além de mobilizar para trocas e incentivo e inspiração para a realização de atividades descentralizadas pelas próprias ORTs em cada território.

3. Ver registros em <<https://sementesdeprotecao.org.br/dia-dh-dia-dos-direitos-humanos-no-projeto-sementes/>>

## 1.3 Fortalecimento organizacional: Atuação em Rede



O fortalecimento organizacional é uma das principais finalidades do Projeto Sementes e a estratégia escolhida para tal foi fazer a atuação em rede. Além de ser o que se deseja, também constitui o modo próprio de ser e de atuar do próprio Projeto, de modo que já veio experienciando esta possibilidade como prática. Ou seja, a organização do Projeto também se deu em rede e para fortalecer a atuação em rede.

O fortalecimento organizacional é fundamental para a consolidação da Proteção Popular. Como já apresentamos no item 1.1, a Proteção Popular é a prática protetiva das próprias organizações e tão mais fortalecidas estiverem tão mais estarão em condições de sua efetivação. Ele diz respeito ao desenvolvimento das capacidades de atuação autônoma e independente, de implementação de uma agenda de lutas e de incidência, de mobilização e articulação dos/as seus/suas militantes e de formação e comunicação de seus/suas membros/as. Uma organização estará mais fortalecida se estiver em boas condições para dar conta das necessidades que lhe são próprias, para tal utilizando dos recursos que possa disponibilizar a si mesma ou que possa mobilizar a seu serviço.

Uma das estratégias de enfraquecimento da atuação dos defensores e das defensoras de direitos humanos tem sido o ataque às organizações, o que se dá das mais diversas maneiras. Ao desqualificar e impedir a atuação<sup>4</sup> coletiva por meio das organizações e movimentos, aqueles que são contra a luta por direitos humanos também enfraquecem e produzem um tipo de risco à atuação das defensoras e dos defensores de direitos

humanos. Por isso, o fortalecimento das organizações é parte das estratégias necessárias ao desenvolvimento da proteção popular.

A pretensão de fundo do Projeto Sementes foi a de fortalecer uma grande rede de Proteção Popular de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos em todo o território, razão pela qual foi desenvolvido em total articulação com o Projeto Defendendo Vidas (este apoiado por Misereor e desenvolvido nos seis estados que o Sementes não abrangia). A atuação em rede foi também sistematizada como um subsídio<sup>5</sup>, com a apresentação da proposta de que se trata de fortalecer redes de colaboração solidárias para a proteção. Neste documento, se afirma que

**“Fortalecer os processos organizativos no território é fundamental e constitutivo do processo de Proteção Popular – enfatizando a força e a importância do “trabalho com a base e na base”. Fazer a atuação em rede é sempre reconhecer e valorizar a todos os agentes/atores/ atrizes/organizações participantes dos processos. Não porque tenham papéis a cumprir, mas porque são autores e gestores desses processos, cabendo-lhes corresponsavelmente construir permanentemente a organização”** (2023, p. 35).

4. Estudo da Plataforma MROSC mostra esta situação. Ver a publicação “Criminalização burocrática das organizações da sociedade civil” [Brasília: Cáritas Brasileira, 2023]. Disponível em <<https://plataformaosc.org.br/criminaliza-burocratica-das-organizacaoes-da-sociedade-civil/>>

5. Ver o Caderno 4, disponível em <<https://sementesdeprotecao.org.br/organizacao-popular-e-atuacao-em-rede-para-fortalecer-a-protecao-popular/>>

No mesmo caderno também se afirma que

**“O trabalho de proteção feito como trabalho em rede cria caminhos de diálogo entre diferentes redes já existentes ou entre organizações, atores/atrizes, agentes que queiram desenvolver ações de proteção e estejam dispostos a implementá-las em comum com outros/as. O “em comum”, o “em comunhão” é o diferencial. Ele não diminui e nem substitui as ações específicas; antes, complementa-as e as fortalece, ampliando as possibilidades de combinação das diversas intervenções. Cada um/a contribui com percepções, afetos, saberes e práticas colocados em comunhão, transformando a proteção numa responsabilidade coletiva”** (2023, p. 36).

No mesmo documento se diz que

**“A atuação em rede na Proteção Popular de Defensores e Defensoras reúne entidades, movimentos sociais, organizações, coletivos organizados, pastorais, articulações, fóruns, enfim, todo tipo de ação coletiva num determinado território ou que articule diversos territórios, transformados em espaços concretos onde a vida flui”** (2023, p. 37).

**Foi isso o que se fez ao longo de todo o Projeto.** Assim se fez desde a concepção do Projeto, que reuniu organizações que já se conheciam de alguma forma, mas que nunca tinham atuado em conjunto; foi o primeiro “nó” da rede: a constituição do grupo das requerentes. O segundo “nó” foi a articulação das associadas; elas já interagiam em outros espaços e outras iniciativas e se somaram. Entre elas, o **Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)** passou a ser uma referência fundamental, visto que dele e de dentro dele é que foram identificadas a maioria das **Organizações Referenciais nos Territórios (ORTs)**, já que entidades a ele filiadas em sua maioria, **exatamente para**

**fortalecer esta grande rede de atuação em direitos humanos que já tem mais de 40 anos de atuação em todo o território brasileiro**, mas que se faz como uma organização capilarizada e que tem atuação territorializada nos locais onde suas filiadas atuam. **Assim se constituíram novos “nós” desta rede:** em cada um dos 21 estados, entendidos como territórios onde cada ORT está inserida, retomou, fortaleceu ou mesmo criou um espaço de atuação em rede.

A dinâmica de fortalecimento também passou pelo processo de gestão do Projeto, uma forma de desenvolver dinâmicas de atuação conjunta e em rede com compartilhamento de responsabilidades e com combinação de capacidades convergentes para o conjunto. A coordenação nacional, formada pelas requerentes, que **se reuniu mensalmente, por um período até quinzenalmente**, com a tarefa de garantir que o previsto no Projeto fosse implementado. A coordenação ampliada, com participação das requerentes e das associadas, espaço de acompanhamento e de mobilização nacional, também de acolhida de organizações parceiras, que se somaram, de alguma forma, ao Projeto.

No cotidiano, a **Equipe Nacional**, formada pelos/as profissionais contratados/as pelas requerentes encarregados/as de levar a efetividade as previsões e as ações, reuniu-se semanalmente para planejamento, monitoramento, avaliação e reorientação do planejamento. Desenvolveu dinâmicas de elaboração de um **Planejamento Operacional Anual (POA)** no qual “traduzia” as atividades previstas no Projeto para o período. Combinou a ação programática com administrativo-financeira, através da participação de todos/as num mesmo espaço, mas também de estratégia de “harmonização” para que as previsões programáticas encontrassem respaldo administrativo-financeiro e vice-versa. Espalhada por cinco cidades, conseguiu, também ela, operar em rede.



A atuação das **Organizações Referenciais nos Territórios (ORTs)**, definidas já no momento da elaboração do Projeto, na maioria filiadas ao MNDH, com atuação histórica em seus territórios de inserção, foi fundamental para que as previsões fossem concretizadas. Elas saem fortalecidas do processo, ganharam em capacidade e em reconhecimento, fortaleceram suas redes de atuação e abriram novas possibilidades de ação para a **Proteção Popular** de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. Ainda que estivessem centradas na atuação territorial, sua atuação se enozou com as demais, formando uma grande rede nacional de atuação.

A trajetória e compromisso que tiveram fizeram com que, para além das “tarefas” previstas com atividades a serem por elas desenvolvidas, transformassem a atuação no Projeto num grande exercício de fortalecimento da luta por direitos humanos e das defensoras e defensores de direitos humanos. Não há a menor dúvida de que, sem elas, não se teria chegado ao êxito de dialogar com beneficiários/as do Projeto, aqueles e aquelas para os quais o Projeto foi efetivamente pensado. Nelas e por elas a fecundidade ganhou terrenos mais amplos e que, sendo por elas cultivados, renderam muitos frutos, difíceis de dimensionar, mas fundamentais, pois fizeram multiplicar o pequeno apoio fornecido mensalmente como **Linha Processual do Fundo de Apoio a Terceiros**.

**Este é um dos legados do Sementes: as redes e seus “nós” em cada um dos territórios. Cada um deles, a seu modo, levará adiante a Proteção Popular.**

# 1.4 Incidência na Política de Proteção (Nacional e Internacional)



O Projeto Sementes pretendeu desenvolver a capacidade das organizações de direitos humanos da sociedade civil para o monitoramento das causas estruturais geradoras de ameaças e riscos e sua denúncia aos órgãos de proteção nacionais e internacionais. Ou seja, uma de suas estratégias fundamentais também foi fortalecer a mobilização e a organização da incidência pública. As organizações que o compõem, sejam as requerentes, associadas ou as Organizações Referenciais nos Territórios, todas, já têm uma longa e consistente experiência de incidência. A fazem das mais diversas formas e com as mais diversas metodologias. O Projeto quis **reuni-las e fortalecê-las**.

Todas as diversas possibilidades de incidência têm como finalidade provocar as instituições e órgãos responsáveis pelos direitos humanos para que, por um lado, fiquem alertas às denúncias de violações de direitos humanos e às violências contra defensoras e defensores de direitos humanos e, por outro, promovam as medidas necessárias para que cessem, pelo afastamento das suas causas geradoras, e, sobretudo, aquelas que venham no sentido de fazer a realização de todos os direitos humanos para todas as pessoas, a todo o tempo e em todo lugar. Neste sentido, **combina a ação protetiva com a ação de reparação e de promoção dos direitos humanos, numa perspectiva de atuação integral**. Os defensores e as defensoras de direitos humanos terão menos riscos à sua atuação se o ambiente for propício e favorável à efetivação dos direitos humanos. A criação deste ambiente é obra da luta, mas, sobretudo, pelo reforço a uma correlação de forças democrática e justa.

A prática da denúncia é um dos recursos históricos da luta por direitos humanos, por meio da qual promove a sensibilização da sociedade para realidades e para sujeitos e sujeitas que são vítimas do arbítrio e da força. Vítimas são aqueles e aquelas que não encontram os direitos humanos realizados

em seu cotidiano de vida e mais: sofrem violências de diversos tipos, até a mais grave, a morte, e estão impedidas de participação, de reconhecimento e de redistribuição. A denúncia qualificada é um clamor por justiça, por responsabilização, por reparação, por restauração. Nenhuma denúncia pode ficar sem resposta, sob pena de ser transformada em revitimização. Por isso, fundamental que todo processo resulte em algum tipo de medida concreta, seja protetiva, seja promotora ou seja reparadora.

A denúncia combina com a proposição, o anúncio de propostas de atuação que possam dar passos no sentido da realização, da efetivação dos direitos humanos. Ela não somente pede que aqueles e aquelas que estiverem excluídos e excluídas do acesso aos bens necessários ao bem viver, aos direitos previstos e não realizados, sejam incluídos/as e passem a participar de seu usufruto, mas também propõe que aquelas estruturas de injustiça geradoras do racismo, do patriarcado, da misoginia, da LGBTI+fobia, da expropriação, da exploração, de todas as formas de opressão, desigualdade e violência sejam explodidas, propondo transformações profundas e a efetivação de institucionalidades efetivamente protetivas da dignidade dos sujeitos e das sujeitas de direitos humanos em geral e dos defensores e das defensoras de direitos humanos, em particular. Medidas administrativas, legislativas, judiciais, políticas públicas, enfim, todo tipo de ação necessária para que os direitos humanos sejam o cotidiano na vida de cada pessoa.

**A proposição de denunciar as causas geradoras** da violação dos direitos e da violência contra defensoras e defensores de direitos humanos **exigiu que fossem desenvolvidas metodologias e ferramentas de diagnóstico de contextos e de análise de contexto e de risco capazes de promover a percepção por parte dos próprios sujeitos e das próprias sujeitas defensoras e defensoras de direitos humanos**, a fim de que eles e elas próprios/as fossem

protagonistas da incidência. Mas também que estes elementos chegassem ao conhecimento daqueles/as cuja incumbência de responsabilidade pudesse ser mobilizada na perspectiva da tomada de decisões e na promoção de ações consequentes em vista de seu enfrentamento.

O Projeto desenvolveu este exercício por meio de algumas publicações e de ações. Entre as publicações estão os Relatórios Anuais<sup>6</sup> e o Caderno 2 da Série Proteção Popular<sup>7</sup>. Também o fez sistematizando uma metodologia para este exercício, publicada no Caderno 3<sup>8</sup>. A incidência ocorreu em três níveis, complementares entre si: o territorial, o nacional e o internacional. A ação foi feita por meio de relatos encaminhados a órgãos de tratados e a procedimentos especiais dos organismos internacionais (ONU e OEA), bem como ao Conselho Nacional de Direitos Humanos e junto aos órgãos públicos encarregados da Política de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, como reportaremos brevemente a seguir.

No **âmbito territorial**, são muitas as iniciativas desenvolvidas pela coordenação da atuação das Organizações Referenciais nos Territórios. Citaremos apenas algumas, a título de ilustração: a proposição de legislação para a criação de Programa Estadual de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos no Espírito Santo e no Tocantins; a realização de Conferência Livre e participação na Conferência Estadual de Direitos Humanos com proposições sobre defensores de direitos humanos no Rio Grande do Sul; a elaboração e proposição de legislação sobre

monitoramento da atividade policial em Goiás; a atuação permanente e forte junto ao Conselho Estadual de Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Ceará, Maranhão, entre outros estados; a implementação de parceria na execução do Programa Estadual de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos em Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Mato Grosso, Maranhão; o acompanhamento de casos de risco à atuação de defensores e defensoras por meio do apoio emergencial e de acompanhamento permanente no Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Piauí, Maranhão, Pará, Goiás, Tocantins, entre outros. Estes são alguns exemplos para mostrar a potência da atuação territorial.

A requerente principal também deu seguimento a sua atuação<sup>9</sup> junto ao Tribunal Federal da 4ª Região como amici curiae e depois como lides consortio, na ação civil movida pelo Ministério Público Federal exigindo a publicação do Plano Nacional de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, cuja sentença final se traduziu no Decreto<sup>10</sup> de criação do Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta, por parte do governo federal, do qual farão parte, além dela, duas das associadas - o MNDH e a ABGLT - como titulares e duas ORTs como suplentes. Esta ação no campo do sistema de justiça se completa com diálogos junto a organismos encarregados de sua efetivação. **Esse é um dos acumulados que fica como legado, visto que todo o trabalho deste GTT será desenvolvido ao longo de 2024.**

6. São três relatórios (um dos quais este). Os dois anteriores estão disponíveis, respectivamente: 2021 em <<https://sementesdeprotecao.org.br/relatorio-sementes-2021/> e 2022 em <https://sementesdeprotecao.org.br/relatorio-sementes-2022-situacao-das-defensoras-e-defensores-de-direitos-humanos-no-processo-eleitoral-do-brasil/>>

7. Ver “Subsídios para Análise: desafios à proteção popular de defensores e defensoras de direitos humanos”, disponível em <<https://sementesdeprotecao.org.br/subsidios-para-analise-desafios-a-protecao-popular-de-defensores-e-defensoras-de-direitos-humanos/>>

8. Ver “Proteger quem protege: subsídio para análise de contexto e plano de ação protetiva popular”, disponível em <<https://sementesdeprotecao.org.br/proteger-quem-protege-subsidio-para-analise-de-contexto-e-plano-de-acao-protetiva-popular/>>

9. Iniciada como parte do Projeto Defendendo Vidas e levada adiante em conjunto entre este e o Projeto Sementes. O Acórdão é de 04 de maio de 2021 no Processo nº 5005594-05.2017.4.04.7100/RS no TRF4. Mais informações em <[www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia\\_visualizar&id\\_noticia=15831](http://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=15831)>

10. Criado pelo Decreto n. 11.562/2023, disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11562.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11562.htm). A Portaria n. 642/2023 faz a nomeação dos membros representantes da sociedade civil. Ver <[www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-642-de-11-de-outubro-de-2023-516140436](http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-642-de-11-de-outubro-de-2023-516140436)>

O período de implementação do projeto também acolheu decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Sales Pimenta vs Brasil<sup>11</sup>, levado ao sistema interamericano por uma das associadas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e que teve decisão publicada em 2022, depois de mais de 20 anos de tramitação. A decisão, ainda que não tenha sido obra de incidência do Projeto, foi acolhida como parte de sua atuação, visto que trouxe um conjunto de determinações a serem cumpridas pelo Estado brasileiro e que terão impacto direto na definição da **Política de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos**.

A atuação internacional ocorreu das mais diversas formas, sendo que registramos a incidência nas Nações Unidas (ONU), visto que resultou em recomendações concretas ao Estado brasileiro para a qualificação da Política de Proteção a Defensores e Defensoras de **Direitos Humanos**<sup>12</sup>. O Brasil passou pelo quarto ciclo de Revisão Periódica Universal no âmbito do Conselho de Direitos Humanos das **Nações Unidas**<sup>13</sup>. Nele, a sociedade civil teve participação intensa, com apresentação de informe específico sobre a situação dos defensores e defensoras de direitos humanos, o qual também apresentou sugestões de recomendações.

A sociedade civil<sup>14</sup>, incluindo várias organizações atuantes no Projeto Sementes, teve participação em quatro órgãos de tratados: o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD/ONU)<sup>15</sup>, o Comitê de Combate à Tortura (CAT/ONU)<sup>16</sup>, o Comitê de Direitos Humanos (CCPR/ONU)<sup>17</sup> e o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC/ONU).<sup>18</sup> Todos eles apresentaram recomendações específicas sobre a proteção de defensores e defensoras de direitos humanos, inclusive elegendo-as entre as prioridades de seguimento, como é o caso do CDESC/ONU. O seguimento está dado como agenda, visto que estas recomendações deverão ser traduzidas em ações por parte do Estado brasileiro e em novos informes de monitoramento por parte das organizações da sociedade civil nos próximos ciclos avaliativos.

O acompanhamento da Política de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos desenvolvida pelo Estado brasileiro e a incidência para sua qualificação foi articulada junto ao Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (CBDDH), do qual várias organizações participantes do Projeto Sementes são membro, mas também por meio do Fórum Nacional de Entidades Gestoras (FNEG Defensores) que reúne entidades executoras dos programas públicos, entre as quais várias ORTs e o MNDH, participantes do **Projeto Sementes**.

11. Um resumo está publicado no Caderno 5 da Série Proteção Popular, disponível em <https://sementesdeprotecao.org.br/publicacoes/>. O texto da sentença na íntegra pode ser consultado em [www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_454\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_454_esp.pdf).

12. Os acumulados desta atuação estão no Caderno 5 da Série Proteção Popular “Subsídios para a Proteção Popular: recomendações de Organismos Internacionais para Proteger Defensores e Defensoras de Direitos Humanos”.

13. O Estado brasileiro acolheu 27 recomendações sobre defensores e defensoras de direitos humanos no 52º Período de Sessões do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, no dia 27 de março de 2023. Ver Documento A/HRC/WG.6/41/L.11. Tradução feita pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania disponível em [www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/relatorios-internacionais-1/Tabela\\_de\\_Recomendacoes\\_IV\\_Ciclo\\_RPU.pdf](http://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/relatorios-internacionais-1/Tabela_de_Recomendacoes_IV_Ciclo_RPU.pdf).

14. Processo coordenado pelo Coletivo RPU Brasil. O Grupo de Trabalho que elaborou o relatório sobre defensores e defensoras de direitos humanos foi coordenado pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Ver relatório publicado em [https://plataformarpu.org.br/storage/publications\\_documents/7b1NvLuaXc7eaNia8GeqDkxZPhqMXmb3audz82kA.pdf](https://plataformarpu.org.br/storage/publications_documents/7b1NvLuaXc7eaNia8GeqDkxZPhqMXmb3audz82kA.pdf)

15. Observações Finais – CERD/C/BRA/CO/18-20 – 26/07/2023, disponíveis em [https://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CERD%2FC%2FBRA%2FCO%2F18-20&Lang=en](https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CERD%2FC%2FBRA%2FCO%2F18-20&Lang=en).

16. Observações Finais – CAT/C/BRA/CO/2 – 12/06/2023 disponíveis em [https://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CAT%2FC%2FBRA%2FCO%2F2&Lang=en](https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CAT%2FC%2FBRA%2FCO%2F2&Lang=en).

17. Observações Finais – CCPR/C/BRA/CO/3 – 26/07/2023, disponíveis em [https://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CCPR%2FC%2FBRA%2FCO%2F3&Lang=en](https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CCPR%2FC%2FBRA%2FCO%2F3&Lang=en).

18. Observações Finais – CDESCR E/C.12/BRA/CO/3 – 13/10/2023, disponíveis em [https://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=E%2FC.12%2FBRA%2FCO%2F3&Lang=en](https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=E%2FC.12%2FBRA%2FCO%2F3&Lang=en).



Estes espaços de articulação facilitaram o acompanhamento e as denúncias dos desmontes durante o governo Bolsonaro, mas também o processo de reconstrução com o novo governo.

Um espaço importantíssimo para esta incidência é a Comissão Permanente de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), da qual participam várias organizações que atuam no **Projeto Sementes**. Este espaço é estratégico para o monitoramento das políticas, o atendimento a denúncias e a proposição de ações para a qualificação da política pública de proteção. Foi nele que se articulou todo o processo de negociação para a instalação do Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta, por exemplo.

No Legislativo, foram várias ações de incidência, com participação em seminários e audiências públicas promovidas pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) da Câmara dos Deputados e da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Registre-se a importante realização de seminário sobre o tema durante o II Encontro Nacional da Proteção Popular na CDHMIR. Para estes órgãos também foram encaminhadas denúncias de violência contra defensores e defensoras de direitos humanos com pedidos de providências.

No âmbito do poder Executivo, foram muito poucas as oportunidades de incidência durante o governo Bolsonaro, visto que houve fechamento das interlocuções com organizações da sociedade civil. Já na transição e com a assunção do novo governo, houve vários espaços de interlocução, particularmente para encaminhar denúncias de violência e para sugerir medidas de qualificação da política de proteção, como, por exemplo, a instalação do Conselho Deliberativo do Programa Federal<sup>19</sup>, o aprimoramento das medidas protetivas, a ampliação dos recursos disponibilizados para os Programas de Proteção, assim como a necessidade de aprimoramento dos procedimentos de descentralização do financiamento.

**Infelizmente, as causas geradoras da violação dos direitos humanos e das violências contra defensores e defensoras de direitos humanos seguem muito fortes e presentes.** Ainda que tenham sido denunciadas e monitoradas, seu enfrentamento requer medidas estruturais de política pública que são de diversas ordens e que transcendem as medidas protetivas para casos que já estejam em risco – sempre necessárias, todavia, insuficientes.

**A retomada de processos de demarcação de territórios (indígenas e quilombolas), de ações de reforma agrária e de moradia popular, de emprego e renda, entre outras,** se apresentam como alento, mas ainda longe de garantir efetivamente o conjunto dos direitos humanos. **Seu enfrentamento exige transformações muito profundas e duradouras que transcendem a atuação de um Projeto como o Sementes.** Por isso, assim como foram nele acolhidas, seguem sendo levadas adiante como causa e compromisso das organizações de direitos humanos que dele fazem parte.

19. O que finalmente ocorreu no final do ano com a publicação do Decreto n. 11.867/2023, disponível em <[www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.867-de-27-de-dezembro-de-2023-533932651](http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.867-de-27-de-dezembro-de-2023-533932651)>.

## 1.5 Produção de Conhecimento



A principal se articula como cuidado e preservação dos saberes e conhecimentos históricos e ancestrais presentes nas organizações e movimentos populares como práticas de proteção popular. Este exercício é uma das centralidades do projeto político-pedagógico da proteção popular, no qual bebe e para o qual colaborou o Projeto Sementes.

### **A sistematização e socialização destas práticas não ganha publicação e publicidade por motivos cuidadosos:**

não expor aos agentes violadores as estratégias e metodologias de proteção, visto que fazê-lo significaria enfraquecer a atuação da proteção popular. Assim, o Projeto procurou fazer circular pela oralidade, pelas trocas entre pares, pelas dinâmicas de multiplicação nas oficinas formativas e encontros nacionais.

A consigna da proteção popular e as dimensões de autoproteção, de proteção recíproca e de proteção solidária resumem o quanto pode ser dito publicamente a esse respeito.

**Os Relatórios Anuais** reúnem contribuições de organizações e movimentos sociais pela voz de suas lideranças, defensores e defensoras de direitos humanos. Cada um deles dialogou com o contexto principal característico do ano: o **primeiro**, em **2021**, discutiu os impactos da pandemia Covid-19 na atuação de defensoras e defensores de direitos humanos; o **segundo**, em **2022**, ocupou-se do significado das eleições gerais para a atuação dos defensores e das defensoras de direitos humanos; o **terceiro**, este de **2023**, reflete sobre o significado do novo governo e das políticas por ele implementadas para a proteção de defensores e defensoras de direitos humanos.

As publicações do **Projeto Sementes**, algumas delas feitas em cooperação com o Projeto Defendendo Vidas, como é o caso da Série Proteção Popular, são subsídios formativos, mas também materiais de referência para o desenvolvimento das atividades do Projeto, mas que também se mantêm como referenciais para o seguimento da atuação das organizações que com eles tomaram contato. A série é composta por cinco cadernos: **Caderno 1** – Proteção Popular de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos; **Caderno 2** – Subsídios para Análise: desafios à proteção popular de Defensores e Defensoras de direitos humanos; **Caderno 3** – Proteger quem protege: subsídio para análise de contexto e plano de ação protetiva popular; **Caderno 4** – Organização Popular e Atuação em Rede para fortalecer a Proteção Popular; **Caderno 5** – Subsídios para a Proteção Popular: recomendações de Organismos Internacionais para Proteger Defensores e Defensoras de Direitos Humanos.<sup>21</sup>

Importante registrar também a publicação de orientação para a proteção de defensores e defensoras de direitos humanos nas eleições de 2022.<sup>22</sup> Uma sistematização que também poderá ser atualizada e seguir sendo subsídio em próximos momentos. No âmbito acadêmico, destaca-se a produção de um número especial da Revista Atâtôt – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, dedicado ao tema da proteção de defensores e defensoras de direitos humanos. Mantida pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), apresenta-se como uma contribuição adicional a este processo. Também importante registrar a publicação do livro “Proteção Popular em Direitos Humanos: sentidos, limites e potencialidades”, de autoria do coordenador

20. Todos estão disponíveis em <<https://sementesdeprotecao.org.br/publicacoes/>>.

21. Ver <<https://sementesdeprotecao.org.br/direitos-humanos-e-eleicoes/>>

22. Volume 4, número 2, jul a dez/2023, disponível em <[www.revista.ueg.br/index.php/atatot/issue/view/739](http://www.revista.ueg.br/index.php/atatot/issue/view/739)>

geral do Projeto Sementes, Paulo César Carbonari, e feita pela Editora EAB<sup>23</sup>, que reúne reflexões e produções nascidas no âmbito do Projeto, ainda que não prevista como um produto dele.

O estudo sobre **“Responsabilização de empresas e a proteção de defensores e defensoras de direitos humanos”** visa trazer um “panorama completo do estado da arte das regulações nacionais e dos sistemas de proteção de direitos humanos interamericano e internacional sobre as obrigações já existentes das empresas e Estado, as lacunas e os processos em desenvolvimento, para definir como responsabilizar empresas por ataques e violações de direitos humanos a pessoas defensoras”. Ele também sugere “recomendações para dar seguimento aos trabalhos de advocacy e militância da sociedade civil e órgãos governamentais, visando uma dinâmica de prevenção e apuração de responsabilidades cada vez mais adequada à nova realidade e buscando dar a proteção merecida às pessoas defensoras de direitos humanos, que exercem papel cada vez mais indispensável”. Foi desenvolvido pelo Homa – Instituto de Direitos Humanos e Empresas, uma das principais referências sobre o tema no Brasil. Neste contexto, fica como legado para seguimento, podendo servir de subsídio para debates sobre o tema e, sobretudo, para a incidência na tramitação de legislação específica a respeito, no Congresso Nacional.

O relatório de pesquisa sobre “Percepções de defensores e defensoras de direitos humanos sobre proteção popular e proteção institucional em tempos de ameaças fascistas no Brasil” teve por objetivo geral “diagnosticar a situação de defensores/as de direitos humanos (DDDH) com a finalidade de recolher subsídios para a orientação de ações de proteção popular e de proteção institucional por parte da política pública de proteção a DDDH” e como objetivos específicos: “sistematizar as percepções a respeito das principais manifestações e as causas do risco (ameaça e perigo) à atuação de DDDH; mapear as principais estratégias e metodologias de ação da realização da proteção popular de DDDH desenvolvidas nas organizações e movimentos populares; sistematizar a percepção dos limites da atuação da proteção institucional e recolher propostas de ação para a qualificação da política pública de proteção a DDDH”.

Sua realização foi feita por entrevistas com defensores e defensoras de direitos humanos com larga experiência de atuação no tema. Foi desenvolvido em parceria com o Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, Educação e Políticas Públicas” (DHEPP), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), coordenado pelo professor doutor Ulisses Terto Neto. Estes dois documentos, assim como todos os demais, ficam como referência para subsidiar o seguimento da atuação de defensores e defensoras de direitos humanos.<sup>24</sup>

### **A comunicação e a visibilidade são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento do Projeto Sementes.**

Elas completam a dinâmica de produção de conhecimento, com a produção de signos e informações. Entre as principais produções estão a logomarca do Projeto, bem como sua apresentação gráfica.<sup>25</sup> Também são parte deste conjunto o site<sup>26</sup> e vários materiais, entre os quais as produções para a Campanha Nacional de Comunicação<sup>27</sup> desenvolvida. O conjunto das produções constitui acervo importantíssimo para o conhecimento do que nele foi realizado e por ele sistematizado.

23. Ver <<https://eabeditora.com.br/catalogo-impresso/protecao-popular-em-direitos-humanos/>>

24. Todos estão disponíveis em <<https://sementesdeprotecao.org.br/publicacoes/>>

25. Ver <<https://youtu.be/WDq0XM1GZM4>>

26. Ver <<https://sementesdeprotecao.org.br/>>

27. Ver <<https://sementesdeprotecao.org.br/campanhas/>>

# 2. Primeiro Ano do Governo Lula

## Narrativas dos e das Defensores e Defensoras de Direitos humanos

Nesta parte do relatório, estão transcritas as entrevistas de defensores e defensoras de direitos humanos que fizeram uma breve autoapresentação sobre sua trajetória, seguida de uma análise do primeiro ano do governo Lula 3, a partir das suas experiências e vivências e orientados/as pelas seguintes questões: Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos? Quais as mudanças já experimentadas? Quais os desafios que permanecem?

A seguir, as narrativas, organizadas em ordem alfabética do nome dos/das defensores/as:



# Adriana de Souza de Lima

## Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (Rede PCTs)



**Eu sou Adriana Lima, uma mulher caiçara da região da Jureia em Peruíbe (SP), no sudeste brasileiro.**

Sou educadora popular e integro a Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (Rede PCTs), juntamente com mais 27 segmentos de povos e comunidades tradicionais. Na Rede represento as comunidades caiçaras através da Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras, que tem abrangência no litoral dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, onde as comunidades caiçaras se encontram e vivem.

Minha luta começa a partir desse território onde eu vivo, nas cidades entre Peruíbe e Iguape. É uma luta pelo direito territorial, pelo direito de permanecer em nossos territórios que são sobrepostos por grandes empreendimentos, por uma unidade de conservação de proteção integral, de onde nos expulsam, tirando todos os nossos direitos fundamentais de viver com dignidade. Então, é a partir desse processo que nós vamos nos encontrando com os outros povos e comunidades tradicionais em outros espaços e descobrindo que a luta não é só nossa, ela é muito maior, que as pressões são muitas.

Hoje, nos juntamos à Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais e fazemos essa luta e resistência de criar estratégias para defender nossos territórios, nossos direitos e reivindicar frente aos governos e ao Estado brasileiro que reconheça nossos direitos de viver em nossos territórios com dignidade. Então, quando o Estado nega nossa existência, nós ficamos muito vulnerabilizados e à margem das políticas públicas, principalmente.

Então, a Rede PCTs tem sido um grande espaço de construir conjuntamente um olhar mais amplo para o território brasileiro, pensando nos diferentes povos e comunidades tradicionais e toda sua diversidade: agora não estou na luta só com as comunidades caiçaras, mas como uma grande rede que abrange 28 segmentos do nosso país e com outros coletivos de PCTs.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Primeiro, acho que é importante falar que, para mim, a mudança do governo tem uma importância muito grande porque estávamos completamente sufocados, com a corda no pescoço. Nós tínhamos que nos defender o tempo todo do próprio governo federal e isso faz com que a nossa luta seja mais árdua ainda, faz com que a gente tenha que lutar contra um Estado que deveria nos defender. Então, com a mudança do governo, entendemos que a gente tira a corda do pescoço. A gente tem um respiro, saímos daquele sufoco que estávamos vivendo com os últimos anos com o governo passado. **Esse governo atual, eleito por nós, possibilita que a gente retome o processo democrático no país para que haja um diálogo direto com os diferentes grupos, podendo pressionar e exigir nossos direitos.**

Outra questão que eu **poderia destacar foi a própria escolha da composição do Ministério de Direitos Humanos**, com o ministro Sílvio Almeida à frente desse processo. É alguém muito respeitado e com grande compromisso ético e político também. Também gostaria de acrescentar **a composição de estruturas do governo com pessoas bastante conhecidas de nossa luta. É a primeira vez que há diversas pessoas que são reconhecidas pela população tradicional nesses espaços, o que nos dá esperança também.**

## Quais as mudanças já experimentadas?

Nós, enquanto **Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais**, estamos organizados e articulados atuando junto ao **Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, com 28 representações, além de representantes de vários ministérios.** Temos representação do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania dentro do Conselho, acompanhando nossas reuniões, e isso para nós é muito importante porque ali também é que se dá o espaço de diálogo, onde diferentes representações de povos e comunidades tradicionais trazem suas demandas, suas denúncias. É importante que tenha uma escuta bastante ativa nesse espaço.

Outra questão também é a **indicação de representantes para participar dos encontros e dos eventos já organizados pela própria Rede PCTs com a presença do Ministério dos Direitos Humanos.** Essa interlocução entre a Rede e instâncias do governo possibilita abrir um diálogo direto e significa que nós estamos também sendo vistos nesses espaços; os grupos também necessitam desse diálogo direto e dessa escuta. Ocupar esses espaços como o Conselho é muito importante, mas a nossa articulação política se dá na Rede PCTs onde a confiança é maior. Manter diálogo com esses interlocutores do governo é importante porque reconhece o nosso espaço político de articulação enquanto sociedade civil. **A retomada e a construção do Programa de Proteção dos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, essa adequação que está sendo pensada, já é uma sinalização, embora seja uma demanda das organizações.** Essa construção vem através de uma ação do Ministério Público, mas o **fato de rapidamente o Estado assumir essa adequação também nos fortalece bastante.**

## Quais os desafios que permanecem?

Os grandes desafios ainda são porque nós somos muito diversos, enquanto esse recorte de povos e comunidades tradicionais. **Hoje nós somos 28 grupos “reconhecidos” pelo Estado brasileiro, mas ainda não efetivamente.** Ou seja, temos um Estado que reconhece aqueles grupos que estão na Constituição Federal denominados como povos indígenas, comunidades quilombolas. **Mas os outros grupos, que somos nós, os demais grupos que representam essa diversidade, ainda precisamos ter a nossa existência reconhecida, cada um na sua identidade, costumes, espiritualidade e ancestralidade, porque somos muito diversos.** Temos pontos de **luta comuns que convergem, mas temos uma diversidade muito grande, principalmente territorial.** Isso é muito rico, mas precisa de efetividade para esse reconhecimento.

Considero que o **diálogo direto** com essas representações também é fundamental. Eu vejo, por exemplo, que **esse grupo de trabalho para a retomada do Programa de Proteção dos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos precisa ter representação dos grupos de povos e comunidades tradicionais**. Talvez a gente não dê conta de ter representação de todos os segmentos de PCTs, mas de uma grande parte deles. A Rede, como interlocutora, também pode estar ocupando esses espaços **porque é quem dialoga hoje diretamente com os 28 segmentos de povos e comunidades tradicionais**.

**Mas o nosso maior desafio ainda hoje** é que a gente consiga **concretizar** um programa mesmo, um plano, **e que possamos prevenir as consequências piores que os diferentes grupos vêm sofrendo nos territórios**. Precisamos conseguir impedir que se chegue à morte das pessoas que sofrem ameaças nos territórios. Cada representante de cada grupo, em diferentes estágios, em diferentes processos, sofre ameaças. Alguns são mais ameaçados, outros menos, **mas queremos que cada vez mais as ameaças sejam impedidas de se concretizar, que as violências não cheguem à morte das lideranças**. Cada vez que nos reunimos ouvimos casos novos de ameaças e sofremos juntos.

Tem uma outra questão que é também muito forte: **o medo**. Porque, quando a gente vive com medo, **a gente não vive a nossa plenitude**, não vive de forma completa. Então, viver com medo é muito ruim. É um processo muito difícil e doloroso você viver sabendo que no dia seguinte pode não estar ali mais com a sua família, com seus parentes nessa luta. O medo é uma questão que ainda nos assusta muito nesse processo.

Essas são questões que precisamos cada vez mais trabalhar para que a gente possa viver com mais tranquilidade nos nossos territórios, onde no dia a dia enfrentamos, muitas vezes, grandes empreendimentos, grupos econômicos gigantes que querem de qualquer forma ocupar esses territórios e a gente também se coloca o tempo todo com os nossos corpos, na defesa desses territórios. **São nossos corpos de mulheres e homens que estão ali sendo vistos, sendo oprimidos e violentados**. Então, precisamos pensar também formas de proteger e defender os territórios **e o diálogo cada vez mais direto** com esses grupos de povos e comunidades tradicionais é fundamental.

**Então, hoje, nós temos os processos de consulta também dos territórios porque é importante que, para cada lugar, seja pensado de uma forma diferente**.

Não dá para pensar um programa e colocar todo mundo no mesmo balaio. Não dá. É uma diversidade **e são pressões diferentes** que cada grupo sofre. Percebo que esse processo ainda precisa avançar muito porque uma liderança ameaçada representa um território ameaçado. Pelo fato de a Rede também estar circulando nos diferentes territórios, dialogando com as diferentes comunidades e com os povos, vamos ouvindo muitos depoimentos difíceis, muitas denúncias. **Cada vez que um território é ameaçado, uma liderança é ameaçada, afeta todo mundo porque nós somos um corpo maior, enquanto uma grande comunidade**.

Hoje nós temos várias legislações que nos reconhecem e que nos fazem acreditar que temos direitos. Mas, como eu falei inicialmente, **nós temos um Estado que não nos reconhece como um todo**. Então, precisamos **cada vez mais dar visibilidade** a esses diferentes grupos de povos e comunidades tradicionais. Antigamente, nós precisávamos nos esconder como uma estratégia de nos defender e sobreviver. **Agora, a nossa estratégia é a visibilidade**. Então, nós precisamos que todas as instâncias dos governos e do Estado brasileiro reconheçam a nossa existência. Precisamos que o nosso representante maior (o presidente Lula) também nos reconheça, saiba que nós existimos, porque acreditamos que é só quando o Estado brasileiro reconhecer a nossa existência que nós vamos ter uma visibilidade maior, inclusive para acessar as diferentes políticas públicas. **Enquanto estamos na invisibilidade, sem acesso aos nossos territórios, que é a base para nossa vida, para nossa existência, não acessamos também as outras políticas públicas e vivemos nesse conflito**. É como se fosse pedir uma esmola, mas na verdade **são nossos direitos**.

Então, acreditamos também que a defesa dos nossos territórios está totalmente relacionada com as violências que nós sofremos. **Ter os nossos territórios demarcados e reconhecidos também diminui o processo violento de disputa que nós passamos ainda nos dias atuais**. Porque esse é um processo violento, que vem desde a colonização e que nos persegue até hoje: **a disputa territorial e a questão fundiária**. Para nós é fundamental que o Estado brasileiro nos reconheça, dê visibilidade para os diferentes povos e comunidades tradicionais, não deixando de reconhecer e fortalecer aqueles que já têm visibilidade e que também já fizeram lutas profundas para chegar aonde chegaram e que nos inspiram a seguir lutando.





Por toda essa diversidade que nós somos e representamos, ainda temos limitações para falar por todos. Essa reflexão que trago é a partir da experiência do meu território, enquanto alguém que está na luta há mais de 20 anos e que recentemente está ocupando esse espaço em nível nacional. É todo um processo de aprendizado e de escuta com os diferentes grupos. **Mas a nossa questão maior e mais forte, mesmo, é sermos reconhecidos pelo Estado como grupos diferenciados que estamos em todos os biomas brasileiros, defendendo a vida na sua integridade** - seja a nossa vida e a vida do nosso território como um todo. **Essa é a base da nossa construção enquanto povos e comunidades tradicionais hoje.**

Falei da nossa luta por reconhecimento nacional e gostaria também de falar sobre uma questão muito importante que são as violências que sofremos desses grandes empreendimentos. **Eu venho da luta contra as políticas estaduais que são construídas de cima para baixo e nos afetam diretamente.** Estou falando das violências que nós sofremos nos estados, uma das questões gritantes para nós, povos e comunidades tradicionais. Essa realidade também tem aparecido em muitos outros estados, quando políticas são criadas e elas se sobrepõem aos direitos culturais e de existência dos povos e comunidades tradicionais. Então, isso também é uma violência muito grande em relação aos direitos humanos **porque são políticas de exclusão e de expropriação dos territórios também.**

Essa é uma questão que precisa também ser olhada. Nós estamos numa discussão bastante profunda sobre essa questão, mas ainda não

avancamos muito. Então, a gente também precisa olhar por esse lado porque **isso viola nossos direitos básicos, nos expulsa dos nossos territórios de origem e nós perdemos toda a cultura, nosso modo de vida, as práticas tradicionais e ancestrais.** Essa violência que sofremos não é uma questão só das comunidades caiçaras, mas é uma questão dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. **Nós, caiçaras da Jureia, temos uma luta de quase 40 anos; eu já estou há quase 25 anos na luta e muitos me antecederam. A nossa luta começou na década de 80, ainda no período da ditadura militar e, de lá até aqui, é um enfrentamento permanente com o governo do estado de São Paulo que, nesse período, sempre teve a mesma política perversa, excludente, violenta e racista,** que se estende a outros povos e comunidades tradicionais também. **Das 22 comunidades caiçaras da Jureia, 12 não existem mais.** É uma violência também a ser encarada de frente. O tempo todo nós temos que nos defender do governo/Estado, com seus megaprojetos desenvolvimentistas, mas também do agronegócio, mineração, dos fazendeiros, da especulação imobiliária e muitas outras pressões. Há comunidades tradicionais que correm o risco de deixar de existir, pois estão somente em uma região do país. **A pressão é tão grande que podem ser extintos como comunidades tradicionais, perderem seus territórios, a exemplo dos Retireiros e Retireiras do Araguaia (MT) e as Catadoras de Mangaba (SE).**

Como falei anteriormente, **precisamos que o Estado brasileiro nos reconheça, porque existimos, e reconheça nossos territórios autodeclarados** porque, aí sim, vamos ter um caminho para avançar e ultrapassar essas violências e violações de direitos humanos nos estados também. **Nós existimos!**

# Alair Luís dos Santos

## Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar (Contag)



**Eu sou Alair Luiz dos Santos, do estado de Goiás, mas estou falando de Brasília, da sede da CONTAG, onde sou diretor de Política Agrária.**

A CONTAG tem uma diretoria composta por 12 pessoas – seis homens e seis mulheres – e estamos na luta em defesa da reforma agrária.

A minha participação enquanto dirigente sindical na luta em defesa dos direitos humanos é mais voltada para a questão da reforma agrária. Nós temos atuado muito em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, daqueles que querem um pedaço de terra para nela viver, plantar, tirar seu sustento e alimentar a sociedade. Porque a pessoa se transforma de um sem-terra, sendo assentado, em um agricultor ou agricultora familiar, com o objetivo de produzir alimentos saudáveis para nossa população brasileira. Então, a minha experiência vem dessa luta na defesa do direito dos trabalhadores e trabalhadoras terem um pedaço de terra e, conseqüentemente, acessar as políticas públicas que nós vamos conquistando ao longo dos anos para ter qualidade de vida.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

O novo governo Lula, nesse terceiro mandato, **traz para nossa luta em defesa do direito à terra, do direito à qualidade de vida no campo, um significado de que a gente tem esperança novamente.** A esperança não do esperar com os braços cruzados, **mas do esperar lutando, do esperar mesmo.** Então, significa que a gente visualizou uma luz no fundo do túnel, **haja vista que a principal luta nossa é a reforma agrária e, nos últimos seis anos, a reforma agrária foi trabalhada para chegar ao fim, acabar mesmo.** Não só acabar com a luta dos movimentos sociais, mas acabar também **com o principal instrumento que é o INCRA, que promove a reforma agrária, a regularização fundiária, essa política tão importante para a vida dos brasileiros e brasileiras.**

Então, traz uma nova esperança, apesar de nós termos percebido que ainda não é possível fazer com que a reforma agrária ande a passos largos. **Primeiro porque** o INCRA estava desestruturado, estava mesmo no sentido de praticamente acabar. **Segundo porque** o orçamento também é muito apertado. **Nós estávamos conversando numa audiência pública com o presidente do INCRA e seria necessário ter pelo menos 7 bilhões de reais para fazer um trabalho mais ou menos razoável de reforma agrária.** Nem seria o valor que nós desejávamos, **mas o INCRA tem apenas 500 milhões, então é uma diferença muito grande.**

Mesmo a gente tendo muita expectativa, mesmo o governo tendo um significado de que a luta vai fortalecer, a gente tem esses pormenores que precisamos ir trabalhando no sentido de ir aparando as arestas. Para nós, traz uma expectativa no sentido de que é um governo que não vai falar – como o governo anterior – que os movimentos sociais não têm valor, que o movimento sindical acabou, que ele é o todo poderoso, vai fazer tudo. **É um novo governo que reconhece a necessidade da gente se organizar, valoriza os movimentos sociais e o movimento sindical e, junto com isso, traz uma perspectiva de que de fato temos possibilidades de avançar na luta pela reforma agrária e por outros diversos direitos também, que a gente tem conquistado ao longo dos anos.**

Há uma possibilidade de reconstrução mesmo, mas ao mesmo tempo com limitações claras, principalmente limitação orçamentária, para fazer o que precisa ser feito para essa população tão grande que necessita de terra, de regularização da terra, de ter acesso à terra. Se quem luta por terra tiver o acesso à terra, a violência tende a diminuir um pouco. Acabar, eu não acredito. Porque, quem promove a violência, está do lado de lá querendo desestabilizar o governo também. É por isso que eu acho que a violência não acaba, porque quem promove a violência não somos nós. **Quem promove a violência são eles, o agronegócio.**

## Quais as mudanças já experimentadas?

Hoje nós temos um governo que abre o diálogo com a sociedade e isso é de suma importância porque, tendo espaço para dialogar, pelo menos temos uma expectativa de que as pautas podem caminhar. Eu já disse que a pauta da reforma agrária não vai caminhar a passos que nós queremos, mas, pelo menos, abre um diálogo e dá para nós fazermos um acompanhamento da evolução, ou não, das políticas que estamos pleiteando. Então esse é o primeiro passo que é muito importante. **Outra questão é a volta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA),**

por exemplo, que volta com um orçamento bastante apertado, **mas traz para nós um significativo de mudança que a gente queria.**

Nos governos de Lula e Dilma, **nós tínhamos o MDA e agora ele volta incluindo a expectativa da agricultura familiar junto. Isso é importante porque vem, por exemplo, com a volta do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),** que nos remete a uma perspectiva de produção de alimentos com garantia de vendas. Isso é muito importante para nós porque não precisamos ficar

à mercê do mercado local, apenas. É claro que, também, se a gente for produzir só para o PAA, nós também não vamos consumir e conseguir escoar toda a produção. **A outra mudança é abertura de diálogo sobre a reforma agrária. O governo, o MDA e o INCRA trazem abertura,** apesar da gente saber que não iremos conseguir fazer uma reforma agrária plausível. **Mas as conversas e o diálogo estão acontecendo e,** hoje, temos condição de fazer só isso, **mas a gente está lutando para fazer muito mais.**

**Outra questão importante é a valorização do nosso controle social:** as políticas e os conselhos. Vários conselhos estão sendo retomados aqui do nosso lado. Nós estamos por dentro dos conselhos que tratam da resolução dos conflitos no campo, estamos dialogando, e isso é uma mudança importante porque traz a sociedade para pensar as políticas públicas. E depois cada um vai participar do jeito que estiver preparado, uns com maior qualidade, outros com menos qualidade, mas está aberto.

Nós estamos sendo recepcionados, sendo ouvidos, ajudando a levar para dentro do governo as questões mais duras que a gente enfrenta na realidade da vida, da luta por direitos e, em especial, a questão do direito pela terra.

**Eu avalio que é uma questão que mais tem gerado conflitos: o direito pela terra, o direito pela moradia.** E, quando eu falo do direito pela terra, **também incluo a terra para moradia na cidade.** Isso para mim já é uma mudança muito significativa porque traz a sociedade para dentro da discussão para podermos ajudar a conduzir o governo, mas também criticar o governo nos momentos que seja necessário.

## Quais os desafios que permanecem?

Um dos grandes desafios é justamente a gente compreender o momento atual. Compreender que nós temos um Presidente da República que tem uma abertura para nós, mas que ele não é o governo, ele é um chefe de Estado, mas não tem o poder total de chefiar e de fazer o que ele deseja ou o que nós desejamos. Então, nem chega perto de atender nossas demandas. Esse para mim é o principal desafio: compreendermos esse momento, essa conjuntura, sabendo que temos que cobrar do governo central, mas, em determinados momentos, temos que apoiar também. O desafio é saber a hora certa de apoiar e de cobrar e é difícil de separar porque eu sou o cobrador, mas também defendo o governo.

Eu digo isso porque, se a gente não continuar com as mobilizações, sejam elas mais agressivas ao governo ou menos agressivas, nós não vamos conseguir alcançar aquilo que a gente tanto deseja.

**Nesse ano, nós, da CONTAG, já fizemos duas boas mobilizações.** A primeira, no final de abril, **o Festival da Juventude com 5 mil jovens, em Brasília,** que traz no seu bojo a reivindicação de políticas públicas voltadas para a juventude. Foi um momento de a gente, de certa forma, pressionar o governo, mas também de dizer: “Olha, nós estamos esperançosos”. **O outro grande momento foi a Marcha das Margaridas, em agosto, com 100 mil mulheres em Brasília.** Não é pouca coisa! A Marcha apresenta uma pauta extensa que inclui: família, valorização da mulher, da juventude, das nossas lutas, mas traz também, além disso, a parte de cobrança de dizer para o governo: **“Olha, a gente fez essas duas grandes mobilizações, nós estamos aqui para cobrar, mas nós também estamos aqui para o que der e vier, para apoiar naquilo que nós entendermos que é importante para o conjunto da sociedade”.**

A partir dessa força, a gente corre atrás de superar um Congresso que nada quer, um Congresso conservador que só quer destruir o Brasil. Superar para poder ir implementando algumas políticas que nós mais desejamos, apesar de que, aqui e acolá, o governo faz coisas que a gente questiona. Dias atrás, o governo entregou a Caixa Econômica para o principal inimigo. Então, agora, a gente critica. Por outro lado, nós também fazemos uma leitura se isso era necessário para que o governo pudesse adquirir um maior apoio no Congresso para as pautas. Tem coisas que a gente ainda fica assim meio sem entender e a gente critica e, às vezes, a gente tenta compreender, mas desce arranhando muito na garganta.

Esse é o grande problema e os desafios são enormes porque, hoje, por exemplo, o governo fala em “prateleiras de terra” para a reforma agrária. O nosso desafio enquanto organização é compreender o que significa isso mesmo de prateleiras de terra. O governo fala: “nós temos terras públicas da União - que estão numa prateleira; nós temos terras de devedores da União - estão em outra prateleira; tem terras de devedores para bancos - estão em outra prateleira; tem terras de pessoas que grilaram a terra”.



Então, o governo faz toda uma escala e o problema é a gente ver isso caminhar, a gente ver esse processo andar para de fato a gente compreender: “não, o governo estava certo quando falava de prateleiras, porque tudo precisa de recursos”. O governo não vai pegar uma terra que está penhorada em algum banco e ficar com ela de graça. Tem que pagar porque o banco quer receber. Os desafios são vários, enormes, para tudo e a cada momento é um desafio diferente.

Para a agricultura familiar, por exemplo, nós tivemos uma conquista de um volume bom de recursos, mas tem um desafio que é o de fazer com que os bancos operem. Os dois maiores bancos que operam o **PRONAF**, por exemplo, são o **Banco do Brasil** e o **Banco do Nordeste** que têm enormes dificuldades de trabalhar com pequenos projetos, não têm recurso humano para operacionalizar e atender a um volume grande de agricultores familiares. Então, os desafios são de todos os tamanhos.

Outra questão importante são as nossas articulações, as campanhas, e nós estamos falando aqui da campanha **Sementes, Vida e Juventude, as campanhas contra a Violência no Campo, a campanha Despejo Zero, que continua, a campanha de Reforma Agrária Ampla, Massiva e Radical**. Então, essas atividades são a nossa possibilidade também de nos organizar e caminhar juntos. Pode não ser o tempo todo, mas, pelo menos, em alguns momentos, para defender aquilo que é mais macro para a sociedade. Eu trago essa reflexão como uma fase boa porque nós temos trabalhado muito juntos em alguns momentos, em outros a gente separa porque cada um tem a sua especificidade; para mim não é problema. Essa possibilidade que nós temos novamente de trabalhar juntos e ser reconhecidos. **Nós temos uma organização chamada Campo Unitário, onde todos os movimentos do campo se reúnem e o governo reconhece o Campo Unitário como um todo e reconhece também as organizações separadas como o MST, a CONTAG, a CONTRAF**. Reconhecer o que é cada movimento é muito importante porque, senão, bota tudo num bolo só e cada um tem sua especificidade de luta.

# **Benedito Roberto Barbosa (Dito)** Central de Movimentos Populares (CMP)



Meu nome é Benedito Roberto Barbosa (Dito), sou coordenador da Central de Movimentos Populares, da capital de São Paulo, sou advogado do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, atuando diretamente com a pauta da moradia.

Eu tenho uma atuação mais local nesse momento, mas também colaboro na articulação da Campanha Nacional Despejo Zero e na luta do movimento sem-teto.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Nós saímos de um momento trágico desde o golpe da presidenta Dilma, em 2016, com o desmonte das políticas públicas em geral, e assistimos a um progressivo desmonte das políticas de habitação no Brasil. Nunca foi muito fácil construir política de moradia social no país. Nos momentos mais importantes dos governos anteriores de Lula, por exemplo, o programa Minha Casa Minha Vida veio como uma resposta muito mais à crise econômica de 2008.

**É importante lembrar a crise econômica de 2008, a quebra do banco Lehman Brothers, toda aquela situação que envolveu a crise imobiliária dos Estados Unidos e que gerou uma série de quebras de bancos pelo mundo afora gerando impactos, especialmente nos aluguéis, na questão habitacional.** Nós vivemos também os momentos da pré-Copa do Mundo, **com muitas situações de conflitos e despejos, vivemos momentos difíceis.** Essa situação se agravou ainda mais após o impeachment da presidenta Dilma.

**Com Bolsonaro piorou muito e agravou ainda mais com a pandemia.** Esse processo de crise na área urbana foi aumentando e os dados dos últimos 10 anos mostram o agravamento da crise das cidades. O Censo de 2010 demonstrava que nós tínhamos mais ou menos **5,6 milhões de imóveis vazios ou abandonados no Brasil.**

Com o Censo de 2022, **esse número praticamente dobrou e passa de 11,5 milhões de imóveis vazios.** Também assistimos a uma outra situação: **em 2010, nós tínhamos cerca de 4 mil núcleos de assentamentos precários - de favelas - no Brasil. Esse número agora, com os dados do Censo de 2022, é de quase 13.500 núcleos de assentamentos precários no país.** Então, triplicou praticamente o número de favelas e assentamentos precários nos últimos 10 anos.

**O arco dos 10 anos demonstra uma piora absurda da qualidade de vida das pessoas que precisam de habitação no país.** Esses números não param de nos alarmar. Por exemplo, **nós temos hoje no Brasil 24 a 25 milhões de domicílios com alguma precariedade, ou seja, falta de água, falta de saneamento, de instalação de estrutura mínima, de acesso a transporte público, precariedade habitacional.**

Se multiplicarmos por quatro, que é a média de pessoas por família na população brasileira, **nós estamos falando de 100 milhões de pessoas hoje, no Brasil, que têm uma situação de**

**precariedade habitacional. Esses dados são do IBGE, do último Censo, e também são do IPEA.** Não temos um Censo em relação à população em situação de rua, mas temos **dados que apontam em torno de 281 mil pessoas nessa situação de rua no Brasil.** Porém, **segundo dados do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, esses números são subestimados e pode passar de 350 mil pessoas em situação de rua no Brasil nesse momento.** O ministro Alexandre de Moraes, em função de uma ADPF interposta no Supremo Tribunal Federal, **determinou que todos os municípios do Brasil apresentem um plano, num período de 6 meses, para enfrentar esse drama que é gigantesco.**

**Esses dados demonstram que a ineficiência de políticas públicas piorou muito a situação da moradia no Brasil.** Concomitante a esses processos, **houve um aumento sistemático dos conflitos pelas terras urbanas e, por outro lado, uma sistemática de violência contra pessoas que defendem o direito à moradia no Brasil.**

Essas ações são realizadas de forma repressiva, ostensiva, sistemática e com intimidação e tem também ações de caráter administrativo para intimidar e ameaçar as pessoas.

Essas operações que acontecem nas ocupações, além do caráter repressivo e intimidatório, **também tentam criminalizar os ocupantes e as lideranças.** Na ocupação do Denarc/SP, a ação da polícia quebrou várias portas das casas e deixou uma "intimação", um bilhete escrito à mão, para os moradores e lideranças comparecerem no Denarc, o departamento de repressão às drogas em São Paulo. Estamos tomando medidas cabíveis em relação a essa ação do ponto de vista jurídico e fizemos também denúncia na ouvidoria. Temos ações constantes de repressão dentro das ocupações - seja da polícia militar, da polícia civil ou da Guarda Civil Metropolitana. As denúncias de violação de direitos humanos contra os moradores e suas lideranças são constantes em todas as ocupações de todas as regiões do Brasil.

É importante registrar esses fatos porque, embora a gente tenha eleito um governo popular no Brasil, essas ações em geral são feitas pelas polícias estaduais. Nós temos expectativa de que a situação melhore, a partir da interlocução com o governo federal, até para acompanhar e monitorar essas ações, além de implementar agendas que possam viabilizar uma política de maior proteção aos defensores do direito à moradia no Brasil.

Mas o que nós temos assistido é uma agenda de violência sistemática, praticamente em todos os estados do Brasil, contra ocupantes e lideranças de ocupações.

**Temos monitorado essas ações através da Campanha Nacional Despejo Zero** e levado essas denúncias ao **Ministério da Justiça e ao Ministério de Direitos Humanos**, mas o que precisamos é de políticas mais efetivas e estruturantes e de maior compromisso do Estado - **especialmente do Ministério dos Direitos Humanos e do Programa Nacional de Proteção de Defensores**.

Se faz necessário monitorar a repressão às lideranças de direitos humanos e de direito à moradia, que atuam nas ocupações, como também no sentido de tentar implementar políticas em parceria com governos estaduais,

prefeituras - ou ainda organizações não governamentais - para que possam, de fato, chegar na ponta para viabilizar a proteção desses defensores do direito à moradia que estão sendo ameaçados.

Observamos que o governo Lula está recomeçando e, pelo menos nós nos movimentos, ainda não sentimos mudanças efetivas nos territórios sobre essa situação de violência. A violência está acontecendo dia após dia, de forma sistemática, praticamente em diversas regiões do Brasil, e sendo realizadas pela polícia federal, pelas polícias estaduais, seja a polícia militar ou polícia civil, em geral por agentes do Estado e, em algumas situações, o processo de repressão também sendo realizado por grupos e agentes privados.

## Quais as mudanças já experimentadas?

Poucas mudanças estamos experimentando do ponto de vista da garantia dos direitos humanos nas ocupações, nas regiões de conflito. Há, por parte do governo, uma abertura para o diálogo e efetivamente temos buscado, **seja com o Ministério da Justiça** (que criou um comitê para atuar em conflitos fundiários urbanos, então temos um interlocutor federal, coisa que a gente não tinha anteriormente), **quanto com o Ministério dos Direitos Humanos**.

Mas **temos um problema grave porque o Ministério das Cidades não criou nenhum setor para atuar em conflitos fundiários urbanos**. Isso tem sido uma exigência e demanda de nossos movimentos.

Vamos para Brasília levar essas reivindicações; **vamos solicitar audiência no Ministério dos Direitos Humanos e no Ministério da Justiça**; vamos participar de uma audiência pública na Câmara Federal e iremos levar a situação da pouca efetividade das ações na ponta para proteger defensores de direitos humanos ameaçados de violência em seus territórios.

**É necessária uma ação mais efetiva na política de proteção e, ao mesmo tempo, ter uma ação mais efetiva também na atuação junto aos estados**, obrigando os governos estaduais a implementar política de proteção aos defensores de direitos humanos e aos defensores da moradia.

## Quais os desafios que permanecem?

Efetivamente é necessário estabelecer canais mais ágeis, mais rápidos para viabilizar as denúncias e as políticas de proteção. **Outro desafio é que o Ministério das Cidades possa constituir, de fato, um setor específico para tratar de conflitos fundiários urbanos no Brasil**, atuando nas áreas de maior sensibilidade associadas à situação de conflitos e despejos. Necessário também ter uma política efetiva que possa garantir a proteção dos defensores do direito à moradia no Brasil, especialmente nas áreas onde são mais ameaçados, onde eles sofrem, onde ocorre mais risco de vida ou risco de prisão, ou de processos de criminalização.

**É preciso fazer um mapeamento dessas áreas sensíveis para acompanhar e monitorar toda essa situação**. Nós temos levado, em alguma medida, essas informações ao Ministério de Direitos Humanos e, especialmente, ao Ministério da Justiça. Esperamos que o governo Lula também implemente o que havia sido proposto e incluído no grupo de transição do governo que é a constituição de um órgão interministerial que possa acompanhar e também absorver todo esse conjunto de demandas que os movimentos têm levado ao governo federal.



**Uma questão muito importante é de estabelecer um fluxo e um protocolo para receber as denúncias.** Nós temos falado que a entrada das denúncias, dos conflitos fundiários e também das ameaças contra defensores acontece **de uma maneira muito informal, principalmente no Ministério dos Direitos Humanos.** É necessário estabelecer algum tipo de fluxo, de transparência e de protocolo para que possamos monitorar as denúncias: **como elas chegam ao poder público e como elas se efetivam do ponto de vista da atuação do Estado para garantir a proteção ou para garantir uma solução** para determinado conflito. Na maioria das vezes, ficamos sem informações, a partir do momento da denúncia, de como essas questões se desdobram dentro dos órgãos do Estado para garantir a proteção dos defensores dos direitos humanos.

**Outra questão importante é acompanhar os processos de denúncia.** Nós temos pedido para que esses canais funcionem em qualquer dia da semana, em qualquer hora, em qualquer momento. Por exemplo, no final de semana, é preciso ter plantões porque a todo momento pode acontecer uma situação de violação. Se acontece uma violação no sábado, só vai poder resolver na segunda-feira? É necessário ter algum tipo de plantão, para que se possa, de fato, monitorar o tempo inteiro essa situação de conflitos no Brasil. O grande desafio hoje é constituir, de fato, uma política nacional interministerial e articulada, não só no âmbito do governo federal, mas também com os governos estaduais e municipais para **estabelecer um sistema nacional de proteção para defensores e defensoras de direitos humanos no Brasil.**



# Carlos Magno Fonseca

Associação Brasileira de Gays,  
Lésbicas, Bissexuais, Travestis,  
Transexuais e Intersexos (ABGLT)



**Eu sou Carlos Magno Fonseca, atualmente secretário de movimentos populares e formação da ABGLT, uma espécie de federação que agrega várias organizações. A minha organização de base é o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual e Identidade de Gênero, de Minas Gerais, o CELLOS MG.**

O CELLOS é a organização mais antiga em funcionamento aqui de Minas Gerais, com mais de 20 anos de existência. Minha militância na questão LGBTQI+ iniciou nos anos 2000 e eu fui um dos fundadores do CELLOS. Depois nos filiamos à ABGLT, onde eu fui secretário da região Sudeste, secretário de comunicação, que é a minha formação profissional, porque sou jornalista e fiz também Letras e mestrado em Políticas Públicas.

Eu fui também presidente da ABGLT por um mandato e agora estou como secretário de formação. Fui conselheiro nacional de direitos humanos por duas gestões e, atualmente, estou no Conselho de Participação Social, do governo federal, pela ABGLT. Também participamos do Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. A ABGLT tem várias frentes de ação e uma delas é a defesa dos direitos humanos.



# Qual o significado do novo governo para defensoras/res de Direitos Humanos?

Neste primeiro ano de governo, a gente está com muita esperança porque nós tivemos momentos muito complicados, muito difíceis, principalmente para a nossa população LGBTQI+. Todos os direitos humanos foram atacados, negligenciados e violados, como no caso dos indígenas e quilombolas, mas é importante demarcar que nós estivemos na boca do furacão porque o governo Bolsonaro se construiu com um discurso LGBTfóbico. Quem lembra das eleições de 2018 e a questão da mamadeira de piroca e do kit gay? Foi todo um discurso contra a nossa população e o Bolsonaro se construiu politicamente com esse discurso racista, machista e LGBTQI+fóbico.

**Além do discurso do presidente, houve ações extremamente concretas de ataque, ameaça e violência contra a população. Um dos exemplos é o Conselho Nacional LGBT, que foi sucateado.**

O conselho que, a princípio, era constituído por 11 representantes da sociedade civil eleitos publicamente, **passou a ter apenas três representantes da sociedade civil escolhidos pela ministra Damares.** Praticamente acabou com o conselho porque não tinha representatividade, era chapa branca e nada democrático e nós não participamos desse espaço. Além do desmonte dos conselhos, a inexistência de política pública para nossa população: as ações que tiveram foram a partir de projetos de emendas, dentro da articulação da sociedade civil. Foram anos muito difíceis para a nossa população porque, além da ausência e negligência do governo, houve também uma autorização do discurso de ódio contra a nossa população LGBTQI+.

Com o novo governo, a gente tem uma esperança e já temos algumas conquistas, **como a retomada do Conselho Nacional LGBTQI+ com representação da sociedade civil paritária, que já está em funcionamento.** Nós tivemos também a criação da **Secretaria Nacional pelos Direitos da População LGBTQI+, que é a primeira estrutura dentro de governo.** Percebemos que há uma retomada no sentido de dar uma resposta governamental a todo esse processo de violação de direitos e também de violência.

**O Brasil é considerado o país que mais mata travestis e transexuais e só é possível ter esses dados de violência graças ao próprio movimento social porque não existem dados oficiais do Estado com relação a essa questão.** Esses dados são subnotificados porque é o que sai na imprensa, fruto do trabalho realizado pelo movimento, além de um processo de muita discriminação e de exclusão dessa população. Então, retomando a pergunta, a gente vê com muita esperança a possibilidade de reconstruir porque foi tudo desmantelado. A gente está numa reconstrução.

## Quais as mudanças já experimentadas?

Além da reconquista do Conselho Nacional LGBTQI+, **a gente percebe uma retomada na discussão dos espaços de participação popular como, por exemplo, as comissões.** Estamos participando da **CAMS**, que é a **Comissão Nacional de Articulação com Movimentos Sociais**; também está sendo retomada a discussão da **saúde integral LGBTQI+**, além da questão da cultura. Vai haver uma conferência nacional de cultura LGBTQI+, aqui em Belo Horizonte, e nós da ABGLT estamos na comissão organizadora. **Outra retomada importante é a realização da conferência de educação.**

Então, a gente tem percebido que esse mecanismo de participação, de ouvir o movimento e de rearticular já está sendo feito na cultura, nos direitos humanos e na saúde. Essas ações são iniciativas desse governo. Apesar de ter praticamente 8 meses, a gente já vê algumas iniciativas muito concretas. E espero que, nesse período de mais 3 anos, a gente possa avançar para consolidar mesmo uma política de cidadania para a população e também de enfrentamento ao preconceito LGBTfóbico.

# Quais os desafios que permanecem?

**O primeiro desafio é conter a violência.** Só como exemplo, essa semana um militante de muitos anos na luta LGBT suicidou-se e uma travesti que trabalhava aqui perto da minha casa - todo dia quando eu passava falava com ela - foi assassinada. O desafio é conter essa violência extrema, cuidar da saúde mental de nossa militância e acho que é uma questão inclusive dos direitos humanos. A gente que está no front resolvendo problemas mais coletivos, acaba esquecendo de si e penso que a gente precisa refletir enquanto movimento porque é um Estado de muita violência. A minha organização foi ameaçada. Durante um período fechamos a sede e trabalhamos em casa porque a nossa sede é muito vulnerável, não tem proteção, é apenas uma porta que se abre.

**Um segundo desafio é a gente construir políticas públicas mais eficazes, que não sejam só de um governo** porque, desde o governo Temer, pós-golpe, até Damares, todas as políticas conquistadas por anos foram desmanteladas muito facilmente. **Nós, que participamos do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e do Conselho, que ajudamos a construir as políticas, vamos hoje para Brasília para discutir as mesmas coisas que discutíamos há 10 anos.** Está tudo de volta. É necessário ter políticas concretas e resposta do Estado, política forte de Estado.

**O terceiro desafio é a gente trabalhar com o empoderamento e fortalecimento dos movimentos sociais, constituindo redes.** Temos percebido que, na pós-pandemia da Covid 19, as organizações estão muito fragilizadas. É um desafio fortalecer essas entidades, criar ajuda mútua, porque são as organizações que vão tensionar a sociedade e o Estado para ter ações concretas e, se a gente estiver fragilizado, não vamos conseguir. Tudo que nós conquistamos foi graças aos movimentos. Hoje temos um governo permeado às questões LGBTQI+, um governo mais sensível e democrático, mas, se a gente não tiver militância com condições de participar e de fazer incidência política nesses espaços de participação popular, as ações não avançam. **Os desafios são esses:** conter a violência, construir políticas públicas mais concretas e eficazes e o fortalecimento do movimento social.

Eu também quero falar da questão da violência contra os defensores/as de direitos humanos LGBTQI+. **Temos a ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (à qual a ABGLT é filiada),** que lançou um **relatório sobre violências e mortes violentas contra a população LGBTQI+.** Mas a ABGLT tem focado nos dados de violência contra os defensores/as de direitos humanos LGBT. Uma coisa é uma travesti, um gay ou uma lésbica assassinada. Outra coisa é um dirigente, um organizador de parada - essas pessoas que têm uma visibilidade pública e política grande - serem assassinadas porque isso tem impactos tanto na ação política como no próprio movimento. **A ABGLT tem registrado esses casos e construímos um relatório em que os dados ainda são subnotificados, mas é importante esse registro porque impacta diretamente no movimento e traz muito prejuízo.**

É óbvio que toda vida importa, mas quando a pessoa que está à frente de um movimento, de uma organização ou de uma ação política importante é assassinada, cria um buraco e um vazio muito grande. Nós defensores/as de direitos humanos temos que pensar sobre isso porque reflete em todos os movimentos. Quando o CELLOS foi ameaçado e tivemos que fechar a sede e as parlamentares lésbicas de Belo Horizonte também foram ameaçadas, percebemos que as parlamentares tiveram uma estrutura de proteção institucional do Estado. Elas têm segurança, toda uma rede de proteção, e nós, lideranças e militantes, não temos. Esse desequilíbrio entre a proteção das parlamentares e o nosso, essa dificuldade de ter uma rede de proteção, fez o movimento refletir e constatar o desamparo total com relação à proteção. A gente é quem tem de cuidar de nossas vidas, o movimento não tem condições de bancar segurança. Mas são essas questões que a gente precisa apontar para pensar como podemos construir políticas de proteção aos defensores/as de direitos humanos.

# Carlos Nicodemos

## Organização Projeto Legal (OPL)



**Eu sou Carlos Nicodemos, advogado, e milito há mais de 30 anos na área dos direitos humanos. No Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), estou desde 1996, através da organização de direitos humanos Projeto Legal.**

O Projeto Legal é um centro de defesa que desenvolve ações de proteção jurídica e social aos direitos humanos, especialmente a crianças e adolescentes. Através dessa articulação, fui presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 2015 e 2016.

Hoje represento o Movimento Nacional de Direitos Humanos no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), onde estou coordenador da Comissão de Litigância Estratégica e isso demarca um pouco a contribuição que a gente dá ao longo dessa trajetória na área do acesso à justiça. Hoje, numa perspectiva maior, com várias situações de grupos em situação de vulnerabilidade e minorias em ações que impactam a estrutura da política de direitos humanos no Brasil.

O meu trabalho, a minha luta, a minha contribuição é levar ações de advocacy e de advocacia em defesa dessas minorias e desses grupos em situação de vulnerabilidade. Hoje, através do CNDH e também da Rede de Advogados do MNDH, atuamos em ações relacionadas ao despejo zero; à questão das populações indígenas; da população em situação de rua, entre outros temas que estejam na órbita do sistema de justiça e também do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, na OEA e na ONU.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Nós tivemos uma governança no último mandato presidencial totalmente apartada da lógica da civilidade, daquilo que a gente chama de direitos humanos. Nós tivemos um governo minimalista de direitos humanos, que tinha como ação violar não só a questão identitária, mas da proteção dos direitos humanos aos grupos em situação de vulnerabilidade, com vários elementos indicadores de que estava em curso um Estado autocrático, um Estado com várias características ditatoriais.

O maior significado do governo Lula foi ter rompido com esse ciclo e - dentro daquilo que nós lutamos e conseguimos em 1985 - retomar o processo de o Estado brasileiro, mesmo com profundas contradições, **ser uma democracia pautada no Estado de Direito e, especialmente, no respeito aos direitos humanos.**

Independentemente do que vai acontecer daqui a 4 anos, mesmo que a gente estabeleça uma revolução de direitos, do ponto de vista estratégico de nação, o maior legado do governo Lula é restabelecer um ambiente democrático e de respeito aos direitos humanos. Numa lógica formal, **substancialmente caberá a nós, defensores e defensoras de direitos humanos, encontrar os caminhos e as ferramentas para essa construção.**

## Quais as mudanças já experimentadas?

Nesse momento, que nós estamos completando aproximadamente 10 meses de governo, temos que levar em consideração vários aspectos positivos e negativos. Os indicadores da retomada de um estado de normalidade foram dados. O governo sinalizou para uma política de participação social, talvez até “namorando” com uma ideia ou um conceito de participação popular. E isso nos impõe, enquanto sociedade civil, **entender o que é o espaço dos conselhos de direito como instâncias de diálogo com a sociedade como um todo. Isso é muito importante.**

**Também deu indicadores de restabelecer uma gestão, uma governança, pautada em questões identitárias. Aí temos os Ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos.** Isso também é muito importante no sentido de darmos aquela lógica do princípio da igualdade, ou seja, tratar os diferentes de maneira diferente em nome de uma inclusão e de uma proteção de direitos humanos, pautado numa lógica histórica e de recuperação do que foi violado até aqui.

Então, tem esses indicadores positivos, por um lado, e, por outro, tem também um elemento que é dos direitos humanos, **o chamado princípio do não retrocesso.** Esse princípio foi flagrantemente violado no governo anterior porque nós tivemos várias agendas impulsionadas para trás, ou seja, retrocessos significativos no campo normativo, no campo das políticas. Então, também, esse governo tenta recuperar esse retrocesso para tentar estabelecer uma linha de igualdade, daquele compromisso que o Estado brasileiro tinha em relação à pauta de direitos humanos quando nós saímos do golpe sofrido pela presidenta Dilma.

Por outro lado, nós temos que levar também em consideração a necessidade que estamos agora construindo o ciclo orçamentário para o Brasil e, nessa construção, nos chama atenção e nos preocupa que a política de direitos humanos não esteja recebendo aquilo que é necessário para atender exatamente isso que eu estou falando. Ou seja, uma política de participação social/popular, enfrentamento do princípio do retrocesso, uma construção de políticas públicas pautada numa perspectiva identitária e também na luta de classes.

O que nós estamos vendo na construção do orçamento para o próximo ciclo é um tratamento que, do meu ponto de vista, não está à altura do compromisso que o governo sinalizou. Entendemos que é um processo de retomada, que existe um ambiente externo complexo, com duas guerras que impactam economicamente, que interferem comercialmente no Brasil e que interferem no orçamento.

**Mas nós precisamos entender e continuamos acreditando que, se temos um governo pautado na perspectiva dos direitos humanos, que a esse campo seja dado o tratamento orçamentário necessário na construção desse novo ciclo.**

## Quais os desafios que permanecem?

A questão orçamentária é um desafio. Mas eu também traria a necessidade de nós não só trabalharmos as pautas identitárias ou as pautas colocadas numa perspectiva de afirmação de determinado grupo ou minoria, mas também uma transversalidade em relação às políticas públicas de maneira geral. Temos ministérios que precisam incorporar, trazer para si. **Por exemplo, o Ministério da Justiça e Segurança Pública precisa introduzir a lógica da política de direitos humanos na sua prática**, na sua esfera, porque isso rebate diretamente em questões como o projeto ou a política de proteção aos defensores e defensoras de direitos humanos e comunicadores.

Não adianta nós trabalharmos de forma compartimentalizada, entendendo que a política de proteção dos defensores é múltipla nas dimensões das políticas públicas, sem termos, na segurança pública, por exemplo, a incorporação dos fundamentos e pressupostos de proteção dos defensores de direitos humanos. Então, eu acho que um desafio, além do ciclo orçamentário, **é rompermos o encastelamento burocrático da máquina em relação aos seus ministérios** - de educação, saúde, segurança pública, justiça - e transversalizarmos como uma política de direitos humanos que possa ser pautada e considerada na deliberação das suas ações.

**Uma coisa que considero importante trazer é a internacionalização da pauta de direitos humanos**, que falei na minha primeira entrevista para o Projeto Sementes, quando levantei as estratégias de enfrentamento daquele cenário que era, vamos dizer, autocrático e institucionalmente violador de direitos humanos. E nós fizemos isso fortemente: **ocupamos as instâncias internacionais para fazer o enfrentamento às violações de direitos humanos daquele governo**. Isso nos deu alguns resultados positivos e outros não. Mas nos deu uma grande oportunidade de **perceber o quanto é necessário que o Brasil altere a sua política de relações internacionais no campo dos direitos humanos**.

Nós não podemos permanecer com a gestão burocrática - e muitas das vezes também, bastante questionável - que é uma defesa, vamos dizer, pro forma ou uma defesa pautada na lógica de interesse do Estado. Temos pautas de direitos humanos que precisam ser enfrentadas pela diplomacia, pelas relações exteriores, não como uma questão de defesa do Estado, em razão de uma eventual exposição por ter ele sido apontado como autor de uma violação de direitos humanos. É preciso repensar essa posição do Estado brasileiro.

**Hoje, a diplomacia segue pautando as questões de direitos humanos de uma maneira muito refratária**, um contencioso da defesa pela defesa, sem entrar no mérito. A historicidade dos direitos humanos no Brasil, as suas alternâncias de governabilidade **apontam para a necessidade de entender que o reconhecimento de uma violação de direitos humanos não depõe contra o Estado**, muito pelo contrário: **aponta para um compromisso** de refazer o caminho e estabelecer novos parâmetros de enfrentamento às violações dos direitos humanos.

Trago esse ponto como uma elementar necessidade de nós termos uma nova posição com o Estado brasileiro. Eu participei de um julgamento na Corte Interamericana, de um caso de reconhecimento de desaparecimento forçado, de 1990, e o Estado brasileiro, liderado pela diplomacia com a Advocacia Geral da União (AGU), não quis reconhecer que ali havia um desaparecimento forçado. Eu, inclusive, trago isso com um certo constrangimento, enquanto cidadão brasileiro, porque os juízes da Corte ficaram estarecidos e ficamos fazendo a seguinte pergunta: **“Um governo que se posiciona pautado e sinalizando com uma luz para a política de direitos humanos, como é que opta em operar a sua política de relações exteriores numa lógica de defesa do Estado pelo Estado?”** Isso realmente é muito ruim e precisa ser repensado.

# **Carmen Sílvia Maria da Silva** SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia



**Meu nome é Carmen Sílvia Maria da Silva, do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, uma organização feminista que atua há 43 anos a partir da cidade do Recife.**

Nós nos consideramos um coletivo político profissional, autogestionário e atuamos nas áreas de pesquisa social, educação popular feminista, comunicação política e ação política feminista em geral. Entre nós, temos várias militantes de movimentos feministas e, institucionalmente, atuamos também em articulações políticas do campo do feminismo e da sociedade civil, de forma mais ampla.





# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

O significado do novo governo é uma abertura de possibilidades porque a gente vem de seis anos desde o golpe contra a presidenta Dilma e de um governo de características fascistas que violou muitos direitos. Então, a perspectiva que se abriu com o novo governo, do campo democrático, é de resgate da possibilidade de atuação para defensores e defensoras de direitos humanos, especialmente para o movimento feminista, num nível de possibilidades maior, tanto na relação como na construção de políticas públicas, a partir da retomada da participação social, como também das políticas que o próprio governo desenvolva para potencializar as condições de vida das mulheres.

Todavia, é apenas um campo de possibilidades, uma vez que várias das nossas lutas do movimento feminista não estão efetivamente sendo objeto de implementação de políticas pelo atual governo. **Vou dar dois exemplos:** Um exemplo que para nós é uma questão central, e que é tomada como política pública por uma via que não é suficiente é a questão da violência contra as mulheres. **Historicamente, o movimento feminista defende uma rede de políticas públicas e de serviços que gere possibilidade de prevenção e proteção em casos de violência e,** desde o governo Dilma (e retomada agora com o governo Lula), a política tem sido de Casa da Mulher Brasileira. **Isso não é rede. Isso é um serviço unificado, que retira o problema da violência da sua transversalidade nas políticas públicas.**

**O segundo exemplo - e o mais grave para nós - é a discussão do direito ao aborto,** apesar da gente ter no Ministério da Saúde uma perspectiva favorável ao atendimento das mulheres em caso de abortamento previsto por lei. Isso foi uma mudança significativa que é importante ressaltar. Por outro lado, a gente tem - do ponto de vista da posição do governo e que transparece no próprio Ministério das Mulheres - a ideia de que não cabe nessa conjuntura a discussão sobre a legalização do aborto.

Então, nesse sentido, **o voto da ministra Rosa Weber, no STF, abriu uma nova conjuntura que pode ser favorável, mas que também pode ser muito complicada** porque a gente está tendo reações contrárias no Congresso Nacional, que está reativando antigas propostas de projetos de lei de estatuto do nascituro, de criminalização total do aborto, entre outros. E não sabemos até que ponto podemos contar com o governo federal no sentido de articular para que determinados projetos que retiram direitos já existentes, que inibem a luta pelo direito ao aborto, sejam barrados no Congresso.

## Quais as mudanças já experimentadas?

Sim, temos mudanças significativas, seria absurdo dizer que não. Tem mudanças no sentido de que a gente tem uma política externa mais autônoma, tem uma retomada de programas sociais que tinham sido barrados no período do governo fascista, tem um diálogo maior com a sociedade e a retomada da política participacionista. Ainda não há indicativos de mudança no modelo de desenvolvimento, mas há esperanças. **Quer dizer, o governo federal não vetou totalmente o PL do Marco Temporal, mas vetou parcialmente; a movimentação está em curso.**

Do ponto de vista das mulheres, há perspectiva de criação de uma política nacional de cuidado que abranja todos os elementos ligados à justiça reprodutiva. E foi criado um organismo, uma secretaria para política de cuidado, dentro do **Ministério do Desenvolvimento Social**, que está sob a responsabilidade de **Laís Abramo, que é uma companheira muito valorosa que vem da OIT e tem um posicionamento muito nítido em defesa do enfrentamento das condições desiguais de vida das mulheres, das pessoas negras, da classe trabalhadora.** Eu destacaria isso como uma mudança importante, significativa.

A outra **é a lei da Igualdade Salarial** que é tão incrível que seja necessária porque, constitucionalmente, já seria óbvio. Porém, é necessária uma lei de Igualdade Salarial, então, o governo federal ter proposto e ter aprovado e sancionado essa lei é um elemento significativo para a gente ter condições de cobrar para enfrentar a realidade da desigualdade no mercado de trabalho, que é muito grande. Então temos elementos importantes e movimentos de mudanças em curso.

## Quais os desafios que permanecem?

São enormes porque a gente tem um desafio na sociedade **que é conseguir articular o conjunto dos movimentos a partir do reconhecimento de que somos múltiplos sujeitos, com múltiplas causas**. Uma não é mais relevante do que a outra e elas precisam ser enfrentadas de forma articulada. Então, acho que esse é um desafio grande, que é no âmbito da sociedade, nessa conjuntura.

**O segundo desafio**, também no âmbito da sociedade, **é conseguir um processo de mobilização social capaz de empurrar o governo a partir do lado esquerdo porque o governo está sendo muito empurrado, nessa conjuntura, a partir do lado direito** - não só pelo Congresso Nacional, mas também pelo setor empresarial e pela conjuntura internacional. **Então, se a gente consegue uma mobilização social que tem a força de pressionar pela esquerda, isso favorece a que o governo cumpra a sua agenda, a agenda com a qual se elegeu**. O governo se elegeu com um programa de centro-esquerda, apesar de ter uma aliança de centro-direita e, para que ele cumpra o seu programa, é importante que tenha pressão do lado de baixo porque, se a pressão for só do lado de cima, tendencialmente, ele vai ficar numa situação difícil.

Outro desafio da conjuntura é do próprio governo, de conseguir uma confrontação de forças internas capaz de fazer com que ele seja fiel ao seu programa e, portanto, não se desmoralize, o que é muito importante para o governo e para o campo da esquerda que seguirá após o governo. Isso é uma coisa muito relevante e o governo tem um desafio que é muito difícil de se concretizar porque não é do feitio do mandatário fazer isso. Mas ele precisaria usar o seu poder de convocação porque, se ele não tiver mobilização social capaz de dar força para ele dizer ao Arthur

Lira que “não vai ser possível, que tem gente na rua me pressionando, não posso ceder”, se ele não puder fazer isso, ele vai ceder porque não tem muita alternativa somente no campo da política institucional.

Óbvio que existem alternativas, mas isso tem uma limitação institucional. Se não tiver disposição de romper essa limitação institucional, de fato, isso tornará esses três anos pela frente bastante difíceis para as lutadoras e lutadores do povo, também chamados defensores e defensoras de direitos humanos. Foi o projeto de transição de governo que a gente votou, que a sociedade civil ajudou a construir e foi garantido pelos movimentos sociais porque, obviamente, a campanha foi muito forte.

A própria desmoralização do Bolsonaro foi grande, mas a diferença eleitoral foi muito pequena. Através das redes sociais, das igrejas fundamentalistas, das milícias e da direita tradicional, o Bolsonaro teve muita capilaridade. Para a campanha do Lula, quem deu a capilaridade - já que não era tão forte nas redes sociais - **foi o conjunto dos movimentos sociais que se engajaram fortemente nessa campanha, levando para dentro dela suas pautas e obtendo compromissos, inclusive**. Foi assim que se deu. Então, a situação hoje torna-se bastante complexa, os movimentos se veem, por um lado, instados a defender o governo contra a extrema direita e, por outro lado, a cobrar do governo seu programa de campanha e ir mais além, inclusive. Porque movimentos reivindicam, as demandas são cotidianas e de sobrevivência.

**Tem uma questão importante que diz respeito exatamente a essa ideia de proteção de defensores e defensoras de direitos humanos**. Não obstante a gente ter mudado de governo para um governo do campo democrático e tenha condições institucionais mais favoráveis para a defesa e proteção de defensores e defensoras de direitos humanos, isso não está dado a princípio. **Porque tanto tem ações de natureza institucional que criminalizam defensores, como existem as ações de natureza político-social que estão incrustadas dentro da sociedade, com as milícias, com o velho latifúndio, com os que estão cometendo crimes ambientais, com os homens violentos nas comunidades perseguindo as militantes feministas populares organizadas**.



Isso tudo é um desafio porque a nova configuração institucional não está suficientemente instalada para inibir todo tipo de violência e a gente tem visto situações de violência política contra parlamentares femininas e feministas muito fortes. **Por exemplo:** teve seis parlamentares ameaçadas de morte, de estupro corretivo, sem que a gente ouvisse do governo federal uma manifestação de defesa. Pode até ter ocorrido e eu não tenha visto. Mas se ocorreu e eu não vi - e eu sou atenta para esse problema - significa que não foi suficientemente pública. As parlamentares são do próprio partido do presidente e de partidos de esquerda que apoiaram o presidente, todas mulheres, todas lutadoras, todas feministas, algumas brancas, outras negras, outras indígenas. **Por que não houve uma defesa? Por que não houve um levante da esquerda defendendo essas parlamentares? Esse é um aspecto e eu poderia dar vários outros exemplos de criminalização e perseguição política, de violência política.**

Então, o quadro institucional não é suficiente ainda e o quadro político geral deixa muito a desejar enquanto percepção do que acontece realmente e dos riscos que nós corremos por defender o direito ao aborto, por defender a população trans, por defender o fim da violência. **Aparentemente, todo mundo concorda com essa última, mas, na prática, não concorda porque não tem políticas suficientes, não tem recursos orçamentários.**

# Darcy Costa

## Movimento Nacional da População em Situação de Rua



**Eu sou Darcy Costa, do Movimento Nacional da População de Rua. Estou secretário nacional do movimento e também Coordenador Nacional pelo estado de São Paulo.**

Tenho uma trajetória de 3 anos em situação de rua - de 2013 a 2016. Estou conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos e do Comitê de Política Setorial da População de Rua do município de São Paulo, representando o Movimento Nacional.

O Movimento Nacional nasceu em 2004, por conta do massacre da Sé, e isso gerou uma comoção nacional. Foram sete vítimas na chacina da Praça da Sé e a população de rua resolveu, então, se organizar enquanto movimento social para lutar pelos seus direitos para que a rua pudesse sair da invisibilidade na política. Esses momentos de chacina

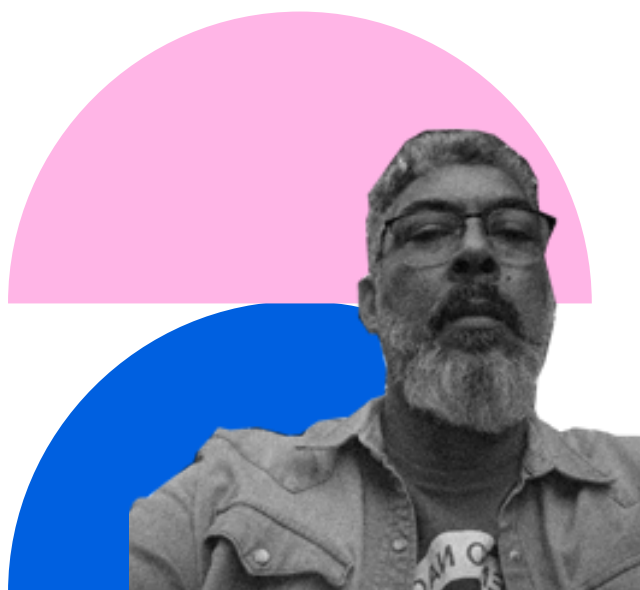
estão voltando com muita força, atualmente, e isso tem nos preocupado bastante. Em 2009, o Movimento foi para Brasília, em caravanas de diversos estados, na promulgação do Decreto Presidencial que norteia a Política Nacional da População de Rua e foi uma de nossas conquistas em nível nacional. E toda política atual para a população de rua é baseada nesse Decreto 7053/2009.

Em 2019, vários conselhos foram fechados, o decreto caiu, mas voltou logo em seguida, em formato diferente e bastante fragilizado. Com muita resistência, conseguimos apresentar uma proposta para a população de rua, que é a questão da moradia, ainda na gestão da Damares.

E agora, nesta nova gestão do Lula, o Comitê volta com um formato diferente, construído pelos movimentos sociais, com uma coordenação com representação indicada pelo Movimento da População em Situação de Rua e a gente conquista, então, uma Diretoria de Promoção de Políticas para Pessoas em Situação de Rua.

O Comitê Nacional de Monitoramento e Acompanhamento da Política para a População em Situação de Rua (CIAMPRua) Nacional, por conta da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976, ficou com a responsabilidade de colocar as propostas, analisar, formatar e encaminhar para o Ministro dos Direitos Humanos, que encaminha para a Presidência e essa, para o STF.

O Ministro Alexandre de Moraes é o relator da ADPF 976 que trata dos direitos da população em situação de rua, que é bastante ampla e isso também mobiliza diversas organizações e movimentos sociais que estão unidos em torno dessa ação para que se possa, através do Supremo Tribunal Federal, em última instância, obrigar os estados e municípios a apresentar propostas de ações e monitoramento para solução dos problemas relacionados à população em situação de rua.



# Qual o significado do novo governo para defensoras/res de Direitos Humanos?

## **O significado, para nós, é a participação.**

Nós não tínhamos uma participação apoiada pelo governo federal. A gente estava numa resistência diante dos desmontes que estavam ocorrendo nas políticas para a população de rua. Neste novo governo, nós estamos numa posição diferente: **não como resistência, mas como componentes dessa política.**

Hoje **o nosso papel, como Movimento, é apresentar propostas, fazer provocações aos Ministérios, à Defensoria Pública, ao CNJ sobre as violações dos direitos da população de rua.** Agora a gente tem um **papel de protagonista.** Mas isso não nos isenta das grandes perseguições que vêm ocorrendo ultimamente.

## **Temos percebido o aumento de violações letais contra as pessoas em situação de rua.**

Em Maceió, por exemplo, duas pessoas foram colocadas no Programa de Proteção Federal por conta de ameaças e perseguições que vêm sofrendo. A gente tem uma fragilidade muito grande em relação a isso. A gente vem crescendo no protagonismo e posição política, mas, ao mesmo tempo, estamos diante de um cenário bastante caótico, uma calamidade pública, realmente.

# Quais as mudanças já experimentadas?

Uma das principais novidades que percebemos é o acolhimento das nossas pautas. **A gente fez uma solicitação a esse novo governo de uma Secretaria Nacional para tratar das questões da população de rua.** Não conseguimos chegar a esse status de secretaria, mas alcançamos o status de uma **Diretoria de Promoção da População de Rua** e, dentro dela, está o **CIAMPRUA Nacional** que tem uma missão muito importante agora que é coletar todas as propostas e apresentar ao governo.

A questão do **Supremo Tribunal Federal**, de acolher as ações, **como a ADPF 976**, para nós também foi uma grande novidade. A gente tinha muita confiança e ousadia de encaminhar algo assim para o STF, que é a última instância, e ser acolhida unanimemente. **Não houve nenhuma reação contrária à ADPF 976, mas as reações dos prefeitos dos municípios, que argumentam que não têm recursos para cumprir a liminar, não era novidade.** Também o papel dos defensores, dos advogados que estão nesse processo traz uma leitura de decisões globais favoráveis em

relação à população em situação de rua.

**Dados que são levantados e também denúncias sobre a situação da população em situação de rua têm qualificado a defesa e refutado - antes mesmo da decisão final - os argumentos que alguns prefeitos vêm apresentando.**

Então essa mobilização, esse papel da sociedade em defesa da população em situação de rua também são muito favoráveis neste novo governo. O próprio presidente diversas vezes, em seus discursos, vem defendendo a população em situação de rua. Também na conversa com seus ministros ele coloca como prioridade a pauta da população em situação de rua no seu governo. Temos hoje um governo que está com as portas abertas para acolher e não só escutar - mas também executar - uma política orçamentária, uma política social, de habitação para a população em situação de rua. Essas têm sido as principais novidades neste governo.

# Quais os desafios que permanecem?

**A população de rua fica acuada tanto pela ação de facções e grupos criminosos, quanto pela violência do Estado, como a retirada indevida de pertences que é um crime (artigo 157) e o baixo atendimento de acolhimento com dignidade, com espaços limpos, salubres.** A gente vê também **muitas violações na questão de gênero e de diversidades.** A população em situação de rua sofre muito preconceito pelo fato de estar em condição de miséria e pobreza e se tira o direito de ela constituir famílias.

**Temos o problema também do acolhimento de casais e a questão da gestação em situação de rua.** Nessas populações que estão em situação de miséria, muitas são mulheres e elas dizem: “você não pode porque você é pobre”. E as crianças, na maioria das vezes, são retiradas. Uma situação bastante traumática. **Há uma preocupação com a criança e o adolescente, mas não se tem nenhum cuidado com a mãe ou o pai, na proteção dessa família que está em situação de rua.**

**Nosso desafio é o monitoramento, o acompanhamento dessa política.** Por isso a gente vem nesse diálogo. Hoje nós temos, dentro do **Conselho Nacional de Justiça, um comitê para tratar especificamente da população em situação de rua** e estamos reivindicando também, no âmbito da **Defensoria Pública, que se criem polos nos estados para um atendimento especializado da população em situação de rua** para que as Defensorias dos estados e da União possam, em seu acolhimento de denúncias, encaminhar ações de forma conjunta, fazendo assim também um monitoramento.

**O Conselho Nacional de Justiça também irá criar Comitês Regionais que façam o monitoramento dessa política;** provocar os conselhos de direitos humanos em nível estadual e municipal para que possam **monitorar e acompanhar,** assim como outros conselhos que têm comissões da população em situação de rua, como o Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Nacional de Assistência Social.

O próprio Conselho de Habitação tem hoje em sua pauta o acesso à moradia para a população em situação de rua.

Então, para todas essas políticas para a população em situação de rua, mesmo que as decisões sejam favoráveis, **é preciso uma ação política engajada, de rede, dessas instituições comprometidas, da própria sociedade civil, dos movimentos sociais,** de estarem fazendo continuamente esse monitoramento e fiscalização. **É importantíssimo também o Tribunal de Contas e a Controladoria Geral da União estarem envolvidos** para que os orçamentos cheguem aonde devem chegar, nas pontas, que os investimentos sejam feitos de fato. A gente já vem acompanhando e sabe que algumas prefeituras não investem o suficiente dos recursos destinados para a população em situação de rua. **São Paulo é um desses exemplos.**

A questão que nos pega bastante é o preconceito. Creio que não tem como criminalizar uma pessoa pelo fato de ela ter preconceito em relação a outra. Isso muito nos afeta e o preconceito pessoal de alguém muitas vezes se sobrepõe à função dessa pessoa na estrutura das instituições que trabalham com a população em situação de rua ou até mesmo instituições governamentais. **Esse pré-julgamento condenatório muitas vezes impede o acesso da população em situação de rua aos seus direitos básicos:** muitas vezes preenchendo um CADÚnico, que é a porta para acessar diversos direitos, principalmente transferência de renda, Bolsa Família ou outras coisas. **Coisas que já estão garantidas por direito, a gente tem que fazer um esforço enorme para acessar e isso dói. Precisamos superar isso.**

# Dinamam Tuxá

## Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)



**Eu sou Dinamam Tuxá e atualmente estou na coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB.**

Estou pela representação da APOINME, Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Somos uma organização que compreende sete grandes organizações macrorregionais que, juntas, compomos a APIB, um colegiado de coordenadores, cada um representando a sua respectiva organização regional.

Meu território fica localizado no submédio São Francisco, no município de Rodelas/BA, de nome D'zorobabé, território sagrado do povo Tuxá que foi impactado por um grande empreendimento, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em meados da década de 70, pela ditadura militar.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Sendo bem sincero, a mudança de governo, infelizmente, não representa a mudança de postura para a população de forma imediata. O que pode acontecer é as instituições de responsabilidade do Estado buscar implementar a política de proteção, através dos programas de proteção aos defensores. Nos últimos quatro anos, essa política foi desmontada, sucateada, enfraquecida, além de um cenário que permeava o fomento da violência contra os defensores de direitos humanos, de direitos ambientais, aumentava o nível de agressões e o número de ameaças para essas, para esses defensores. Então, com esse fator, nós tivemos um alto índice não só de lideranças indígenas - acho que defensores a nível do Brasil - não só de morte, mas também de ameaça, de insegurança. E, com a chegada do novo governo, nós já percebemos alguma mudança, em termos da implementação da política, apesar que nesse processo de reconstrução, eles alegam ainda um fator orçamentário como sendo limitador para a implementação da política e também pelo fato do desmonte que foi realizado nos últimos quatro anos.

**Esses fatores nós enxergamos como um desafio para o governo e a reestruturação da política, como também é necessário fazer um trabalho de contenção dessa violência nas pontas, nas aldeias, nos territórios, nas florestas, na zona rural, porque entendemos que essa ideologia que foi implementada, que foi potencializada pelo governo anterior, ainda vai perdurar por longos anos.** As pessoas vão estar com esse sentimento de ódio, por exemplo, contra o meu segmento que representa os povos indígenas. De forma corriqueira, estamos visualizando ataques quase que diariamente por esse público que segue essa ideologia bolsonarista, que perdeu o poder, mas ainda está entrelaçado no pensamento de muitos cidadãos brasileiros.

Gostaria de deixar registrado que, no dia de ontem, grupos de fazendeiros se organizaram para atacar comunidades indígenas no sul da Bahia. Eles se articulam, por exemplo, nos finais de semana, que é quando a resposta do Estado é mais lenta. **Então eu percebo que o Estado, devido ao desmonte, tem uma morosidade para dar retorno no sentido de proteção desse público que está ameaçado.**

## Quais as mudanças já experimentadas?

Mudanças experimentadas é só o diálogo. Na prática, sendo bem sincero, não é possível visualizar mudanças. Esses grupos ameaçados - no caso eu também faço parte desse grupo de defensores que vive sob ameaça -, na prática, eu não consigo ainda visualizar resultados. O que nós conseguimos visualizar até agora é a mudança de postura e o diálogo que é aberto. Os canais de denúncia, de diálogo, hoje são visivelmente mais acessíveis e nós conseguimos fazer a denúncia. **Mas, o retorno dessas denúncias, investigações ou procedimentos, a execução da política, ainda não é possível visualizar uma mudança de forma prática.** Só a título de informação, eu entrei no programa de proteção há uns 2 anos e, após 2 anos, os agentes responsáveis para fazer esse monitoramento entraram em contato comigo. Isso é um resultado prático.

O diálogo e os canais se abriram, mas, **ao mesmo tempo, as mudanças para serem sentidas por quem está na ponta precisa de uma caminhada.** Nós temos essa dificuldade em obter respostas e, às vezes, a resposta, quando chega, é tardia ou ineficaz para conter o grau de violência. **Tivemos vários problemas de defensores, de lideranças indígenas sofrendo ameaças e o Estado demora a responder e, infelizmente, aconteceu o pior.** Assim como nós tivemos situações em que a gente chega a tentar ter contato para denunciar os fatos e não ter nenhum tipo de retorno por parte do Estado. Então, é um processo que entendemos **que requer um tempo para reconstrução, mas nós não temos esse tempo. Muitas lideranças, muitos defensores, não vão ter esse tempo de readaptação.** Então é algo que a gente está reivindicando ao Estado brasileiro: **maior celeridade.**



Eu já estive na ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e tem uma pessoa que é próxima a mim, um cara muito sensível e acessível, amigo de longas datas, e tive oportunidade de externar esses descontentamentos porque eu participo e visualizo as lideranças indígenas sob ameaça. Eu fico sufocado em receber mensagens de lideranças pedindo socorro e eu não saber o que fazer, para onde encaminhar. Às vezes até encaminho para a Polícia Federal, encaminho para os órgãos competentes, mas, por ser final de semana, esse mecanismo é precário. **Mas quem está sob ameaça não tem final de semana, então o mecanismo precisa ser melhorado.**

**A forma de comunicação precisa melhorar porque nós já temos um mapeamento das áreas que estão sob ameaças de conflito**, então esses estados devem ter um canal de denúncia, devem ter um mecanismo de resposta rápida. **Um exemplo visível é no sul da Bahia, com os Pataxós, uma região conflituosa.** Então, por que não tem uma delegacia específica ou um grupo especializado para conter esse tipo de situação de emergência? Cria-se uma força-tarefa, alguns instrumentos que, infelizmente, não foram construídos aos olhares dos povos indígenas e das comunidades afetadas, e, muitas vezes, é até ineficaz porque uma política que se aplica para a cidade não se aplica para o campo. Pode até ter alguns pontos comuns, mas não se aplica da mesma forma e eles colocam tudo de forma homogênea, colocam todo mundo no mesmo patamar, como se fossem a mesma coisa, no mesmo quadrado, **e a política acaba sendo ineficaz.**

Por mais que haja vontade política, ela, por si só, não resolve o problema se não houver planejamento, se não houver uma construção de fato com aqueles que são ameaçados, se não chamar a sociedade civil para dialogar, se não pensar política de baixo para cima. Porque, se pensar de cima para baixo, ela já vai sair faltando algo, vai sair de forma precária, já sai com deficiência. **Então, o que nós prezamos, que é um ponto positivo:** o governo abriu de forma imediata o diálogo. **Mas o diálogo ainda está faltando melhorar no sentido da construção da política.** O que nós reivindicamos agora é estar participando desses espaços, **não só do Conselho Nacional de Direitos Humanos**, que é um ótimo espaço de incidência, inclusive já fui conselheiro, estou suplente hoje.

Mas eu visualizo que é um espaço de apagar fogo de emergência, não é um espaço de construção de política estruturante. Nós precisamos de uma política que de fato proteja, que tire as ameaças dessas pessoas, para que elas se sintam seguras.

Hoje, eu não volto para minha residência, eu não me sinto seguro em minha casa. Eu tenho 12 câmeras instaladas, eu tive que botar cerca elétrica, eu tive que fazer todo o esquema de segurança. **Quer dizer, eu vivo dentro de uma prisão porque faço luta em prol do acesso às políticas públicas, da demarcação de terras.** Sou impedido muitas vezes de ver meu filho porque eu me sinto inseguro de estar lá na minha comunidade, tenho que estar sempre fora. Então, eu relato essa experiência vivida por mim e, por perceber e estar com outras pessoas que vivem na mesma situação que eu, vejo que há muita deficiência nessa política, que precisa de fato ser construída e deve ser fortalecida com aqueles que entendem do assunto, que são as vítimas desse processo. E também escutar os especialistas, **porque os especialistas, para mim, é o cacique, é o pajé, é todo aquele que possa contribuir com esse processo.**

## Quais os desafios que permanecem?

Os desafios são inúmeros. Eu tenho 17 anos de movimento indígena, sou filho de liderança indígena, sou neto de liderança indígena e nos meus 36 anos de idade - que sou relativamente novo - estou aí no meio do caminho. **Eu vi as reivindicações do meu avô, as reivindicações do meu pai e a minha reivindicação é a mesma.** Eu estou na terceira geração fazendo luta por reconhecimento territorial. Então, o que nós conseguimos identificar enquanto movimento indígena: **por que as pessoas sofrem ameaças?** Nós conseguimos identificar em todos os estados lideranças ameaçadas, todas elas são por demarcação ou por proteção territorial. Todas!

**Então, nós já sabemos qual o fator e o desafio é a demarcação e a proteção territorial.** Até quando o Estado está disposto a fazer isso? **Porque, se demarcar e proteger os territórios, você vai solucionar o problema na origem.**

**O cerne do problema a gente consegue identificar, mas o Estado não consegue resolver em termos de políticas públicas.** Não estou falando da política de proteção, não estou falando da política como um todo, falo da política estruturante para resolver a origem do problema. **Se não demarcar a terra do povo Pataxó, eles vão viver em constante ameaça, eles vão viver em constante conflito.** Então, precisa-se pensar em instrumentos para proteção. Já que não há nesse momento a demarcação, então, quais são esses instrumentos de proteção? É importante sentar com a comunidade para definir porque a comunidade sabe. Vamos tratar os casos específicos de forma específica e os casos iguais de forma igual. A fórmula tá aí. O nosso desafio é resolver os problemas estruturantes de cada segmento, é isso que dá origem às ameaças: **a falta de políticas públicas, seja cumprindo a proteção territorial, seja demarcando território, fazendo Reserva Extrativista - Resex, fazendo reforma agrária, titulando territórios quilombolas.** Então, o nosso principal desafio é **garantir o acesso às políticas públicas, principalmente de acesso aos territórios e à reforma agrária.**

Garantia de acesso aos territórios e reforma agrária resolveria muitos problemas. Visualizo que o contexto de ameaça, no primeiro momento, poderia até se agravar, mas, com o tempo, vai se diluindo e acabando. **Exemplo disso tem os territórios dos povos Xukuru do Ororubá, em Pernambuco, que foi altamente conflituoso, teve morte do cacique Xicão, demarcou o território, a população ficou um tempo absorvendo, processando, mas hoje temos uma região pacificada, não tem conflito.** Então, aqueles que estavam sob ameaça na disputa pela demarcação, não estão mais. Agora estão lutando por outras questões, pela falta de outras políticas públicas, que é o caso da proteção. Estou trazendo um caso concreto porque, enquanto o governo não pensar em resolver os problemas de forma estruturante, na origem do problema, infelizmente, vai mudar diversas gerações e vamos acabar sofrendo as mesmas ameaças, seja hoje pelos pais, amanhã vai ser pelos filhos, depois vai ser pelos netos, nessa reprodução que é desde a colonização, desde a primeira invasão do Brasil em que exterminaram e continuam a exterminar os povos indígenas. Em 523 anos de extermínio, de ameaça e de falta de política de demarcação ou da implementação dela, nós vamos viver em constante ameaça, em constante instabilidade, principalmente na questão da nossa segurança, enquanto lideranças indígenas.

Eu quero complementar falando o sentido que é para nós, que somos indígenas, se estamos ameaçados. Não é algo a ser comemorado, mas é algo que nos motiva também, porque nós estamos fazendo uma luta que está incomodando e, se está incomodando, é porque está surtindo efeito de alguma forma. Então isso também é um fator motivador. Pensando a nível de política, das instituições, eu não vejo apenas o governo como responsável para promover essa política de proteção, mas eu vejo outras instituições, como o próprio **sistema de justiça.** Mas, é um segmento que ainda é muito arcaico, **tem uma visão muito conservadora, uma visão muito elitista** e não consegue, em muitos casos, enxergar esses fatos de ameaça ou de conflito territorial como sendo algo a ser observado pelo sistema de justiça e ter o devido processo legal.

Acredito também, por ser advogado, que muitos casos são passíveis de conter, se o sistema de justiça tivesse atuado de forma exitosa. Tem um poder de polícia que é a parte de repressão e contenção - que é um sistema que está altamente contaminado. Mas, tem um sistema de justiça que deveria se fazer cumprir. **Na grande maioria, as ameaças chegam ao conhecimento do judiciário e medidas não são tomadas para que se garanta a proteção daquele defensor de direitos humanos.** Eu acho que existe um problema sim, político, financeiro, orçamentário, mas existe um problema também do racismo institucional, do racismo estrutural, que precisa também ser resolvido. Enquanto homens brancos estiverem ocupando esses cargos que reproduzem a lógica dos seus antecessores, uma lógica muito conservadora, dominadora, o sistema judiciário também precisa se transformar. E aí é onde nós defendemos o multiculturalismo, a pluralidade jurídica, enfim, que nós conseguimos discutir a decolonialidade dentro do sistema de justiça. Esse é o resultado que nós estamos buscando porque acaba refletindo também nas políticas e uma das políticas que nós acreditamos que poderia ser melhorada também na assistência do judiciário é na proteção de defensores. **Acreditamos que o judiciário tem uma função estratégica e poderia se engajar mais no sentido de conter essas violências, essas ameaças.**

# Edmundo Xavier

Associação Vida Brasil



Eu sou Edmundo Xavier, estou diretor da Vida Brasil e tenho deficiência visual total.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

É um governo legitimamente democrático, que respeita o Estado Democrático de Direito e proporciona que possamos atuar nos espaços de participação e controle e fazer uso dos instrumentos de garantia de direitos.

Eu considero defensores e defensoras de direitos humanos não só aqueles que estão institucionalizados em uma rede de organizações de defesa de direitos humanos, haja vista a Vida Brasil e outras, mas todo aquele que milita em defesa do direito, da causa de uma minoria. Por exemplo, mesmo que eu não estivesse ligado à Vida Brasil, que é minha organização de origem e que tem origem na defesa dos direitos humanos, eu me considero um defensor de direitos humanos porque milito, como ativista, no movimento de pessoas com deficiência e o direito das pessoas com deficiência é um direito humano.

Qual a importância do governo Lula nesse contexto? Acho que o que resume esse contexto para os defensores e defensoras de direitos humanos é a palavra esperança. Esperança de que teremos respostas positivas no que diz respeito à reparação de situações que têm colocado os direitos da população negra, das pessoas com deficiência, das mulheres, da população LGBTQIA+, de indígenas e outros sempre em risco. A invasão, o desmatamento, a retirada de direitos, o fortalecimento do capacitismo se deu muito fortemente no governo anterior e isso vem sendo combatido, hoje, no governo Lula, com ações. Você tem programas, projetos, ações não só ministeriais, mas no sentido de garantir que a sociedade civil organizada seja fortalecida através de recursos para fazer aquilo que o governo não sabe e não consegue fazer, **que é justamente a denúncia, o monitoramento, o acompanhamento da violação desses direitos.**

Então, ninguém melhor para falar da violação de direitos das pessoas com deficiência do que as organizações e as próprias pessoas com deficiência. O governo Lula tem conhecimento disso e é muito mais fácil que ele fomente o fortalecimento desses organismos, dessas organizações, através da alocação de recursos para ações de defesa desses direitos: **para fortalecimento, para capacitação, para formação, para qualificação desses defensores e defensoras** do que o próprio governo se arvorar a fazer isso e não conseguir. Primeiro porque não

sabe e segundo porque não tem penetração e não é o lugar de fala do governo. Isso o governo Lula sabe fazer e sabe fazer bem: **identificar os atores e atrizes que têm lugar de fala, têm conhecimento, têm know-how, têm técnica e, acima de tudo, têm vivência, têm experiência.**

Então, o grande ganho para os defensores e defensoras de direitos humanos é encontrar guarida em um governo que é sensível, que tem a sensibilidade de identificar as suas fragilidades enquanto governo. **E não é uma transferência de responsabilidade. É identificar a sua fragilidade enquanto governo e passar essa atividade, essa ação, para quem sabe fazer, para quem vem fazendo, para quem está no lugar de fala.** E isso nos dá esperança. Eu, particularmente, tenho visto isso acontecer e eu vou falar muito do lugar da **Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência** que trata da política pública para a pessoa com deficiência, mas não se arvora a ser uma organização de defesa do direito da pessoa com deficiência. **Faz isso hoje – e já temos alguns editais publicados – no sentido do fortalecimento das organizações das pessoas com deficiência.**

Muito recentemente, por exemplo, a **Secretaria de Direitos Humanos do Estado da Bahia assinou um protocolo para lançamento de um edital de fortalecimento das organizações da sociedade civil de pessoas com deficiência, assim como outras vulnerabilidades.** O governo federal direciona o governo estadual para que ele tome uma medida no sentido de fortalecer quem realmente tem condição de exercer essa defesa de direitos a partir de seu lugar de fala. Então, para mim, a palavra que resume é esperança. A esperança de que conseguiremos, pelo menos, voltar para os trilhos da defesa dos direitos humanos porque, até então, não estávamos nem fora dos trilhos. Estávamos mesmo jogados no abismo da ferrovia.

# Quais as mudanças já experimentadas?

Apesar de não estar oficialmente na rede de defensores e defensoras de direitos humanos, eu me coloco muito como observador desse cenário, não só como agente de acompanhamento, de observação desse panorama, mas também como aquilo que é objeto dessa defesa de direitos humanos, porque sou ativista, sou militante e posso sofrer as mesmas retaliações que outros militantes que estão na luta podem sofrer.

## O que eu identifico como as grandes mudanças?

**Primeiro você tem uma rede**, uma reestruturação dessa rede através das ações governamentais. Isso é perceptível. A rede de atenção à violência contra a mulher, desde o atendimento na ponta, das delegacias civis e dos órgãos de segurança pública. Vêm sendo alocados recursos para ter muito mais delegacias de defesa do direito da mulher, atrelado a um atendimento humanizado com Serviço Social, com Psicólogo e com medida protetiva. **Então, você tem o que eu chamaria de um “roteiro da defesa” dos direitos humanos.**

E isso vem sendo feito nos três níveis: no federal, através da elaboração de projetos, programas e alocação de recursos a serem encaminhados aos governos estaduais e municipais para que essa rede – que não é só governamental, mas intersetorial – possa voltar a atender o segmento que eu dei como exemplo, no caso, as mulheres em situação de violência.

Outra mudança significativa que eu vejo é que a defesa dos direitos humanos na sua abrangência – que muitas vezes as pessoas colocam como direito só para quem está preso; sim, é também para quem está preso – ganharam mais visibilidade, principalmente por situações que surgiram, **como os indígenas na reserva Yanomami.** Isso deu visibilidade a certos direitos que não eram considerados direitos humanos para a sociedade de modo geral e mostrou que há programas, projetos, ações, tanto a necessidade de ações emergenciais para tentar resolver o problema de imediato, mas também para que você tenha a resposta governamental, no sentido de estruturar redes de atendimento que possam dar essa resposta cotidianamente, que não fique ali só apagando incêndio.

Infelizmente, no campo das pessoas com deficiência, tirando o sagrado direito à educação, mais especificamente a educação especial e a educação inclusiva, eu não vejo muito isso ocorrer de maneira tão organizada no que diz respeito à reestruturação de rede. Apesar de que há iniciativas conjuntas, tipo Defensoria Pública e

organizações não governamentais de defesa de direito das pessoas com deficiência no sentido de, pelo menos, garantir o direito humano de acesso à Justiça. A gente tem visto algumas iniciativas. Mas, programaticamente, do meu ponto de observação – e podem ter ações que fugiram ao meu campo de observação, na área de saúde ou de assistência – algumas coisas que estavam sendo implementadas de maneira pungente pelo governo Dilma e um pouco pelo governo Temer, como o Sistema Único de Assistência Social, houve uma ruptura, uma parada.

Para mim uma das principais mudanças observadas é a retomada das políticas públicas, através de programas e projetos, e a transparência, através do acesso à informação. São mudanças bem perceptíveis. Também a reconstrução de políticas de atenção e de redes. Você vê a recriação de redes de defesa de direitos através dos instrumentos de participação, dos espaços de controle social, das conferências, do acesso à justiça. A partilha de poder com o Estado é algo bem perceptível. O desejo e ações voltadas não só para a consulta, mas que na tomada de decisão haja também a participação plena das pessoas.

As respostas do governo em relação a algumas questões ligadas a algumas vulnerabilidades têm sido de modo imediato e isso tem dado visibilidade a questões de direitos humanos que não eram vistas como questões de direitos humanos pela sociedade de modo geral e aí eu pego a questão dos indígenas, das mulheres e, porque não dizer, das pessoas com deficiência. A discussão do capacitismo, do aprofundamento do que é e do que não é capacitismo, a discussão da ausência de serviços de reabilitação ou de interpretação de LIBRAS ou de saúde. Nós experimentamos bastante isso.

Quando você tem um governo de compromisso com o direito humano, com a pessoa humana, o posicionamento desse governo – seja ele municipal, estadual ou federal – pode ser a diferença entre viver e morrer. E nós vimos isso durante a pandemia. Muitas pessoas com deficiência perderam a vida durante esse processo da pandemia e a diferença de quem morreu mais ou morreu menos foi exatamente a tomada imediata de decisão em relação à saúde das pessoas com deficiência no período pandêmico.



## Quais os desafios que permanecem?

Os desafios são muitos. Acho que os governos, o governo Lula, em especial – e eu compreendo toda a fragilidade e toda necessidade que este governo ainda tem de reconstruir o que foi destruído – **ainda não consegue dar uma resposta imediata a algumas situações de violência, como a que aconteceu com mãe Bernadete**. E não é a resposta do prender, do condenar, do levar para a cadeia quem fez o ato em si. Mas eu e você sabemos – todos sabem, aqueles que militam na área de direitos humanos – que matar mãe Bernadete não é simplesmente matar uma liderança quilombola, de religião de matriz africana. Matá-la significa a retomada do coronelismo que acha que tem direito aos corpos que não são brancos. Para além disso, você tem todo o processo de especulação imobiliária que tem interesses particulares nessas áreas. **E não se consegue dar uma resposta imediata, não se consegue dizer, com todas as letras, a quem interessa a morte de mãe Bernadete**.

E esse desafio se estende também para outras vulnerabilidades, como, por exemplo, **os trabalhadores e trabalhadoras rurais que não têm terra e que são ainda marginalizados por outros segmentos da sociedade que não entendem que a luta pela terra é a luta pela vida**. Inclusive a vida de quem não está na luta pela terra. **Porque a agricultura familiar é que traz o alimento da terra para a mesa da gente. Quem traz o alimento da nossa subsistência é a agricultura familiar, que não trabalha com o agronegócio**, com a produção de grãos para fabrico de óleo etc. Então, o desafio ainda está

em dar essa resposta imediata, identificando os interessados e interessadas nas ações de violência contra a população negra de matriz africana, que estão em área quilombola que é interessante tanto para a especulação imobiliária quanto para mineradoras ou madeireiras. Isso é um dos desafios que eu identifico.

**Outro desafio é garantir a segurança de defensores e defensoras de direitos humanos** para que possam atuar de maneira autônoma, independente, contribuindo para o fortalecimento da democracia. Este é um segundo desafio.

**E o terceiro desafio é fazer com que as ações governamentais e não governamentais “conversem”, no sentido de que esses e essas vulneráveis tenham garantido o exercício da sua cidadania, seja como população negra, seja como sacerdotes e sacerdotisas de religiões de matriz africana, seja como pessoa com deficiência, garantindo seu direito de ir e vir, direito à inclusão, à acessibilidade, sejam crianças e adolescentes, enfim, qualquer um desses públicos**. Que lhes possa ser garantida a segurança de atuar e a segurança de ser. Como proporcionar que uma pessoa com deficiência física tenha uma cadeira de rodas e, para além disso, que ela tenha um circuito acessível, uma infraestrutura de cidade que lhe dê condição de fazer uso dessa cadeira e aí, sim, ela exerceite sua cidadania de estar nos espaços onde bem lhe convier.

Então, o grande desafio é governo e sociedade civil organizada na defesa de direitos humanos voltarem a ter essa sintonia. Que volte a ser uma dança. Que possamos dançar no sentido de levar ao sucesso, de atenção, de atendimento, para que, por exemplo, se reduza o número da violência contra a mulher, contra a população LGBTQIA+, a violência intelectual, onde você não permite ou não garante o acesso de meninos e meninas, com ou sem deficiência, à escola pública regular, de qualidade, gratuita. Que, nesta sintonia, se consiga – ainda não seja reduzir barreiras arquitetônicas, barreiras urbanísticas – mas, acima de tudo, que se consiga conscientizar o outro de que mesmo sendo diferente, eu sou igual a você.

É necessário que se tracem estratégias, por exemplo, para combater o capacitismo na sua plenitude e as diversas discriminações que atingem esses diversos públicos. Então, é necessário que se estabeleçam formas – programas, projetos, ações – de conscientização, que conscientizem sobre o quanto a diversidade é boa e que nós, pessoas com deficiência, **estamos gritando aos quatro ventos “precisamos de acessibilidade! precisamos de acessibilidade!” mas nos trazem receitas prontas.** O grande desafio é manter a busca pela garantia das especificidades de cada público. Muitas vezes se pensa que está fazendo um processo inclusivo, mas não está. Então, de modo geral, para mim são esses desafios que estão lançados.

Outro grande desafio que ainda permanece é acabar com a política do ódio, conseguir enfrentar, de forma efetiva, a divisão que existe hoje no país e também conseguir acabar com a política de intolerância, o preconceito, a discriminação. São grandes desafios que precisam ser perseguidos.

Os desafios são muitos, mas um dos grandes que também eu vejo é conseguir garantir o acesso democrático à Justiça, nas suas mais diversas instâncias, e garantir que os espaços dos quilombolas, dos índios, das populações tradicionais não sejam violados todos os dias. Esse é um grande desafio: garantir que a letra da lei se faça valer. Que a proteção aos defensores e defensoras de direitos humanos, aqueles que militam no campo dos direitos humanos, chegue antes que esses espaços virem espaços vitimados pela violência, pelo preconceito, pela discriminação, pela ocupação, enfim. Um dos grandes desafios é esse: fazer com que **os instrumentos de segurança pública consigam garantir que as pessoas possam viver de maneira feliz nos espaços que elas vêm conquistando a cada dia e que isso seja uma garantia cidadã, democrática, legítima.**

# Fátima Matos

## Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA)



**Eu me chamo Maria de Fátima Matos Silva, mas nessa área do ativismo me chamam Fátima Matos, ou La Matos** porque eu fiz teatro durante 10 anos, no grupo de teatro Cena Aberta, que tratava das questões temáticas aqui da Amazônia, da terra, como os crimes de latifúndio e outras questões, como da população LGBT. Eu tenho uma militância de 39 anos no Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, como uma preta parda, filha de mãe retinta, dona Noeli, e de um pai indígena, seu Raimundo.

Eu nasci com a melanina menos acentuada, mas uma cara totalmente de negra, que eu adoro; me amo, me adoro. Então, desde cedo eu sempre fui uma menina muito rebelde frente às violações de direitos humanos. Evidente que naquela época não se tratava dessas nomenclaturas.

Eu me indignava com qualquer ato de maldade, de conduta, de fala que eu percebesse que as pessoas estavam sendo maltratadas. Estudei, casei, divorciei e continuei trabalhando direto no ativismo pelo movimento negro, pelo CEDENPA. Entrei no movimento feminista e sou cofundadora da Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos - SPDDH. Então, a minha militância se dá conjuntamente com as frentes de lutas que o CEDENPA tem aqui no Pará, como: terra e território, a questão da educação, cotas nas universidades, evasão escolar e educação inclusiva, do ponto de vista racial étnico.

Na SPDDH eu coordeno o projeto “Educar e Resistir por Direitos Humanos”, desde 2016. Estamos finalizando esse projeto agora em dezembro e daremos continuidade com um novo projeto, aproveitando a COP 30, sobre as condições climáticas na nossa região e os impactos e a possibilidade de que isso seja revertido. No movimento feminista, eu também faço parte do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense - FMAPA e estou na Rede Nacional Feminista de Direitos Sexuais e Reprodutivos, na luta com debates sobre o aborto e a saúde integral, direitos sexuais e reprodutivos. Nesse panorama da minha vida, eu também me

dedico aos meus dois filhos, que já são adultos, mas moram comigo. Mas, quando pensamos conjuntamente na vida, na família, não dá para se deslocar das questões das violações de direitos. Eu gosto muito de usar esse termo - violações de direitos humanos - para que a gente não fique só preocupado com determinadas questões e esqueça outras que permeiam a vida de todos nós. Faço parte também do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Estou na coordenação do Projeto Sementes de Proteção, aqui no Pará. O CEDENPA é entidade âncora, mas nós temos demais parceiros que estão com a gente nesse projeto.





# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Eu não consigo desmembrar os ativistas - nós que estamos aqui, juntos, na luta - de uma vida cotidiana de cidadão. **Eu sou ativista nos debates, nas audiências, nos projetos, mas eu também sou a cidadã que está na fila do banco, está dentro de um ônibus, está numa parada de ônibus, está em vários lugares como pessoa, como indivíduo.** Eu também sofro das mesmas mazelas pelas quais, no conjunto, a gente luta.

Então, para mim, o significado do novo governo é que a democracia seja exercida plenamente, que não seja uma democracia de tempos, nem de lugares e nem de falas. **Que seja uma democracia físico-territorial, social, política, na vida de todos nós porque,** quando falamos em democracia, inclusive, nós sabemos que os governos passados se apropriaram desse termo, dessa nomenclatura,

utilizaram de barbáries dizendo: “tudo em nome da democracia”. A nomenclatura democracia nos representa muito. Se estudarmos o termo democracia, nós sabemos que vem da Grécia e sabemos muito bem o significado para a população que está hoje ainda no Brasil. **Eu, enquanto preta, parda e militante do movimento negro, nós ainda estamos sofrendo as mazelas do colonizador branco.**

**Então, o significado desse governo é que seja eficiente, seja resolutivo, seja elucidativo em todas as questões em nome da democracia.** Para mim, esse é o significado desse novo governo, também considerando que todos que estão na hierarquia da direção, na hierarquia política da resolução das políticas públicas, da efetivação de direitos, tenham um perfil adequado ao que o movimento cobra.

## Quais as mudanças já experimentadas?

**Pensando na estrutura e na engenharia política, a revitalização dos instrumentos de controle social tem sido fundamental para que a política pública seja efetivada.** Aqui nós estamos empenhadas na revitalização do **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher** - que esteve na mão de um outro governo que foi uma lástima - e do **Conselho de Promoção da Igualdade Racial**. Eu acho que os instrumentos de controle social, hoje, com as demandas que os movimentos têm pautado, já sinalizam que esperamos algo do governo porque não tem como dividir: o que se define no estado tem influência do governo federal. Quando participamos, por exemplo, de comissões tripartite, sabemos que as decisões - não só na área da saúde, mas também da assistência, da segurança - é recurso fundo a fundo. E não tem como falar de direitos humanos, de efetivação de políticas públicas, se pensarmos que os PPAs têm que estar de acordo com o perfil de cada município. Talvez esse seja o grande mal de prefeitos e vereadores que foram eleitos e não sabem que trilhas e caminhos percorrer com relação a essas questões.

Por isso que há uma grande ausência de políticas públicas que acolha e que mude a saúde, a segurança das populações, o ambiente em que vivemos porque talvez os governos, os mandantes têm sua cabeça na sua vida social, na sua personalidade social. Há uma grande distância entre fazer a gestão, administrar os municípios, administrar o estado ou administrar o Brasil porque o presidente não está só, ele está com outras correntes políticas. O experimento hoje é que nós estamos forçando a barra para que não exista uma grande distância entre a gestão no município com a população politizada - eu não gosto muito de usar esse termo, mas em alguns momentos essa narrativa tem que vir à tona - onde essa população politizada diga: **“não, esse serviço não chegou até mim, não chegou até nós”**; “esse serviço tem que ser de acordo com as necessidades específicas de cada agrupamento”. Aí eu me fundamento na nossa região amazônica.

Por isso que nós usamos muito no conjunto com as trabalhadoras e trabalhadores rurais que a política tem que ser, sim, **diferenciada do ponto de vista das desigualdades, nessa perspectiva do campo, da cidade, das águas e da floresta porque são populações diferenciadas.** Então, mesmo com esse novo governo e mesmo que nós estejamos também com muitas pessoas com perfil que concordamos, pessoas que a gente quer, mas ainda há uma necessidade de reduzir a distância entre o pensar do gestor sobre a gestão e como o movimento social e a população politizada querem.

**Nós temos esperança. Não é apenas o CEDENPA, mas os movimentos, todos os agrupamentos aqui reunidos,** temos pautas específicas e pautas comuns, mas todas necessitam ser superadas, no bom sentido, e que as pautas venham para nós da forma como queremos, com todos esses contornos que exigem. **Uma questão que temos pautado, por exemplo, é a atualização da Lei de Cotas nas universidades que se pautou na realidade da grande deficiência nas bancas de heteroidentificação.** Então, nós não admitimos que brancos, com uma personalidade, um trato social ainda colonizador, digam quem é preto e quem não é. Essa é uma das questões em que há uma grande distância entre a gestão de uma política, de uma lei, e a efetivação dela, com a negação dos direitos. Mas a esperança sempre é de que as coisas comecem a acontecer e que a gente veja resultados.

No estado do Pará, nós temos horrores. Sei que as outras regiões de outros estados também padecem do mesmo mal, mas a Amazônia, com uma dimensão muito grande de água, de floresta, de recursos naturais tão maravilhosos, **ainda temos muitos impactos aqui dos grandes projetos e da mineração.** E a criminalização dos movimentos sociais na luta, a anuência dos governos com as grandes empresas que se instalam aqui, fazem uma grande depredação ambiental e depois vão embora e deixam o rescaldo para nós do movimento.

Na verdade, sabemos que em quatro anos não iremos resolver as questões que estão colocadas aqui no Brasil há mais de 40, 50 anos, mas acho que, aos poucos nós, vamos com certeza conseguir que tudo seja superado num curto, médio e longo prazo e com pessoas responsáveis por isso.

Porque se existem movimentos sociais na luta é porque as políticas públicas não resolvem as questões. É evidente que o cidadão também é responsável em resolver as suas questões pessoais, econômicas, sociais, mas, em se tratando de políticas públicas, não dá para desgrudar uma questão da outra. Então, é o povo enquanto sociedade e governo enquanto hierarquia política quem decide. A necropolítica foi instalada há mais de 30 anos no nosso país - e fortalecida nesses quatro últimos anos. Nós precisamos agora banir da face da terra quem decide quem morre. Porque quem decide quem vive, a gente acolhe, mas quem decide quem morre, temos que banir da face da terra.

**O CEDENPA está participando do Conselho Nacional de Promoção de Políticas da Igualdade Racial.** Aqui no Pará, nós estamos no **Conselho de Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável** e no **Conselho da Mulher.** Temos ocupado espaços de poder e decisão que são os instrumentos de controle social. De um lado, tem o movimento social e, do outro lado, o governo. E temos conseguido pautar e definir algumas questões muito importantes para o bem da população negra no estado do Pará.



## Quais os desafios que permanecem?

São muitos os desafios. Tudo agora está em curso, nada está superado 100%. Começamos a revitalizar instrumentos de controle social, temos agora Ministério Público, Defensoria Pública do estado, falo aqui no estado do Pará, mas sei que também está ocorrendo em outros estados do Brasil, instâncias que estão sensíveis a questões específicas dos indígenas, quilombolas, mulheres e estão criando também núcleos de atendimento, inclusive sensibilização e capacitação para juízes e promotores. Ontem mesmo participei de uma reunião com a diretoria da assistência social da **DISAN - Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional** - com os gestores para falar sobre o **PAA, Programa de Aquisição de Alimentos**, que ainda não está exatamente como queremos. A população ainda não conseguiu entender muito bem a sua atuação, embora conseguimos aperfeiçoar algumas questões que estavam pendentes.

Então, os desafios são essa via Sacra que o movimento social e a população que está conosco têm para que os serviços públicos realmente funcionem, atendam e deem condições para as pessoas continuarem a sua caminhada. Lamentavelmente, eu tenho que dizer que o desafio maior do ser humano é de viver, é de continuar vivendo. Você sai com vida e volta morto por um acidente de trânsito por irresponsabilidade, pela polícia - que ainda te entende como aquele que é o maior causador dos males, por ser uma pessoa negra -, por um crime de feminicídio - que o seu ex está de tocaia e

you nem imagina que aquele é o seu último dia de vida. Enfim, são tantas as mazelas sociais, as doenças sociais que estão matando e parece-me que as mazelas sociais - o fundamentalismo, o machismo e o racismo - estão matando mais do que as doenças físicas que a ciência médica diagnostica.

Eu considero a necessidade de uma conexão mais fortalecida, em Brasília, entre essa política pública que chamamos de integralização das políticas: **o que a saúde demanda para a assistência; o que a assistência demanda para a segurança; o que a segurança demanda para a educação; o que a educação demanda para o meio ambiente.**

Porque tudo está em um conjunto que é o significado da nossa vida, do nosso ir e vir: dentro de casa nós estamos numa ambiência, fora de nossa casa estamos em outra ambiência. E como é que funcionam essas mazelas sociais? Ora, se eu sou uma pessoa que não me percebo como ser social, eu vou discriminar e excluir a partir de como eu fui socializada, a partir do que eu vi dentro da minha casa ou fora da minha casa. Então, eu acho que a inclusão social das pessoas, o trato social, tem que mudar. Mas esse trato social não tem que mudar só entre nós cidadãos. É necessário mudar entre gestores, entre os poderosos, porque o poder é tão mal executado. As pessoas que têm poder - econômico e outros - o utilizam mal. Porque, se eu tenho poder, eu vou fazer com que o bem prevaleça e não que o mal prevaleça.

São narrativas que nós temos que esmiuçar a cada minuto, com cada cidadão, com cada agrupamento que a gente tenha acesso para que as pessoas entendam exatamente a nossa linguagem porque ainda tem muitas pessoas que nos vêem como criminosos.

**Nós realizamos uma caminhada no 8 de março**, onde um grupo de pessoas fundamentalistas nos chamavam de assassinas, porque nós somos a favor do aborto e o aborto é uma questão que tem implicações jurídicas, morais e religiosas. Então, o grande desafio é que nós consigamos fazer compreender que o bem-estar comum é para todas e todos, que a política pública realmente funcione e que os **PPAs** sejam cada vez mais bem utilizados.

**Outro desafio importante quando tratamos das desigualdades físico-territoriais é a revitalização das Varas Agrárias.** Aqui no Pará, só neste mês, nós tivemos quatro indígenas assassinados e, anteontem, um trabalhador rural. Crimes pelo latifúndio. Nós tivemos uma reintegração de posse num município próximo e as coisas não foram muito bem nessa reintegração, embora a imprensa diga que “foi tudo na paz”. Essa questão da terra nós precisamos realmente dar um passo cada vez mais adiante na luta. Eu não sei dizer, na realidade, como é que isto está em Brasília porque **nós temos três ministérios responsáveis por essa questão: o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério das Cidades e o do Desenvolvimento Social.**

**É importante também que o Ministério Público, que é fundamental nessa questão da reforma agrária, tenha um outro olhar sobre essas questões.** A reforma agrária leva um conjunto de questões a serem efetivadas; não é só legitimar a terra para quem dela precisa, mas torná-la com condições de vivência, de convivência e de acesso às políticas públicas também. Um território fortalecido e demarcado tem possibilidades de luta mais efetiva para reivindicar as demais políticas públicas que não chegam.

Eu também, nas minhas narrativas, quando faço rodas de conversa, trago a **questão das desigualdades físico-territoriais.** Por exemplo, aqui no estado do Pará, temos o Marajó, com 16 municípios, **que você só acessa pela via hidroviária.** Nós temos, como **donos das embarcações e dos postos de combustíveis, monopólios da região: o prefeito, às vezes até juiz, às vezes um grande empresário.** Isso torna impossível o ir e o vir das populações para a cidade para suas necessidades, as crianças para estudar. Nas terras de área seca, de outras regiões do Pará, a dificuldade também de percorrer quilômetros, **abrir porteiros para que os veículos passem porque aquelas porteiros significam que o dono das terras ainda domina o ir e o vir das pessoas.** Essa desigualdade físico-territorial tem que ser vista também de outra forma. É preciso viabilizar o ir e o vir das pessoas.

Quando eu percorro algumas comunidades quilombolas em áreas secas, **em algumas áreas precisamos esperar uma bicicleta, uma van ou moto que dê carona para chegar à comunidade. E o pessoal fala: “a gente vai a pé”. Isso é cruel, principalmente com idosos e idosas.** Quer dizer, não está tudo bem, não está nada maravilhoso e, infelizmente, ainda nos perguntamos: que país é esse? Este novo governo está apenas começando, ainda temos mais três anos para mudar uma realidade que é secular.

# Fernando Pigatto

## Conselho Nacional de Saúde (CNS)



**Meu nome é Fernando Pigatto e eu estou na presidência do Conselho Nacional de Saúde - CNS, representando a Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM.**

Nós temos participado ativamente de muitas mobilizações, de muitos movimentos relacionados aos direitos humanos. A nossa história de luta sempre foi vinculada aos direitos humanos. Antes a gente participava, obviamente, numa luta mais direcionada à questão da reforma urbana e, a partir de 2015, passei a atuar mais na área da saúde e integrando agora, mais recentemente,

o Fórum Nacional do Direito Humano à Saúde. Nós participamos desde o início e a nossa entidade CONAM também está representada, mas lá estou como presidente do Conselho, acompanhando todos os debates, as articulações e as lutas, fazendo também uma relação com o que temos desenvolvido de ações no âmbito do Conselho Nacional de Saúde.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Importante a gente sempre fazer um resgate mais recente, obviamente, mas que desde o golpe de 2016 nós entramos num período de resistência. Foi nesse ambiente que nós realizamos a **16ª Conferência Nacional de Saúde**, que denominamos de “8ª mais oito”, justamente para fazer **o resgate do que foi a 8ª Conferência, lá em 86**, que naquela época era uma luta pela reabertura democrática e agora, entre 2017 e 2019, era um período também de luta para que não tivéssemos o pior, que infelizmente acabou acontecendo. Eu creio que, se não fosse a nossa luta, poderia ter sido pior porque nós começamos a fazer a resistência desde antes do golpe de 2016 e demos continuidade. De lá para cá a nossa luta contra os retrocessos e enfrentamento ao fascismo e à pandemia foi muito grande, mas, ao mesmo tempo, seguimos esperando com o povo brasileiro. O que era necessário e possível era virar aquelas páginas tristes da nossa história.

É importante lembrar que nós ainda vivemos as consequências dessa ruptura de um passado recente e agora entramos num novo período, que é de reconstrução. Nós vivemos esses últimos anos num contexto desafiador com o desmonte das políticas públicas, a falta de financiamento adequado e suficiente para o SUS. Na verdade, sempre foi um problema para o SUS o financiamento, mas no último período passamos por um desfinanciamento, inclusive por conta da **Emenda Constitucional 95, o “teto de gastos”, que retirou mais de 60 bilhões do SUS, desde a sua aprovação até o final de 2022.**

Realizamos a 17ª Conferência Nacional de Saúde, que também serviu como um espaço de resistência e de esperar, tendo como tema: **“Garantir Direitos, Defender o SUS, a Vida e a Democracia - Amanhã Vai Ser Outro Dia”**. Justamente fazendo este paralelo do que vivíamos, do que a gente enfrentava e do que a gente desejava para o futuro. Foi uma Conferência com muita participação, **mais de 2 milhões de brasileiros e brasileiras participaram ativamente** da tomada de decisões sobre o que afeta suas

vidas coletivamente. Eu falo isso por conta das atividades preparatórias que tivemos desde 2021 nos territórios, as conferências locais, depois as municipais, distritais, regionais, estaduais e as conferências livres, que foram uma inovação. Obviamente que teve uma mudança no início de 2023, eu posso até falar um pouco antes, quando nós passamos a integrar a equipe de transição da saúde, em novembro de 2022.

O Conselho Nacional de Saúde participou oficialmente, pela primeira vez, do grupo de transição onde já começamos a constituir uma nova relação com o Ministério da Saúde e com a ministra Nísia. Ela representava a Fiocruz e as diversas pessoas e representações que estavam lá ajudaram a criar as condições para que a 17ª Conferência Nacional de Saúde entrasse na agenda principal do governo, não somente da saúde, é importante a gente fazer também esse destaque. **Foram realizadas 99 Conferências Livres** que aconteceram de forma democrática e aberta.

Nós já tínhamos experimentado as **Conferências Livres na 16ª, e também na 1ª Conferência Nacional de Vigilância da Saúde**. Mas aquelas Conferências Livres escolhiam pessoas para representar que não eram delegadas. Elas tinham que custear, inclusive, os seus deslocamentos, hospedagem, alimentação e as propostas que eram discutidas naquelas Conferências Livres iam para um anexo do documento. Agora nós avançamos porque as Conferências Livres elegeram pessoas delegadas e as propostas e diretrizes aprovadas nessas Conferências foram para o documento base que foi discutido durante a etapa nacional. Então, uma gama de temas sobre população negra; educação popular em saúde; comunicação em saúde; saúde da mulher, trabalhador e trabalhadora; saúde mental, entre outras, foram criando um ambiente onde as preocupações e necessidades das comunidades puderam ser discutidas de uma forma mais aberta.

Então, esse novo momento é crucial da nossa história. O SUS está se fortalecendo novamente e isso fica evidenciado pelo respeito ao controle social no processo de conferências porque a sociedade desempenha um papel ativo no direcionamento das políticas públicas. Isso nos faz lembrar que tivemos várias outras ações. Posso citar o grupo de trabalho para acompanhar a situação dos povos Yanomami, **inclusive com a visita de um grupo da CISI (Comissão Intersectorial de Saúde Indígena) do CNS.**

Então, vemos o **Conselho Nacional de Saúde** atuando também nessa pauta. Quando nós fizemos um documento-denúncia sobre o que aconteceu na pandemia, já falávamos sobre o genocídio da população indígena. Para citar um exemplo de que nós atuamos com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a Sociedade Maranhense, o Fórum DH Saúde, trabalhamos durante a pandemia de uma forma conjunta. importante dizer que, inclusive, quando iniciou o governo anterior, em 2019, nós criamos junto ao Conselho Nacional de Direitos Humanos uma Comissão Especial de Participação Social, onde, enquanto presidente do CNS, eu tinha como a única representação externa nesse tipo de espaço. A gente aproximou muito as nossas lutas com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, mas também com todo um outro aspecto de direitos humanos, mais amplo no sentido da saúde, que não é somente a ausência de doença. Acredito que nós avançamos muito e que ainda temos muitos passos para dar nesse novo momento histórico.

## Quais as mudanças já experimentadas?

Eu acredito que nós conseguimos, por exemplo, influenciar o **plano plurianual com as propostas e diretrizes da 17ª Conferência Nacional de Saúde e estamos influenciando também no Plano Nacional de Saúde - PNS.** A nossa **Resolução 715**, que foi aprovada no dia 20 de julho/23, sinalizou para o âmbito do governo federal quais as prioridades, e não são todas, obviamente, porque numa conferência tem propostas de execução no curto, médio e longo prazo e outras propostas sabemos que, inclusive, podem até nunca acontecer, mas é a utopia que buscamos para caminhar. Então acho que esse é um avanço.

Outra mudança também foi termos realizado a Conferência num período diferente do que era anteriormente; apenas em 2019, que foi a primeira vez que realizamos a Conferência no início do segundo semestre. **As conferências nacionais eram sempre realizadas no final do ano, depois que o PPA já estava elaborado e com muita dificuldade para influenciar no PNS.** Em 2019, por óbvio, nós não tivemos como influenciar muito. Por mais que constassem questões no PPA, mas principalmente no PNS, o Ministério da Saúde não executou. Então, eu acredito que é a primeira vez que estamos conseguindo influenciar muito e, obviamente, que nós iremos acompanhar, fiscalizar, cobrar e ajudar a fazer

com que aquelas políticas públicas que nós colocamos no PPA se tornem realidade. **A 17ª Conferência Nacional de Saúde trouxe a marca da diversidade da população, foi a Conferência da equidade.** Não por acaso, foram as populações que mais sofreram com a violação dos direitos humanos como um todo: mulheres, população negra; pessoas com deficiência; LGBTQIAP+; indígenas; população em situação de rua, entre outras. Vimos esta situação nos últimos anos de um governo neofascista que atacou, violentou e abriu o pior dos mundos, vamos dizer assim, para estas populações. A resposta que demos com a 17ª Conferência Nacional de Saúde - que está materializada naquilo que foi aprovado na etapa nacional e que estamos inserindo no PPA e no PNS - considero um avanço significativo das mudanças que já estamos experimentando.

Temos a questão também de uma política nacional de atenção especializada em saúde, que aprovamos na reunião ordinária do CNS em outubro, que é importante porque vai agilizar o atendimento. Foram promessas de campanha do presidente Lula que estão entre as prioridades do governo e nossas. Também tivemos uma atuação forte, em maio deste ano, quando participamos da Assembleia Mundial da Saúde, a convite da ministra Nísia, e integramos a delegação oficial

do Brasil. Lá, tivemos um evento paralelo sobre participação social **e isto está desdobrando numa proposta de resolução que será apresentada em 2024 na Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra.** Em 2023 teve uma proposta de resolução, que o governo brasileiro apresentou, sobre a questão da saúde indígena e nós ajudamos a construir, a fortalecer também essa pauta.

**Outro avanço importante foi nossa participação em Genebra, entre 25 e 29 de setembro, numa agenda de Monitoramento e Defesa dos Direitos Humanos no Brasil, junto à ONU e à missão permanente do país junto à ONU,** onde a delegação brasileira reforçou, no âmbito internacional, os relatos de denúncias sobre descumprimento de direitos por parte do governo federal, sob administração do ex-presidente da República, no cenário da pandemia. **Temos também a Política Nacional das Pessoas com Deficiência, que segue a mesma lógica da atenção especializada, que traz também a importância do olhar para o fortalecimento da atenção básica, entendendo à diversidade da população, os marcadores da promoção da saúde.** E não tem como promover a saúde ignorando as questões de gênero e raça, por exemplo.

Nós participamos em setembro da cerimônia de lançamento da estratégia nacional do desenvolvimento do Complexo Econômico Industrial de Saúde, que tem como objetivo estimular a produção em larga escala de insumos e tecnologias para a saúde, gerando uma nova industrialização, inclusão e sustentabilidade. A ministra destacou a retomada da estratégia da garantia desse Complexo como uma política de Estado discutida e deliberada no âmbito da 17ª Conferência Nacional de Saúde. É importante dizer isso porque vai ser realizada a avaliação sobre direitos econômicos e sociais **e o Brasil precisa cumprir o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos e Culturais, ratificado em 1992.** Nós estamos preparando a nossa participação para a próxima Assembleia Mundial da Saúde, com os instrumentos diplomáticos que estão à nossa disposição.

**A 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental** - que o governo anterior trabalhou contra, não deixou nem orçamento previsto - está para acontecer em dezembro, **a partir de um esforço muito grande nosso, do Ministério da Saúde e do departamento de saúde mental.** Temos como tema a política de saúde mental como direito, pela defesa do cuidado em liberdade, rumo ao avanço e garantia dos serviços de atenção psicossocial no SUS.

É um empenho muito grande que estamos fazendo e nós acreditamos que o resultado da Conferência terá desdobramentos nas estratégias. Nós precisamos avançar porque é uma situação que se agravou muito, inclusive em decorrência da pandemia e dos ataques que sofremos no último período. Ou seja, saímos de um governo que estava ausente, que atacava as políticas públicas, o SUS e os direitos humanos, para um governo em que a decisão política do presidente, da própria ministra da saúde e das secretarias, junto conosco, é de que a participação popular no Brasil seja r estabelecida e fortalecida.

## Quais os desafios que permanecem?

Podemos fazer um paralelo de que nós saímos do inferno, mas ainda não chegamos ao paraíso. As consequências de um governo de extrema direita no nosso país, de um golpe acontecido em 2016, fazem com que a violação de direitos humanos continue campeando, como a gente fala no Rio Grande do Sul, em todo o país. Nós vemos atrocidades sendo cometidas todos os dias. Então, para fazer com que essa transformação da sociedade brasileira aconteça vai demorar um tempo. Foram atrasos realmente de décadas; retrocessos civilizatórios do ponto de vista, inclusive, humanitário. E nem chegamos a falar de uma sociedade socialista, igualitária e fraterna, enfim, para um mundo diferente que nós queremos construir, mas sim de civilização. Nós chegamos à barbárie. Nós chegamos a questões da Idade Média, vamos dizer assim. E nós precisamos recuperar direitos.

Então, os desafios continuam e são muito grandes. Mas um dos desafios, para citar especificamente alguns exemplos, é fortalecer a denúncia internacional contra a condução da política de saúde no Brasil durante a pandemia da Covid 19. Nós vamos continuar trabalhando a partir do documento - denúncia que elaboramos em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, com o Movimento Nacional de Direitos Humanos e outras entidades, que levamos aos organismos internacionais, ao Ministério Público Federal, à CPI da Pandemia. Continuaremos atuando e transformando o luto em luta para não deixar cair no esquecimento o que aconteceu. Vamos continuar cobrando responsabilização de quem cometeu crime durante a pandemia e também responsabilizar o Estado brasileiro pela violação dos direitos humanos no contexto da pandemia.





A mobilização e atuação em torno do Congresso Nacional contra a **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 10 (da comercialização do plasma e do sangue)** e o **Projeto de Lei n. 7082/2017**, que tira a **CONEP** do **Conselho Nacional de Saúde** e ataca os direitos dos participantes de pesquisa.

Também tem o **Projeto de Lei n. 5414/2016**, que está tramitando na Câmara dos Deputados e **dispõe sobre a proibição do incentivo do governo ao desenvolvimento e vinculação de cursos à distância na área da saúde**. Nós estamos nessa luta, **somos contrários aos cursos de educação à distância (EAD) na área da saúde**. Temos outro desafio **que é a implementação dos conselhos locais de saúde, a partir da resolução 714**, homologada pela Ministra na abertura da 17ª Conferência Nacional de Saúde. Implementar e fortalecer os conselhos gestores ou conselhos locais de saúde, nos próximos três anos, em todas as regiões de saúde do país, ampliando a base de sustentação popular do SUS nos territórios.

E, obviamente, o desafio de fazer o **monitoramento, acompanhamento e avaliação dos resultados da 17ª Conferência Nacional de Saúde** para que a gente veja as políticas públicas se tornando realidade na vida das pessoas.

Mesmo com o golpe, a pandemia e o governo de extrema direita neofascista buscamos ampliar as nossas redes para enfrentar esse momento terrível da nossa história e essas redes precisam continuar sendo fortalecidas e ampliadas para que possamos reconstruir esse país e construir coisas novas que, inclusive, nem tinham sido colocadas ainda. Precisamos nos manter nessa toada, esperando sempre, **para consolidar cada vez mais o SUS e o direito humano à saúde no Brasil**.

# Franklin Félix

## Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)



**Eu sou Franklin Félix, sou de São Paulo, tenho 43 anos. Desses 43 anos, eu tenho 20 anos no nosso campo, na área social. Eu sou psicólogo clínico e social, sou mestre em Educação e minha trajetória sempre permeia os direitos humanos.**

Eu estou no Conselho de Psicologia, no núcleo de políticas públicas e direitos humanos, aqui de São Paulo, e também estou na ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) como um consultor dentro das temáticas LGBTQIAP+ e a interface que eu faço é sempre com as dimensões de fé.

Eu sou um homem religioso. Durante a minha vida toda eu fui espírita e assim eu chego nos movimentos que a gente se encontra. Agora, no último ano, eu me converti ao candomblé, sempre trazendo a defesa dos direitos humanos, nessa perspectiva do diálogo com as diferentes tradições de fé, diferentes religiões.

Sou responsável pelo escritório nacional da ABONG, cuido da rotina do escritório e faço parte do “Conselhão”, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, representando nosso campo das organizações da sociedade civil.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

A gente vem sempre com muita expectativa. Foi um governo que a gente ajudou a eleger novamente, que a gente se empenhou e foi pras ruas pra poder elegê-lo. É um governo que nós sabíamos que era um grande arranjo com o campo mais democrático, mesmo com aquele campo que a gente não tem tanta identidade. O próprio Geraldo Alkmin vem nessa rabeira de uma representação de um campo da democracia, mas mesmo assim a gente foi pra rua, a gente ajudou a elegê-lo. É um governo que a gente apoia, mas ele não está alheio às críticas e considerações que nós temos que fazer, quando é necessário.

Foi muito legal, inclusive, **a composição do próprio Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania**. Assim que o **Ministro Sílvio** foi nomeado, **ele nos chamou para uma conversa. Falamos das nossas pautas, falamos das dimensões da fé, das dimensões LGBTQIAP+, da defesa da democracia, da criação de espaços possíveis para as organizações do nosso campo, da defesa de ativistas, de militantes**. Ele é sempre muito sensível. **A Symmy, que é uma amiga muito querida que foi convidada para a Secretaria de Política LGBT estava nessa reunião**. A gente tem feito reuniões sistemáticas com o Ministério e com algumas secretarias.

**Para a ABONG tem sido importante porque a gente tem composto a maioria dos espaços de participação popular; na maioria dos conselhos a ABONG tem tido cadeira**, inclusive no “Conselhão”, que eu faço parte; no **Conselho de Participação Social**; de **Segurança Alimentar e Combate à Fome**; o da **CGU**, de combate à corrupção; de **Educação e Meio Ambiente**. Então, vários conselhos foram retomados e isso é uma característica bem boa deste governo.

A gente estava há 4 anos sofrendo, sendo perseguidos. Nós não tínhamos espaço de representação. Muito pelo contrário. Nós tínhamos espaços muito hostis, uma perseguição e uma criminalização burocrática muito grande do nosso campo. E, com essa retomada, a gente também entende que vamos precisar reivindicar alguns lugares que, para a gente, são muito caros. Muita gente nossa está no governo. Isso aconteceu na primeira e na segunda gestão do Lula, na gestão da Dilma. Muita gente do nosso campo vai para o governo e a gente precisa sempre lembrar para essas pessoas sobre as nossas pautas, as pautas prioritárias para o nosso campo, o quanto é importante uma sociedade civil autônoma, independente, com recursos para desenvolver bem os seus trabalhos.

Para finalizar, eu acho que tem sido uma avaliação positiva do governo do Presidente Lula porque ele também tem trazido possibilidades que para a gente são importantes, **como o próprio combate à fome; a retirada da obrigatoriedade de pagamento do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) pelas ONGs que pagavam do mesmo jeito que gente com dinheiro**. Tem tido uma sensibilidade com nosso campo; nosso campo tem sido chamado para alguns lugares e eu acho que é esse o nosso papel mesmo: a gente tem que apoiar quando precisa, mas tem que tensionar também e reivindicar quando a gente acha que é necessário.

## Quais as mudanças já experimentadas?

Eu acho que a própria escuta dos movimentos sociais e populares do nosso campo é perceptível e esteve presente desde o primeiro momento desta nova gestão. Esses projetos de lei que visam gerar mais suporte para nós, **a retomada do CONFOCO (Conselho de Fomento e Colaboração)**, ligado ao **MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil)**; a própria **Secretaria de Participação Social** é um espaço importante que é retomado e que a gente tem feito parte; **também a aceitação das nossas sugestões nas pautas econômicas com relação ao ITCMD e outros impostos**. Eu acho que, embora a gente tenha tido 4 anos de horror, a chavinha tem sido virada ao nosso favor com muita facilidade.

E é evidente que em outros campos a gente vai continuar lutando. Como, por exemplo, o RG que não precisa conter gênero e sexo – que as companheiras da **ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)** vêm reivindicando tanto – é uma luta histórica da gente e a gente vai continuar contribuindo com as companheiras da **ANTRA e da ABGLT**. Assim como **a nomeação de uma jurista negra para o STF (Supremo Tribunal Federal)** foi uma campanha que a gente contribuiu muito e que foi para as ruas para solicitar também. **Uma maior representatividade de mulheres negras CIS e trans dentro das instâncias de governo, de decisão, a gente continua pautando e reivindicando**. Eu acho que tem algumas aberturas, mas também tem modelos muito antigos que a gente vai ter que tensionar para que as coisas comecem a se modificar.

A gente entrou nessa nova gestão com uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) porque essa direita abjeta, mesquinha, cruel, que nos persegue, não iria deixar a gente em paz como nós imaginávamos. Então, eles encampam uma CPI contra o MST e saem derrotados, envergonhados; encampam uma CPI contra o nosso campo das organizações ambientalistas – mas visando atingir todas as organizações da sociedade civil – e também saem muito pequenos. E agora, nos estados, a gente tem percebido também esse movimento da extrema direita que não dialoga, uma extrema direita arrogante. Eles têm tentado também aqui em São Paulo, com a ideia de perseguir movimentos populares, movimentos do Centro, o próprio Padre Júlio que é uma liderança que a gente tem o maior respeito do mundo. Lideranças que defendem os direitos humanos, como Padre Júlio, merecem todo nosso apoio, todo nosso respeito e merecem que a gente vá em bloco pedir respeito e apoiar.

Então, eu acho que a gente tem muitos avanços, mas a gente acaba se sentindo meio embarreirado em alguns espaços, principalmente com relação ao Legislativo, **com alguns projetos de lei que visam criminalizar a gente, que visam criminalizar corpos de pessoas, militâncias**. **A gente não pode achar que a gente venceu porque precisa ficar vigilante o tempo todo**.

## Quais os desafios que permanecem?

**A retomada do Programa de Proteção de Defensores tem sido bastante importante e necessária**. Proteger quem protege, cuidar de quem cuida. Mas o programa, naturalmente, precisa de uma revisão, de uma reorganização. Precisa que os movimentos sociais e populares, que atuam historicamente com as pautas de defesa dos direitos humanos, sejam ouvidos, sejam convidados para propor, para pensar mudanças. É inegável que a gente está num outro cenário.

Que bom que a gente está num outro cenário; que bom que a gente conseguiu derrotar o governo da morte, que não tinha um olhar para as pessoas, principalmente as mais empobrecidas, pros militantes, pros ativistas. Pelo contrário: perseguia. É inegável que a gente está num outro contexto, numa outra possibilidade de combater com coragem, mas alguns avanços ainda vão ser necessários, como, por exemplo, as representatividades e representações em todas as instâncias do governo; as reivindicações históricas dos movimentos, principalmente o movimento negro e de mulheres, pela indicação de uma jurista negra para o STF, que represente a maior parte da população brasileira.

Então, para a ABONG, a retomada da participação social é incrivelmente importante e necessária. A gente tem feito encontros, debatido sobre participação social. Mas, que participação social é essa? A gente não quer fazer por fazer ou pra dizer que está fazendo. Não é essa participação social que a gente acredita e que a gente quer e a gente também não vai se prestar a cumprir tabela.

Então, se quer a nossa participação, vai ser integral, vai ser com todos os atravessamentos que a gente acredita, com todo o respeito e admiração que a gente tem por quem está no governo, por quem está no poder, pelos nossos pares, inclusive, que estão em alguns espaços, mas a nossa participação vai ser integral, trazendo sempre o compromisso de fortalecimento das organizações da sociedade civil, principalmente as mais empobrecidas, as mais populares, as mais fragilizadas, aquelas que ainda sofrem nos seus territórios, aquelas que as suas militâncias também sofrem no território.

**Então, a gente acredita numa participação que considere, de fato, todas as nossas reivindicações, mesmo que elas, em algum momento, não batam com os interesses desse governo de coalizão que – a gente sabe – tem muitos alinhamentos que precisam ser feitos com muita gente, mas a gente não abre mão.**

E, para finalizar, aquela perseguição quando se começou a dizer que o Ministro Sílvio sairia, a gente fez um manifesto com mais de mil assinaturas de organizações do Brasil e do mundo. **Então, a gente está vigilante, a gente está de olho, a gente está atento.** O mesmo com relação a outras pautas, como **Marco Temporal**. A gente continua vigilante, indo pra cima quando a gente acha que é necessário e importante defender as pautas da sociedade civil e defender os nossos e as nossas.

O tema da participação social é muito importante para essa retomada. A gente precisa jogar luzes nos espaços de participação social, a importância de a gente ouvir beneficiários, ativistas, ouvir todos os territórios, principalmente fora do eixo Sul-Sudeste. **A ABONG tem um histórico de defesa de direitos e a gente espera muito contribuir com essa visão de um coletivo mais amoroso, mais acolhedor para todas as pessoas.**

Tem a dimensão da fé que eu acho que a gente precisa cuidar muito. É muito importante dialogarmos e debatermos com todas as comunidades de fé, aquelas que respeitam a integridade dos direitos de todas as pessoas. Mas a gente não pode se perder com uma comunidade de fé específica, como, por exemplo, as comunidades cristãs que também têm histórico, também têm debates importantes, mas eu acho que a gente precisa trazer pro debate coletivos e pessoas que não são cristãs e também podem contribuir, podem mostrar os seus jeitos nos territórios, os seus jeitos de acolher, de alimentar as pessoas, de fazer resistência. Acho que a gente ganha muito nessa perspectiva de um direito humano integral, considerando os vários saberes e os vários fazeres dos próprios territórios, das religiões de matriz africana, ribeirinhos, quilombolas, gente que não está com a visibilidade que às vezes a gente tem por estarmos nos centros urbanos, por sermos brancos – eu, por ser branco – então eu acho que a gente tem que considerar muito os saberes populares que não estão nos territórios que chamam mais atenção.

# Getúlio Vargas Júnior

## Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam)



**Sou Getúlio Vargas Júnior, já tive a oportunidade de conversar para esse relatório, em anos anteriores. Antes esperançado e agora com a esperança realizada em parte, pelo menos de ter um governo democrático e acessível às pautas dos direitos humanos.**

Eu continuo - fui reeleito ano passado - presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e a represento no Conselho Nacional de Direitos Humanos, onde eu também sigo coordenando a Comissão do Direito Humano à Cidade.

A CONAM tem acompanhado, desde a transição, o debate dos direitos humanos, da saúde e da participação social. O Conselho das Cidades também já foi convocado para ser reinstalado. A CONAM tem 11 vagas no Conselho das Cidades, entre titulares e suplentes, e a nossa ideia para o próximo período é que o Brasil, de fato, possa voltar à cena. A gente sabe que tem uma diferença grande entre eleger um governo e ter de fato o poder político na sociedade, mas é muito melhor fazer a resistência tendo algumas esferas de diálogo e de poder, do que fazer a luta como a gente fez no último período, completamente fora de todos os espaços de discussão e de construção.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Há uma mudança qualitativa muito grande da conversa do ano passado para a conversa deste ano. Se, no ano passado, a conversa era de esperança, este ano - não quer dizer que todas as esperanças se transformaram em realidade -, pelo menos, a gente conseguiu dar alguns passos concretos nesse sentido.

Às vezes a gente consegue ter uma visão um pouco maior do que teria se estivesse atuando só na entidade **porque estamos no Conselho de Participação**, onde vemos as diversas atuações e pautas dos direitos humanos ou de outros conselhos setoriais e consegue minimamente dialogar. **Com o assassinato da nossa referência na Bahia, Mãe Bernadete, principalmente para o movimento quilombola e negro, para a religiosidade africana, a gente percebe que não basta ter o governo.** Ter o governo não é garantia de direitos humanos, mas, no mínimo, é reconfortante saber que, quando acontece uma violência dessas, rapidamente vemos o governo federal, o Ministério da Justiça e outros órgãos atuando para que de fato haja esclarecimento do que aconteceu, para que haja uma manifestação de Estado dizendo que essa violência não vai ser admitida.

Por outro lado, **o ideal seria que a gente tivesse um acúmulo em que a eleição de um campo político ou de outro não alterasse a forma como a sociedade tem tratado seus defensores de direitos humanos.** Se, por um lado, acalenta saber que temos, institucionalmente, um governo que minimamente te ouve - o que não quer dizer que vai imprimir tua agenda ou dialogar com o que a gente defende -, por outro lado, isso não deveria ser uma postura de governo, mas uma postura de Estado. **Mais do que isso:** qualquer violação de direito humano deveria ser condenada, independente de quem fosse o governo. **A política de Estado deveria ser tolerância zero em relação à violação de direitos humanos.**

Ficamos num misto de preocupação, mas com esperança renovada. **Por exemplo, a pauta dos despejos:** estavam acontecendo muitas violações, muitos ataques a defensores de direitos humanos em áreas públicas do município, do estado ou da própria União. Com a mudança do governo federal, mudou a política em relação às áreas da União. **No governo anterior, essas áreas eram vistas como mercadorias e não como um espaço**

**a ser apropriado para produção de habitação de interesse social ou de equipamentos sociais.** Estavam visando vender, e não era nem pelo valor, mas para repassar o controle dessas áreas para a iniciativa privada. Só o fato de assumir um governo que tem outra visão sobre essas áreas - que tirou ações judiciais que estavam nessa ofensiva contra as comunidades que ocuparam para que essas áreas cumprissem sua função social, o fato de não ter mais ataques e a sinalização do diálogo para regularização dessas áreas (no campo, para reforma agrária e nas cidades, para reforma urbana) - por si só já demonstra uma sinalização de que é outro governo.

O nosso grande desafio neste processo é compreender que é um governo que entra com uma correlação de forças muito adversa, muito diferente do que foi Lula 1, Lula 2, Dilma 1. Mas, só eleger o Lula, já percebemos que não basta e com uma agenda mais apertada, uma correlação de forças mais difícil, uma direita organizada e se identificando como extrema-direita. Hoje temos uma oposição que faz questão de fazer a demarcação e nós precisamos desses caboclos para dar uma sustentação no Congresso porque, na nossa política brasileira, elegemos um presidente, mas não quer dizer que ele vai ter uma maioria parlamentar para garantir as alterações ordinárias, muito menos para qualquer alteração constitucional. Isso de certa forma também diminui as expectativas que temos com esse governo.

Nós conseguimos, na transição, **uma grande arrancada que foi acabar com a EC 95 (Emenda Constitucional do limite de gastos).** Eu, sinceramente, não sabia em qual momento o governo iria conseguir correlação de forças para ter 3/5 de um Congresso conservador, um parlamento que assumiu em 2023 e que ainda é mais conservador do que o que acabou em 2022. Nós sabemos que os investimentos públicos são fundamentais para que qualquer governo de esquerda possa prosperar no Brasil. A falta de políticas públicas e de garantia de direitos humanos é porque boa parte desses direitos foi mercantilizada no último período. Quando existe um Estado forte atuando, ele faz com que esses direitos não sejam mercadorias e isso ataca os interesses dos setores que querem mercantilizar, monetizar em cima disso.

O gargalo que nós temos é que, na maior parte das políticas de direitos humanos que precisamos avançar, o problema não é de norma, mas de recursos para implementar os programas e políticas. **Com o fim da EC 95, com a PEC da Transição e a volta da regra anterior à EC 95, a saúde volta a ter o financiamento adequado.** Infelizmente, outras áreas que não têm esses recursos carimbados ainda vão sofrer por um período até a gente conseguir garantir, na peça orçamentária, os recursos necessários para retomar a política. A saúde é uma exceção, mas em todas as outras áreas, a gente volta para um patamar mais atrasado.

No caso dos direitos humanos coletivos, não basta o Estado prometer ou dizer que vai prover. Precisa de orçamento e de programas para isso. As pautas de alimentação adequada, saúde (o SUS), moradia, saneamento, mobilidade precisam disso. Não basta boa vontade. É preciso ter programas estruturados para que se possa acessar esses recursos e essas políticas. Ainda é muito cedo, em 2023, para dizer que tudo isso que precisa de uma reestruturação já voltou para os trilhos. Exceto educação e saúde, que têm dispositivos de repasses já assegurados, as outras áreas estão engatinhando ainda. Até porque não basta colocar orçamento se os programas não estão estruturados. Naquilo que depende de reestruturar e remontar, o ritmo ainda está muito lento. Aquilo que depende da vontade política tem andado com uma velocidade um pouco maior. Com relação ao Lula, a gente tem muita tranquilidade, mas o governo não é só o Lula, não é só a vontade do governo. Tem a correlação de forças com a sociedade e a gente tem que estar tensionando.

## Quais as mudanças já experimentadas?

**Tanto enquanto CONAM quanto como Conselho, digo que houve mudança qualitativa e quantitativa.** Hoje, os ministérios acompanham as comissões do conselho, têm ajudado nos encaminhamentos de soluções. Antes eram só as nossas organizações da sociedade, alguns órgãos mais ligados às defensorias ao nível de estado e de União, alguns promotores progressistas que tínhamos de amparo estatal. Hoje temos representantes dos ministérios que estão junto com a gente pensando e correlacionando as ações do governo para fazer com que a propriedade cumpra sua função social, que as áreas públicas não sejam vendidas,

que o ministério aponte quem pode adquirir a área para o Minha Casa Minha Vida, a partir de um projeto da prefeitura, por exemplo.

A **CONAM** e outros movimentos nacionais das cidades - e parece que tem outro grupo de trabalho das entidades do campo - foram chamados para **discutir as novas normativas da Caixa e do Ministério das Cidades para produção habitacional de interesse social a partir do Minha Casa Minha Vida.** Já teve conversas com a **Secretaria de Patrimônio da União** para que imóveis da União, que não vão ser aproveitados, possam ser cedidos aos movimentos, **em parceria com o Ministério das Cidades, para produção habitacional em áreas centrais, a partir de um modelo de retrofit.**

Já tivemos algumas medidas efetivas, não só de apoio político. Teve acompanhamento dos ministérios em missões-denúncia. Não quer dizer que ao nível de estados, de municípios e da Justiça, tenha dado um giro de 180 graus, mas pelo menos tem um amparo legal que não tínhamos antes. E, na hora que algumas ferramentas e instrumentos voltarem a funcionar mais adequadamente, a gente vai ter outras estruturas do Estado. Alguma demora passa até pelo Estado estar se preparando para colocar as estruturas à disposição para fazer esse debate. Se, antes da ruptura democrática, não era o que a gente queria, estava aquém da nossa necessidade (e, principalmente, da nossa demanda), neste momento de reestruturação, a gente saúda muito mais o fato de ter, do que de estar no patamar adequado.

**Se conseguirmos chegar ao final de 2026 retomando um patamar parecido de democracia, de participação e de construção como o que havia em 2014, a gente terá recuperado o atraso.** Eu acho que não conseguimos recuperar porque algumas questões **retrocederam ao patamar que estava antes dos governos populares e eu não vejo correlação de forças para a questão estrutural e econômica.** Até porque eles sabem que, dar um cheque em branco pro Lula nessa área, é fazer o campo progressista ficar mais 10, 15 anos no poder e eles não querem isso.

Hoje, a percepção da sociedade em relação às políticas garantidoras de direitos humanos é muito negativa. **99% de quem faz a luta pela moradia na ponta não consegue relacionar a luta pela moradia aos direitos humanos.** Quando se fala em direitos humanos, se vincula muito ao encarceramento, ao preconceito com as pessoas privadas de liberdade e ao aspecto das liberdades e garantias individuais, principalmente na questão LGBT. Para quem não tem acúmulo, quando se



fala em direitos humanos num whatsapp da vida, alguém responde com uma foto de policial com porrete na mão escrito “direitos humanos”. E tem políticas de direitos humanos que não podem entrar numa disputa de narrativa.

Então, o Estado brasileiro - mas também as nossas organizações - **têm que fazer uma campanha, alguma mobilização para ressignificar o conceito de direitos humanos porque a gente fica numa situação muito constrangedora de dizer “eu sou do Conselho de Direitos Humanos”, em algum ambiente que não seja militante.**

Exemplo disso são a **Maria do Rosário** e a **Manuela D’ávila**, duas das mulheres que mais sofreram fake news por causa de sua atuação em defesa dos direitos humanos.

O massacre dessas mentiras é tão grande que amplos setores começaram assimilar como verdade.

## Quais os desafios que permanecem?

Uma coisa que precisamos pensar para dar resposta nesse momento é como a gente vai ressignificar, dentro da sociedade, o conceito de direitos humanos. O conceito que a sociedade tem hoje é deturpado e existe uma disputa de narrativa. A Globo defende os direitos humanos na perspectiva das liberdades individuais e temos visto avanço no tratamento de algumas pautas, como o respeito às comunidades tradicionais, a luta contra o etarismo, os povos indígenas, a tolerância com a diversidade religiosa. **Mas eles não querem que as pessoas compreendam que ter o SUS, ter o direito à moradia são direitos humanos porque querem que as pessoas tenham isso como mercadoria.**

**Eu fiz a defesa da proposta de ressignificar o conceito de direitos humanos, em nosso seminário de planejamento do CNDH**, no sentido de dialogar para dentro e para fora. Porque tem muitos setores que atuam nos direitos humanos que querem colocar a pauta de uma maneira muito crua para reafirmar mas, às vezes, no diálogo com as pessoas que não entendem nosso conceito, isso mais choca do que ganha elas para compreender o que é uma política de defesa dos direitos humanos. Não estou dizendo para o pessoal arrefecer ou deixar suas bandeiras de lado, mas que não importa aquilo que está sendo dito; importa, muitas vezes, o que a pessoa está ouvindo, que já vem de algo que ela ouviu antes e que a ajudou a construir esse conceito equivocado da nossa luta. Vende mais jornal, dá mais click fazer uma matéria sensacionalista, então, precisamos ver como abordar a nossa pauta.

O Lula foi eleito com um programa de governo e tem quatro anos para colocar em prática. Aquele programa tem que nos orientar e as próprias ações do governo têm que dialogar com ele. Isso ajuda no nivelamento e na atuação. A correlação de forças não permite tudo, mas tem coisas que são mais de fundo que é necessário reafirmar. Outra questão muito importante é como dialogamos para fora da nossa bolha. Na nossa bolha são 120, 130 deputados, é a turma que já está convencida. Como iremos convencer as pessoas que votaram no Lula, mas não concordam com a nossa ideologia, nossa resistência? E como dialogamos com aqueles setores que não votaram no Lula porque não acreditam nele ou mesmo que votaram no outro, mas sem ser necessariamente bolsominions ou fascistas? Como conseguimos ganhar essas pessoas que ainda estão em algum nível de disputa para um conceito mais avançado?

Não iremos conseguir 100% das pessoas fechadas com a gente em todas as pautas. Tem gente que é liberal na economia, mas não é conservadora nos costumes e podemos ganhar nos debates das pautas das liberdades e dos direitos individuais, como o combate à fome e o conjunto das outras políticas individuais. Não existe uma pessoa que seja 100% favorável ou contrária a todas as pautas de direitos humanos e eu acho que precisamos pinçar quem consegue dialogar em algumas pautas para construir maiorias circunstanciais para votar com a gente porque o governo precisa ter condições, dentro do Congresso, de avançar numa pauta progressista.

O governo precisa reafirmar - sem fazer queda de braço, com atitudes, com firmeza - que essa pauta de direitos humanos é inegociável (como foi a pauta da saúde) para construir política de Estado, a partir do conceito de Estado que defendemos. Isso passa pela mobilização social. Pegando aquele exemplo do Mandela que disse: "se organizem, lutem, me façam fazer aquilo que eu fui eleito pra fazer porque o lado de lá já tá organizado e mobilizado para que eu faça aquilo que eu não quero". Esse é o desafio com o Lula: como iremos ter força social para pressionar ele para fazer o que a gente precisa. E nem só ele, mas vislumbrando a construção de políticas de Estado porque, nesse último período, vimos que não ter política de Estado e nem de governo permitiu que algumas leis, dispositivos e decretos mais frágeis fossem facilmente revogados. O SUS e a lei dos direitos humanos, que já estavam consolidados, não teve como mexer, **mas conselhos como o das Cidades e o CONSEA, que eram por decretos, nem chegaram ou acabaram no primeiro dia.**

**Esse é o desafio:** como a gente aproveita estes três anos de governo que tem pela frente e transforma em políticas de Estado essas políticas de governo que são importantes. E vamos ter que botar povo na rua, criar pressão, mobilizar. Houve uma eleição democrática e nós ganhamos - eu falo o campo dos defensores de direitos humanos, os progressistas - mas com uma margem muito apertada. Isso quer dizer que essas ideias fascistas, reacionárias, que muitas vezes não se apresentam como tal, ainda permeiam muito, ainda encontram eco. Então não é achar que, com um estalar de dedos, vamos ter democracia no Brasil. A democracia tem que ser reconstruída e com participação. É fácil? Não é, nunca foi. Mas é muito melhor estar lutando no cenário de hoje do que no cenário dos dois anos anteriores que eu expus aqui. O que a gente não pode é criar expectativas de que está tudo resolvido ou de que nada pode mudar porque a gente já fez tudo que podia fazer. É um pouco do esperar do Paulo Freire: seguir esperando, mas com uma esperança ativa de criar as condições necessárias para mudar aquilo que é possível, aceitar aquilo que não é possível mudar e ter sabedoria para diferenciar um do outro. Também como Darcy Ribeiro: "tem muitas lutas que eu vou perder, mas vou perder feliz porque sei que estava lutando do lado certo."



## Giuliano Galli

Instituto Vladimir Herzog / Rede Nacional de Proteção a Jornalistas e Comunicadores



**Meu nome é Giuliano Galli e atualmente coordeno a área de jornalismo e liberdade de expressão do Instituto Vladimir Herzog, uma ONG aqui de São Paulo.**

Entre as iniciativas que desenvolvemos, tem a Rede de Proteção a Jornalistas e Comunicadores, onde a gente atua em parceria com outras organizações: Artigo 19, Repórter Sem Fronteiras e o Intervozes. São essas quatro organizações que lideram a construção, a implementação e o acompanhamento da Rede que tem como objeto de atuação a proteção de jornalistas e comunicadores.

E foi sempre tendo esse público como alvo que se deu a minha militância. Eu sou formado em jornalismo, tenho mestrado também em comunicação e o meu trabalho sempre esteve ligado à defesa do direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa e, principalmente, observando a atuação de jornalistas e comunicadores populares das periferias do Brasil e de várias regiões do Brasil.

Sempre foi esse o foco da minha atuação no sentido não só de entender como os veículos, ao longo dos últimos anos, aumentaram a sua relevância, mas também pensar em construção e implementação de políticas públicas que fortalecessem a atuação desses veículos como um caminho muito importante para o nosso futuro, tanto na promoção da cidadania, da defesa dos direitos humanos, mas também do fortalecimento do jornalismo e do combate à desinformação.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Esse novo governo representa a derrota do projeto de poder que governava o Brasil anteriormente. Isso parece simples, mas na verdade é muito significativo porque o projeto de poder que estava à frente do Brasil ao longo dos últimos quatro anos tinha justamente como um dos focos da sua repressão, da sua opressão, o público de jornalistas e comunicadores. O governo anterior nunca fez questão de disfarçar que tanto o jornalismo quanto a comunicação popular eram para ele inimigos a serem combatidos. Não à toa, relatórios nacionais e internacionais que são absolutamente incontestáveis registram de forma muito significativa o aumento das agressões a esse público, como também apontam que o ex-presidente se tornou o principal agente de ataques e de violação dos direitos de jornalistas e comunicadores. Então, quando um governo que tem essa característica como fundante da sua atuação é derrotado, isso por si só já significa muita coisa.

Acho que é uma manifestação social muito importante, um recado da sociedade de que esse tipo de postura não é mais tolerável, de que essas violações sistemáticas de direitos humanos não são mais compatíveis com aquilo que a sociedade brasileira entende como desejável para a sociedade que a gente quer construir. Ainda que a gente encontre um país dividido e a vitória nas eleições tenha sido por uma margem muito pequena de votos, é um recado importante de que a sociedade brasileira optou por um outro projeto - que não tem na violação de direitos um pilar da sua atuação, que não ataca de forma praticamente diária jornalistas, comunicadores e veículos de imprensa em geral, que não usa a desinformação como uma ferramenta de governo, que não negligencia as políticas públicas de

proteção a jornalistas, comunicadores e defensores de direitos humanos em geral. Acho que isso por si só já é muito significativo.

Está voltando ao poder um presidente que já governou o Brasil e seus governos anteriores representaram avanços sociais muito significativos, históricos para a sociedade brasileira, para o país, mas também não foram capazes de superar algumas desigualdades e complexidades que são fundantes da nossa sociedade. Isso faz com que a gente se mantenha alerta e numa postura de cobrança. Elegemos um governo que a gente sabe que tem um compromisso democrático irrestrito, que entende a necessidade de o Brasil superar desigualdades que fazem parte da sua história e que se comprometeu com isso nos anos anteriores. A gente pode fazer críticas se poderia ter se comprometido mais, mas é inegável que não há nenhum tipo de ameaça à democracia, nenhum tipo de postura bélica, ofensiva, permanente e sistemática contra a imprensa e outras formas do saber, como as que a gente conviveu ao longo dos últimos anos.

O novo governo significa um passo muito importante para a sociedade brasileira no que diz respeito a garantir a valorização dos direitos e, principalmente, o rompimento do projeto anterior que flertava com a ruptura do regime democrático e que, inclusive, tentou fazer isso mesmo depois da eleição. **Não podemos perder de vista o que aconteceu no dia 8 de janeiro de 2023, que foi absolutamente grave, uma mancha na nossa história**, com a qual a gente vai ter que lidar por muitos e muitos anos e que até hoje gera consequências para a forma como o Brasil está sendo governado.

## Quais as mudanças já experimentadas?

Como uma organização da sociedade civil que entende a participação política como uma forma relevante na nossa atuação, já percebemos de forma muito evidente que, mesmo em 10 meses, voltou a ser possível dialogar com o Estado. Nos últimos quatro anos, o que vimos foram portas fechadas, não havia diálogo do Estado com a sociedade civil. É uma mudança muito significativa podermos voltar a participar dos espaços que são

previstos e que são fundamentais de participação política das pessoas, da sociedade em geral e também das organizações que representam a sociedade civil.

É muito importante reconhecer que o cenário encontrado por esse novo governo é absolutamente desastroso. A gente conversa com pessoas que fazem parte do governo e consegue

imaginar o quanto está sendo difícil lidar com esse cenário de destruição que foi encontrado - e de novo faço referência ao 8 de janeiro porque é um pouco emblemático até. O que aconteceu na Praça dos Três Poderes com aquela destruição física, de alguma forma representa a destruição do Estado, que foi deixada pelo governo anterior e com a qual esse governo está tendo que lidar. Essa destruição vai desde documentos que regem a atuação do Estado - e de braços do Estado - até retrocessos no que diz respeito ao diálogo com pessoas que fazem essa participação social. Essas pontes entre o Estado e a sociedade foram completamente dinamitadas ao longo dos últimos anos, agora estão sendo reconstruídas e percebemos que é novamente uma abertura do Estado para fazer o diálogo. Esse é um ponto muito sensível de transformação do governo anterior para esse governo.

Outro ponto também muito importante - que o Estado já deu diversas manifestações públicas, inclusive com a criação de alguns órgãos - diz respeito especificamente ao tema com o qual eu atuo diretamente que é a defesa de jornalistas e comunicadores, a defesa da liberdade de expressão. **Um exemplo é a criação do Observatório de Violência contra Jornalistas e Comunicadores, iniciativa do Ministério da Justiça**, numa reação à tentativa de golpe no 8 de janeiro e como reconhecimento, pelo Estado, desse processo de violência que está sendo levado a cabo por uma parcela da sociedade contra jornalistas e comunicadores.

**Temos alguns exemplos concretos de mudança, como iniciativas do Ministério do Meio Ambiente para jornalistas e comunicadores que atuam na região Amazônica.** Não tem mais aquela negligência absoluta, aquele “faz de conta de que nada acontece” com uma parcela desse público de jornalistas e comunicadores que atuam na região Amazônica, que a gente sabe - há muitos e muitos anos - são alvo de ameaças e de violências sistemáticas. Percebemos também a preocupação do Ministério da Igualdade Racial com comunicadores populares que atuam nas favelas do Rio de Janeiro. **São desde iniciativas mais oficiais (por exemplo, o Observatório) até manifestações públicas de ministros e de integrantes do governo que ressaltam essa postura.**

É importante colocar que esse cenário de violência contra jornalistas e comunicadores não foi inaugurado pelo governo anterior. Infelizmente, faz parte da nossa história. É um problema sistêmico! Mas, o fato de terem manifestações públicas de agentes do Estado de que é um problema grave que precisa ser enfrentado -

com a participação social - é uma diferença muito significativa que a gente percebe nesse novo governo.

Outro ponto que dialoga com tudo isso, que talvez seja o tema do momento no Brasil, é a questão do combate à desinformação. **Nós, tanto aqui no Instituto Vladimir Herzog, quanto na Rede de Proteção a Jornalistas e Comunicadores, fazemos questão de ressaltar que a desinformação é um problema por infinitos motivos, mas também porque representa uma forma de violência contra jornalistas e comunicadores.** De novo faço referência ao 8 de janeiro: muitas daquelas agressões que aconteceram contra jornalistas e comunicadores foram fruto de informações falsas propagadas pela internet: de que jornalistas são comunistas, de que estão sendo pagos pela esquerda, de que são inimigos do Bolsonaro, de que não gostam da política de liberação das armas. Todo esse discurso absolutamente fantasioso, lunático e desinformativo que circula nas redes sociais representa também violência contra jornalistas e comunicadores que são vítimas de processos de violência até física, mas principalmente nas redes sociais, nas plataformas digitais, por conta dessa desinformação que circula de forma absolutamente desenfreada e preocupante no Brasil.

No que diz respeito ao combate à desinformação, o novo governo tem sido até bastante incisivo, inclusive com a criação de uma secretaria especificamente voltada a isso, com dezenas de manifestações públicas, inclusive do presidente Lula, ressaltando o quanto a desinformação é um problema. É muito diferente do negacionismo que existia em relação a esse assunto no governo anterior que, na verdade, não só negava o problema, como usava desinformação como uma ferramenta de governo. A pandemia do Coronavírus foi emblemática nesse sentido, em que o próprio ex-presidente diminuía o impacto do vírus e tudo o que aconteceu no Brasil e no mundo ao longo dos últimos anos nos impactará para sempre.

Resumidamente, temos a criação de ferramentas oficiais, **como o Observatório de Violência contra Jornalistas e Comunicadores**, vinculado ao **Ministério da Justiça** e temos manifestações públicas do atual presidente, de diversos ministros e agentes do Estado ressaltando o quanto a violência contra jornalistas e comunicadores é um problema complexo que precisa ser enfrentado também pelo Estado brasileiro. O simples fato de a gente não conviver diariamente com ataques a jornalistas e comunicadores, feito por agentes do Estado,

também já é uma mudança significativa. São todas iniciativas de combate à desinformação, que é um problema para a sociedade em diversos níveis, em diversas dimensões, e também no que diz respeito à violência contra jornalistas e comunicadores.

## Quais os desafios que permanecem?

O Brasil é um país historicamente violento. Foi violento com as populações indígenas que habitavam o nosso território na época da colonização, com a população negra escravizada durante séculos, com os cidadãos que foram perseguidos, torturados e assassinados durante a ditadura militar. Até hoje é violento com as mulheres, com a população LGBTQI+ e é especialmente violento com a população negra, jovem e periférica do país inteiro. Lidar com esses processos de violência é muito complicado e não é um governo que vai conseguir, não é uma geração que vai conseguir. É um processo histórico que já dura alguns séculos que, infelizmente, representa a propagação da violência e a tolerância aos episódios de violência do presente porque os agentes que promoveram esses processos no passado raramente foram investigados e, mais raramente ainda, foram punidos. **O Brasil é muito tolerante, de forma histórica, com a violência propagada por agentes do Estado. E como o Brasil nunca lidou com esses processos do passado da forma correta, a partir de um preceito de justiça, gera essa tolerância aos crimes do presente que se traduz também na violência contra jornalistas e comunicadores.**

A violência contra jornalistas e comunicadores era algo que fazia parte da política do Estado, na época da ditadura militar, em que jornalistas eram perseguidos, censurados e até assassinados, **como o caso do Vladimir Herzog**. Até hoje seu assassinato não foi devidamente investigado e as pessoas não foram punidas. Eu falo do Vladimir Herzog porque é o nome da organização que eu represento, mas temos uma série de outros casos. Não é um caso isolado, é algo que infelizmente faz parte da nossa história e que é muito complexo de se lidar, de ser superado, e seria ingenuidade achar que um governo seria capaz de resolver esses problemas que o Brasil tem com a sua história.

Atualmente temos uma questão muito séria, que também faz parte da realidade de outros países do mundo, **que são as questões de disputa por recursos naturais e isso também se traduz na violência contra jornalistas e comunicadores**. O que temos hoje, na região Amazônica, é um cenário de atividades ilegais, exploração de recursos naturais absolutamente descontrolada e criminosa que faz com que jornalistas que atuam naquela região sejam vítimas de violência ao tentarem denunciar esse comportamento ilegal perpetrado por agentes do garimpo, da mineração e da ocupação ilegal de terras. **Essa disputa por recursos naturais é algo que, lamentavelmente, faz parte do nosso tempo porque esses recursos estão sendo esgotados e não houve - de uma forma coerente, sustentável - a criação de novas fontes de energia e uso de energias limpas.** Quando temos jornalistas e comunicadores que se debruçam sobre esse tema e atuam nessas regiões conflagradas, também são vítimas desse processo de violência que não é simples de ser enfrentado **porque estamos falando de atividades econômicas de grupos que atuam de forma ilegal, muito numerosos, que têm recursos financeiros, são muito potentes e, muitas vezes, contam com a negligência do poder público que, de alguma forma, facilita essa atuação ilegal, criminosa.**

**Outra questão absolutamente desafiadora que precisa começar a ser enfrentada agora, mas não necessariamente vai ser resolvida na nossa geração, é a desinformação.** Temos um marco a partir da eleição do Donald Trump, em que a desinformação se tornou um problema que faz parte do cotidiano de todos os cidadãos do mundo. Também não é um problema simples de ser enfrentado e impacta na forma como as empresas - que atualmente são as maiores do mundo - desenvolveram seus modelos de negócio e que são também resultado da forma como o ser humano passou a produzir e a consumir conteúdo, a se relacionar com as pessoas. Isso transformou a forma como o próprio jornalismo e a comunicação produzem e compartilham os seus conteúdos.

É um problema que envolve muitas dimensões, inclusive da neurociência, que tem elementos que favorecem a compreensão desse cenário de desinformação que a gente vive atualmente no mundo.

A superação do processo de desinformação precisa envolver a conscientização da sociedade, processos formativos, mas também precisa envolver políticas públicas. Precisamos que o Estado esteja atento a isso, esteja aliado a universidades, as organizações da sociedade civil, a todo mundo que puder contribuir com possibilidades de enfrentamento a esse cenário de desinformação que é absolutamente pernicioso para toda a sociedade, mas principalmente para jornalistas e comunicadores que são vítimas de violência e viram a sua atividade profissional ser completamente questionada. Quando estamos falando da produção e do compartilhamento de informações jornalísticas, falamos de uma série de critérios, de um processo que é trabalhoso, que é caro, que exige um conhecimento específico, pesquisa, tempo, e esse conteúdo rivaliza com o conteúdo da desinformação que não tem nada disso: não tem critérios e se dissemina muito facilmente. **É algo muito mais atraente para quem está vendo ou lendo porque, de alguma forma, ele existe por conta dessas bolhas em que o público vê aquilo que quer ver, ouve aquilo que quer ouvir.** Então, é muito mais atraente e **muito mais fácil de ser espalhado, disseminado, viralizado.** É um desafio e tanto por diversos motivos, mas também por essas transformações na forma como o ser humano hoje entende o **consumo de informação.**

No meio desse cenário de desafios tão complexos, é necessário fortalecer nosso campo. Nós, que defendemos os direitos humanos, que atuamos nesse campo que foi tão deslegitimado e tão criminalizado ao longo dos últimos anos, estarmos aqui hoje tendo essa conversa é também um reconhecimento da nossa atuação. Ao longo dos últimos anos, a gente sofreu, foi atacado, mas a gente resistiu e venceu. O projeto que a gente defende venceu. Não só um projeto de país, mas um projeto de mundo, um projeto de sociedade. Foi o projeto vencedor nas disputas políticas que tivemos aqui no Brasil e também em outros lugares do mundo nos últimos anos. Esse momento é um gás que nos motiva a superar esses desafios históricos. Voltamos a ter um estímulo que favorece a nossa atuação e, de alguma forma, ressalta o quanto ela é relevante não só para aquilo que a gente defende, mas para garantia dos direitos que beneficiam toda a sociedade.



# Heliana Hemetério

## Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras (ANMNB)



**Eu me chamo Heliana Hemetério, sou carioca, moro em Curitiba desde 2009. Comecei minha militância no Rio de Janeiro, no IPCN - Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, que era uma referência para a militância do Rio.**

Lá eu conheci Lélia Gonzáles e Beatriz Nascimento. Venho de uma família intelectual negra do Rio de Janeiro. Meu bisavô foi o primeiro professor negro do Colégio Militar, do Instituto de Educação, do Colégio Pedro II. Então, a leitura e a cultura sempre estiveram na minha vida, inclusive a leitura sobre o racismo.

Venho de uma família de classe média e, quando entrei no movimento negro, o primeiro ganho que eu tive foi saber que a sociedade era dividida em classes sociais e que o racismo existe não porque os negros são pobres, mas porque são negros. E eles são pobres porque são negros. Aí eu caio na leitura específica para negros: Fanon, Neusa dos Santos, Lélia Gonzáles, Audrei Lorde e Angela Davis, que ainda não era muito conhecida, mas Lélia trazia isso para nós. Estou falando de uma literatura brasileira de mulheres negras que precisa ser difundida, inclusive na academia. Quando chego no IPCN, conheço Neusa das Dores, Joselina da Silva, Josina Cunha, Jurema Werneck, novinha, e Kátia Vieira. Conheci também mulheres populares e fui tomando conhecimento de outras realidades.

O movimento negro funcionava com os homens, conquistadores, e as mulheres se incomodavam porque eram chamadas para cozinhar nos encontros. Elas passaram a questionar e assim surge o Fórum das Mulheres Negras. Eu vou para o Fórum e nunca mais eu saio do movimento de mulheres negras. Com minha resiliência, comecei a participar de todas as oficinas do Fórum de Mulheres Negras, que era itinerante: aconteciam tanto nos bairros do Rio de Janeiro, como na Baixada. Aí eu conheci Geni, de Mesquita; Obaci, da Cidade de Deus; Joana Angélica, do Vidigal. Aprendi a andar nesses lugares e, naquele tempo, nosso trabalho era todo voltado para a autoestima: do cabelo, da roupa. Tanto que teve um boom no Rio de Janeiro que algumas militantes passaram a usar nomes africanos. Isso é uma coisa que precisamos retomar. Eu convivi com essas mulheres todas e comecei a ver o racismo a partir de outro olhar. Eu chego hoje aos 72 anos com um olhar totalmente diversificado,

com uma fala elaborada a partir de tudo que eu li, das minhas vivências, da minha percepção de vida e do meu enriquecimento humano. Eu me despi daquela origem de classe média - que traz a intelectualidade, mas também traz valores horrorosos. Saí de um casamento e, em 2006, conheci Ângela, uma das fundadoras da Rede de Mulheres Negras do Paraná, me casei com ela e vim morar em Curitiba. Tive que fazer outra releitura: a do racismo no Paraná, totalmente diferente. Eu acompanhei o nascimento da ANMNB, mas só fui para a articulação mesmo quando chego aqui e vou representar a rede do Paraná. Hoje sou apaixonada pela ANMNB, por Valdecir Nascimento, grande referência de mulher negra, hoje, que traz o Nordeste para o protagonismo. Então, Valdecir, eu e Maria Malcher, da região Norte, três lésbicas na coordenação da Articulação, começamos a falar da heteronormatividade. A ANMNB para mim hoje é tudo.





## Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

A eleição do Lula, sem dúvida nenhuma, traz um refresco para a gente. **Eu estou na Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde e sou uma das coordenadoras da Comissão de Equidade e da Comissão de Atenção Básica.** Então, você imagine o que é trabalhar na atenção básica depois de tudo que foi destruído. Como é cuidar das defensoras de direitos? Ainda não chegou o momento que nós precisamos. E não sei se vamos chegar.

Estamos com um Congresso bolsonarista. Ganhamos a eleição, mas perdemos no Congresso. Perdemos novamente na eleição dos Conselhos Tutelares. Aqui no Paraná, aumentou a eleição de conselheiros progressistas, mas os bolsominions aqui tiveram muito mais votos que a gente. Nós não podemos ignorar isso.

Estamos no primeiro ano de governo, que faz alianças para se manter. Temos que trabalhar e observar. Você vê a questão dos indígenas; o racismo gritando, matando negros todo dia; uma desarticulação seríssima do ativismo; o apagamento de algumas populações, como LGBT; a misoginia, com aumento da violência e da morte de mulheres; aumento da violência praticada pelas mulheres; aumento da violência entre as lésbicas também. É tanta demanda que a gente tem que dar conta e a gente não vê medidas reais.

Voltando para as defensoras de direitos, tem gente que acha que defensor de direitos é só quem trabalha lá na linha dos “direitos humanos”. Não consegue entender que eu também sou uma defensora de direitos. Então, como é ser defensora de direitos? Está circulando um artigo dizendo que a UBM (União Brasileira de Mulheres) é um grupo a favor do Hamas. Imagine se daqui a pouco começam a bater, dar tiro nas mulheres?

## Quais as mudanças já experimentadas?

Continuando na luta de todo dia, a partir dos encontros das ativistas, temos caminhos de voltar a ter mais espaço, mas não como queríamos, como eu já disse. Quando Lula fala que quer ter técnicos no governo, eu acho ótimo. Mas tem pessoas que não conseguem ficar porque ainda tem muitos bolsominions que são concursados e alguns progressistas deslumbrados, principalmente uma juventude imatura.

**A Arielle está fazendo um excelente trabalho, sem dinheiro, e aí a gente tem que falar do racismo no governo. Na questão da igualdade racial, ela está chamando os movimentos. Kátia Souto (Coordenadora-Geral de Equidade e Determinantes Sociais em Saúde) voltou - e ela é um escândalo de gestora - e também foi chamada uma pessoa de Minas Gerais para o processo transsexualizador.** Mas ela está convidando somente doutores que querem aumentar suas pautas acadêmicas e não sabemos como vão ficar as trans que estão lá na ponta. Quando você é uma mulher que lê, Audrei Lorde não fala nada para mim porque ela é uma lésbica americana e eu sou ela. É antipático falar, mas tem ativistas que são lesbofóbicas. E na academia se fala mal do ativismo, mas se vai para o campo “estudar” esse ativismo.

O que o governo está fazendo é dar abertura para o controle social e para os movimentos sociais. Perfeito! Eu vejo abertura, vejo futuro, se continuarmos assim. E algumas arestas nós vamos ter que aparar.



## Quais os desafios que permanecem?

O grande desafio, para mim, é conversar com as mulheres negras neopentecostais. Em que momento estamos juntas e em que momento estamos separadas? Como vou dizer para uma companheira negra que ela está a serviço de um Deus europeu, branco? Um Deus que a coloca - e a mantém - na condição de subalternidade, que usa a fé dela, que é forte? **Porque essa mulher preta neopentecostal tem muita fé para sobreviver a esse mundo cruelíssimo que mata seus filhos e netos e a mata por dentro, trazendo para ela tanta tristeza. Eu não sei.**

A internet mostra cada coisa que às vezes eu não acredito no que estou vendo. Outro dia eu estava vendo mulheres negras numa igreja. Uma delas ia até a porta, cumprimentava a porta. Ela deve ter sido umbandista. E o pastor deve dizer a ela que ela pode dizer que aquilo é uma demonstração do espírito santo e ela continuar naquele gestual da espiritualidade de origem. Como eu vou dizer para ela que está incorporada no seu caboclo? Ela estava, inclusive, usando um pano da costa. Vai até a porta e vem rodando e o orixá deve estar ali com ela. Mas o que ela precisa é abrir a cabeça.

Outra coisa que tem a ver com os centros e terreiros, com a falta de um conhecimento maior das pessoas de religiões afro: o orixá dá caminho, mas certos pais de santo dizem “você pode isso, você pode aquilo” e, no momento que o problema vem, a pessoa se rebela contra o orixá, contra

aquela espiritualidade. Para quem vai jogar búzios achando que vai arranjar marido, eu falo, brincando: “gente, bobagem, orixá não é pra isso”. Falo brincando, mas têm que entender que os casamentos acabam, tudo na vida tem princípio, meio e fim e não será Ogum, nem Iansã, nem Oxum nem nada que vai trazer novo casamento, fazer uma pessoa voltar. Precisa tirar esse papel do orixá na responsabilidade da vida. Seu papel é nos acompanhar, nos fortalecer, que é exatamente o que essas igrejas neopentecostais fazem.

**O desafio, hoje em dia, é uma igreja neopentecostal retrógrada, misógina, racista, LGBTfóbica, que está nas nossas vidas.** Além de todas as questões sociais, **o desafio é o papel que essa igreja exerce:** uma igreja do mal, cada vez mais envolvida com milícias; a Assembleia de Deus rezando as armas do tráfico no Rio de Janeiro; aqui no Paraná, o Grecca rezando arma da polícia. Eu não perco a esperança nunca, mas tem dia que eu pergunto: “meu Deus, o que será dos meus netos?” Parece que a gente nadou, nadou e tá quase morrendo na praia. A sociedade nos impondo os mesmos valores: “mulher sem homem não é nada”. Uma coisa ainda do meu tempo. Falam da solidão das mulheres negras... **Quando a gente nasce, a gente já tá sozinha nesse mundo racista e misógino. A solidão é ruim, mas como pagar o preço de se envolver com uma pessoa que já se sabe que vai ser complicada? É do campo do privado, mas é uma questão histórica.**

# Irene Maria dos Santos

## Instituto Brasil Central (IBRACE)



**Meu nome é Irene Maria dos Santos, eu falo de Goiânia, Goiás, onde está situada a sede do IBRACE - Instituto Brasil Central.**

Estamos caminhando para celebrar os 40 anos de existência, com muita dificuldade, com uma série de questões, mas estamos caminhando. O IBRACE nasce de uma necessidade, como todas as outras entidades nasceram, em relação às violações de direitos humanos. Em Goiás, na época que a gente começou esse trabalho, era muito a luta pela terra.

Essa luta continua até hoje, 40 anos depois. Parece que mudou o modus operandi, mas as questões estão do mesmo jeito. Inicialmente, o IBRACE atuava em cinco frentes e, com o passar do tempo, nós ficamos apenas com três: direitos humanos, que sempre foi o eixo norteador das nossas ações; meio ambiente e educação popular. Dentro da área de direitos humanos, a gente sempre compôs o MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Na questão ambiental, nós sempre tivemos uma luta pela questão do cerrado e, inclusive, o IBRACE é um dos fundadores da Rede Cerrado, que foi fundada logo após a Eco 92. A educação popular permeia todas essas questões, sendo que, por um período de uns 9 a 10 anos, a gente teve um trabalho específico com o movimento de alfabetização de jovens e adultos.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

**Olha, eu vejo o significado do novo governo, não só para o IBRACE, mas para todos nós que temos uma luta pela vida, contra a violência, que é a questão da violação de direitos humanos.**

Eu diria que ainda é cedo para dizer, mas é um novo esperar porque, da forma como estávamos, eu nem sei se nós estaríamos aqui dizendo alguma coisa. Essa mudança de governo traz pra gente esse esperar, é um olhar no horizonte para novas perspectivas na luta pela vida, que não é simples. **Eu digo isso da experiência, da vivência que nós temos com o Instituto Brasil Central dentro das violações.**

Eu sempre digo que nós, dos direitos humanos, ainda estamos muito além porque **é preciso ter um tripé: você precisa promover, proteger e reparar**, mas nós não conseguimos. Geralmente ficamos apenas com uma parte do tripé: ou a gente promove ou a gente protege.

**E a questão da reparação é uma questão mais complicada.** O dia a dia da luta tem mostrado muito, mas eu vejo que o novo governo Lula 3 é uma expectativa de novos caminhos e de mudanças. Mas não podemos também pensar que o governo, em si, vai fazer a mudança. **Quem faz mudança é o povo.**

Então, se nós estamos juntos, se nós participamos, se nós monitoramos qual foi o deputado, senador, governador que você votou, vamos construindo o esperar de novos dias, com mais respeito à vida. Quando eu falo da vida, eu estou falando de uma forma geral, estou falando da vida humana e de todos os seres vivos porque nós estamos vendo aí o resultado do planeta como está. Então, se a gente também não cuidar da nossa casa, a gente não tem como lutar pelos direitos humanos. Mas eu tenho muito esperar nesses novos dias.

## Quais as mudanças já experimentadas?

Olha, mudança, mudança, eu acho que ainda não houve, até porque é muito cedo.

São 10 meses de governo que encontrou uma casa toda desorganizada; praticamente é um recomeço das políticas públicas. Então, não dá para pensar igual como muitos pensam: isso vai acontecer. Não acontece assim porque milagres nós não sabemos fazer. Mas acho que já dá para perceber algumas mudanças, por exemplo, a questão de novos atores.

Nós estamos vivendo - não só no Brasil, mas no mundo - uma extrema direita com uma série de questões que foram colocadas, não só durante esses quatro anos. Eu avalio que a gente às vezes não percebia, mas esse povo do ódio, da ganância, do capital, sempre esteve aí, eles não chegaram agora. Eu quero trazer aqui a memória do grande amigo Zanetti. A gente conversava muito, mesmo quando ele estava doente, e falávamos sempre dessas questões.

Eu acho que às vezes nós podemos pecar, quando fazemos uma avaliação das mudanças, **porque a demanda é tão grande que as mudanças aparecem pouco.** Por exemplo, na sexta-feira, nós fomos para uma **escuta social no Ministério Público Estadual sobre a questão das câmeras nas fardas dos policiais.** É uma luta grande, e nós temos muito mais votos contra do que a favor, inclusive da própria sociedade. Eu fiquei ouvindo as palavras, as colocações durante a escuta social e fiquei imaginando: a gente, com todas as fragilidades, nós avançamos muito. **Imagina se há 15, 20 anos atrás a gente pensava em estar fazendo um debate desses?**

Eu acho que são mudanças pequenas, mas são mudanças e hoje o cenário de nosso país, de luta pela vida, é muito diferente. Hoje as pessoas estão em três, quatro empregos para sobreviver.

Tem uma série de questões que impedem essas mudanças porque, quando você vai ver a vida mesmo do povo nas comunidades, dos indígenas, dos quilombolas, das comunidades tradicionais, do trabalhador e da trabalhadora rural, do agricultor e da agricultora familiar, não é simples.

É uma precarização; a gente vai pensando: falta isso, falta aquilo. Mas nós estamos aqui e é um sinal de que alguma mudança acontece porque, senão, já tinha jogado a toalha. Dentro da luta pelos direitos humanos, eu **acho que hoje uma das mudanças é a tomada de consciência do que são direitos humanos, porque nós temos uma estrada longa.** O pessoal fala assim: “o povo dos direitos humanos”. Quer dizer, o povo dos direitos humanos é outro, eu não faço parte. Então, essa tomada de consciência está sendo feita pela própria atitude dos grupos com quem a gente trabalha. Então, você percebe que tem mudança, sim. **Às vezes pode ser utopia, mas sem utopia também a gente não caminha.**

## Quais os desafios que permanecem?

Nós teríamos aqui uma lista enorme de desafios, mas, na minha avaliação, o grande desafio que está colocado para nós hoje é a participação popular. Porque quando você fala da participação popular - e aí eu vou voltar para a questão do governo em si -, nós temos uma composição de pessoas muito competentes, isso eu não tenho dúvida, porém, entre a teoria e a prática, tem uma distância enorme. Eu posso ter uma grande teoria sobre comunidades, mas eu não sei o que é uma comunidade, eu nunca estive lá, eu não participo do dia a dia.

**Agora, voltando do encontro e da feira dos povos do Cerrado,** conversando com trabalhadores e trabalhadoras rurais sobre as dificuldades, fiquei pensando sobre **orçamentos.** Nós tivemos um **avanço na questão do PPA (Plano Plurianual), mas a participação popular é insignificante.** É uma questão que está tão enraizada porque, primeiro, já foi colocado para nós ao longo dos tempos que orçamento é coisa só de técnico e isso não é verdade. Então, por trás de tudo isso, há uma questão também de deixar a gente fora da participação. Aquilo que eu não entendo, eu não participo: **como é que eu vou participar de algo que eu não sei o que é?**

**O grande desafio do governo é a participação popular e, dentro da participação popular, eu acho que uma das questões que precisam ser revistas, que precisa acontecer novamente, são as conferências nacionais.** Acho que as conferências nacionais são espaços que dão oportunidade porque você faz a discussão local para tirar delegado, tirar representante, seja lá o nome que a gente vai dar, mas você parte da base. E nós perdemos muito essa questão de trabalhar com o povo, com a base. Não que eu seja saudosista, dizer que agora nós vamos voltar a fazer, porque tem coisas que não dá para voltar, mas nós podemos reinventar, ressignificar uma série de coisas na participação popular. Então, para mim, o grande desafio é a participação popular.

Um outro desafio para mim - posso estar totalmente equivocada - é a gente achar que vai fazer trabalho com o povo, que a gente vai construir uma politização, através de WhatsApp ou de redes sociais. É um mecanismo importante, eu não descarto e acho que veio para ajudar, mas nós não podemos ficar só nisso. Me desculpa a minha forma de falar, mas para mim, isso é uma coisa que está muito ligada ao capitalismo, a gente vai ficando individualizada. Claro que é muito mais fácil eu conversar com você - eu aqui em Goiânia e você em Salvador. **A grande diferença é nós duas sentarmos olhando uma para a outra e conversar. Tem toda a diferença e nós não podemos esquecer.** Eu vou falar aqui de Goiás que eu conheço: tem comunidades que, não adianta, você não tem esse mecanismo; tem lugar que nem o celular pega. Então, tem uma série de questões que estão envolvidas aí, que precisamos estar atentos. Nós não temos os mesmos recursos que o capital tem - não temos e nem queremos ter também -, pois a nossa forma de lutar pela vida é diferenciada. Também, se não for diferenciada, não tem sentido a gente estar aqui.

Ainda como desafio - além da participação popular e dessa questão das redes sociais -, eu vejo que nós precisamos repensar um pouco a forma de agir nas redes sociais. Muitas vezes nós agimos exatamente como a direita gostaria que a gente agisse. Tem determinadas coisas que nós compartilhamos que não deveria ser compartilhado; tem determinados comentários que nós fazemos que entrega de bandeja e isso a direita sabe muito bem. Acho que essa rede do ódio que foi criada nas redes sociais, nós não podemos alimentar isso. Temos cada vez mais que isolar. Isso não faz parte do nosso cotidiano.

Se a nossa luta é pela vida, a gente não pode entrar nessa. Para nós, da sociedade civil, eu vejo que o grande desafio que está colocado é esse projeto de defensores e defensoras de direitos humanos - e ainda mais que é proteção popular. O projeto fala na proteção popular e nós temos ainda muita ingenuidade nessa questão da proteção. Nós precisamos estar mais alertas para as nossas conversas, para a forma como encaminhamos determinados documentos. Não que vai ser uma coisa sigilosa, mas nós temos que ter alguns cuidados e esse cuidado é necessário em todos os sentidos porque, na medida em que eu cuido de você, eu estou cuidando de outro, de outro e de outro. E determinadas questões nossas, a gente precisa de um cuidado especial. Dentro da proteção popular, nós precisamos ainda avançar muito nessa discussão: **O que é proteção? Qual é o papel nosso de sociedade civil?** Porque eu sempre debati isso, sei que muitos dos meus companheiros e companheiras não estão de acordo, mas eu ainda não mudei a forma de pensar.

Quando a gente fala da sociedade civil - e aí tem alguém que era dos nossos, por exemplo, que fazia parte do **IBRACE**, do **MNDH**, da **CESE**, da **ABONG** e assume um papel no governo - aí você diz: "eu posso agora contar com fulano". Mas, lá é um outro mundo e o papel do governo é papel do governo.

O papel da sociedade civil é diferenciado e nós precisamos saber e entender a nossa luta e nosso papel. **Agora a gente precisa lembrar do resultado que nós tivemos nas eleições dos conselheiros tutelares.** Nós levamos uma boa lavada. E qual é o nosso papel mesmo? Falando de participação social, não existe um controle social melhor do que dentro dos conselhos, não só dos tutelares, mas o conselho de direitos, de saúde, educação, todos eles. Então, eu fico imaginando qual é o nosso papel nessa questão porque nós sabíamos, desde o início do ano ou desde o ano passado, que a eleição para conselheiros tutelares seria em 1º de outubro. Eu, junto com os grupos que eu faço parte, falei muito: "nós não vamos fazer um trabalho de base, não vamos fazer uma conversa"?

Para finalizar, dentro da participação social, vamos pensar qual é o nosso papel, o nosso compromisso e a nossa responsabilidade na composição dos conselhos. Quando eu falo em conselho, eu falo de todos os conselhos e estou falando a partir da experiência de Goiás porque aqui, nem sequer a paridade, que é um princípio dos conselhos, se segue. E nós precisamos ocupar esses espaços o mais breve possível. Se não, na próxima eleição de 2024, nós vamos ter resultados que a gente não gostaria de ter. Então, ainda é tempo de desempenhar o papel que é nosso, como sociedade.

Eu comentaria, dentro de tudo isso - e estou falando da sociedade civil que a gente representa - que é preciso ressignificar nossa atuação, no sentido que a gente está numa luta comum. E eu estou falando do sentimento que eu tenho de Goiás. Nós não estamos aqui disputando poder, protagonismo e vaidade, então nós precisamos estar mais juntos. Ao longo dos anos, a gente sempre falou numa agenda comum, mas nunca conseguimos fechar uma agenda comum. Na semana passada isso para mim ficou mais evidente porque nós tivemos quatro eventos de suma importância, todos eles ao mesmo tempo, na mesma data e horário. E aí eu fiquei imaginando: Por que que a gente não se uniu para fazer um único evento? Para mim, isso nos enfraquece. Vamos estar juntos, se a luta é uma só. É repetitivo, mas eu vou falar de novo: isso é uma coisa que a esquerda deixa muito a desejar e a direita faz muito bem.

Eu acho que há um repensar da vida, um ressignificar das coisas e uma série de questões que diz respeito à educação popular. Nós começamos a perceber que até algumas brincadeiras, alguns ditados populares, é preciso ver o que que significa mesmo, porque você fala de uma forma que parece que é uma brincadeira, mas não é, e isso reforça um pensamento autoritário, antidemocrático e que não ajuda a construir a democracia. Acredito num outro mundo que é possível, mas nós precisamos caminhar para uma democracia participativa. **Chega de democracia representativa; está na hora de ser participativa. E participativa se faz com participação popular.**

# Júlio Barbosa

## Conselho Nacional das Populações Extrativistas (antigo CNS)



**Eu sou Júlio Barbosa e estou falando aqui do município de Xapuri, no estado do Acre, terra de Chico Mendes. Sou morador da reserva extrativista Chico Mendes, cheguei na comunidade onde moro até hoje.** Tive a minha colocação em 1968, há 55 anos. Tenho 69 anos de idade, sou casado com Leide Aquino, também militante das causas ambientais e sociais. Sou pai de Lara, sou avô de Mariá, Diogo, Júlio e Mateus. Sou um pouco dessa pessoa. Sou de uma família de 12 irmãos e minha profissão é extrativista, na verdade, eu sou seringueiro de origem. Eu comecei a minha militância no movimento social em 1977, com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, mas logo em seguida também comecei a militar nos movimentos da igreja, os movimentos da Teologia da Libertação, o que foi muito importante na minha formação como cristão, mas como ser humano e como cidadão defensor de uma causa, a nossa luta aqui no Acre, nesse pedaço da Amazônia, e principalmente aqui na região de Xapuri, Brasília e Assis Brasil. Minha militância só se transformou também numa luta socioambiental partir da década de 90. Até então, a nossa luta aqui era sindical, de resistência contra o desmatamento das nossas colocações de seringas. Minha formação política, social e socioambiental se construiu na minha militância nas Comunidades Eclesiais de Base, através da igreja católica, que muito contribuiu aqui na nossa região. Em 82, começamos a fazer uma campanha para fortalecer o nosso sindicato e, de 83 até 88, o Chico Mendes assume a direção do sindicato,

ele era o nosso presidente. Eu era o secretário geral e, com a morte dele, eu tive de assumir a presidência do sindicato. Foi um momento da minha história de vida mais difícil, ter que assumir um papel de conduzir um processo que já vinha sendo desenvolvido por uma liderança do porte do Chico Mendes, que já tinha ultrapassado as fronteiras da Amazônia, do estado do Acre, já estava no Brasil e no mundo. E é isso que eu faço até hoje. Em 85 realizamos o primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros que tinha como pauta defender o mercado e o preço justo da nossa borracha, além de defender um modelo de reforma agrária diferenciado para a Amazônia que pudesse respeitar os hábitos e tradição dos povos da Amazônia. Chico Mendes mobilizou 100 seringueiros, homens e mulheres do Acre, Rondônia, Pará, Amazonas e Amapá e levou para Brasília. Desse encontro foi tirada uma carta importante, muito simples, mas muito objetiva, que deu origem, inclusive, à gente dizer que nós temos mais de 20 milhões de hectares de terra e floresta sob o domínio dessas populações, ou seja, 38 anos depois, nós podemos dizer que temos um grande legado com aquele grande feito do Chico Mendes e sua consciência de puxar um encontro e avançar e transformar a proposta de reforma agrária diferenciada para a Amazônia num modelo para garantia de direitos para os povos da floresta. Esse é um grande legado de nossa história. Eu assumi a presidência do sindicato e, em 89, fui eleito presidente do CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros).

Nessa época não tínhamos nenhuma reserva extrativista criada. A primeira foi em 1990, um ano depois da morte de Chico Mendes. Conquistamos terra e floresta e criamos uma política de proteção dessas florestas, só que essas políticas de proteção muitas vezes trazem fragilidades e insegurança para a vida de muitas lideranças que estão lá defendendo a floresta, defendendo essa discussão sobre os direitos humanos. Essa sementezinha de direitos humanos que se discute hoje tem um papel fundamental para criar redes de movimentos pela Amazônia afora, pelo Brasil afora, em defesa daqueles que protegem seus territórios. Porque não existe família feliz se ela não tiver um território protegido e a minha proteção como ser humano está condicionada à proteção do meu território. Então, quando a gente brigava, lá naquela época, por uma reforma agrária diferenciada é porque a gente sabia e temos consciência até hoje, que se eu não tiver o meu território protegido, eu não vou ter a minha vida protegida.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Tem uma coisa muito importante que eu sempre digo, que “a luta que a gente perde é aquela que a gente desiste de lutar”. Essa é uma frase de Che Guevara, que eu acho muito importante. Se eu desistir eu estou perdendo a luta. Se eu não desistir de lutar, eu sempre estou na esperança que eu vou conquistar. Eu acho que quando o presidente Lula foi preso e não teve o direito de disputar a eleição, em 2018, muitos companheiros e companheiras, a partir daquele momento, passaram a se desiludir com a possibilidade de não termos conquistas pela frente. O presidente Lula trouxe para nós uma mensagem muito forte: você não pode trocar a sua dignidade pela sua liberdade. Ele tinha consciência de que não tinha cometido crime nenhum e jamais ia fazer qualquer acordo. Ele conseguiu provar que era inocente, conseguiu ser libertado, conseguiu concorrer à presidência da república e conseguimos eleger o presidente Lula. Este é um fato importante.

**Os anos de 2019 a 2022, tirando o período da ditadura militar, foi o momento mais crítico e mais cruel que nós vivemos no Brasil.**

A pandemia que assolou o Brasil inteiro, com milhares de vítimas, exatamente pela omissão de um governo que também tinha sido eleito um ano antes da pandemia. Talvez seja o maior castigo que todos nós brasileiros tivemos foi passar os quatro anos com o governo de Bolsonaro.

**Nós atravessamos tudo isso por dois motivos: primeiro** porque nós somos muito fortes e, **segundo**, porque nós temos uma esperança muito grande de sempre conquistar alguma coisa. Os direitos humanos no governo Bolsonaro foram brutalmente atacados, de forma que não dá nem pra gente fazer comentários. E nós estamos agora num processo muito importante de recuperar aquilo que é de mais sagrado para qualquer pessoa, qualquer ser humano, que são seus direitos. **Nossos territórios são uma conquista, mas são muito ameaçados pela ganância do capital, pelo agronegócio que, a qualquer custo, quer tomar conta do Brasil, da Amazônia e de todas nossas terras.**

Nós temos um governo que tem compromisso com a causa justa. **Nós entendemos que a questão agrária e fundiária do Brasil é um desafio muito forte, enquanto não for tratada com seriedade, regularizar todos os territórios e fazer destinação de todas as terras públicas da Amazônia.** São milhares de hectares de terras públicas que hoje são palco de invasão de grileiros, de traficantes e toda espécie de criminosos que ocupam essas terras. O governo precisa agilizar para dar destinação a essas terras porque elas não estão desocupadas; **estão ocupadas por populações nativas, seja extrativista, indígena ou quilombola.** Esse governo precisa construir uma aliança, **uma relação muito forte com os países da Pan-Amazônia para proteger as nossas fronteiras que não podem ser uma porteira aberta para os narcotraficantes, para que a nossa biodiversidade seja sucateada e levada para fora a custo de nada.** Hoje a nossa água doce do Brasil carece de um sistema de vigilância e controle muito forte porque o mundo inteiro rouba a nossa água e eu acho que esses são os desafios que nós temos pela frente.

Para mim tudo isso está vinculado a uma política de proteção. E quando eu falo de proteção dos defensores, estou falando de proteção também de todo o ambiente que está em torno desses defensores. Nós estamos com muita dificuldade porque recebemos o Brasil terra arrasada e esse novo governo, com certeza, tem muito trabalho pela frente. É apenas o primeiro ano. O presidente Lula já fez tanta coisa que a gente não imaginava que ele pudesse fazer e acredito que, no final dos quatro anos do mandato, vamos estar com o Brasil totalmente diferente. Nós vamos poder estar respirando muito mais forte.

Vamos mudar, não dá para ver um bando de 24 senadores votarem contra a política de cotas nas universidades, isso é um absurdo, porque isso é uma conquista da nação, do povo brasileiro, e precisa ser respeitada. Esse preconceito contra as minorias, contra a Amazônia e toda sua diversidade precisa acabar. A Amazônia é a solução para o Brasil e para o mundo. Acredito que o presidente Lula vai realmente fazer diferente, vai ser um presidente muito melhor do que o que foi das outras duas vezes. Eu tenho esperança.



## Quais as mudanças já experimentadas?

A primeira mudança que podemos falar é a nossa participação social. Eu, por exemplo, **represento o Conselho Nacional das Populações Extrativistas e temos assento no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da presidência da república, o famoso Conselho.** Temos assento também no **Conselho de Participação Social**, que é um espaço muito importante, com mais de **60 instituições.** E estamos com assentos em vários conselhos, como o **CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente)**, que o governo anterior tinha desmontado. Então, nós temos a participação e o direito de ser ouvidos por esse governo e por toda a sua equipe. E isso já é uma grande conquista.

De todas as políticas que estão sendo reformuladas, considero que o governo do presidente Lula teve um papel muito importante já na sua transição, **que foi criar os 33 grupos de transição e nós tivemos a oportunidade de participar no grupo de participação social e do grupo do meio ambiente.** Como resultado do grupo de transição, temos hoje a **Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, no Ministério do Meio Ambiente**, que é uma companheira nossa do **CNS, Edel Moraes, lá da região do Marajó, no Pará.** Ela foi a relatora do grupo de trabalho do meio ambiente e a ministra Marina Silva se engraçou muito do trabalho dela e foi convidada. Vejo que o governo brasileiro, ainda no processo de transição, já criou esses grupos de diálogo para construir o plano de governo de 100 dias do presidente Lula. Isso para nós significou um grande avanço porque passamos quatro anos sem poder bater na porta de um único Ministério. Eu acho que isso realmente mostra que o Brasil voltou a trilhar o caminho certo através da liderança do presidente Lula.

## Quais os desafios que permanecem?

São muitos os desafios. **Nós precisamos integrar a Amazônia ao Brasil.** Esse é um grande desafio. **As nossas universidades, as nossas instituições de pesquisa, precisam estudar a Amazônia, carece muito de fortalecimento dos mecanismos de pesquisa.** Outro desafio é a comunicação e o **CNS** está em parceria hoje com outras instituições como **COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos)** e nós queremos unir e universalizar todos os nossos territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais e quilombolas através da comunicação.

Nós estamos implantando, em parceria com a Starlink, o sistema de internet em todas as comunidades. E por que a nossa guerra? Eu digo que é uma guerra mesmo porque a gente sabe - eu estou com 69 anos de idade - a gente sabe que a nossa missão está quase encerrando e nós temos uma juventude muito esperançosa. Vivemos outro momento, onde o jovem tem acesso a um celular de alta tecnologia,

acesso à informação, e precisamos trabalhar o nosso jovem. As políticas de conhecimento, de tecnologia e informação precisam chegar nas comunidades mais distantes.

O modelo de educação nas escolas de ensino primário, de ensino médio, de ensino tecnológico ou superior, não pode ser para a Amazônia o mesmo sistema que é implantado no Rio Grande do Sul, por exemplo. Tem que ser diferenciado. **Nós estamos construindo uma proposta para discutir com o governo brasileiro sobre que tipo de educação nós queremos para as nossas reservas extrativistas, seja ela no começo, no meio ou no fim, e a educação profissionalizante é muito importante.**

Outro aspecto e grande desafio se refere à saúde. Hoje sabemos que o sistema de telessaúde, de telemedicina, é muito importante e precisamos que ele chegue lá nas comunidades. Por isso é importante ter uma comunicação de internet de alta qualidade lá na comunidade porque uma família, uma mãe de família, pode ser

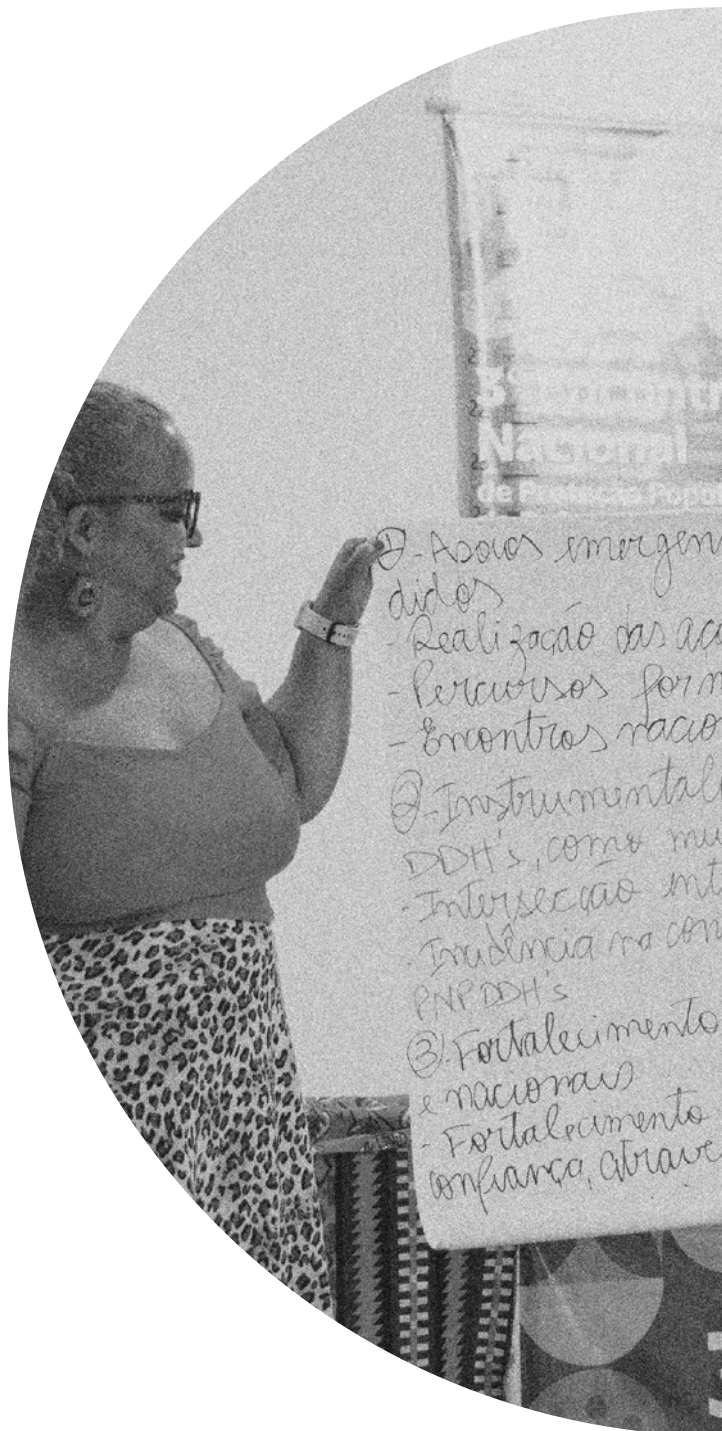
acompanhada no seu pré-natal sem precisar sair de lá; uma pessoa idosa que tem problema de diabetes e outras coisas, pode ser acompanhada através da telemedicina. Então, esses são os desafios que nós temos pela frente.

**Por exemplo, o Marajó tem hoje 80% de sua região com deficiência de saneamento básico. E o saneamento para Marajó não é o mesmo para qualquer outra cidade. Marajó é um estuário que só tem água.** Então, que tipo de política de saneamento pode ser implementada no Marajó?  
**As políticas sociais precisam ser vistas com urgência porque é considerada a região com maior índice de verminose em crianças. Marajó é uma região tão rica, uma região tão abençoada e precisa ter uma política de saneamento muito forte.**

Os desafios são grandes e numerosos.

**Em 2025, vai ter um momento muito importante na Amazônia, que é a COP 30.** Eu acho que o governo brasileiro precisa pensar na COP 30 como um momento muito importante para que a Amazônia seja olhada. E que essas grandes políticas a que me refiro - educação, comunicação, saúde, saneamento, aumento de infraestrutura - precisam ter um debate muito forte na COP 30, onde a participação social seja fundamental.

**O Brasil é signatário da Convenção da OIT 169, no entanto, até hoje não ratificou e o processo de consulta livre, prévia e informada é uma política em segundo plano.** Nós defendemos que não dá para implementar ou implantar um grande sistema, um grande empreendimento, uma grande hidrelétrica na Amazônia, se não levar em consideração a necessidade de fazer a consulta livre, prévia e informada às comunidades.  
**O exemplo de Belo Monte, lá em Altamira, é um exemplo para não ser repetido.** Nós, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas - e digo também, os povos indígenas e os quilombolas - não somos contra o desenvolvimento, não somos contra a importância de fortalecer e modernizar a infraestrutura na Amazônia. **O que nós somos contra é tudo isso acontecer sem a consulta aos povos que realmente podem ser afetados com esse processo. Esse é um desafio muito grande para os nossos movimentos e nós temos que ter uma mobilização muito forte.**



# Keila Simpson

## Associação de Travestis de Salvador (ATRAS)



**Eu me chamo Keila Simpson, sou natural de Pedreiras, no Maranhão, vivo em Salvador há mais de 30 anos.**

Cheguei em Salvador na década de 80. Em 90 entro no Grupo Gay da Bahia para fazer um trabalho com o objetivo de prevenção ao HIV e AIDS. Logo nesse início, existia em Salvador e em todo o Brasil uma violência muito grande perpetrada pelo Estado brasileiro; a polícia era muito cruel em relação às pessoas trans.

E eu, imediatamente, já reagi àquela situação porque a camisinha era importante, barrava o vírus que tinha uma letalidade muito alta naquele período, mas a gente não tinha uma barreira para proteger a nossa população da violência que sofria e que era o Estado que perpetrava; as forças policiais que estavam ali violentando a gente. Se hoje é a sociedade como um todo, naquele período era o aparato policial que violentava, que machucava, que batia, que prendia.

A partir dali eu compreendi que era um desafio trabalhar dentro dessa temática, pedindo o respeito e a defesa desses direitos porque a prostituição no Brasil não era crime. Então, não era possível que as pessoas que estivessem na rua se prostituindo fossem agredidas, violentadas, presas, de toda forma e em todo momento.

Eu comecei então a fazer minha atuação mais direta exatamente com a população LGBTQIA+ (naquela época, população GLBT) e depois com a população trans. Eu me deparei neste mundo, com o universo trans nacional porque até então eu sabia da realidade de Salvador, conhecia um pouco da realidade da Bahia que já era muito cruel. Quando, em 95 a gente funda a ATRAS em Salvador e, em 1996, eu vou para o encontro nacional na cidade do Rio de Janeiro, eu percebo que tem uma violência que é comum, que é presente em todos os lugares. As cidades são diferentes, os estados também, mas a violência era presente e eu disse: “não, não dá para ficar alheia a isso; eu tenho que fazer algo pela minha população”.

E comecei a trabalhar, juntamente com uma porrada de gente muito interessante, muito potente também. Não se faz nada sozinha neste mundo. A gente tem sempre que contar com essas parcerias que são importantes. A gente foi se ajudando mutuamente e, a partir daí, não parou mais. Desde 96, até hoje, no cenário nacional eu tenho dedicado minha vida, integralmente, a trabalhar com essas pautas e com a defesa dos direitos humanos, especialmente da população de travestis, mulheres transexuais, homens trans e todas essas variadas designações de gênero.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

De fato, a gente passou por um período muito cruel da nossa vida nesses 4, eu diria, 6 anos, em que a gente viveu nesse obscurantismo político que a gente estava. Quando se acende essa chama, com o Presidente Lula podendo se candidatar e a gente empenhados para que ele fosse eleito porque não tínhamos outra saída, não tínhamos opções que pensassem como a gente pensa na defesa dos direitos. Só alguém que veio desse mundo, que veio desse espaço, só alguém que veio dessas exclusões poderia, de fato, ter a sensibilidade de trabalhar. E foi muito prazeroso quando a gente conseguiu vencer o fascismo que aí estava, representado pelo governo anterior.

Quando Lula assume a Presidência, traz muitas simbologias de todos os campos, faz muitas sinalizações e a gente fica muito contente de ter essa possibilidade. Depois o pragmatismo político vai dizendo quais são os limites que cada governante tem. E a gente também tem que fazer nossa avaliação de qual é o Congresso que a gente está elegendo porque um presidente não governa sozinho. Ele é, na maioria das vezes, refém do Congresso Nacional. Então, muitas das pautas que o governo Lula quer implementar dependem, de fato, do Congresso Nacional e a gente tem visto como o Congresso está se comportando neste momento.

No que se refere às pautas das pessoas trans, que é o meu campo, a gente tem uma oportunidade interessantíssima e única nesse país: **pela primeira vez, nós temos uma Secretária Nacional LGBT, uma Secretaria Nacional LGBT.** Não é pouco, dentro de um governo inovador! Noutros campos não temos avançado bastante. O Lula tem ficado muito nessas variações: dá dois passos mais à frente, um passo mais atrás. Isso é do jogo político, infelizmente.

**A gente tem tentado, de uma forma muito ponderada, fazer crítica. Especialmente agora, a gente fez uma crítica muito severa quando teve esse recuo em relação ao RG,** que a gente teria pactuado, no dia 17 de maio, que a gente teria o RG que não iria apontar nome social e tampouco o sexo. Mas, quando a regulamentação vem, vem com nome social e com sexo. Aí a gente reage e, nessa reação, a gente usa a imagem do Presidente porque, queiramos nós ou não, é o governo do Presidente Lula. Não era a imagem de um ministro de uma pasta X que a gente iria colocar. Quando a gente coloca a imagem do

Presidente Lula não é para diminuí-lo; é para dizer: **“Presidente, nós estamos aqui. Se você tem uma Secretária e ela tem essa identidade, nossa demanda precisa ser respeitada”.**

Trabalhar num governo desse, de coalizão, que a gente está vivendo agora, é o tempo inteiro nessa tensão. Eu tenho dito muito que nós vencemos o fascismo que aí estava posto na Presidência, mas os fascistas de plantão estão todos correndo nos corredores do Congresso Nacional, o tempo todo pautando o governo, o tempo todo tensionando para dentro do governo as pautas mais bizarras possíveis. Eu tenho dito que esse grupo de direita, extrema direita não está conseguindo atacar uma pauta que era muito importante para eles, que é a pauta econômica – a economia está dando sinais de processos positivos – e aí eles se voltam para a pauta de costumes.

Por que está tão em evidência essa pauta de banheiros unissex? Nós nunca defendemos banheiros unissex. Nunca! Nunca a gente viu nenhuma postagem desses grupos com que trabalhamos defendendo banheiros unissex. **Mas eles trazem essa pauta como uma pauta em primeiro plano. A partir daí eles jogam todos os holofotes e o seu “exército de perfis” falsos e não falsos para repercutir essas “notícias”.** Então, de fato, para defender a democracia que a gente tanto defende, a gente precisaria, na minha opinião, **de uma comunicação muito mais eficiente do governo.** Acho que a comunicação do governo ainda é um pouco quieta – não é que ela é ruim – ela não se antecipa, não antevê fatos, não reage na mesma proporção que vêm as fake news, que viralizam rapidamente. Mas, da mesma forma, é preciso ter uma reação imediata para combater essas fake news. Então, a comunicação tem uma falha tremenda.

No que compete a nós, a gente está ainda em compasso de espera de alguns processos de produção de propostas políticas que a gente ainda está trabalhando nos bastidores para logo, logo serem anunciadas. **Talvez em janeiro tenhamos um carrossel de entregas políticas que o governo deve fazer, através da Secretaria LGBTQIAPN+ do governo, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.** A gente está declarando: não somos uma instituição “chapa branca” nem partidária, mas, obviamente, no patamar que se estabeleceu, nessa campanha eleitoral passada, a gente não tinha outro caminho que não fosse apostar, então, na eleição do Presidente Lula.

# Quais as mudanças já experimentadas?

Mudanças significativa ainda estão chegando, mas estão no patamar das implementações. O que eu tenho observado, que tem feito um diferencial enorme é que, nos governos anteriores – tanto nos dois governos do Presidente Lula quanto da Presidenta Dilma – sempre teve a população LGBTQIA+ que estava no apoio, no suporte, nas campanhas e era muito pouco visibilizada até nas falas, até nos discursos. Isso era quase oculto. Esse governo de agora vem com um discurso que evidencia mais essa população. **O Ministro Sílvio Almeida, na sua apresentação no dia dos direitos humanos, dia 10 de dezembro, disse claramente que a população LGBTQIAPN+ é importante para este governo.** Ele já havia dito isso quando assumiu como ministro e ratifica agora. **O Lula, em seu discurso, inclusive na ONU, usou nossa população.**

Então, passar do discurso para a prática é um passo e, com a nossa ajuda, com nosso tensionamento, nossa crítica – que a gente também está pronta a fazer a crítica propositiva – a gente vai conseguir sair desse processo melhor do que a gente entrou. A gente entrou dentro de escombros que o governo anterior deixou e a gente está num processo de reconstrução. **Então, eu repito essa coisa:** o Congresso Nacional é, de fato, o fiel da balança deste governo e, na forma como está estabelecido, da forma como ele é constituído – por culpa de nós que votamos – acredito que nem eu nem você votamos nesses caras que estão, mas muita gente vota porque eles têm recurso, têm dinheiro. Infelizmente essa mola que maneja o mundo ainda faz as pessoas votarem sem pensar e eles atacam todos os dias a nossa pauta.

Então, eu acho que a gente está num processo, vivendo melhor por conta da visibilização dessa população. **Eu acho que, quando o Presidente abre a boca e fala da população LGBTQIA+ é importante porque, se está no discurso, vai ter que estar na prática – é essa cobrança que a gente faz – e, se está na prática, precisa estar com qualificação, é preciso ter recurso.** Não se faz política pública sem recurso. Mas é recurso inteiro, não pela metade. Eu sempre tenho dito isso: não é um “apêndice” de recurso, um restinho que está lá no fundo da pasta. Não é esse. São políticas eficazes, pensadas de forma mensurável para que esses processos possam avançar.

Agora mesmo **aconteceu em Brasília o encontro nacional dos Conselhos LGBTQIA+.** Eu acho que esse processo de construção dialogada, com esses entes estaduais, vai dar um panorama muito importante para nós. **Quando o Ministério dos Direitos Humanos chama, através da Secretaria LGBTQIAPN+ esses conselhos para Brasília para fazer um encontro nacional é para projetar algo muito importante para o futuro, algo que vai reverberar na sociedade.** E a **primeira meta** nossa nesse processo de inclusão social é **debater a violência, é debater a defesa dos direitos humanos.** Então, é muito emblemático que, no dia dos direitos humanos, os conselheiros estivessem aqui reunidos, debatendo estratégias para que a gente possa virar essa página da violência, virar essa página de estar todo tempo falando sobre defensores de direitos humanos e defendendo esses defensores.

Acho que o governo tem compromisso, sim, está no processo de trabalho, mas tem tantos problemas no Brasil que precisam ser cuidados! Mas a gente não vai se furtar e fazer. É um processo auspicioso e, logo, logo, com todo esse aparato que o governo construiu, de Ministérios que dialogam com as nossas pautas, a gente vai ter coisas positivas para comemorar e celebrar.

# Quais os desafios que permanecem?

Eu tenho dito bastante – muito antes de terminar o processo eleitoral – **que a gente precisa aprender a trabalhar com as redes sociais.** A gente ainda é muito refém das notícias, a gente ainda atua muito a reboque das violações de direitos que acontecem. Um vereador desconhecido, da cidade menorzinha do interior do Brasil sobe no púlpito da Câmara de Vereadores e começa a atacar nossa população. **Alguém grava aquele vereador daquela cidadezinha, desconhecido, coloca o vídeo na rede social e ele viraliza imediatamente. E nós estamos lá, reféns dessas ações midiáticas.**

Eu tenho ensinado bastante para as pessoas: é um cara desconhecido, talvez até no estado ele não tenha nenhuma relevância, porque está tão oculto lá na cidadezinha, mas quando ele faz uma ação dessa, ganha visibilidade nacional. Nós “parimos” o Bolsonaro. Ele não era ninguém no Congresso Nacional, era um ser que ficava no baixo clero – no baixíssimo clero – não tinha nenhuma visibilidade porque não sabia e, de fato, não sabe trabalhar como parlamentar. Ele não tem, nunca teve, a oralidade que um parlamentar precisa porque nunca leu, porque é burro. Mas ele começou a entender esse jogo: quando eu começo a agredir, começo a falar violência – olha o que a Argentina fez com Javier Milei, o que a Argentina deu de presente para o mundo, infelizmente – a gente vai deixando que essas sanhas fascistas vão eclodindo em cada sujeito.

E, se o cara chegou na Presidência da República com esses ódios bizarros, com esses discursos violentos, misóginos, racistas, machistas, então um vereador lá da cidade pequenininha também vai sonhar com isso. E qual estratégia ele vai usar? A mesma: eu vou me projetar socialmente porque tem uma rede social que vai me dar visibilidade e a partir daí eu vou ganhar notoriedade. E nós ainda não aprendemos a desfazer esse processo, a desfazer esse quadro de xadrez.

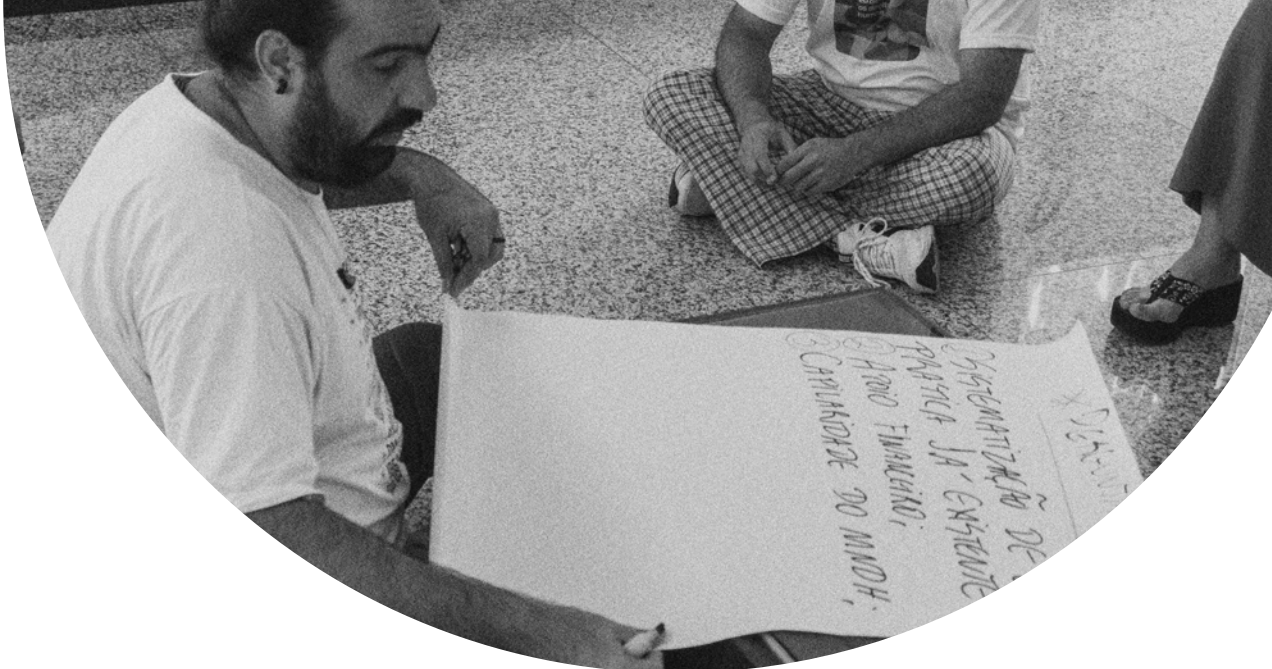
Quando a gente compreender que um videozinho desse, com o cara xingando a população gay, a população trans, a gente deixar o vídeo lá, deletar, não compartilhar, a gente vai avançar bastante. Mas a gente está compartilhando esses vídeos sem sequer fazer juízo de valor; se compartilha pelo compartilhamento e o algoritmo da internet quer isso. **Então, nós precisamos muito aprender a trabalhar com a internet; precisamos usar as ferramentas jurídicas, legais, que temos no Brasil hoje para impedir esses processos.** Ou seja, um cara cometeu uma violência lá.

**É crime. LGBTQIfobia hoje no Brasil é crime.**

O cara tem que ser processado na sua instância local, não precisa ser conhecido nacionalmente. Aciona o Ministério Público, Defensoria Pública, vá a um advogado, a uma organização, manda um processo em cima do cara e ele vai ter que responder na localidade dele. Com certeza, se ele responde um processo e se ele é, em algum momento, condenado – seja pelo que for, pagar indenização ou coisa desse gênero – ele não vai fazer novamente. Ou, se fizer, faz com menos intensidade. Mas, se a gente está só compartilhando o vídeo da fala LGBTQIfóbica da pessoa, nós estamos ali ajudando ele, como a gente fez com Bolsonaro, a partir de 2014, 2015, quando começa a concepção do golpe que a gente teve com a deposição da Presidenta Dilma.

O que é preciso pensar com a população é nos novos governos que virão. Vamos ter eleição, logo, logo. De julho para adiante a gente só vai falar de eleição. Então, para nós que defendemos os direitos humanos, é importantíssimo que estejamos muito atentas e atentos aos processos políticos municipais. Eu tenho dito bastante isso. Nós temos que começar a “deseleger” esses deputados do espaço federal, quando a gente começar a eleger vereadores que são defensores de direitos humanos, que dialogam com as nossas pautas e que também tenham um viés importante para atuar na pauta de costumes. Nós temos gente muito boa nas cidades; temos parlamentares muito bons. E eu não defendo aqui que a gente vote em LGBT somente. Se for LGBT e se for, de fato, comprometido com as nossas pautas, ótimo, perfeito! Mas, se não temos, vamos eleger as pessoas que estão defendendo, que estão se aliando – que a gente chama cis aliados – pessoas cis gênero que são aliadas das nossas pautas.

Então, pensemos nisso porque os vereadores que nós vamos eleger no ano que vem, daqui a 4 anos querem estar na Assembleia Legislativa ou no Congresso Nacional! E a gente vai “deselegendo” essa corja que aí está, de deputados que estão o tempo inteiro sem fazer nada pelo Brasil e só causando polêmica. E, desses, uma parcela significativa dos deputados do PL fazem isso. Eu não sei quais são os projetos que essas pessoas apresentam porque eles estão na mídia o tempo todo causando polêmicas. É preciso que a gente esteja muito atenta nisso, primeiro, tentando compreender essas pessoas disputando espaço político, fazendo política na nossa vida diária, porque a política entra na nossa vida de uma forma completamente invasiva.



Tudo que fazem politicamente no Brasil afeta a gente e a gente tem mania ainda de ficar alheio à política, vai votar porque é obrigado. Não! Vamos votar porque a gente acredita que esse país tem jeito e que a gente vai modificar a realidade que aí está. Acreditar em plataformas políticas que dialoguem com o que a gente pensa, que a defesa dos direitos precisa estar em evidência, em primeiro lugar. Parar de eleger tantos militares, tantos religiosos. Lugar de militar é no quartel, de religioso é nas suas congregações religiosas, não no Congresso Nacional! O Congresso Nacional é uma casa laica!

É inadmissível que a gente veja, dentro do Congresso Nacional, ainda hoje, sessões sendo abertas com leitura da bíblia. Mas você não vê sessões sendo abertas com batuques de religiões de matrizes africanas, com culto ao Espiritismo, com saudação à Umbanda. Você só vê com a bíblia na mão e um bando de falsos moralistas, reféns daquele livro que eles acham que é sagrado. Porque tem uma parcela significativa de religiosos que não fazem nenhuma concepção de suas vidas e vão votando em quem o pastor manda. A gente precisa erradicar essas pessoas.

E como a gente vai fazer esse processo? Fazendo formação política de base porque, só na formação política de base, a gente vai conseguir, de fato, modificar essa realidade. Porque as igrejas estão fazendo isso. Você desce para o subúrbio das cidades grandes, conta quantas denominações de igrejas tem. Aquele espaço, aquela garagem aberta, com as cadeiras brancas e cultos ou orações que eles fazem à noite, aos alaridos, fazendo a lavagem cerebral das pessoas.

A gente precisa coibir isso. **Dar uma outra alternativa para essas pessoas. E duas coisas são fundamentais: formação política**, como eu já falei, **e o braço do Estado chegar lá também para suprir** aquela população que está lá carente e que, muitas vezes, **só tem na igreja esse auxílio.**

# Luís Ventura

## Conselho Indigenista Missionário (CIMI)



**Eu sou Luís Ventura, membro e missionário do CIMI há 19 anos. Entrei no CIMI em 2004 e atualmente sou secretário executivo. Estou falando de Brasília, da sede do secretariado nacional.**

Iniciei minha participação junto aos povos indígenas em 2002, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, justamente no momento da última fase do processo de demarcação e homologação da Raposa Serra do Sol. Era um momento bastante conturbado em Roraima, um acirramento dos conflitos e no contexto do primeiro governo Lula, em janeiro de 2003, época em que havia uma perspectiva muito grande nas comunidades de que a retomada da demarcação dos territórios seria algo muito rápido, particularmente a homologação da Raposa Serra do Sol, que já vinha de mais de 30, 35 anos de luta.

Todo mundo esperava que isso acontecesse nos primeiros meses do governo Lula/2003. Lembro que três dias depois da posse de Lula, no dia 3 de janeiro, houve o desaparecimento de uma liderança indígena, o Aldo Macuxi, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol e o seu corpo somente foi encontrado no dia 9 de janeiro. Tinha sido assassinado. Trago esse fato porque, em nosso entendimento, acabou atingindo e afetando a atitude do governo Lula que, provavelmente, tratando seus primeiros dias de governo, sentiu o golpe e isso fez com que a homologação da Raposa Serra do Sol só acontecesse três anos depois, em 2005.

No nosso entendimento, houve um certo medo naquele início do governo Lula. Eu trabalhei na Terra Indígena Raposa Serra do Sol e no território até 2006. Presenciei conflitos acirrados, na época, com a ocupação do território por parte de grandes proprietários do agronegócio. Naquele tempo, fomos também alvo de parte das ameaças que eram contra os povos indígenas, mas os membros do CIMI que atuavam dentro do território também começamos a sentir a pressão e a perseguição.

Eu continuei trabalhando em Roraima até 2021. Passei a morar na cidade de Boa Vista em 2006, acompanhando o trabalho das comunidades indígenas, o trabalho do Conselho Indígena de Roraima (CIR), que é uma das principais organizações indígenas do estado. Em 2017, passei a fazer parte da coordenação regional norte do CIMI (Manaus, Amazonas e Roraima) e, desde 2022, estou no secretariado nacional, primeiro como secretário adjunto e, recentemente, como secretário executivo.





## Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Nós fazemos uma leitura do novo governo Lula em função do período imediatamente anterior a este governo, ou seja, do governo Bolsonaro e do governo anterior, de Michel Temer. Isto é importante colocar desde o início porque, se a gente for fazer uma leitura do atual governo Lula em função dos dois governos Lula anteriores, a leitura seria muito diferente. Nós pensaríamos que nos dois governos Lula anteriores houve uma série de avanços, mas também houve uma intensificação, naquele tempo, da política de grandes empreendimentos e houve também paralisação das demarcações de terras indígenas. Percebemos mais claramente no governo Dilma, mas não fazemos a leitura comparativamente com aqueles governos Lula. A gente faz uma leitura com relação ao governo imediatamente anterior, que é o governo Bolsonaro.

O que se espera com o novo governo é que haja mudanças significativas na relação do Estado com os defensores e defensoras dos direitos humanos porque a gente vem de um período em que a violência contra os defensores contava com a anuência, com o consentimento e até com a omissão do Estado, quando não com uma atitude proativa do Estado, particularmente com a participação de forças policiais. Os quatro anos de governo Bolsonaro significaram um aumento da participação direta de forças policiais na violência contra os povos e comunidades indígenas e na perseguição e intimidação de defensoras e defensores. Então, vindo desse período, o que a gente espera é que o novo governo modifique totalmente, transforme totalmente essa relação com as defensoras e defensores de direitos humanos, ou seja, **que haja uma retomada das políticas públicas de proteção que sejam transparentes, previsíveis, orçamentadas e monitoradas.**

Por outro lado, que haja um maior controle das forças policiais, tanto para a apuração das violências como para a própria proteção dos defensores. Esse é um tema muito complexo, no meu entendimento. Por sua própria natureza, o Estado é sempre disputado pelos interesses de grandes setores econômicos e acaba atuando a serviço dessa correlação de forças, com uma capacidade e com uma atribuição que o Estado tem no campo policial ostensivo, repressivo e coercitivo. Portanto, este vai ser sempre um grande desafio para qualquer governo, o de entender qual é seu papel: de estar a serviço dos interesses do grande poder econômico e, portanto, vai se colocar numa atitude omissa - e quando não - colaborativa com esses grandes interesses econômicos que conduzem a violência contra os defensores e defensoras de direitos humanos ou, pelo contrário, vai assumir um papel de proteção aos defensores?

Em todo o caso, será a sociedade civil e os próprios defensores que poderão avaliar isto porque é um tema complexo. O Estado, por sua própria natureza, insisto, faz parte do cenário do ambiente da violência contra os defensores e cabe à sociedade civil e aos próprios defensores instigar o Estado, disputar o Estado, exigir que ele assuma seu papel de proteção, **mas sempre com muita cautela, pela relação histórica que o Estado teve com a violência contra os povos indígenas.**

## Quais as mudanças já experimentadas?

Eu acho que é inegável que há algumas mudanças nos últimos meses, insisto, em comparação com o período imediatamente anterior. Tem mudanças que podem parecer irrelevantes, mas que são muito importantes, como a mudança no ambiente de diálogo com os povos indígenas. Hoje, os povos indígenas e os defensores estamos conseguindo recuperar espaços minimamente de diálogo com o governo, onde a sociedade civil pode apresentar propostas, medidas, denúncias e obter do governo pelo menos a escuta e recepção, e hoje nós somos recebidos. Isto parece que é algo excepcional, que deveria ser algo corriqueiro, mas a gente vem de um momento em que tudo isto não acontecia. Então, há uma primeira mudança no que diz respeito ao ambiente de diálogo. **Claro que deve ser considerada a própria criação do Ministério dos Povos Indígenas e a transformação da FUNAI, retomando sua missão institucional.**

Tudo isto, evidentemente, permite que haja espaços de diálogo seguros, onde a gente pode colocar propostas concretas e denúncias concretas. Esse é um primeiro campo de transformações, de mudanças. **Houve uma chamada a entidades da sociedade civil - o CIMI, particularmente, não conseguiu participar - para a elaboração e monitoramento da política de proteção de defensores no âmbito do Ministério de Direitos Humanos.** Então há, aparentemente, uma intenção por parte do governo de que a sociedade civil tenha um papel de participação nesse espaço. E na semana passada **foi instalada uma comissão nacional de enfrentamento à violência no campo, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário.** Portanto, há aparentemente sinais e medidas concretas e objetivas de políticas públicas ou, pelo menos, de instâncias que agora deverão ser adequadamente equipadas com recursos humanos, orçamento, poder e reconhecimento político dentro do governo para que possa haver avanços.

**Trazendo um pouco do contraditório para esses avanços, quando do assassinato da mãe Bernadete - que chocou a todos nós - houve um reconhecimento de responsabilidade por parte do Ministério dos Direitos Humanos.** Isso pode ficar apenas no âmbito da oratória, mas foi importante porque o **Ministério dos Direitos Humanos** trouxe para si a responsabilidade do que aconteceu. O ministro disse que, se assassinaram a mãe Bernadete, é porque “nós não estamos fazendo nosso trabalho”. Isso significa uma mudança, não sei se o conjunto do governo concordaria com as palavras do ministro, mas ele é a maior autoridade para fazer esse exercício de responsabilização do Ministério diante do que aconteceu com a mãe Bernadete. Não é suficiente, insisto, mas revela outra atitude que não é defensiva, não é de tentar jogar para outros a responsabilidade. Ainda não é suficiente, mas precisamos reconhecer atitudes diferenciadas, mesmo que, talvez, não seja ainda institucional.

# Quais os desafios que permanecem?

**Os desafios são estruturais. Eu gostaria de lembrar o primeiro mês do novo governo Lula, em janeiro de 2023, quando houve uma série de violências contra comunidades indígenas na TI Arariboia, do povo Guajajara, e no sul da Bahia.** Foi o primeiro mês do novo governo Lula, onde se evidenciou algo que vínhamos denunciando há muito tempo. **Tudo isso me lembrou aquele episódio de 2003, quando do assassinato de Aldo Macuxi.** Foi um golpe para o primeiro governo Lula, e agora, entrando no terceiro governo Lula, no primeiro mês, uma série de violências. **O que isso nos diz? Que nós estamos diante de uma violência que é estrutural, que não muda de um dia para outro, com uma mudança de governo.** É estrutural pelas relações de poder instaladas na sociedade, **particularmente instaladas no campo**, nos territórios, e que, de alguma forma, fazem parte da disputa do Estado. Ou seja, quem é responsável pela violência, quem está lá na ponta e está comandando, quem está financiando a violência no campo, desafia permanentemente o próprio Estado, a própria sociedade, querendo impor sua lei da violência e da morte.

O Estado, historicamente, está a serviço dessa estrutura de violência. Então, nós temos um desafio que é enorme porque trata-se de estruturas de democratização do acesso à terra, portanto, trata-se de políticas profundas de acesso ao território, de reforma agrária, de demarcação dos territórios, de proteção territorial. Trata-se de enfrentar essa lógica que está instalada de que grandes empreendimentos e grandes iniciativas econômicas tenham o aval e o apoio estatal com a roupagem de serem atores fundamentais para o desenvolvimento e o crescimento econômico. Trata-se, portanto, que a defesa da propriedade privada através da violência seja combatida, seja enfrentada e não seja permanentemente justificada, ou seja, trata-se de desafios absolutamente estruturais e é neles onde eu vejo as principais fragilidades também deste governo porque, até agora, no nosso entendimento, este governo não tem um compromisso firme, determinado, com essas mudanças estruturais, com políticas de reforma agrária contundentes, nem com política e demarcação de territórios.

Nós já estamos concluindo o primeiro ano do governo Lula e os avanços na demarcação de territórios têm sido mínimos, para não dizer precários e há, inclusive, **por parte do governo, uma demora, uma ambiguidade muito grande no cumprimento de decisões judiciais para desintrusão de territórios indígenas.** Vimos isto no último mês com a questão da **Terra Indígena Apyterewa.** Na operação de desintrusão, que vem de uma decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - que nem seria necessária para fazer a proteção dos territórios porque é uma obrigação constitucional da União - houve uma atitude por parte do governo, particularmente de algumas instâncias do governo federal, que nos preocupou muito. **Aparentemente, havia uma falta de determinação na operação de desintrusão da Terra Indígena Apyterewa. Poderíamos dizer, até o dia de hoje, que estamos diante de uma desintrusão que tem uma decisão judicial do Supremo Tribunal Federal por trás.** Portanto, não nos parece que, até o momento, nesse primeiro ano, o novo governo Lula traz contundente compromisso com as reformas estruturais que têm a ver com a violência estrutural contra os defensores e isso significa que vai continuar tendo violência.

**Nos três ou quatro últimos dias, uma série de situações, além da morte da rezadeira Guarani-Kaiowá Damiana Cavanha, mais um indígena do povo Tembé foi assassinado,** provavelmente por seguranças de uma empresa de plantio de dendê. No fim de semana, **dois militantes do MST no estado da Paraíba foram assassinados,** ou seja, nós estamos diante de um cenário em que a violência contra as defensoras e defensores continua acontecendo e ela não vai parar apenas por medidas do tipo: uma comissão nacional de enfrentamento ou uma revisão da política de proteção.

**Essa violência só vai parar no dia em que houver reformas estruturais no campo, de democratização do direito de acesso à terra, de demarcação dos territórios, de proteção dos territórios.** Afinal, a política de proteção de pessoas, de individualidades ou de coletivos ameaçados acaba constatando que, previamente, houve um fracasso do Estado. Quando pessoas precisam ser protegidas por defender direitos fundamentais - claro que é absolutamente necessária a proteção -, previamente, **constata-se um fracasso do Estado porque ninguém deveria ser ameaçado pela defesa de direitos fundamentais.**

Portanto, a política de proteção é apenas a constatação de que não há reformas estruturais, não há compromisso com as pautas principais e, sobretudo, continua havendo, de alguma forma, o compromisso por parte do Estado brasileiro com aqueles poderes econômicos, aqueles grandes empreendimentos, aquelas dinâmicas de violência a partir das propriedades privadas. Há uma anuência, há um compromisso político com esses setores que tem a ver com a correlação de forças hoje no país.

Esses são os grandes desafios e, provavelmente, hoje, temos instalado no país um esquema em que todo aquele processo de liberação de armas, nos quatro anos do governo Bolsonaro, eles instalaram um método para a violência porque ela era intencional. **Começava pela falta de regularização territorial, pela falta de demarcação dos territórios, e continuava pela falta de proteção dos territórios. Depois seguia com o incentivo à invasão dos territórios, continuava armando quem está na ponta para executar a violência, continuava colocando as forças policiais a serviço da violência, e concluía com o descumprimento das decisões judiciais.**

Essas várias faces da violência no governo Bolsonaro foram metódicas, absolutamente sistêmicas e sistemáticas. O novo governo ainda não conseguiu romper esse esquema, um poder no campo que se instalou com a presença de capangas, de jagunços, da violência na ponta. Mas há todo um esquema miliciano mesclado muitas vezes com forças policiais e, ainda, com uma maior complexidade, com a participação do crime organizado. Tudo isto faz parte de um modelo econômico de desapropriação e de violência com o qual o governo ou o Estado sempre estiveram coniventes e o atual governo ainda vai ter que dar muitos passos para demonstrar que tem um compromisso com o fim da violência no campo.

Uma última questão é a constatação de que a sociedade civil tem um papel absolutamente fundamental, insubstituível e crucial. A gente precisa estar juntos para nos autoproteger, evidentemente, mas para também criar medidas individuais e coletivas de autoproteção, com criatividade. A proteção dos cidadãos não pode estar exclusivamente na mão do Estado e a sociedade civil tem um papel absolutamente fundamental na cobrança, na exigência, na participação de políticas públicas e também em consolidar medidas alternativas, próprias e com base na solidariedade, nos valores comunitários coletivos, nos valores próprios da sociedade civil, nos direitos humanos enquanto se mantém este modelo repressivo e violento. E aí eu acho que a sociedade civil deu muitos passos, avançou muito e precisamos continuar avançando.



# Marcele Frossard

## Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE)



**Eu sou Marcelle Frossard, Coordenadora de Programas e Políticas Sociais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Ciências Sociais pela PUC Rio e graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sou pesquisadora, desde a graduação, quando eu trabalhei no Laboratório de Análise da Violência e tive os primeiros contatos e comecei a trabalhar muito cedo com esse assunto. Aqui no Rio esse é um tema muito proeminente: a violência urbana, a violência policial.**

Toda essa relação com a violência armada sempre foi uma coisa que me interessou e calhou também de trabalhar com isso. Ao mesmo tempo, na minha pesquisa individual – tanto monografia quanto mestrado e doutorado – eu achei que iria estudar Educação e violência. Só que, quando eu começava as pesquisas, Educação e políticas públicas acabava sendo o foco. No meu mestrado, o tema foram os atores do terceiro setor que participaram do Plano Nacional de Educação e uma investigação sobre alterações no campo educacional, no sentido do conceito de campo do Bourdieu. Meu doutorado foi sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enquanto desdobramento do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, que foi a primeira política. A BNCC começa a ser debatida em 2015. Nesse meio de caminho, passo um ano trabalhando na Cáritas – que é outra perspectiva da garantia de

direitos – e saio um pouco desse foco de violência, atuando com documentação e pesquisa para formulação de relatórios relacionados a violações de direitos. Em 2016, passei no doutorado, sempre nessas pesquisas. Comecei a estudar a BNCC durante a monografia, li muitos documentos sobre a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e queria saber como funcionava. Mande um e-mail para a Campanha e quem me respondeu foi a Andressa, que hoje é coordenadora geral da Campanha e, na época, era assistente de projetos. Ela recomendou que eu participasse das reuniões do comitê do Rio e eu comecei a participar e acompanhar politicamente a Campanha e tudo que ela incide e participa – a Campanha de Ação Mundial e o Fórum Estadual de Educação – com um pé na pesquisa e, ao mesmo tempo, aprendendo a dinâmica desse movimento. Em 2017 e 2018, faço consultorias rápidas, de pesquisa, para a Campanha. Em 2019, teve um projeto sobre trabalho infantil e Educação e fui selecionada para ser consultora. Depois, passei a integrar a equipe, inicialmente, como consultora de pesquisa, depois vou para a assessoria e, atualmente, estou na coordenação do programa.

A minha perspectiva de trabalho, de defesa dos direitos humanos, tem sido essa contribuição na intersecção de diferentes áreas. Eu trabalhei também com pesquisa sobre suicídio na adolescência, homicídio na adolescência, com consultoria para UNICEF e ISER, nessa perspectiva de políticas públicas que une segurança pública, cidadania junto com Educação, assistência social, proteção e garantia de direitos. Minha contribuição para a Campanha tem sido nesse sentido, além da perspectiva da pesquisa. Embora eu não esteja na academia neste momento, tem toda uma trajetória profissional mais vinculada à área de pesquisa do que à área de proteção e garantia de direitos enquanto ativista ou profissional do terceiro setor.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Eu entro na Campanha num momento de virada dessa participação das organizações da sociedade civil. Eu começo a acompanhar a Campanha por volta de março de 2016 e vai ter todo o processo de impeachment, o posicionamento contrário da Campanha e depois colher os péssimos frutos desse posicionamento que, para a Campanha, foi um golpe também muito duro com a perda de financiamento, de capital político. Foi um golpe muito duro para todas as organizações e para ativistas de direitos humanos de maneira geral. O processo se intensifica de 2018 a 2022, com a eleição de Bolsonaro e a pandemia. É bem marcante a ausência de diálogo como também a necessidade de um posicionamento dessas organizações de não participar através de instâncias governamentais para não endossar o governo e manter sua posição crítica, sua liberdade e autonomia.

Neste momento agora é claro que todos os problemas não foram solucionados, a gente ainda tem muita coisa para fazer. **Inclusive fica com as barreiras mais “borradas”. Parece que tudo vai ser muito mais fácil, mais simples. E não necessariamente.** Mas, com certeza, não tem o mesmo grau de dificuldade do que foram os anos anteriores. Isso, de certa forma, é um alívio. A primeira característica a ser ressaltada é a reconstrução dos espaços de participação democrática, de participação da sociedade civil. Isso fica bem evidente. A interlocução do governo e dos órgãos do Estado com a sociedade civil se amplia de maneira significativa. **Para a Campanha, a recomposição do Fórum Nacional de Educação e a devolução no sentido de protagonismo e participação em políticas e de incidência sobre o Ministério da Educação e outras instâncias relacionadas a esse tema é muito importante, muito relevante.** Uma das primeiras medidas do governo Temer foi realmente de enfraquecimento desses espaços da sociedade civil, especialmente do **Fórum Nacional de Educação.**

Além disso, têm acontecido alguns eventos como o questionamento da política do ensino médio.

**A Campanha sempre se posicionou a favor da revogação do decreto do novo ensino médio.**

O governo organizou, teve uma interlocução também, através do **Fórum Nacional de Educação**, de constituição de um grupo de trabalho para refletir sobre esse assunto, desenvolvimento das consultas etc.

A Campanha também participa desse processo.

**Outra questão que eu acho muito relevante é a abertura do GT para discussão sobre violência contra as escolas.** A Campanha participa e, no ano passado, **a gente entregou ao governo de transição um relatório coordenado por Daniel Cara, da USP, em que se relacionava o extremismo de extrema-direita com esses ataques violentos contra as escolas e falava sobre a necessidade de discussão sobre a Educação:** uma Educação para a democracia, que aborde questões como a misoginia, a falta de direitos etc.

Esse ano isso assumiu um protagonismo que a gente não gostaria. É um tema que a gente não gostaria de ter acertado, mas acertou. É um tema relevante. **A gente participou do GT feito pelo Ministério da Educação, Ministério da Justiça e a gente estava também com esses especialistas.** Por aí já dá pra entender que houve uma abertura significativa de espaços de consulta, participação e construção de políticas públicas, recomendações e medidas, de maneira participativa. É um modelo de governança democrática que envolve a participação da sociedade civil e que tem sido muito importante nesse processo.

# Quais as mudanças já experimentadas?

Um aspecto importante é a retomada das atividades internacionais. O Brasil volta a ser um ator internacional relevante e a possibilidade das agendas futuras demonstra o quanto essa mudança é repentina e altera a forma como o cenário internacional olha para o Brasil, a partir da mudança de governo. **Vai ter a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP), o G20 e já aconteceu a Cúpula dos Presidentes da Amazônia.** São vários os eventos e vários os espaços em que o Brasil começa a retomar, se envolver e participar. A gente vê isso, com certeza, como um saldo muito positivo.

**Mas a Educação ainda está numa questão que é um pouco complicada porque, apesar de toda essa abertura para a sociedade civil e para essa participação democrática, o que a gente tem percebido é a cooptação desses espaços pelas fundações privadas.** Isso tem sido evidente no que diz respeito à Educação. **No Ministério da Educação e nos espaços de participação, os modelos de incidência que não vão pelas vias participativas, pelos canais criados pelo governo, que acessam atores de relevância através de outros canais, tem coisas que precisam ser ajustadas.** Faz parte do jogo democrático, mas existe uma expectativa do campo da Educação de algum aceno para um modelo que se distanciasse tanto das fundações quanto de modelos de privatização da Educação. É claro que é um cenário melhor do que o que estava – sempre ressaltar isso. Mas, ao mesmo tempo, a gente vê a política de acesso à conectividade, à internet, que saiu recentemente uma legislação que favorece uma única empresa que é a do Elon Musk, que já vinha conversando com governos anteriores. É a manutenção de uma certa ordem, de certos acordos e a gente vê uma necessidade de atenção, constante monitoramento e incidência, inclusive, porque surgem oportunidades e se criam movimentos fundamentais.

**No que diz respeito à Educação, por exemplo, a partir da incidência do Fórum Nacional de Educação tem a organização, de maneira extraordinária, da Conferência Nacional de Educação (CONAE).** Era para ela acontecer daqui a um tempo, mas o Fórum indicou a necessidade de que já começasse este ano e que em janeiro seja a etapa nacional porque o Plano Nacional de Educação vence no ano que vem.

**Foram 10 anos de vigência, está em processo de discussão esse novo plano e é um momento que a gente comemora, acha muito importante porque, pela primeira vez, não vai ter um gap entre um plano e outro.**

Em 2001 o plano é feito pela sociedade civil, demora um tempo até ser protocolado, depois termina e o governo demora a tomar a decisão de colocar para rodar outro plano. Neste, estão calhando todas as circunstâncias e ele está pra sair, provavelmente, sem uma distância muito grande do tempo de vigência. As conferências têm etapas municipais, estaduais e a nacional. As municipais já aconteceram, as estaduais estão em andamento e, a partir do que vai passando – as emendas e as sugestões ao texto que foi desenvolvido pelo Fórum Nacional de Educação – isso vai ser debatido na Conferência Nacional para o desenvolvimento das prescrições para construção do PNDE. O anterior foi feito assim e este agora passa pelo mesmo processo. A ideia é que seja um plano mais ousado que este que passou, que crie mecanismos de controle e, possivelmente, de execução do plano – que foi um problema em relação ao plano anterior porque, principalmente, se acontece alguma mudança no cenário econômico ou político, o plano deixa de ser prioridade.

Falando a bem da verdade, o plano já não era prioridade, inclusive, no governo Dilma que, em 2015, já vinha fazendo cortes orçamentários significativos e o primeiro ponto de abertura foi a Base Nacional Comum Curricular que era uma medida muito simplória dentro do Plano Nacional de Educação e, inclusive, não era uma bandeira dos movimentos sociais de Educação. Era muito mais encampada pelas fundações empresariais. Então, esse é um aspecto relevante porque, embora tenham essas mudanças, essa perspectiva de abertura, de envolvimento da sociedade civil, **esses setores assediam e participam muito, têm uma capacidade de influência muito agressiva e de conseguir aprovar legislações e alterações que são favoráveis aos seus interesses.**

# Quais os desafios que permanecem?

Os desafios que permanecem são no sentido de garantir uma participação que seja participação de fato. Que não seja nem instrumentalização dos movimentos sociais e dos organismos da sociedade civil nem que seja uma participação pra constar: “abrimos os espaços, a galera tá participando”. Mas, de fato, não tem influência e não produz mudança. Esse é um cenário que ninguém quer. Por enquanto, o que a gente observa é que têm sido espaços de diálogo e construção, mas o desafio que permanece é justamente o de concretizar esses modos de participação e também a maneira como a sociedade civil tem influenciado nas políticas públicas e, principalmente, na alocação de recursos públicos.

Ainda existe uma demanda muito grande por um aumento do financiamento de políticas sociais de uma maneira geral. A gente ainda não vê por causa do contexto de sair de todos esses anos de contingenciamento, de redução de políticas públicas etc. É um ano ainda de muita acomodação e entendimento do que aconteceu nos últimos anos – inclusive pro governo, pros órgãos de Estado, mas os principais desafios estão relacionados à concretização dessa participação e com a garantia de direitos.

Eu vou falar através de outra experiência que não é só da Campanha. A gente está num Brasil muito mais violento – não sei nem se dá pra falar mais violento porque a gente não tem dados, não tem informação. Essa é uma incidência que a Campanha vem fazendo também, já desde a pandemia, que é a necessidade de dados e informações sistematizados, organizados e transparentes para a sociedade civil pra que a gente consiga fazer o monitoramento. Desde 2016, a gente tem visto uma redução muito severa da produção de dados. **A gente sempre foi reconhecido pela produção de dados extensiva – inclusive, tem tanto dado que não tem nem o que fazer; não desagregam, não produzem pesquisa. E temos um atraso do censo, que impacta muito nisso e, ao mesmo tempo, um descomprometimento no investimento.**

A gente vê o aumento de várias formas de violência, da falta de políticas de maneira geral, de políticas sociais – e não só de Educação – que tem a ver com essa perspectiva intersetorial: principalmente as políticas de assistência, proteção, segurança pública, saúde, educação, alimentação, previdência. Todas elas estão

interligadas e, quando não são gerenciadas de maneira adequada, produzem o aumento da pobreza, da violência, da desproteção e negação de acesso a direitos.

No atual contexto, a gente vê um cenário – para brincar com os memes da internet – quase apocalíptico, com todas as questões relacionadas ao meio ambiente e às mudanças climáticas se impondo, sem querer saber se a gente vai ter tempo ou não pra se organizar sobre isso. Esse também tem sido um tema importante pra Campanha e pra esse entendimento da garantia de direitos e da participação dos defensores de direitos humanos. É um cenário que indica várias camadas de vulnerabilização e de redução de direitos por causa desse contexto, que se soma às questões de um Congresso que não tem a menor disposição de discutir e tratar desses assuntos e isso piora quando a gente pensa em fatores como privatização, favorecimento de determinados grupos em detrimento de outros.

A gente tem a falta de políticas relacionadas à tributação, ao aumento de investimentos em políticas públicas e isso tudo indica que, apesar dos esforços, de ser um governo eleito com muita participação da sociedade civil e dos movimentos populares, a gente ainda não vê um efeito que mude, de fato, a política econômica. Tem toda uma previsão de políticas públicas, um rearranjo, a retomada de políticas que tinham sido paradas. A gente percebe, obviamente, que as coisas mudaram – estão mudando – mas tem todas as questões que são desse primeiro ano de governo. Mas tinha uma expectativa de um cenário um pouco mais favorável aos interesses dos movimentos populares e eu acho que permanece o desafio de garantir o acesso a direitos numa sociedade que está se recompondo.

Eu participei de um artigo, ano passado, justamente sobre as propostas de governo e, com essa eleição da Argentina agora, ele vem bem a calhar. **O que o artigo abordava – que é meu e do Eduardo Moura Oliveira – é sobre o quanto as propostas de governo eram nostálgicas.** As propostas do Lula eram todas de reconstrução, retomada, revisão e as do Bolsonaro era uma nostalgia principalmente da ditadura militar e de um futuro prometido – que os dois vislumbram – **no sentido desenvolvimentista.**



De uma maneira geral, eu acho que o principal desafio no contexto atual – isso é o maior clichê – não é nem mais um projeto porque projeto de país tem um monte. Falta uma construção coletiva de um futuro que ficou meio perdido nesse lamaçal dos últimos anos e de expectativas e a gente vê agora a Argentina repetindo o mesmo erro do Brasil.

Isso tudo está relacionado, de certa forma, a outra agenda que é prioritária para a Campanha e que a gente tem batido muito a cabeça pra entender que é o avanço do conservadorismo e do ultraconservadorismo, de diferentes formas de fundamentalismo, extremismo e relacionados com o avanço da direita e com o conservadorismo de direita. Essas coisas todas estão interligadas e o que tudo isso indica é que, apesar da mudança de governo, o mundo continua mais ou menos o mesmo, agora com fatores que a gente sempre ouviu que aconteceriam e que não estão mais batendo à porta, como se dizia uns anos atrás. Eles já chegaram.

A gente que está nos centros urbanos ainda tem sentido alguns dos efeitos, **mas acho que quem está no campo, nas florestas, em outros territórios do país e que depende de atividades de subsistência tem um impacto muito maior e isso afeta diretamente as relações de acesso a direitos.** Nesse sentido, a garantia, a luta por direitos, o trabalho com direitos humanos, tudo isso está relacionado com todos esses fatores combinados: um avanço da direita combinado com conservadorismo que se mistura também na sociedade brasileira, com o avanço de um modelo neoliberal que impõe subjetividades muito individualistas que, conseqüentemente, tem muita dificuldade de projetar, de construir alguma coisa de maneira coletiva. São muitos desafios, mas o cenário ainda é um pouco melhor do que o que a gente estava vivendo nos últimos anos porque a gente experimenta essa abertura de vários espaços que tinham deixado de existir.



# Marina Dermmam

## Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST)



**Eu me chamo  
Marina Dermmam,  
sou advogada popular  
vinculada à Rede Nacional  
de Advogados e Advogadas  
Populares (RENAP) e também  
faço parte do setor de  
direitos humanos do MST, há  
aproximadamente uma década.**

Me organizo junto ao  
Movimento dos Trabalhadores  
Sem Terra a partir desse espaço  
da advocacia popular.  
Faço a defesa judicial do  
movimento e também ajudo  
na tarefa de representar a  
Via Campesina no Conselho  
Nacional dos Direitos Humanos  
- CNDH.



## Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Significa um momento de esperança frente ao último momento que nós vivemos. O governo passado, de Bolsonaro, além dos inúmeros ataques à democracia, promoveu ataques pessoais aos/às defensores/as de direitos humanos, com ameaças concretas à vida e à segurança dessas pessoas. Sofremos violação dos nossos corpos na defesa da democracia e dos direitos da população brasileira. Foi um momento realmente muito difícil. **De acordo com estatísticas e estudos que verificamos nos excelentes relatórios anuais produzidos tanto pela CPT, CIMI e Terra de Direitos, houve aumento das mortes e das ameaças aos defensores e defensoras de direitos humanos.**

O Brasil continua sendo um dos países mais perigosos - se não o mais perigoso - para defensores e defensoras de direitos humanos, trabalhistas e ambientais, o que foi muito potencializado no último governo em que se tinha esse entendimento de impunidade e também de perseguição aos movimentos sociais. A gente se via muito agredido pelo próprio governo, pelas forças de segurança, como também pelas milícias montadas pelos latifundiários e pelos grandes empreendimentos.

A eleição de Lula e a retomada dos espaços de políticas públicas de proteção de defensores e defensoras de direitos humanos nos enche de esperança. O governo está no seu início e empreende todos os esforços para reconstrução da política pública. Ainda não vemos os programas funcionando plenamente como deveriam, com os recursos orçamentários que deveriam ser aportados e com os ajustes que deveriam ser feitos. Mas há um grande espaço para o diálogo. **Então, quando estamos frente a uma ameaça, conseguimos acionar o programa nacional e há um diálogo e uma confiança de nossa parte com as pessoas que coordenam a política.** O programa agora está passando por uma fase de mudança de dirigente. Saiu Luciana Pivato e não se tem um novo nome para sua substituição. Mesmo assim, nesse vácuo de coordenação, há um espaço de abertura para conversar com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, responsável pelo programa.

**Vimos como importante também a instituição do Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta para reformulação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH),** com a participação dos movimentos sociais. Então, o momento atual, de fechamento de um ano de governo, traz esperança, diálogo, mas não ainda a reestruturação das políticas públicas, como deveria ser feito.

## Quais as mudanças já experimentadas?

**Acho que o grande avanço foi a composição do GTT Sales Pimenta.** O MST, inclusive, foi a entidade da sociedade civil que teve a maior votação para compor esse espaço, o que demonstra a importância do acúmulo do movimento na construção dessa política pública de proteção aos/às defensores/as.

**O MST tem lugar de fala, de luta e de resistência pra isso.** Então, colocamos muita esperança nesses espaços formais para a construção dessa política pública. A gente acredita na participação social, qualificada e potencializada pelos movimentos sociais.

## Quais os desafios que permanecem?

Sabemos que o governo está iniciando e estamos dando este tempo necessário de maturação, reconstrução e ação. Mas, o que nos causa grande preocupação é que toda ação tem uma reação e estamos vendo que o outro lado está muito organizado. **Recentemente, logo após a CPI do MST - que foi um tremendo fracasso para o lado deles porque, como era de se esperar, não conseguiram comprovar nada porque o MST é um movimento legítimo, de luta social** - eles organizaram um grande movimento nacional, que se chama Invasão Zero. Logo após essa organização, temos visto movimentos de muita truculência e também de muita organização por parte dos grandes latifundiários e empresários da terra com a milícia. **Como exemplo, na semana passada três militantes do MST do Nordeste foram assassinados e, por conta dessa desarticulação da política pública, não vimos uma pronta reação do governo quanto à investigação ou à proteção desses militantes.**

**Mas é preciso fazer justiça. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) reconstituiu a sua ouvidoria agrária, coordenada pela dra. Cláudia Dadico, que está muito atenta e empreendendo grandes esforços na resolução desses conflitos.** A dra. Cláudia e sua equipe já conseguiram importantes resultados de prevenção, inclusive. **Gostaríamos, inclusive, que essa política também fosse refletida no INCRA, por exemplo,** que é o órgão responsável por acompanhar os assentamentos e acampamentos, locais onde aconteceram os assassinatos essa semana.

Essa política pública de proteção deveria ser uma política transversal, em todos os espaços de governo. **Não deveria ter apenas uma política de proteção no Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Essa política de proteção deveria acontecer também no Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério dos Povos Indígenas, no Ministério da Igualdade Racial,** considerando que temos um **número expressivo de indígenas, camponeses e de quilombolas assassinados nos últimos anos.** Já citei o exemplo dos militantes do MST assassinados na semana passada, **mas também precisamos lembrar do assassinado de mãe Bernadete, no quilombo Pitanga dos Palmares.**

E as ameaças e violências continuam sendo constante contra as comunidades tradicionais. Uma política de proteção transversal aos espaços de governo deveria também ter um orçamento vinculado a esses outros ministérios para que protejam esses defensores. Estamos falando de pessoas comuns, que lutam no dia a dia, e elas merecem essa proteção. Essa pessoa que é ameaçada e que é morta são pessoas comuns como eu e tu, não são super-heróis. São sim pessoas muito especiais, como são todos os militantes de direitos humanos que dedicam a sua vida à luta, mas são pessoas comuns que também estão ganhando sua vida, fazendo a sua militância e que merecem uma atenção especial do governo.

Faltam muitos elementos nessa política, posso citar como exemplo o apoio psicológico e a proteção coletiva dos territórios. Para o **CNDH** essa lacuna é muito evidenciada especialmente quando fazemos as missões nos territórios. Veja que se se fala muito do elemento de proteção, mas se esquece muito do elemento da individualidade da pessoa, a necessidade de ter apoio psicológico para as pessoas ameaçadas. Além disso, se percebe o quanto um território fica vulnerabilizado quando uma liderança sua é ameaçada. **É preciso enxergar o indivíduo, mas também a coletividade e pensar num todo porque, quando uma pessoa é ameaçada nesses territórios, toda a sua comunidade é ameaçada.**

Então, precisamos ter políticas que pensem também o coletivo e o território. Então **quando me perguntas sobre os desafios que permanecem, acredito que o maior deles é a requalificação da política de proteção, entender como essa política deve ser prioritária nesse governo.** E uma política prioritária também requer um orçamento adequado. Significa que os outros ministros e o centro de governo, em especial, também enxerguem essa política como importante, que se dê publicidade e se mobilizem as autoridades públicas não apenas quando o fato acontece, quando tomba uma militante como a mãe Bernadete ou quando tombam outras militantes, **como a liderança Guarani-Kaiowá e rezadeira, dona Damiana Cavanha.**

**Trago o nome delas como exemplo porque precisamos lembrar dessas pessoas, precisamos dizer o nome delas para que fiquem sempre em nossas memórias, para que a gente possa sempre saudar e reforçar essa luta.** Porque é a nossa luta ter consciência de que é um de nós que tomba. Eu vejo muito os meus companheiros nessas pessoas que tombam, a qualquer momento pode ser um deles, pois estão na luta cotidiana.



**E para que isso não aconteça mais, o governo precisa assumir essa pauta da proteção dos/as defensores/as como prioridade.** Designar orçamento necessário dada a importância que ela representa. Também ter uma abertura significativa para escutar a sociedade civil porque é a própria sociedade civil que é ameaçada. Então, nós temos muito o que falar sobre como deveria ser essa política, como a gente quer ser protegido, como a gente quer que os nossos territórios sejam protegidos, do que os nossos militantes ameaçados precisam. Eles não precisam ser retirados de seu território e deslocados para qualquer buraco ou fim de mundo.

Nossos militantes precisam de apoio psicológico, precisam estar perto dos seus, a comunidade precisa deles. Que eles fiquem na comunidade para que não se enfraqueça a luta porque retirar esses militantes do território enfraquece a luta coletiva. A gente não quer que se enfraqueça a luta coletiva. A gente não quer uma política pública que vai enfraquecer a luta coletiva. **Nós vemos uma vontade política muito grande do ministro Sílvio Almeida, ele está dando o seu melhor, com certeza. Então, a gente dá um voto de confiança muito forte ao ministro Sílvio porque ele merece, por toda a sua trajetória.**

# Mônica Alkmim

## Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)



**Eu sou Mônica Alkmim, pedagoga, e a minha referência institucional é a Organização de Direitos Humanos Projeto Legal. Pelo Projeto Legal eu começo a militar no Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH, inicialmente no Rio de Janeiro como integrante do coletivo, depois assumo a articulação estadual e depois assumo a coordenação nacional do MNDH.**

Hoje eu estou no segundo mandato na coordenação nacional. É uma coordenação colegiada, mas eu ocupo a coordenação geral e já estou agora no segundo mandato. Pelo Projeto Legal, que é um centro de defesa, eu atuo mais focada nas áreas de defesa, promoção e controle social de políticas voltadas para crianças, adolescentes e suas famílias que têm os seus direitos violados ou através da promoção dos direitos humanos.

Eu atuo junto aos conselhos, fóruns e acabei de ser reeleita para a presidência do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente aqui no estado do Rio de Janeiro. Temos um foco na discussão de política do acesso à justiça e direitos humanos de crianças e adolescentes e suas famílias, na defesa com olhar para direitos sexuais e reprodutivos de meninas, meninos, meninas trans, meninos trans. Atuo muito na defesa da adolescência aprisionada, com um olhar para uma sociedade sem prisões, para uma sociedade sem cárcere, uma sociedade que mata a sua Juventude e, quando não mata, encarcera. Isso acontece não só

no estado do Rio de Janeiro, mas também nacionalmente.

Pelo MNDH, atuei em diversas frentes das suas organizações: representei o MNDH no Conselho Nacional de Direitos Humanos; estou pelo MNDH no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e também estou no Conselho de Participação, ligado à presidência da república. Integramos o grupo que fez o período de transição do governo. Como eu coordenava a comissão de participação social no CNDH, e por estar nessa comissão, passei a integrar o grupo que preparou o programa de governo Lula e integrei e integro o Conselho de Participação criado nessa gestão.

Tenho também duas representações internacionais: uma pelo MNDH, que é a Rede Coalizão Sul, em que são organizações dos países da América do Sul e Central que fazem uma discussão no recorte dos direitos humanos de crianças e adolescentes; e, pelo Projeto Legal, integro o Family for Every Child, que faz uma discussão de que toda criança e todo adolescente tem direito à convivência familiar e comunitária.

Sou pedagoga e inicio minha atuação na educação formal e começo a levar a discussão sobre a importância da educação em direitos humanos para dentro da educação formal, contribuindo para que caminhos sejam abertos numa discussão mais igualitária, mais justa na nossa sociedade brasileira através da educação em direitos humanos.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Para falar do significado desse novo momento de governo, é importante a gente entender de qual governo a gente vem, porque não há como fazer um debate nesse momento como se fosse um momento de perfeição da reestruturação das políticas, como se, a partir de agora, tudo será perfeito, todos os caminhos serão abertos. Isso não é fato. Já não era antes desse triste e assustador momento que vivemos nos últimos seis anos. Desde o golpe da presidenta Dilma que tivemos um momento muito ruim. Não era perfeito antes, mas, sem sombra de dúvidas, sair do momento em que estávamos - principalmente para a defensora, para o defensor, para a lutadora e para o lutador por direitos humanos - abre uma possibilidade de esperança, que traz um outro olhar para a sua luta e para a sua participação efetiva da sociedade no seu governo. É um governo da sociedade e não podemos esquecer que o governo anterior também era um governo da sociedade, essa sociedade que elegeu um ditador num momento de fragilidade da democracia. Essa pessoa que agredia os direitos das pessoas, que agredia os corpos e as ideias e que representava um grupo da sociedade. E esse grupo, que era representado por esse gestor, permanece na sociedade. Ao tirar um governante você não tira quem o elegeu. Você não tira da sociedade quem o elegeu.

Então, essa representação de violência, de uma sociedade partida, de uma sociedade que prega explicitamente que alguns não devem ser parte da sociedade - e isso é representado pela morte ou pelo encarceramento, ou seja, é a retirada da sociedade. Esse grupo - contra o que nós lutávamos antes do governo Temer, após o golpe da presidenta Dilma, e Bolsonaro - ainda existe. Então, para o defensor e para a defensora, esse momento do governo Lula primeiro traz esperança. Eu acho que esse foi o principal sentimento no dia da eleição, quando estávamos contando os votos e quando eu sei que todas as defensoras e os defensores contavam voto a voto. Não comemoramos antes de que fosse matematicamente concretizada a eleição do presidente Lula porque, naquele momento, instaurou-se a esperança.

As políticas ainda não foram retomadas, os espaços não foram retomados, foi retomada a esperança. Essa é a principal diferença. **Se fôssemos discutir aqui sobre as políticas, tivemos várias políticas que estão sendo recuperadas, como os conselhos nacionais que estão sendo restaurados, propostas que estão sendo revistas, isso tudo está sendo retomado: Programas de recuperação, de complementação orçamentária das famílias, programas para áreas brasileiras que precisam de água e de luz.** Esses programas estão sendo retomados, sim, e hoje defensores e defensoras estão nessa luta pela retomada desses programas e dessas políticas. Mas o principal significado desse novo governo é a esperança de que a nossa luta volta a ser reconhecida pelo governo, volta a ser percebida como uma luta concreta, justa; como uma luta, não minha, mas uma luta pela sociedade.

Hoje a gente vive nesse governo e não está sendo fácil retomar o que foi destruído. E muita coisa foi destruída. Mas podemos entrar novamente nas salas, nos corredores, podemos sentar novamente e discutir. Com opiniões iguais, com propostas iguais? Não! Mas com a possibilidade desse contraponto, com a possibilidade desse contraditório, sem medo de sair de lá e ser ameaçado pelo que disse. Porque é terrível você ser ameaçado pelo que você pensa, pelo que você fala e por isso volto ao meu início da fala: Aquelas pessoas que instauraram o governo Bolsonaro ainda estão aí e nós não queremos que eles morram, que eles sejam aprisionados, a não ser que cometam um crime. Mas, o que nós queremos é poder ter o contraponto, com base em verdades; sentar numa mesa ou ter uma discussão de opiniões. E por que essa minha opinião? Porque eu tenho dados, eu tenho políticas, eu tenho experiências que vão comprovar a minha opinião, pelo menos o meu lado de ver. Mas eu respeito o seu, mesmo que seja diferente do meu. Essa é a grande diferença do governo Lula para o governo anterior.

# Quais as mudanças já experimentadas?

Eu posso falar **sobre os espaços institucionais que foram reabertos, alguns retomados e outros instituídos**, como por exemplo, o **CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Com o decreto de abril de 2019, o governo Bolsonaro inicia o seu governo cumprindo uma promessa de campanha que era o fechamento dos conselhos, do que ele identificava como atuação da sociedade civil, sem perceber, sem entender e sem sequer ler que a participação da sociedade civil é constitucional. **A democracia participativa é constitucional, não é uma opção de um governo, não era da Dilma ou do Lula. Foi a Constituição de 88 que garantiu esses espaços.** Então, em abril de 2019, com o Decreto 9759, em que ele faz uma reestruturação desses espaços, fecha conselhos, fóruns, comitês. E alguns ele fecha, literalmente, ou muda a forma de participação, de integração, o que de certa forma também é um encerramento das suas unidades porque, se a participação não é democrática, acho que também encerra os seus objetivos.

Então o que a gente já pode perceber é a retomada desses espaços de forma democrática, participativa. **Então nós temos o conselho da alimentação, temos o conselho de participação, ligado à presidência da república, que é um conselho consultivo, mas que faz uma discussão desse tema de participação. Nós tivemos o PPA participativo, que não foi o ideal e o próprio MNDH tem críticas de como foi a sua construção.** Terrível é você não ter nada, não ter a existência de espaço. **É bom você ter um espaço e poder criticar.** Poderia ser uma melhor participação, melhor envolvimento, mas antes não tínhamos sequer o espaço. **Tivemos o PPA participativo e participamos integralmente não só nos encontros interconselhos que aconteceram em Brasília, mas também nos estados e nos eventos de mobilização para colocarmos propostas.** Conseguimos pautar o apoio financeiro às defensoras e defensores. O PPA, óbvio, é um espaço de decisões políticas, mas com olhar financeiro.

**O grupo de trabalho Gabriel Sales Pimenta - que foi construído e já publicado, inclusive o MNDH integra com suas filiadas também - vai discutir a metodologia dos fluxos.** Então, esses espaços já existentes, como o **CNDH** e o próprio **Conanda** retomaram a sua composição porque, com esse decreto de abril de 2019, o Conanda teve uma interferência na sua composição, uma redução da participação. E agora nós retomamos. **O MNDH**

**tem um grupo de trabalho de acesso à justiça e direitos humanos** em que, através do sistema de justiça brasileiro – e, em algumas situações, do internacional –, **nós entramos como Amigos da Corte.** Essa recomposição dos conselhos e dos espaços de participação democrática, de participação efetiva já é uma mudança concreta.

**Agora, direitos humanos são frutos de luta, sempre foram, sempre serão. Então, a cada nova conquista, abre-se um outro caminho de luta.** Tivemos no passado muitas, muitas dificuldades porque nós não tínhamos os caminhos para a luta. Então, a nossa luta era muito mais agressiva, de não reconhecimento de mentiras. A luta do lugar de fala que precisamos ter, das mentiras em redes, para poder negar a existência ou transformar a existência da defensora e do defensor em algo que não era pela sociedade. Nós temos lutas específicas, mas lutamos pela sociedade. **Eu não luto pelo MNDH. O MNDH é o meu instrumento de luta pela sociedade brasileira, é o meu espaço de luta.**

## Quais os desafios que permanecem?

Nós vivemos num país que foi invadido, que tinha uma cultura original, que tinha uma estrutura social original. **Pós invasão, nossa sociedade foi calcada nas diferenças de papel, diferenças de poderes. Então, nós temos: machismo; valorização do racismo; valorização do homem branco, proprietário, cristão. E essa constituição da sociedade brasileira permanece.** Então, essa luta antirracista, essa luta pela não propriedade da força de trabalho sempre será a nossa luta.

Então, nossos desafios com possibilidades democráticas de participação e de debate continuam pelo antirracismo, pela discussão desse poder proprietário que ainda ataca o povo brasileiro. Ainda continuam os desafios por essa sociedade que encarcera a sua Juventude, que encarcera um grupo determinado da sociedade. Não encarcera o criminoso, encarcera um grupo social. Nossas lutas permanecem. Esses nossos desafios sociais permanecem. Cada defensora e cada defensor lutando no seu espaço de luta. É nas comunidades onde as mulheres lutam pelo seu espaço, são as negras e os negros lutando pelo seu espaço. São aqueles que lutam pela sua força de trabalho para que ela seja reconhecida e





remunerada, de acordo com a sua força de trabalho, não de acordo com o proprietário. Essas lutas permanecem e sempre vão permanecer enquanto a gente não mudar a nossa estrutura social e econômica.

**O MNDH é uma rede de organizações que agrega mais de 300 organizações, com diversas frentes de luta porque o MNDH é uma rede que luta pela sociedade brasileira e lutar pela sociedade brasileira é ter todas essas lutas dentro. Então nós temos a luta indígena; a luta antirracista; a luta pelo sistema econômico.** E não há reforma política sem fazer reforma de poder. Sempre será necessário em todas as nossas discussões, seja com crianças, adolescentes, indígenas, povos originários, antirracista. Sempre faremos a discussão do espaço de poder porque são essas relações de poder que estabelecem essa diferença que não é natural. Uma diferença em que o poder se estabelece de forma diferente e, contra isso, sempre lutaremos.

O poder se estabelece para exclusão. Ter poder já é ruim, mas quando você estabelece uma relação de poder pela sobreposição do outro, aí é terrível, é terrível, porque você faz uma relação em que você não possibilita o olhar igualitário com o outro, você se sente melhor, maior, diferenciado do outro. Temos diferenças, sempre teremos diferenças, mas estamos na mesma linha igualitária com as nossas diferenças. Agora, quando você olha para o outro e sente que o outro é diferente, mas o outro é inferior, seja pelo motivo que for, isso tem que acabar na sociedade. Enquanto isso não acabar, sempre o MNDH vai lutar para que isso deixe de existir.

**Como essa entrevista está dentro do Projeto Sementes, eu acho que tem uma coisa que o Sementes nos trouxe, que potencializou, que é a proteção popular.** O Programa de Proteção é muito importante. **Ele é fundamental porque institui uma política de proteção para a defensora ou defensor.** Mas a proteção popular, o que ela é, como ela se inicia? Quando você se sente ameaçada, qual a primeira pessoa que você pensa? Para quem eu ligo? Para quem eu conto da minha ameaça, com quem eu conto? É o primeiro ponto da proteção popular: é aquele seu entorno, o entorno da sua luta, o entorno de onde você milita, que te protege e que luta com você.

**Então, o Sementes traz uma necessidade de fortalecimento desse entorno, que não é só o fortalecimento do defensor e da defensora.** Claro que é importante que ele seja fortalecido, que a sua luta seja fortalecida e que ele seja protegido. Mas, potencializar, fortalecer esse entorno, fortalecer essa proteção do entorno da luta do defensor e da defensora é fundamental. **Então, o programa de proteção institucionalizado protege a defensora, o defensor. A proteção popular protege a luta, protege o entorno e isso a gente não pode perder. Um projeto acaba, mas programas permanecem.** A gente precisa procurar estratégias para continuar fortalecendo essa metodologia, fortalecendo o apoio financeiro. A gente tem que continuar fortalecendo e apoiando a proteção popular **porque ela protege a defensora ou defensor, mas ela protege a luta e proteger a luta protege a sociedade.**

# Mônica Oliveira

## Coalizão Negra por Direitos



**Sou Mônica Oliveira, sou do Recife e moro no Recife. Tenho em torno de 35 anos de militância no Movimento Negro. Tenho 55 anos, faço parte da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e, pela Rede, faço parte da Operativa Nacional da Coalizão Negra por Direitos.**

Nós, da Rede, somos da fundação da Coalizão; nós somamos no processo de criação da Coalizão, em fevereiro de 2019, naquele começo difícil do governo Bolsonaro, com uma articulação contra o famoso pacote do Moro - que a gente dizia que era um pacote "anti-negro" - que iria facilitar ainda mais as condições pra violência policial, pro genocídio, pro encarceramento em massa. E nós, do Movimento Negro brasileiro, classificamos aquele pacote como "anti-negro", não anti-crime.

A Coalizão começou a se articular em torno disso. Algumas organizações, puxadas especialmente pela UNEAFRO de São Paulo, começaram a chamar outras organizações do país e começamos a fazer ações de incidência - no nível nacional junto ao Congresso Nacional e, no nível internacional, levando denúncia desse pacote à Corte Interamericana de Direitos Humanos, para o sistema das Nações Unidas.

Eu me somei, representando a Rede, em junho de 2019 e, em novembro, a Coalizão realizou um grande seminário internacional onde se "oficializou" sua criação e a gente deu o nome de Coalizão Negra por Direitos. O sentido desse nome é porque ela é hoje a maior rede de organizações

negras do país: tem 293 organizações e coletivos das cinco regiões do país. Ela não é só quantitativamente a maior rede de Movimento Negro do país, mas também, politicamente, a rede mais representativa.

Eu estou na Operativa Nacional desde o início. Fiz uma movimentação para uma presença maior de organizações do Norte e Nordeste porque a gente sabe que, dentro do Movimento Negro, assim como em todos os movimentos deste país, o peso de Rio de Janeiro e São Paulo é sempre desigual. Eu defendi que, pelo menos na Operativa - que é uma espécie de coordenação executiva -, era importante que tivesse também uma forte presença de Norte e Nordeste para a gente ter um pouco mais de equilíbrio. A gente tem uma presença forte de organizações importantes do Nordeste, como o Centro de Cultura Negra do Maranhão, a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, a Iniciativa por uma Outra Política de Drogas que, se não me engano, tem

escritório principal em Salvador e a RENFA (Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas). Do Norte a gente tem o CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará) e coletivos LGBT, como o Sapato Preto. A gente tem buscado fazer mais presentes essas pautas mais recentes do Movimento Negro, também, além de organizações de mulheres, de juventude.

A Operativa tem uma composição bastante diversa, o que é bem importante porque o Movimento Negro sempre foi muito plural e, nas últimas décadas, essa pluralidade aumenta com as diferentes bandeiras de luta que vão tomando cada vez mais corpo. Hoje nós estamos na segunda composição da Operativa. A Coalizão está fazendo quatro anos, é uma rede muito nova - ainda que tenha tomado essa grande dimensão rapidamente. Estamos na construção, na consolidação, com as crises que as organizações têm, mas fazendo os enfrentamentos necessários neste país que não nos deixa ter um minuto de paz.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

**Em junho de 2021, a Coalizão lançou um manifesto nacional chamado “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”.** Nós estávamos ainda no governo Bolsonaro, mas já estávamos nas articulações em torno da candidatura Lula, de toda aquela profunda luta por resgatar a democracia no país, buscar de novo fortalecer o campo democrático. E por que lançamos este manifesto - que alcançou, se não me engano, em torno de 80 mil assinaturas, com grandes personalidades, artistas, celebridades, grandes referências? **É importante dizer que o Brasil é um país que nunca teve plena democracia.** Teve governos democráticos e populares - as gestões anteriores do presidente Lula, a gestão de Dilma (uma gestão e meia, praticamente) - **mas a gente nunca alcançou plena democracia porque este é um país que viveu 350 anos de escravidão.**

A democracia é muito jovem neste país e o processo democrático não significou a superação da herança escravocrata. Nós temos um país extremamente desigual, uma sociedade violenta e a discussão sobre democracia - para nós, pessoas negras, povos indígenas, populações vulnerabilizadas - é outra, diferente da classe média de esquerda que acessa democracia, ainda que não seja plena. **E a Coalizão puxou essa discussão, com esse manifesto. A gente dizia:** “Nós estamos juntos com todas essas forças do campo de esquerda que estão fazendo a luta pelo resgate da democracia no nosso país. Mas isso para nós é pouco. Nós queremos uma outra qualidade nessa democracia. Nós não queremos voltar ao que era antes. Queremos avançar, para que a democracia no país seja plena.”

Essa foi uma discussão que fizemos antes do ano de 2022, o ano da eleição. Fizemos todas as batalhas, a incidência que pudemos fazer no processo. **Na eleição de 2022, a Coalizão fez uma estratégia chamada Quilombo nos Parlamentos, de fortalecimento de candidaturas de Movimento Negro.**

Fazer reforço de candidaturas negras, o Movimento Negro sempre fez, ao longo de todas essas décadas. Mas, dessa vez, a gente resolveu marcar as candidaturas de Movimento Negro. Não nos interessa a “bancada negra” porque há muitas pessoas negras na direita, na extrema-direita, especialmente no campo da religiosidade fundamentalista. Tem um monte de pastoras e pastores negros que se transformam em parlamentares, mas não estão comprometidos

com a pauta do combate ao racismo, da superação das desigualdades raciais. **Então, a gente tem trabalhado agora com essa ideia de que precisamos de parlamentares oriundos do Movimento Negro, com vínculo orgânico, com compromisso real com a pauta do Movimento Negro brasileiro.**

O governo Lula tem hoje a maior presença negra na composição de primeiro e segundo escalões. A gente não tinha tido ainda essa quantidade de ministros negros: a ministra Anielle, o ministro Sílvio, a ministra Marina; uma representação de ministros negros importante. **Diferente de outros governos Lula, temos uma presença de especialistas negros em vários cargos estratégicos nos ministérios, nas secretarias nacionais, nas diretorias e também dentro de autarquias públicas:** bancos e grandes instituições públicas no nível federal. Isso é muito importante porque uma das estratégias da gente é justamente ter pessoas negras qualificadas e comprometidas em espaços estratégicos de poder. **Nesse sentido, o governo Lula avança. Mas não avança o suficiente.** Há, em algumas pessoas ainda, especialmente do PT, uma queixa: “você ainda fazem críticas”. **É nossa tarefa como movimento social! Mas a gente reconhece que avançou.**

Para nós, a vitória sobre Bolsonaro - a principal vitória - é a gente ter resgatado as condições de fazer a luta sem estar o tempo todo ameaçadas pela criminalização, pela violência política do bolsonarismo nas ruas, o tempo todo nos perseguindo, nos cercando. A gente resgatou essa possibilidade de fazer essa luta. Mas a gente não tomou o poder, não acabou com o bolsonarismo. Lula estar lá é absolutamente fundamental. É uma vitória, sim, e nós celebramos essa vitória. Especialmente a população negra. Quem elegeu o presidente Lula foi o Nordeste, a região mais negra deste país! A população negra vota no PT a vida toda deste partido, com pouquíssimo reconhecimento por parte do partido, inclusive, que trata nossas lideranças como pessoas de menor valor. O “peso político” normalmente não é agregado às lideranças do Movimento Negro que constroem o Partido dos Trabalhadores. **Digo isso porque convivi, ao longo desses 35 anos, com muitas lideranças do Movimento Negro que eram ou são do Partido dos Trabalhadores. Eu mesma fui do Partido dos Trabalhadores por 10 anos.**

Há um não reconhecimento dessas lideranças de Movimento Negro como sendo lideranças de peso do partido e isso é um aspecto que permanece.

A gente entende, sim, que a vitória foi importante, celebramos a vitória, **mas a gente continua enxergando que a questão racial, a agenda de combate ao racismo está em disputa.** Essa frase é um pouco gasta, mas é isso: **está em disputa.** Porque o tempo todo a gente tem que batalhar por cada centavo de orçamento público, para manter cada pessoa que está nesses lugares, para defender nossas pautas. A gente ainda está batalhando, por exemplo, para que o combate ao racismo se expresse nas políticas econômicas. É preciso avançar na redução das desigualdades e, para isso, é preciso fazer política estruturante. O simbolismo é ótimo, é significativo, mas não basta. Eu faço algumas comparações.

As militantes mais jovens me ensinam muito. E tem uma frase que uma menina disse uma vez que me marcou muito. Dialogando com uma pessoa branca, a pessoa dizendo: “A gente precisa do amor, é o amor que pode nos salvar da violência, do racismo, das desigualdades”. A menina olhou pra ela e disse: “O seu amor não me salva. Lá fora, o seu amor não me salva. Quando eu e meus irmãos temos que enfrentar a polícia, o racismo na escola, o racismo institucionalizado, o seu amor não me salva”. Há uma coisa das pessoas quererem um “agradecimento eterno” para cada pequena coisa que é feita, mas não dá porque a gente ainda tem muito chão pela frente para chegar perto de uma ideia de igualdade e, sequer, vislumbrar equidade, que é muito mais do que igualdade.

A política econômica ainda não traz medidas estruturadoras de superação das desigualdades. Na questão climática, o Brasil está assumindo, de novo, um papel de muito destaque, internacionalmente. Mas, para dentro do país, nos preocupa muito por onde caminham os grandes planos. **A Coalizão, hoje, faz parte da Rede por uma Adaptação Antirracista porque não é possível superar o impacto das mudanças climáticas.** É necessário adaptar as pessoas, as cidades, as políticas públicas. E a gente está defendendo uma adaptação antirracista porque há um conjunto de políticas que interseccionam com a questão climática. Se não fosse o racismo, a situação das populações mais vulnerabilizadas seria outra. As políticas urbanas são absolutamente fundamentais para a adaptação climática - moradia, saneamento, tudo isso é fundamental. A Coalizão está com uma forte presença, nacionalmente, nesta pauta.

**Na questão da terra, a gente tem uma forte expectativa de que o governo Lula volte a fazer titulação de terra quilombola.** Terra, nesse país, é uma agenda sangrenta e a gente viveu, nos últimos anos, o recrudescimento dos assassinatos de lideranças da luta pela terra - quilombolas, indígenas, sem-terra. Para a retomada da titulação de terras, precisa ter orçamento e eles são altíssimos. O governo antirracista de Lula está disposto a botar dinheiro para titular quilombo? Porque faz muitos anos que não se titula quilombo neste país, inclusive no governo democrático-popular. **Essa é uma pauta fundamental: a terra quilombola e a terra urbana.** A questão fundiária urbana também é fundamental. A precariedade das condições de habitação da população negra também tem a ver com a questão fundiária urbana.

**Em relação à participação política, nós, mulheres negras, estamos numa estratégia nacional bastante consistente e contínua, desde 2016, de luta para incluir mais mulheres negras - especialmente no parlamento e, em algumas situações, alcançando o Executivo também.**

Mas, a cada ano os partidos se perdoam, se autoanistiam por não cumprir as cotas e isso é permitido. O modelo eleitoral brasileiro é bastante problemático, alimenta desigualdades.

**O Executivo está disposto a fazer essa discussão conosco?** Porque o PT também vota a favor da anistia. Então, como a gente lida com essas questões que são estruturadoras para a mudança?

**Nos preocupa, por exemplo, o avanço na implementação da Lei de Cotas. Ela avançou significativamente nas universidades e a presença negra nas universidades, hoje, é muito significativa.** Pela primeira vez, **a gente alcançou mais de 50% de estudantes negros nas universidades públicas federais.** Mas, as cotas em concursos públicos, por exemplo, são constantemente sabotadas. **Já tem avanços na regulamentação disso com o Ministério do Planejamento.** Eu falo disso de cadeira porque estava no governo quando a legislação de cotas em concurso público foi construída. **Eu trabalhei com a ministra Luíza Bairros nos quatro anos em que ela dirigiu a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial).** Luíza era minha liderança de 25 anos e, quando ela foi para a SEPPIR e me chamou foi como uma “convocação” porque eu odiava a ideia de ser governo. **Foi na gestão de Luíza que aquela legislação foi construída e nós contamos, naquele período, com uma equipe comprometida no Ministério do Planejamento.** Uma equipe de pessoas brancas, em sua maioria, mas profundamente comprometida com o combate ao racismo dentro do governo federal.

# Quais as mudanças já experimentadas?

**A gente enxerga mudanças. É bem importante reconhecer. Por exemplo, no campo da Justiça, que é fundamental para nós, o Ministério da Justiça tem estabelecido uma atuação importante. Temos pessoas dentro do ministério, por exemplo, que foram da Coalizão:** Marivaldo Pereira, que está como Secretário de Acesso à Justiça; Sheila Carvalho, na assessoria especial do Ministro Flávio Dino, e outras pessoas que não são tão próximas de nós. Temos percebido, sim, o esforço em diferentes campos. **O governo está construindo uma Política Nacional do Cuidado** e, para nós, mulheres negras, o cuidado é uma agenda política muito estratégica **e há ativistas da Coalizão envolvidas, a convite do governo, colaborando com isso.** Nós somos aquelas que carregam o cuidado nos ombros de forma naturalizada, num grau de exploração profundo. Para nós, essa política interessa muito.

Ainda que seja importante destacar que as políticas de combate à pobreza não são políticas de combate às desigualdades raciais, diretamente - porque às vezes as pessoas acham que o Bolsa Família é uma política de combate ao racismo -, elas atendem a uma parcela grande da população negra - que está na extrema pobreza, que passa fome, que está na miserabilidade. Logicamente, a retomada desses programas é muito importante para nós. **No período da pandemia, a Coalizão lançou uma campanha nacional de distribuição de cestas básicas chamada "Tem gente com fome, dá de comer".** Houve muitas discussões internas sobre distribuímos cestas, já que a gente atua na estrutura, mas você pode escolher ajudar a alimentar essa população ou escolher não participar disso e assistir a famílias inteiras morrendo de fome na pandemia. **Foi bem importante essa campanha para nós e, a partir dela, tem a entrada da Coalizão nessa agenda da segurança alimentar e nutricional.** O fato da Coalizão ser tão grande tem organizações em todas as áreas: nas políticas para mulheres; na juventude - que é muito forte, com muitos coletivos de juventude negra; na educação - que é tradicionalmente um campo que o Movimento Negro atua muito; na cultura - hoje você tem João Jorge presidente da Fundação Palmares; Margareth, ministra da Cultura. Esses são elementos importantes para fazer avançar uma pauta de combate ao racismo.

A gente reconhece mudanças e a gente tem colaborado para elas. Ativistas da Coalizão estão fazendo incidência em todos os campos de políticas públicas e colaborando para essas políticas porque, quando a gente vai, leva a competência, a qualificação técnica que a gente desenvolveu ao longo dos anos. Em todas as áreas tem pessoas negras. Logicamente, em algumas mais do que em outras porque há áreas do conhecimento profundamente embranquecidas, **mas você tem pessoas negras qualificadas, atuando de maneira comprometida, com qualidade técnica e política.**

A gente reconhece as mudanças, porém com preocupações que são, inclusive, muito óbvias. O Legislativo que a gente tem, hoje, no nível federal, é apavorante. Quando a gente viu o Congresso eleito, percebeu que a tarefa seria muito mais difícil do que se imaginava para Lula. **O Congresso é o mais conservador dos últimos 50 anos. Ficou, inclusive, pior, em vários aspectos, do que o anterior.** Nos estados, há **retrocessos graves.** Aqui em Pernambuco, por exemplo, **na legislatura da assembleia legislativa anterior, tinha 10 mulheres. Como são 49 cadeiras, era uma das poucas que tinha 20% de presença feminina - claro que tinha de direita, no meio desses 20%. Agora baixou para 6.** Os candidatos mais votados são fundamentalistas e bolsonaristas e aí a gente percebe, explicitamente, o impacto do orçamento secreto porque foi o dinheiro que deu esses votos a esse pessoal.

Então, as nossas pautas - assim como a pauta feminista e a pauta indígena - estão em risco profundo, o tempo todo, dentro daquele Congresso. Hoje, uma das estratégias da gente é: "não mexe nisso, pra não correr o risco de perder". **Nós fizemos uma grande movimentação quando começaram a mexer com a Lei de Cotas nas universidades porque a gente corria o risco de perder, de retroceder.** Esse é um cuidado importante que a gente tem que ter. Por um lado, as mudanças acontecem. Mas, por outro, como o presidente Lula não avança ainda em algumas coisas - tem todo o discurso da governabilidade, de que é importante manter essas alianças - significa que novamente não vai fazer nenhuma medida estruturadora para superação das desigualdades. A gente já viu isso em 2003, em 2008. Então, tem mudança? Tem. Mas as mudanças que a gente sabe que são mais estruturais não estão perto de acontecer.

# Quais os desafios que permanecem?

São tantos! O fato de a gente ter vencido o Bolsonaro, mas não ter vencido o bolsonarismo, em si, é um desafio de uma magnitude enorme. Logicamente, as desigualdades raciais não começaram com Temer e Bolsonaro, mas se agudizaram nesse período. As várias violências que constituem a sociedade brasileira se aprofundaram. **Tem uma pesquisa de Oxfam Brasil, se não me engano do final do primeiro ano da pandemia, que diz que as pessoas que foram empurradas da pobreza para a extrema pobreza - aqueles milhões de pessoas - levarão, em média, 10 anos para se recuperar. Não são 10 anos para melhorar de vida, mas para voltar à condição que tinha antes da pandemia.** Isso é escandaloso! É muito grave! E esse é um desafio: **enfrentar o empobrecimento - fruto desse período de pandemia, mas também das políticas implementadas por Temer e Bolsonaro.** Então, o desafio é **fazer incidência para reconstrução das políticas sociais para melhorar as condições de vida da população negra. Outro desafio é avançar nas políticas afirmativas. Não só manter a Lei de Cotas nas universidades e nos concursos públicos.** Desde o processo eleitoral, a gente sempre dizia: não queremos eleger Lula apenas para voltar a ser o que era no governo Lula. A gente entende que é preciso avançar.

**E tem as questões de violência e defesa dos direitos humanos, o grau de aprofundamento da violência, a naturalização.** As pessoas, durante o governo de Bolsonaro, se sentiram autorizadas a ser, abertamente, racistas, transfóbicas, LGBTfóbicas. Do ponto de vista das mulheres, a misoginia foi espalhada. E a gente sabe que essa cultura do ódio ao feminino não afeta apenas as mulheres cis. Trans e travestis, que são esse feminino também, são violentadas cotidianamente e isso é naturalizado, é tratado como piada. Não por acaso, esse país ocupa índices que são vergonhosos: **o país que mais mata trans, que mais mata a população LGBT no mundo inteiro. Esse é um desafio:** o enfrentamento à violência. A violência policial está absurda porque as corporações estão profundamente penetradas pelo bolsonarismo. E, do ponto de vista da ocupação dos lugares de poder, a extrema-direita está completamente organizada e atuando para tomar as Câmaras Municipais também, no ano que vem. Do jeito que avançaram nas assembleias legislativas e no nível federal, estão em marcha para tomar as câmaras municipais. **Esse é um desafio de grande magnitude - para nós, do Movimento Negro, e para o conjunto dos movimentos.**

Um desafio que permanece ainda - e a gente continua fazendo incidência, mas os outros movimentos e as pessoas brancas precisam fazer sua tarefa também - é a incorporação da perspectiva racial. Hoje em dia, já se avançou muito em incorporar nas análises: toda organização do campo da esquerda é antirracista; incorpora nesse nível. Nos diagnósticos de desigualdade, hoje, é muito difícil encontrar um estudioso de esquerda que negue que raça é um fator estruturante de desigualdade neste país. Mas a questão é incorporar, de maneira efetiva, na política pública, nas agendas de luta. **Então, é preciso que na agroecologia, na questão urbana, na moradia, na luta pela terra, em todo lugar, você incorpore a questão racial como estruturadora das proposições, das agendas de luta.** A gente ainda tem um desafio nesse sentido. **A Coalizão atua com vários outros movimentos, faz aliança e está presente em diferentes lutas, mas ainda é preciso que os movimentos avancem mais nesta incorporação** porque a gente ainda avalia que não é tão forte assim e, por dentro do governo, isso nos preocupa muito: **que políticas estruturadoras o governo pode apresentar que estejam incorporando a perspectiva racial?**

# Petra Silvia Pfaller (Irmã Petra)

## Pastoral Carcerária Nacional



**Eu sou Irmã Petra Sílvia Pfaller, estou aqui em São Paulo, na sede da Pastoral Carcerária Nacional, que tem um escritório na Praça da Sé. Faço parte das Irmãs Missionárias de Cristo, sou alemã, do interior de Munique, e estou há quase 32 anos no Brasil.**

Nesses 32 anos, eu trabalho há 28 anos na Pastoral Carcerária, especialmente em Goiânia, no estado de Goiás. Sou formada em Direito pela PUC de Goiás, sou advogada. Meu currículo são os anos que estou na prisão, junto com a igreja Católica, conhecendo a realidade do cárcere. Faz 10 anos que colaboro mais diretamente com a Pastoral nacional e estou no meu segundo mandato como coordenadora nacional. Já visitei todos os estados do Brasil e visitei também alguns presídios em todos os estados. É uma realidade bem triste, bem triste.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Nós estamos saindo de uma experiência muito difícil nesses últimos quatro anos, que piorou bastante o sistema prisional. O novo governo dá fim a um ciclo de ódio que governava o país, criminalizando os defensores de direitos humanos **e especificamente nós, da Pastoral Carcerária, por defendermos nossa pauta do desencarceramento.** No entanto, ao falar da pauta do cárcere, nós temos bastante críticas também ao governo atual – que já era o governo também muitos anos atrás – **e, independente de quem está no poder, nesses últimos 28 anos que eu acompanho o sistema prisional, a população negra, pobre, periférica é quem continua sendo massacrada, é quem continua sendo encarcerada.** Não existe uma diferença. Aliás, teve um momento que deu uma esperança. **Foi agora nesse Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ),** realizado no Brasil todo durante um mês **e que resultou em quase 22 mil pessoas desencarceradas,** embora só foram analisados quatro critérios para determinar uma prisão ilegal. Então, isso foi, vamos dizer, um grande espetáculo.

Falando na questão do novo governo, foi justamente em 2006, se eu não me engano, durante o governo Lula, que foi aprovada a **Lei das Drogas,** que trouxe tanta expectativa, mas que, na verdade, **é responsável pelo crescimento do encarceramento em massa, especialmente os pretos, pobres, pessoas dos morros e das periferias, especialmente os jovens homens.** **Nos últimos 10, 12 anos, o encarceramento das mulheres aumentou muito, em quase 400%.** A população carcerária de mulheres é muito grande. Então, entrou em vigor com a lei a criminalização, **algo que deveria ser tratado como questão da saúde pública.** E foi no governo Lula, naquela época. E agora o PT de novo, o Lula como presidente. Talvez tenha outros parceiros junto, outras pessoas que acompanham o governo. Mas eu não posso falar que melhorou alguma coisa, não.

Com o **Mutirão do CNJ,** foram **desencarceradas 22 mil pessoas,** mas acho que é interessante deixar registrado que os juízes só avaliaram quatro critérios e existem outros critérios também que determinam uma prisão ilegal.

**Por exemplo: as mulheres grávidas, a partir do sétimo mês; mulheres que são mães de filhos de até 12 anos e com filhos deficientes têm direito a prisão domiciliar.** Eu acho que foram avaliados em torno de **8 mil processos de mulheres** nessas condições **e mais da metade foram colocadas em liberdade,** o que significa que são mulheres presas de forma ilegal, **que têm direitos e não conseguem acessar esse direito.** Então, se tivessem analisado também as pessoas do semiaberto, segundo a Súmula Vinculante, onde não existe um semiaberto adequado, essa pessoa tem o direito a regime aberto ou prisão domiciliar, com tornozeleira ou não, não importa. Encontramos muitas pessoas que falam e constam nos autos que são do regime semiaberto, mas estão no fechado, junto com as outras pessoas no regime fechado. Isso são prisões ilegais. O **CNJ** analisou e, graças a Deus, essas quase 22 mil pessoas conseguiram o mundo sem cárceres.



## Quais as mudanças já experimentadas?

Por enquanto, não houve mudanças concretas. Não, não houve. É difícil pautar o desencarceramento, sem dúvida. Mas o que acontece é que nós temos um maior diálogo agora com o governo. Eu já fui algumas vezes para Brasília, no **Ministério da Justiça, no Ministério de Direitos Humanos, na Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPEN)** e nós temos **possibilidades de diálogo aberto tanto para nós e também para a CNBB, que está junto conosco nessas pautas do cárcere.** O **Conselho Nacional de Justiça**, no momento, é uma grande luz que abraça fortemente a questão do cárcere junto com os juízes. Afinal, os juízes são os grandes vilões: os juízes têm como manter a pessoa presa, “fala o poder da caneta”. O juiz faz a sentença, manda prender e tira da prisão. Ou seja, encarcera ou liberta. Então, essas 22 mil pessoas que foram presas é porque os juízes determinaram. Então é isso que eu acho que é uma grande luz.

**Tem outra questão que considero importante e que está acontecendo no momento: a elaboração de diretrizes gerais sobre a visita da assistência religiosa aos presídios.** Nós pressionamos muito porque percebemos que

os cárceres estão mais e mais fechados. Já era antes, durante a pandemia aproveitaram bastante para fechar, e agora, no retorno pós pandemia, está muito difícil ter acesso à pessoa presa. É muito difícil. Nós já visitamos muitos órgãos em Brasília para articular a construção de diretrizes gerais e não deixar a cargo de cada estado ou de cada diretor fazer o que acha bom. Então, vai haver uma audiência pública, um seminário também, que recebi o convite do **SENAPEN**. Está avançando essa pauta porque **é um direito da pessoa encarcerada receber assistência religiosa adequada e com qualidade. É um direito da pessoa e um dever nosso, como igreja.** Mas, o que nós precisamos avançar muito é nas questões de desencarceramento. **Os presídios estão com celas superlotadas, precariedade de higiene e alimentação com baixa qualidade e a fome. Hoje, nós falamos em “pena de fome”. Não existe atendimento à saúde; a falta de água, nesse calor, em Goiás e no Norte.** Enquanto não tivermos um governo que mude completamente o funcionamento da política prisional, que não se baseie em punição e vingança, vai ser difícil falar em desencarceramento. Vai continuar a encarcerar.

## Quais os desafios que permanecem?

**Segundo a minha opinião e da Pastoral Carcerária, o principal desafio é mudar a visão sobre a justiça criminal, elaborar outras políticas públicas que não sejam o encarceramento. A Constituição Federal fala bem claro que, no último caso, é a prisão.** Mas aqui é a primeira coisa: “o vizinho grita, vamos prender”; “a sociedade grita, vamos prender”. **Então, é mudar essa mentalidade do foco na vingança. O Brasil é o terceiro país do mundo que mais encarcera.** Se o encarceramento resolvesse nossos conflitos, as nossas violências aqui no Brasil, já teríamos resolvido muita coisa com tantas pessoas, quase 1 milhão de pessoas, encarceradas. **A nossa grande pauta dentro dessa lógica do encarceramento é seguir os 10 pontos da Agenda Nacional pelo Desencarceramento,** documento criado por movimentos e organizações sociais de enfrentamento ao Estado Penal, inclusive por nós da **Pastoral Carcerária Nacional. Um destes pontos é a Justiça Restaurativa.** É uma justiça que não pune, que não é vingativa, mas que responsabiliza.

**Então, Justiça Restaurativa não é impunidade; é responsabilização que também respeita as dores e o sofrimento da vítima e da família da vítima.** A justiça hoje ignora totalmente a vítima e, ignorando as dores da vítima, o sofrimento só aumenta o círculo vicioso da violência. Então, a **Justiça Restaurativa é uma chave que em muitos estados está começando a ser aplicada ou se espalhando.** Vários países estão bem mais avançados, mas o Brasil vai chegar lá. Acho que é muito importante. E enquanto tivermos na sociedade esse pensamento de que “bandido bom é bandido morto”, nada irá mudar essa violência no cárcere. Então, nós estamos continuando com o sonho de Deus que é o mundo sem cárcere. Eu não inventei isso. **Está no documento do Conselho Episcopal Latino-americano e Caribenho (CELAM), de 2008, que se chama “Um sonho de Deus: Um mundo sem cárcere.”** Eu acredito que essas 22 mil pessoas que foram soltas refletem um mundo sem cárcere. Lucas IV é o meu lema bíblico dentro da Pastoral Carcerária: quando Jesus está na sinagoga de

Nazaré, começando as falas públicas e quando ele proclama um ano de graça, quando ele proclama “Eu vim para libertar os cativos. Eu vim para libertar os presos”, esse é o meu grande sonho e o sonho da Pastoral Carcerária: um mundo sem cárcere.

Pensando no Sementes, **seria muito importante colocar o foco na Justiça Restaurativa, que não é só pauta da Pastoral Carcerária.**

A Justiça Restaurativa é preventiva. Então, nós, por exemplo, fazemos muitos círculos de paz sobre esse tema com as pessoas presas, com familiares, com “sobreviventes do sistema”, que são os egressos. Em muitas escolas já se utilizam dinâmicas de práticas restaurativas, dinâmicas de círculos, especialmente em pautas que são mais delicadas, por exemplo, a intolerância religiosa. Nós, das igrejas cristãs, já temos dificuldades para entrar nos presídios, imagina as entidades de matrizes africanas. Não conseguem adentrar e não é só no cárcere, mas na sociedade em geral.

**A população LGBTQIAP+ é muito excluída, muito sofrida dentro do sistema prisional.** E eu sempre falo: a prisão é uma pequena sociedade fechada – o que acontece lá dentro acontece lá fora. Só que na prisão é um espaço fechado, pequeno e com muita gente. Mas a população LGBTQIAP+ sofre muito mais no cárcere. Talvez são os últimos dos últimos: não têm alas ou celas; não têm acesso a frente de trabalho; nas escolas; as famílias abandonaram. Temos informação que tem um estado que vai construir um presídio só para essa população que representa a diversidade; um presídio para um estado todo, ou seja, as pessoas ficarão longe da família, mais ainda.

Então, eu acho que a Justiça Restaurativa é o caminho para um outro pensar. É um caminho para a paz. É super importante a pergunta: Quem é a pessoa que está presa hoje? Quem é? Para a sociedade em geral é o criminoso, o bandido, mas quem é essa pessoa, o que está por trás?

Como essa pessoa chegou ao encarceramento? **Existe uma pesquisa que analisa que a maioria das pessoas presas provisórias são presas em flagrante, ou seja, pela polícia militar.**

Na maioria dos casos, a prisão é realizada pela polícia militar. A polícia civil faz investigação durante 2, 3, 4 anos e depois faz uma ação e prende. **Ou seja, o foco da prisão é mais investigado, tem mais fundamentos do que a polícia militar que invade uma praça, arromba casas, prende todo mundo, acha alguns pacotes de droga, ou talvez, “são plantados”.**

A gente sabe disso. Levam todo mundo – filho, mãe, pai, sogra, todo mundo – e criminaliza todos. Mas, num condomínio fechado, parece que não tem droga.

**Tem outro ponto importante que é a descriminalização da droga.** Construir outra política na relação com a droga. É um ponto muito polêmico, muito discutido e não é fácil. Quando eu, representando a igreja e como irmã, falo em descriminalização da droga, o pessoal acha que agora está tudo liberado, liberou tudo. O que estamos falando é mais profundo. É sobre essa questão da droga e das pessoas viciadas que são doentes e precisam de cuidados. **É uma questão de saúde pública.** Outros países já descobriram outras políticas perante essa questão das drogas. E sabemos que a guerra das drogas, na verdade, aumenta o lucro de algumas poucas pessoas. A questão da droga é uma questão de lucro, de muito dinheiro envolvido para poucas pessoas. Não é o João e a Maria que estão lá na praça que lucram. A grande maioria dessas pessoas presas são pessoas doentes, são viciadas, que precisam de tratamento e não de prisão.

Agradeço muito por nossa conversa porque nossas pautas não são tão requisitadas; a imprensa aparece quando ocorrem as rebeliões. É muito importante dar voz a essas pessoas que não têm chance de falar porque estão presas. **Uma última questão que trago: nós vimos na imprensa esse massacre a uma mulher que é familiar de uma pessoa presa. Os familiares são criminalizados, assim como nós defensoras e defensores de direitos humanos também somos criminalizados porque a gente denuncia bastante.** Falam para nós que “defendemos bandidos”. **Nós defendemos a dignidade do ser humano, seja das pessoas presas, como de seus familiares.** Mas, os familiares que hoje têm coragem de falar, de denunciar, são muitas vezes criminalizados e têm medo de falar porque o familiar que está na prisão apanha, muitas vezes é transferido ou vai para o castigo. Os familiares não falam mais por medo de repressão do familiar que está preso. E, para nós, também não estamos seguros, mas temos a entidade, temos a igreja, temos respaldo legal. Mas quem está na ponta não tem nada disso. Nós temos trabalhado muito com os coletivos de familiares porque é um direito desses familiares e um dever do Estado receber as reivindicações. Os familiares não querem a liberação, já que a justiça falou que tem que ficar 3, 4 anos lá; querem que a pessoa da família que está presa tenha um tratamento com dignidade, que pelo menos seja cuidada – o filho, o marido, a mãe, o pai. Essa criminalização dos familiares é uma coisa muito séria, muito séria.

# Rodrigo Jesus Greenpeace



Eu sou Rodrigo Jesus, sou de Salvador/Bahia, estou morando atualmente em São Paulo e sou estrategista da campanha de Justiça Climática do Greenpeace Brasil.

Eu sou geógrafo de formação. Entro no voluntariado do Greenpeace Brasil a partir do grupo local de Salvador e começo a fazer atividades de limpeza de praia, participação em feiras e fui ampliando os contatos com as comunidades quilombolas da região metropolitana e começo também a entender o quanto essas lideranças são ameaçadas diariamente através da burocracia estatal ou até mesmo das forças armadas. Nós temos visitado algumas regiões do Brasil, coletando alguns depoimentos dessas comunidades para que nossas redes sociais possam ser uma plataforma de visibilização das suas potencialidades e também das suas denúncias. Eu participo, dentro do Greenpeace Brasil, junto com a Anistia Internacional, do Projeto Banana Terra, que tem como principal objetivo inserir instrumentos jurídicos e de advocacy de proteção a defensores e defensoras de direitos humanos, direitos sociais.

A partir de 2016, eu chego ao Greenpeace Brasil, aqui em São Paulo, onde estou atualmente como estrategista de campanha de Clima e Justiça e, desde 2021, temos feito acompanhamento voltado para as comunidades periféricas da região metropolitana de Manaus, Recife e São Paulo. O trabalho prioritário é fazer com que as comunidades possam entender

todo esse conhecimento de advocacy, adaptação climática que ainda tem um escopo muito acadêmico contribuindo para se apropriarem desses conhecimentos e relacionando com as suas vivências, com aquilo que elas também sabem sobre clima.

Junto a outras organizações formamos a Rede de Adaptação Antirracista que traz esses sujeitos para os espaços de tomada de decisão que são institucionais. As populações que já sofrem historicamente com as mazelas sociais são as mais impactadas. Ao falar hoje de clima, de gestão de risco a desastres, de adaptação climática – uma vez que os eventos extremos estão sendo intensificados – a gente precisa prestar atenção para a adaptação dos territórios porque já é uma realidade, mesmo que a gente avance nas ações de redução de emissão de gases de efeito estufa, ainda assim os eventos extremos terão sua intensificação causando impactos a esses territórios, então falar de adaptação climática é trazer no centro, a proteção de vida dessas comunidades que em sua maioria são pretas, periféricas e trabalhadoras.

Nós temos trabalhado desde 2021, nos territórios e nas comunidades, um abaixo assinado que é o “Basta de Tragédias”, falando que a crise é ambiental, é climática, mas é também humanitária. Nosso trabalho envolve coleta de relatos-denúncia para uma incidência política, mas também temos um outro lado que é a nossa infraestrutura de logística para escoar e distribuir alimentos e suprimentos básicos para as comunidades em situação de emergência, a exemplo de Manaus e municípios do entorno e distribuição de EPIs para a defesa civil. Estamos com ações estratégicas, enquanto organização não governamental, independente financeiramente. Compreendemos que é necessário o Greenpeace ser mais estratégico em dar suporte para as comunidades e utilizar o protagonismo para publicização do problema político colocando as comunidades – suas lideranças e representações dos territórios – nos ambientes decisórios. Montamos uma Rede por Adaptação Antirracista, junto com várias organizações, que tem proposição de incidência política ao nível legislativo e federal.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Quando a gente fala de políticas climáticas no Brasil, elas são recentes e, **partindo da Política Nacional de Mudança do Clima, temos também as contribuições nacionalmente determinadas, que são chamadas de NDC's, que vão orientar as decisões sobre os limites das emissões dos Gases de Efeito Estufa GEE'S e as porcentagens enquanto meta do país.** Temos planos de **Estratégia de Gestão de Risco** e o **Plano Nacional de Adaptação Climática**. Vou me dedicar aqui ao plano de **Adaptação Climática** que foi o que eu acompanhei mais de perto e dialoga com o nosso trabalho com a **Frente Justiça Climática**.

**O Plano Nacional de Adaptação Climática no Brasil começou em 2016, realizada pelo governo federal através do Ministério de Meio Ambiente.**

O Ministério do Meio Ambiente fez a coordenação executiva desse trabalho, envolvendo técnicos, algumas lideranças políticas, a sociedade civil dentro do **Conselho de Meio Ambiente e Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - FBMC** e esse plano nacional de adaptação elaborou formulações para diminuir o impacto dos eventos extremos, diminuir o impacto dos desastres, das catástrofes. Ele tem dois volumes: o primeiro apresenta a introdução e a contextualização e o segundo aborda mais as metas setoriais.

Essas metas setoriais foram organizadas pensando muito em setores econômicos ou setores institucionais, então tem reflexos sobre saúde, estrutura, edificações, agricultura e quais eram as metas do governo federal em 2016. Mas tivemos uma interrupção diante da agenda de adaptação climática, com o impeachment de Dilma. **O Temer assume e não dá continuidade à implementação do plano. Então, ele fica em standby ou ausente, negligenciado por muito tempo no debate público.** Na verdade, todas as políticas ambientais, porque logo depois que o Temer sai, o Bolsonaro entra e a gente tem um retrocesso ambiental e uma falta de discussão e envolvimento da sociedade em vários setores dentro da estrutura de governança como os ministérios, os conselhos e comitês.

**Houve um retrocesso de quase 30 anos nas políticas ambientais, de reformulações estruturais, jurídicas, mas também de não cumprimento de normas ambientais presentes na Constituição ou das normativas de crime ambiental, de política nacional de meio ambiente, de política nacional de mudanças climáticas, das políticas de agricultura familiar, principalmente.** O Greenpeace acompanha e monitora também as ações de proteção e degradação da floresta Amazônica há mais de 30 anos, mas as políticas dos últimos anos influenciaram nos índices de degradação ambiental e também do aumento de desmatamento.

**Esses índices de desmatamento colocaram o Brasil – tanto no contexto nacional, como no contexto internacional – como um país que não tem legitimidade para colocar proposições à mesa nos Acordos de Paris ou nos Acordos de Convenções Internacionais.** Então, houve junto com esse movimento de negligência interna das políticas ambientais: um movimento a favor da entrada de garimpeiros pela falta de regularização fundiária; de mineração em terras indígenas; de colocar fogo criminoso na Amazônia e criar uma narrativa de que foi um raio ou que a floresta pega fogo sozinha, que se desmata sozinha, uma floresta ombrófila e úmida que é impossível de pegar fogo sozinha. E nós tivemos todo esse cenário midiático e publicitário.

Por outro lado, a falta de credibilidade dessa agenda no país, só ganhou dimensões internacionais graças ao papel dos jornalistas, que durante esses quatro ou seis anos intensificaram as matérias sobre o desmatamento no país, essa repercussão influenciou direta e indiretamente nas normativas de alguns blocos econômicos que o Brasil faz parte. Isso foi um lado positivo porque, de certa forma, a gente sentiu uma amplificação das discussões locais perante alguns grupos internacionais. **O Brasil também ao longo desses anos foi perdendo espaço nos diálogos de âmbito internacional que garantia recursos de fundos que subsidiavam vários projetos, acordos ou cooperações técnicas para o combate à mudança climática,** que é global, e nós precisamos nos inserir nesse contexto global, independente do que está colocado ali na mesa.

A gente sabe as intencionalidades geopolíticas que existem em relação ao petróleo, em relação aos nossos recursos naturais, mas é interessante manter minimamente o diálogo, senão a gente perde essa conectividade internacional, inclusive da escala do problema.

Vivemos nos últimos anos ideologias divergentes e que contribuem para um processo de marginalização dos ativistas, da sociedade civil organizada, dos movimentos populares e os classifica como terroristas, criminosos e, muitas vezes, o olhar da opinião pública perante nossos corpos, os líderes, ativistas e militantes do país foi de negação. Foi um olhar de discriminação e foi um olhar que colocou essas lideranças em local de extremo perigo, tanto físico como moral, ético, todas as escalas que a gente imaginar. Houve um amadurecimento na atuação e organização na realização de ações diretas de mobilizações com grandes públicos, pois exigiu-se a partir do contexto de insegurança e polaridade acirrada, protocolos de segurança pessoal e institucional por parte de organizações e movimentos populares como o **Greenpeace Brasil, a Escola de Ativismo, a Anistia Internacional, o Conecta, o Instituto Marielle Franco, o MST, o CPP e a APIB**. Uma vez que a gestão do governo Lula entra e abre essas oportunidades e possibilidades de diálogo novamente com o governo federal, nós temos uma sociedade civil e uma militância de base basicamente formada e tendo minimamente esses instrumentos de segurança e advocacy para incidir nesses espaços.

Muita gente nova também ingressou nos movimentos e hoje temos talvez uma maior compreensão sobre os direitos e deveres enquanto conhecimento para exercer cidadania e, para quem está na luta há um tempo, eu sei que essas informações ainda não são disponibilizadas e também veiculadas ao nível público massificado, como deveria ser. Mas percebemos que as incidências hoje estão sendo mais estratégicas, tanto de visibilidade, como também do que realmente funciona porque também a gente passou por políticas públicas que asseguravam esses direitos, esses acessos, mas a gente começou a perceber que são facilmente perdidos. Então, esse sentimento de que uma vez deliberado, uma vez sancionado, isso também pode deixar de existir – passando por esses cenários de Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro e Lula novamente – esses últimos acontecimentos permitiram inclusive a nós jovens ativistas ter esse panorama de que nada está dado e é por isso que precisamos ter estratégia para que tudo que existe ou tudo que foi negado possa se reestruturar a partir do novo governo,

**mas a gente precisa construir uma solidez jurídica para que isso também não possa ser desfeito a qualquer momento ou a qualquer oportunidade.**

Muita coisa estava começando a crescer, a reformar no Brasil e muitas conquistas asseguradas. Então eu acho que isso trouxe uma maior reflexão sobre qual estratégia a gente faz para assegurar nossa existência, mas também para assegurar os direitos que uma vez foram negados pra gente. Foi um movimento que a sociedade civil fez e que, através dessas políticas novas de agenda climática, **está abrindo a oportunidade de voltar ao Comitê Interministerial, ao Conselho de Segurança Climática**, com Ana Toni, a ministra Marina Silva e, enfim, outros ministérios que têm essa abertura de receber, de escutar, de entender esses contextos porque eles também sabem que foi a sociedade civil e a militância do Brasil que seguraram a barra dos últimos anos.

## Quais as mudanças já experimentadas?

As mudanças que estão sendo experimentadas nesse novo governo, em comparação com governos anteriores, é **justamente a abertura de conselhos e comitês não só nos espaços institucionais, mas também realização de reuniões com as pastas específicas, com os ministros específicos ou secretários executivos das coordenadorias para orientar políticas em construção, pensamentos que estão passando pela reconstrução do país e eu estou entendendo essa reconstrução como de fato efetiva**. Dentro do **Ministério do Meio Ambiente**, temos diálogo e abertura tanto com a **Secretária Nacional de Mudanças do Clima, a Ana Toni, como no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com a ministra Marina Silva**. Nós temos facilidade de agendar, marcar horário para chegar em Brasília e fazer reuniões e elas receberem documentos escritos e anotarem tudo. Isso faz uma diferença, mesmo que talvez não seja possível implementar todas as ideias, mas minimamente há um processo de escuta ativa. Isso é nítido de perceber nesse novo governo federal. **Outra mudança é a implantação da Secretaria Nacional de Periferia, da qual o Guilherme Simões é o secretário. E tem feito passeatas chamadas Periferia Viva, pelas periferias do Brasil, para escutar as juventudes periféricas.**

**Acredito também que uma coisa que mudou nesse governo é abertura para a escuta da juventude do país** porque, durante muito tempo, nos espaços institucionais, mesmo nos governos anteriores de Lula, se tinha ainda os “dinossauros do ambientalismo”, das políticas públicas. **A partir daquele indicador que 3,5 milhões de jovens tiraram o título de eleitor para votar** e de fato fizeram uma diferença no voto final para eleição do Lula, junto com as declarações da juventude, inclusive agora com a **COP 28 acontecendo em Dubai e a Conferência Nacional da Juventude**

**que irá acontecer em dezembro, depois de 10 anos que ficou parada**, demonstram essa incidência da juventude. **E a nossa nova luta é formar um Conselho da Juventude dentro do Conselho de Clima ou dentro do Conselho de Meio Ambiente**, que seria interessante também para que esse movimento climático jovem ocupasse as ruas para colocar também políticas públicas na mesa. Então todos esses espaços de abertura e de participação social realmente estão sendo retomados e isso tem sido uma garantia de que, pelo menos, está tendo uma escuta ativa dos processos.

## Quais os desafios que permanecem?

Eu vou começar pela juventude que está adentrando esses espaços com mais intensidade. Não quer dizer que não teve espaços jovens anteriormente, eu estaria sendo injusto, mas com mais intensidade, mais estratégico, colocando os jovens para pensar e discutir a política pública do país e entender esse debate intergeracional do que funciona e do que não funciona. Nossa geração é “permeada, recheada e contaminada”. Eu gosto dessas palavras por várias questões que talvez não eram tão proeminentes anos atrás, como discussão de gênero, de raça, de entender sua identidade também como ponto de partida para a gente fazer uma mudança estrutural no país. Então, todas essas discussões intergeracionais passam por esse debate, mas também passam através de uma legitimidade de repertório técnico. **Muitas vezes, as falas, as narrativas desses jovens recém formados ou que estão no mestrado, elaborando seu portfólio técnico acadêmico de compreensão de problemáticas complexas que o Brasil enfrenta não são consideradas porque, se tem um doutor sênior falando há 30 anos no ramo da política pública do setor público, então não se tem ainda esse debate intergeracional do que vai ser validado ao final.**

**Outro aspecto é o das comunidades tradicionais, povos indígenas**, de colocar sempre a narrativa e a fala no lugar da vivência, como se não tivesse uma tecnicidade, como se não tivesse uma metodologia, uma estratégia que poderia ser adotada em política pública. Normalmente, até mesmo nas soluções apresentadas há uma espécie de folclorismo, de mitologia, como se fosse uma magia, meio espontânea que acontecesse por acaso, mas há muitos senhores e senhoras, pajés, mães, Babalorixás, enfim, todas essas lideranças que têm esse diálogo

com a espiritualidade, com a materialidade e **que envolve também outras questões têm um arcabouço técnico, tem uma metodologia técnica. Existem pesquisas que são base científica para essas ciências cidadãs, ciência popular que muitas vezes os conhecimentos são colocados enquanto um lugar de escuta, mas não têm um lugar de implementação. Essa é a reflexão que eu faço.**

**Sobre os desafios**, entendo que é um momento delicado do país que está com muitos problemas no prato para resolver, entendendo que é um contexto de reconstrução do que foi desmontado anos atrás. Mas existe um problema histórico de entender a complexidade do povo brasileiro: **de entender as regionalidades, as interculturalidades, de tudo que nos atravessa, de como fazer com que a gente dialogue minimamente com a diversidade do país.** A política pública tem um formato muito de padronização, de normatização, de generalidade. E como a gente aborda aspectos da diversidade dentro dessa generalidade, dentro das cláusulas, dentro dos artigos, dentro dos incisos? E como a gente escuta essas comunidades, esses povos, partindo desse lugar, para superar os desafios?

Partindo de uma análise bem individual, eu vejo que muitas vezes a escuta das comunidades é reduzida numa vivência para se preencher uma programação de um evento, para se preencher uma programação de escuta de uma audiência pública específica, mas que não tem encaminhamentos, inclusive deliberação evidente para todos sobre o que vai ser feito com aquele material colhido. E isso é minimamente colonizador, aproveitador e oportunista. A gente precisa ter o cuidado de entender que sim, esse é um governo progressista que abre espaço de



diálogo com a comunidade, mas que até mesmo essa escuta, essa participação popular precisa ter uma metodologia, uma seriedade institucional porque senão a gente fica na escuta e no fim a gente se surpreende, como, por exemplo, **uma não indicação para o ministério do Supremo Tribunal Federal ou até mesmo uma abertura de petróleo lá na Foz do Amazonas, que são os desafios contraditórios entre a narrativa e a prática institucional.** A sociedade civil e a juventude estão atentas a isso e estamos percebendo que iremos criticar no momento de criticar, a gente vai colocar o povo na rua, no momento em que tem que colocar o povo na rua, a gente vai continuar cobrando.

**Acompanhar, criticar e cobrar:** esse é o nosso papel enquanto movimento social e certamente cobrança de políticas públicas com qualidade. **Um outro desafio é incluir pessoas do Nordeste e do Norte para assumir lugares institucionais nacionais,** para comparar com outras regiões e realidades **e ampliar a compreensão técnica sobre o Brasil.** Muitas vezes se tira uma padronização do Brasil a partir do Sudeste e muitas vezes o Norte é mal compreendido; a Amazônia então... Temos problemas de visão do que é o Brasil também. E quando eu toco na diversidade, toco porque quando a gente fala de governo federal e de políticas nacionais, eu já parto do pressuposto: **“qual é a ideia do nacional aqui”? “Qual é a ideia do Brasil aqui”?**

E é preciso ter muitas ideias do Brasil para dar conta da diversidade, senão nós iremos continuar fazendo políticas públicas ineficientes, engavetadas ou com recorte colonizador, como sempre foi.

São desafios estruturais mesmo e considero muito importante esse programa sobre defensores e defensoras de direitos humanos porque é a galera que historicamente está batendo na tecla, às vezes batendo nas mesmas teclas. A tecla já está quebrada, mas a gente bate de novo, a gente remenda de novo porque, senão, não gera nenhum tipo de mudança nem mínima e nem estrutural.

# Ronilson Costa

## Comissão Pastoral da Terra (CPT Nacional)



**Meu nome é Ronilson Costa, sou agente da Comissão Pastoral da Terra – CPT, no estado do Maranhão, e atualmente contribuo na coordenação nacional da CPT. Formamos um colegiado com quatro agentes regionais que assumem essa missão na secretaria nacional, aqui em Goiânia.**

A minha caminhada junto à CPT já é bem longa, visto que minha origem é de uma comunidade de camponeses expulsos da terra. Quando adolescente, estava muito próximo dessa realidade da vida das comunidades e daqueles que chegavam ali para as beiradas da cidade, onde se construiu a nossa paróquia. Na época, minha mãe se enquadrava numa modalidade que lá no Maranhão chamamos de “camponês de ponta de rua”, aquele que está ali nas beiradas da cidade, mas que tem um vínculo muito forte com a terra, que depende dela para o sustento.

Minha mãe fazia roça em pequenas propriedades mais próximas da cidade e eu percebi muito cedo essa dificuldade: ela era uma camponesa sem-terra e com vínculos fortes também na ponta de rua. Com o tempo, ela se inseriu numa associação de camponeses que reivindicava terra, conquistaram uma terra muito deteriorada, mas foi o que conseguiram.

Essa luta constante dela e essa relação profunda com a terra me fazia entrar em conexão também com outros tantos camponeses sem terra ou em situação de ameaça. Após meus estudos de filosofia, me engajei mais diretamente, contribuindo com a CPT no registro de conflitos, ouvindo os trabalhadores, fazendo pequenos relatórios e contribuindo na construção da memória das lutas camponesas no estado do Maranhão. Vi que a minha atuação no escritório era muito limitada e eu sentia vontade de ter um contato mais próximo, então retornei para o interior do estado

e passei a ter essa convivência com as comunidades e ali me encontrei de fato num trabalho de base e contribuindo na organização da luta, ouvindo as comunidades e percebendo a importância que tinha essa presença solidária no meio do povo. Muitas vezes era apenas ser essa presença encorajadora, motivadora, entendendo que a luta era deles, mas que estando ali já era uma contribuição.

Obviamente, a gente arregaçava as mangas, participava de audiências, ajudava numa denúncia, no registro de um boletim de ocorrência, e foi a partir daí que fui convidado a assumir a coordenação regional da CPT, em 2016. Fui reconduzido em 2019 e, em 2021, fui conduzido à coordenação nacional. Essa é a minha luta há 22 anos, junto às comunidades, contribuindo com esses grupos na conquista de direitos, na defesa dos direitos.





# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

A gente percebe esse novo governo, no primeiro momento, com muito otimismo, mas também com um certo olhar crítico, por conta de que a conjuntura é constituída de pelo menos seis anos de ataques, de desmantelamento de políticas importantes que a gente havia conquistado com muito custo, em anos anteriores.

Ao mesmo tempo, percebendo que a mudança do Executivo não representa ainda tanto quanto a gente esperava, tendo em vista que nós temos um conjunto de outros agentes públicos no Legislativo, mas também nos Executivos nos estados, onde houve uma alteração muito pequena e continua, ainda majoritariamente, essa ala muito conservadora e até, em muitos casos, de extrema direita. Para nós é importante que essas mudanças também pudessem ter acontecido nos estados porque, na verdade, os trabalhadores, as comunidades, os defensores de direitos humanos e dos direitos da natureza estão lá. **É nas comunidades que muitas vezes ocorrem as ameaças mais graves, seja por agentes privados, o jagunço, o pistoleiro, o fazendeiro ou o policial que é comandado pelas polícias, pelos gestores estaduais.**

A gente gostaria que, com o início desse novo governo, a gente pudesse começar a repensar em reconstruir espaços que foram perdidos, portas que foram fechadas durante o governo anterior. Então, o significado para nós do novo governo pode ser de início de reabertura, de diálogos, de possibilidades para discutirmos a condição dos defensores de direitos humanos ou defensores da natureza, das comunidades, enfim, daqueles que contribuem com a luta no campo. **Contudo, não basta apenas discutir, é necessário que o próprio governo tenha coragem e faça uma opção radical pelos pobres do campo, das águas e florestas com os quais o Estado brasileiro tem uma dívida impagável**, porque não lhes proporcionou as condições reais de vida digna respeitando suas culturas, espiritualidades e modos de vida. **Não vejo possibilidades para um governo que serve ao grande capital que se expande e invade os territórios, e ao mesmo tempo, dizer que está preocupado com os povos originários e comunidades tradicionais e camponesas.**

## Quais as mudanças já experimentadas?

**A única mudança que eu destacaria que tenha uma relevância maior é a da possibilidade de estabelecer diálogo com alguns ministérios, que têm se colocado à disposição para acolher denúncias, para dialogar, e têm demonstrado interesse para saber como está a realidade do campo.** Esse processo de abertura pode forjar condições para que, eventualmente, se encontrem as possibilidades para executar ações relevantes, mas, por enquanto, não são sentidas mudanças de forma concreta na vida das pessoas que fazem a luta pelo acesso à terra ou pela permanência e defesa de seus territórios. A **CPT divulga dados sobre a violência no campo e neste ano, tivemos o segundo primeiro semestre mais violento para as comunidades, para os povos do campo, das águas e das florestas, dos últimos 10 anos, superado apenas pelo ano de 2020**, que foi o primeiro ano da pandemia, em que as comunidades estavam em seus territórios, em seus acampamentos e sofreram múltiplas ações de violência e de invasão. **Foi o ano mais violento, nessa série histórica de 10 anos.**

Então, os primeiros seis meses do terceiro governo Lula, não representaram mudanças significativas nesse sentido. Porém, tem havido espaços de diálogos e uma certa manifestação de preocupação com essa realidade por parte de alguns agentes do novo governo. **Tivemos a crise humanitária que envolveu os povos indígenas Yanomami, em que a ação do governo foi importante, apesar de ainda não ter resolvido o problema e ainda tem o fato de que há uma disseminação dos garimpeiros para outros territórios indígenas.** Será que fizemos apenas uma mudança de endereço ou a gente conseguiu lidar com o problema, resolvendo pela raiz, proporcionando, inclusive, outros meios para aqueles trabalhadores do garimpo, que em sua maioria são homens e até mulheres que também são vítimas de um sistema que está beneficiando um grupinho de milionários? Não dá para aceitar aquela realidade que incidia sobre os povos indígenas, que foi uma realidade triste e que tinha apoio explícito do governo anterior, de incentivo ao garimpo ilegal.

Era necessário dar um basta nessa situação. Mas é também necessário encarar essa triste realidade no atacado, não no varejo.

Ao mesmo tempo que se combatem essas ações, que também se proporcionem outros meios e outras condições para aqueles e aquelas que estão também em situação de exploração.

## Quais os desafios que permanecem?

**A CPT tem acompanhado e monitora, por ano, a situação em quase 2.000 comunidades que reivindicam o reconhecimento de seus territórios** para que, a partir daí, se estabeleçam políticas que garantam a segurança, a proteção, a vida digna. Mas tem outras tantas comunidades que estão ainda em processo de luta pelo direito de acesso à terra, que é um direito básico para morar, para trabalhar, para viver com dignidade. **As demandas são enormes, centenas de comunidades quilombolas estão em processo de reconhecimento e titulação enquanto território quilombola, apenas no Maranhão são mais de 400 com processos abertos e há demandas que estão paradas há mais de 10 anos.**

Isso continua sendo um desafio grande porque, quanto mais tempo demora, mais tem a tendência dessas comunidades tornarem-se mais vulneráveis pelo desgaste no embate com quem reivindica a propriedade daquela terra - que querem que as coisas desenrolem, quando estão dispostos a negociar com o governo, a fazer indenização como almejam. Quando há essa demora ou quando as comunidades estão vivendo sob intensa ameaça de expulsão ou de despejo, isso tudo enfraquece as pessoas que perdem o horizonte, a esperança de continuar lutando por um direito tão básico, que é o acesso ou a permanência na terra ou território.

As comunidades estão na condição de defender a permanência em seus territórios, muitos são territórios sagrados, territórios da vida, onde relações sociais, relações ancestrais são estabelecidas e que se veem ameaçadas, seja por fazendeiros, seja por projetos do próprio governo: uma linha de transmissão de energia, uma barragem, uma rodovia, uma ferrovia, um porto. **Temos escutado relatos das comunidades do Nordeste impactadas pelos projetos de energia eólica, um empreendimento que é vendido para a sociedade como de energia limpa, transição energética, baixo carbono, mas não se reflete sobre os impactos que isso gera nas comunidades locais.**

**Parece-me que a sociedade se permite levar muito mais por esse discurso da energia limpa do que pelos problemas causados por esses tipos de empreendimentos muito centralizados nas mãos de empresas multinacionais, que se estabelecem em nossos territórios para lucrar, produzindo energia para servir a quem?** Há situações em que as comunidades que estão embaixo das torres eólicas sequer têm energia. Então, é uma contradição muito grande e essas pessoas vão lutar para permanecer em seus territórios, vão lutar contra grandes empresas capitalistas, que têm o Estado brasileiro como aliado, porque fazem parte da agenda do governo. **A pauta ambiental fica prejudicada e estão convencendo também a sociedade de que é necessário, porém, a vida de homens, mulheres, crianças e jovens desses territórios acaba se tornando muito impactada e desestabilizada nos seus processos de organização e reprodução.**

Os desafios são muitos e nós costumamos falar a partir das nossas escutas das comunidades, dos povos do campo, das águas e das florestas. **E o grande desafio é o reconhecimento do papel que têm esses povos para o processo de desenvolvimento social do nosso país.** Eles cumprem um papel importante e fundamental que passa pela produção de alimentos - mas que não devemos vê-los apenas como meros produtores de alimentos - porque a gente pensa que a terra seja destinada apenas com o propósito de produzir, **mas não é só produzir, é o propósito de viver, de preservar.** Há todo um conjunto de relações que os povos do campo estabelecem com o meio em que vivem, com a terra, mas também com os outros recursos, que vai além da mera produção.

**É necessário que o Estado brasileiro, que o governo atual tome como prioridade a pauta que envolve esses direitos dos povos do campo.** Se tiver território quilombola ou indígena a ser reconhecido, a ser demarcado, que seja, porque trata-se de um direito fundamental, um direito básico que diz respeito à garantia da vida desses



povos. **Nós tivemos agora o Plano Safra do governo federal e, lamentavelmente, ele deixou mais do que claro o quanto o agronegócio é o setor privilegiado na repartição dos recursos públicos.** O que se destinou às comunidades camponesas e aos povos originários e tradicionais foi ínfimo diante do que foi o pacote voltado para o agronegócio. Tivemos também a informação sobre a definição ou a indicação de um orçamento para a reforma agrária, o menor de todos com relação aos outros governos que o PT já teve.

Nós estamos falando de mudanças climáticas, da necessidade de romper com um modelo que cada vez mais expande-se para novos territórios, que derruba novas florestas, um processo que avança de forma desenfreada sobre territórios indígenas, áreas de preservação, parques ou comunidades camponesas que estão contendo, ainda fazendo essa contraposição de garantir a floresta em pé, o rio correndo de forma natural. É uma outra lógica, os povos fazendo esforços gigantescos para contribuir nesse sentido. **Esse é o grande desafio: reconhecer que esses povos existem, têm uma pauta, têm um conjunto de reivindicações.** E a necessidade de garantir a segurança de suas lideranças, inclusive, perpassa pelo atendimento dessas demandas porque são pessoas que continuarão se expondo, continuarão na luta e, infelizmente, nosso país ainda é muito violento para quem atua nesse campo, para quem atua na defesa do meio ambiente, na defesa dos direitos humanos. **Nós levantamos dados que mostram que o Brasil está no topo dos países no mundo que mais mata defensores e defensoras de direitos humanos, comunicadores populares e ambientalistas. Isso é grave porque não são pessoas que estão reivindicando interesses pessoais ou que estão se arriscando cometendo algum tipo de crime (apesar de que em nenhuma**

**situação se justifica matar alguém), são pessoas que estão lutando por um bem comum, para toda a sociedade.**

**Outro ponto que gostaria de destacar é a importância da ampla articulação de organizações e de movimentos.** Nós não recuamos nos momentos mais críticos de ameaça à democracia e acredito que a gente vai superando essa fase e chegando num novo momento muito mais fortalecidos porque conseguimos derrotar uma grande ameaça para todos nós, ou ao menos uma delas. A gente sabe que ainda tem muito o que fazer, temos um Congresso que é majoritariamente ultraconservador, que não representa a vontade da maioria desse país, que é a maioria de pessoas pobres.

**No campo da organização e da luta popular, eu destacaria que esses movimentos permaneçam articulados entre si,** reconheçam que o lado de cá da luta, a margem de cá do rio é o nosso campo de atuação, enquanto movimentos. Porque não acredito que as mudanças virão de dentro das estruturas do governo. As mudanças e transformações acredito que são por meio da luta popular - ocupando as ruas, construindo o debate popular democrático com todos aqueles e aquelas que têm interesse de participar desse processo de defesa dos pobres do campo e da cidade, da proteção de defensores/as - e por organizações como a **CPT, assim como tantas outras que estão aqui articuladas em torno dessas pautas,** que têm feito provocações importantes, interessantes, levando a encarar com mais compromisso e com mais atenção uma política de proteção aos defensores/as, um enfrentamento às causas geradoras da violência e às ameaças, para que não tenhamos mais pessoas ameaçadas.

# Roseane Dias

## Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)



**Eu me chamo Roseane Dias, trabalho na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH, junto às comunidades tradicionais, aqui no Maranhão.**

A SMDH já tem um longo tempo de existência e desde sua criação em 1979, esses grupos são acompanhados nos enfrentamentos às diversas formas de violência que sofrem em suas lutas pelos direitos territoriais e demais direitos humanos. Ao longo desse tempo, a gente tem feito acompanhamentos e atuamos em duas regiões aqui no Maranhão: a região do Baixo Parnaíba Maranhense - que é constituída por 21 municípios e coincide com

a área de abrangência da diocese de Brejo da igreja católica - e na região do Baixo Munim, que é uma região mais próxima da capital. De forma geral, a gente pode dizer que são regiões onde as comunidades tradicionais são atingidas por diferentes empreendimentos econômicos.

E não só pelos empreendimentos econômicos, mas por decisões do próprio Estado, que autoriza terceiros a adentrar nesses territórios tradicionais e, nesse contexto, produzir violações aos direitos humanos.

Então, é desse lugar que eu falo aqui, do lugar de alguém que compõe um grupo de trabalho de uma organização que faz a luta por direitos humanos, apoiando e fortalecendo processos de resistência de lutadoras e lutadores que fazem a luta concreta em torno dos direitos das comunidades tradicionais.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Tem um significado central o primeiro ano do governo Lula que é a possibilidade real de voltarmos a construir ou a reconstruir uma ambiência política. É onde defensores e defensoras de direitos humanos podem realizar a sua luta com algumas condições mínimas de democracia. Considerando os últimos seis, sete anos que nós atravessamos, é a retomada de uma ambiência para os defensores e defensoras de direitos humanos. **Eu não diria que estamos 100% seguros para realizar a militância, os engajamentos, as lutas, mas, minimamente, você tem um ambiente onde os gestores não se sentem autorizados a ameaçar - diretamente, inclusive - a luta desses defensores.**

Outro significado muito importante para todos nós que estamos envolvidos e engajados nas lutas por direitos humanos nesse país são as implicações desse trabalho de retomada, de reconstrução dessa ambiência. Ela também não ocorre simplesmente ou somente por decreto, então, nesse sentido, há uma exigência de um trabalho muito grande por parte de quem faz a luta que é de contribuir para que esse governo, de fato, consiga fazer o processo de reconstrução dessa ambiência. Acho que não é um trabalho apenas do governo, é um trabalho também nosso, de reconstrução das institucionalidades que nos permitam continuarmos lutando por direitos.

A atuação das defensoras e defensores sempre teve um papel histórico que é justamente de construção dessas condições para se fazer a luta. Então, isso nunca foi dado como uma dádiva do governo A, B ou C, mas é muito importante a gente saber que esse governo traz novamente isso para a sua agenda. Ele não se sente autorizado a desrespeitar regras mínimas, portanto, se manifesta a favor dessas condições. Mas isso não é o suficiente para que a gente tenha uma reconstrução dessas condições. Tem um papel muito importante que cabe ao governo, mas tem um papel de muito peso, de muito protagonismo também, que é dos lutadores e das lutadoras do povo: contribuir para a reconstrução de institucionalidades, remontar a estrutura de políticas públicas, remontar as condições mínimas de atuação para que esses lutadores se sintam mais seguros para fazer o papel que sempre tiveram nesse contexto de luta por direitos humanos.

## Quais as mudanças já experimentadas?

Algumas medidas são muito importantes e eu destacaria, por exemplo, que na estrutura do novo governo temos uma missão de retomar a discussão sobre participação social nesse país. Depois de seis anos de desmonte de estruturas, de instâncias, de colegiados onde a sociedade civil tinha um lugar privilegiado para manifestar a sua fala, a sua posição, nós podemos refletir se nós de fato exercíamos ou não o controle social sobre a atuação do Estado. **Porque o processo de controle social, da participação da sociedade civil nas instâncias públicas, deve acompanhar também esse debate e o próprio exercício dessa participação deve acompanhar o movimento que a realidade traz.**

**Nós deveríamos estar em constante debate em relação a esse tema,** mas chegamos num limite em que essas instâncias deixaram de existir, desapareceram do arcabouço institucional. Então, é uma sinalização muito importante do governo Lula criar uma instância que vai fazer esse diálogo com a sociedade. **Eu uso a expressão sinalização para dizer que a gente ainda não tem concretamente essa mudança, mas penso que estamos num primeiro ano de reconstrução de muita coisa nesse país.** Nesse sentido, a gente tem também **a recriação ou a reinstalação de alguns órgãos como, por exemplo, o CONSEA.** Já tem medidas concretas se operacionalizando. A retomada e a participação da sociedade civil nas instâncias de decisões públicas são mudanças importantes, considerando a frágil experiência que a gente tinha antes de Michel Temer e Bolsonaro.

Algumas medidas que o governo Lula tem feito em relação à questão do desarmamento da população são significativas, considerando que ações vinham sendo estimuladas, promovidas pelo presidente da república anterior. O governo Lula não defende essa causa, então vai retomar um esforço nacional que vinha sendo feito no sentido do desarmamento. Há muita coisa ainda a se fazer em relação a esta questão. **Nós precisamos acompanhar os decretos** e, junto a eles, **também um processo de formação, de conscientização, de campanhas educativas** que levem a população a refletir sobre as consequências de armar ou desarmar a população; **manter a mobilização social refletindo sobre isso nas escolas** onde essa questão, infelizmente, se contaminou profundamente com situações muito graves. Porém, junto com a medida de desarmar é necessário também trabalhar a mobilização social sobre isso.

A sinalização de cumprimento de uma ação que passou pelo Supremo - que determina que a União tenha a obrigação de fazer um plano nacional de proteção aos defensores - há um comprometimento do governo com essa medida, que está ainda sendo dialogada visando à sua materialização. Nós temos mudanças muito importantes. Não temos mudança em tudo, mas estamos agora vivenciando o primeiro ano desse governo no sentido de redirecionar a atuação do Estado para o respeito aos direitos humanos. Eu acho que tem uma guinada aqui; está em construção. Não vai depender só do governo esse movimento de redirecionar a atuação do Estado, mas já é muito importante quando a gente tem representantes desse Estado falando do compromisso com os direitos humanos.

Mas, por trás desse movimento, há toda uma movimentação de forças que gostariam que a mudança não ocorresse ou que não ocorra. Acho que nós estamos num novo momento, sim! Se a gente olha para trás, estamos num momento muito importante e decisivo, fazendo essa travessia, forças que se movimentam e esperamos e desejamos que o movimento das forças para redirecionar o Estado para respeitar os direitos humanos seja maior e duradouro, porque não podemos falar só de quatro anos. Mudanças estão sendo construídas e ainda em curso, mas ainda não temos a garantia de que elas serão realizadas.

Nós temos grandes desafios, mas temos também sinalizações importantes de mudanças. **Há uma rede nacional de muitas organizações imbuída do propósito de construir as mudanças junto com o atual governo.** Foi muito desmonte, mas penso também que a tarefa de reconstruir implica agora em identificar, inclusive, o que é novo nesse momento de reconstrução. **Nós, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, temos batido muito nessa tecla por meio de algumas iniciativas - campanha "Por um Projeto Popular, com Democracia, Direitos Humanos e Bem Viver",** experiência de construção popular de parâmetros **contra o encarceramento em massa**, seguido de monitoramento do cumprimento desses parâmetros e os enfrentamentos coletivos que a gente faz em relação à grilagem de terras. Então, é importante essa marca de construção popular por parte da própria sociedade civil. Em alguns momentos, é fundamental que a própria sociedade mostre ao Estado como fazer.

Estamos experienciando isso, de pensar que não é apenas o Estado que deve ser provocado. Historicamente, as próprias organizações fizeram isso. Há experiências concretas de construções populares que se tornam base para que a gente possa contribuir nesses diálogos, nessas construções institucionais; a dimensão de um projeto popular, onde nós temos um protagonismo muito forte. Mais do que nunca, esse é o momento que a gente tem que experienciar. Temos aí grandes desafios e voltar a essas práticas é muito importante porque isso nos traz uma condição nova também nesses reencontros com o Estado - no sentido ampliado - porque teve momentos, inclusive, que esse diálogo não ocorreu. Eu acho que tem muitas novidades no contexto atual que vão sendo ingredientes para essa nossa reaproximação e nossa contribuição na reconstrução dessas ambiências mais favoráveis aos direitos humanos.

# Quais os desafios que permanecem?

Nesse processo que a gente está atravessando – da presença e peso político dentro das próprias instâncias de governo –, ainda há forças contrárias ao respeito aos direitos humanos, a uma cultura de direitos humanos. A gente tem essa presença, tanto dentro das próprias instâncias, nos próprios ministérios, e não podemos perder de vista as relações que este governo precisa estabelecer com o Congresso e que nos ajudam a entender o porquê ainda dessa presença tão forte de representantes de forças conservadoras. Isso é um grande desafio para nós porque políticas públicas que nós gostaríamos que já começassem a ter redirecionamento, a gente ainda não tem, como a política de reforma agrária, por exemplo.

## **A política de reconhecimento de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, foi um grande ganho na própria Constituição.**

Ter um ministério é muito importante, as medidas já adotadas pelo governo – de forma inclusive emergencial – em relação a esses povos são necessárias, mas são imensas as dívidas históricas do Estado brasileiro e da sociedade brasileira em relação aos demais territórios tradicionais nesse país, aos demais grupos tradicionais nesse país. Neste primeiro ano de governo a gente ainda não sente mudanças em relação a isso.

É claro que a gente entende que há uma condição material concreta que é a questão do orçamento – que não se cogitava a operacionalização dessa política. É uma situação limite essa que a gente está atravessando. **Algumas medidas emergenciais já poderiam ter sido realizadas, mas não foram ainda. Aqui no Maranhão, por exemplo, já estamos em outubro/23 e continuamos ouvindo do superintendente do Incra que não há recursos financeiros para retomar vistorias ou processos que estavam paralisados.** São 10 meses em que a gente continua concretamente com a política de reforma agrária paralisada.

**Nós acompanhamos situações de comunidades que tinham um decreto de desapropriação assinado por Michel Temer e nos quatro anos do governo Bolsonaro nada foi feito. E agora a gente ouve o superintendente adjunto do INCRA dizer que temos que começar tudo de novo.** E provavelmente começaremos tudo de novo no próximo ano. A forte presença de representantes do agronegócio, da mineração, assim como de todos esses empreendimentos que interferem na vida de povos e comunidades

tradicionais no âmbito dos governos estadual e federal, tem representado muitas violações aos direitos humanos. É um grande desafio para as comunidades.

**Outra questão muito concreta é a segurança pública.** Nós temos uma política de segurança pública que precisa ser alterada; ela vem não só dos quatro anos do governo Bolsonaro. **Temos uma situação de encarceramento em massa neste país que precisa ser enfrentada.** Passando por governos de esquerda ou de direita, os dados nos mostram violência e mortes violentas que sinalizam que a forma do Estado brasileiro atuar precisa ser alterada porque, do jeito que a gente vem historicamente fazendo, produz e reproduz um modelo de segurança pública que não é compatível com o Estado que respeita direitos humanos.

O cerne da política de segurança pública tem que ser pensado para além de repressão pois ela, pura, tem produzido, historicamente, o encarceramento em massa. Aqui no Maranhão, a gente discute parâmetros contra o encarceramento em massa **e a gente fez um processo muito importante de construção de assembleias populares com grupos de periferia, pesquisadores, estudantes, organizações que trabalham especialmente na região metropolitana e envolvendo também grupos de povos e comunidades tradicionais** para dialogar com autoridades sobre esses parâmetros. Essa é uma política que tem desafiado a nós, organizações, e nós, Estado brasileiro, também, porque não é possível pensar em tratar insegurança pública pensando só em repressão porque, nesse rastro, nós temos a tortura, a letalidade policial e uma série de outras consequências que vêm nesse combo.

Eu destacaria ainda a situação de defensoras e defensores de direitos humanos. Nós ainda precisamos de uma política de Estado de proteção de quem faz a luta nesse país. São poucos estados que têm um programa estadual de proteção a defensores e isso indica, para nós, que não temos uma política em que o Estado brasileiro se compromete profundamente com a proteção dessas pessoas. **Por exemplo, nós, da SMDH, fazemos uma discussão muito importante nos territórios que é da proteção popular, que é a base da proteção de qualquer programa de proteção;** é aquela primeira proteção que realmente as defensoras/res contam. É claro que esse tipo de proteção nunca descartou a possibilidade da gente acionar o Estado, mas o Estado precisa se comprometer estruturalmente.



É **fundamental** a gente avançar para a **construção de uma política**, de um **sistema, que se comprometa com a proteção** de quem faz a luta, **mas, sobretudo**, também da **própria luta, das próprias condições de fazer a defesa dos direitos**. Não estamos falando só da vida do defensor e da defensora. Estamos falando do contexto onde essas pessoas atuam, das lutas que elas empreendem. Então, nesse sentido, é uma política que alcance a proteção da luta do sujeito, do território, porque não é possível você pensar só na proteção da integridade física. Por exemplo, um defensor ou defensora está ali nessa condição porque participa de um coletivo, de um agrupamento, de uma coletividade. Então, nós estamos falando de uma política que considere a proteção ampliada, uma política que enfrente as causas que fazem com que o defensor se sinta ameaçado.

O programa de proteção a defensores é muito importante e a gente não pode perder de vista, mas ele sozinho não resolve. Precisaremos ter sempre programas e programas e recursos e recursos, se a gente não parar a máquina de produzir ameaças aos defensores. É um desafio-problema ir nas causas que geram a necessidade da proteção da vida. Em nossa experiência cotidiana, a esperança da gente é construir essas condições. Elas estão sempre ali no nosso horizonte porque são elas que nos fazem movimentar. Porque as organizações, de fato, têm um papel insubstituível. **Se a obrigação pela proteção é do Estado, cabe também a nós, o tempo inteiro, lembrar a esse Estado este papel, esta obrigação primeira.** Enquanto houver o capital para nos matar, para nos ameaçar, para nos perseguir, a importância dessas organizações de defesa dos direitos humanos é fundamental.



# Tereza Rosa Lins Vieira

## Ex-membro do Conselho da Pessoa Idosa (CNDI)



**Eu sou Tereza Rosa Lins Vieira, me interessei pela temática do envelhecimento humano em 1996 e, desde então, venho estudando essa temática e atuando na causa da pessoa idosa.**

Fiz mestrado profissional em Gerontologia Social em Barcelona (1999-2001), cuja matriz curricular me proporcionou acesso a 26 disciplinas e a alguns campos de prática nessa temática, bem como visitas a órgãos públicos e privados. No período de 2003-2004/2004/2009, fiz, respectivamente, mestrado e doutorado acadêmico em Educação de Pessoas Adultas na Universidade de Salamanca, Espanha, tendo como objeto de estudo a formação de profissionais para trabalhar com e para a pessoa idosa. Desde o mestrado em Gerontologia Social até o doutorado, vim aprofundando meus estudos nessa temática pois, na época que iniciei esse estudo, pouca coisa existia na área da Gerontologia Educacional.

Desde o início, identifiquei que não existia uma formação específica inicial para trabalhar com a pessoa idosa, então, entre o mestrado acadêmico e o doutorado, construí a profissão de gerontólogo educacional, o profissional gerontólogo educacional e uma graduação, licenciatura em Gerontologia Educacional porque existia – e ainda existe – uma lacuna muito grande, nessa área, já que o curso de Pedagogia não tem conteúdos necessários para essa formação.

A partir de 2011, passei a fazer parte da Associação Nacional de Gerontologia do Estado de Alagoas – ANG AL, aqui onde vivo, em Maceió, Alagoas, e começamos a fazer convênios com universidades para fazer cursos de especialização numa perspectiva da Gerontologia Crítica. Em 2014, passei a compor o Conselho Nacional do Idoso – CNDI (nomenclatura usada à época) representando a Associação Nacional de Gerontologia do Brasil - ANG Brasil, na gestão 2014-2016, como conselheira suplente e na gestão 2016-2018, como conselheira titular.

Fui presidente dessa Associação no biênio julho de 2016 a julho de 2018 e vice-presidente no biênio julho de 2018 a julho de 2020. Desliguei-me da ANG Brasil em junho de 2021. Durante a gestão 2016-2018, no CNDI, assumi a coordenação da Comissão de Políticas Públicas e do Grupo Temático Educação, que tinha como objetivo efetivar o Artigo 22 do Estatuto da Pessoa Idosa. Nessa gestão, estava um grupo bom de conselheiros, comprometidos, que lutavam bastante, mas infelizmente houve o impeachment da presidenta Dilma e, se antes já era difícil – não se pode negar que nunca houve de governo algum o interesse real pela causa da pessoa idosa -, ficou ainda mais difícil. O Conselho não tinha uma estrutura que permitisse realmente acompanhar, fiscalizar, supervisionar de forma contundente. Então, fazíamos tudo isso muito mais a partir do nosso esforço pessoal como conselheiros do que mesmo pela estrutura que era oferecida. O Conselho estava sofrendo uns abalos, parando por muito tempo alguns dos trabalhos dos conselheiros, devido à ausência de resolutividade da secretaria do CNDI que não providenciava em tempo hábil as demandas dos conselheiros.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Antes de responder a esta pergunta, preciso contextualizar o que foi vivido no CNDI durante os governos Temer e Bolsonaro. Quando entrou o governo Temer, nós tivemos um tipo de refresco momentâneo com a criação e implementação da Secretaria Nacional da Pessoa Idosa (SNDPI), que *a priori* seria uma coisa excelente, um veículo para operacionalizar as ações do Conselho, mas sem subordinação. Quando começou a SNDPI, a primeira secretária nacional foi indicada para ser presidente do Conselho, uma coisa que eu não considero correta, ela também não, e logo se pronunciou sobre essa questão de exercer dois papéis. Ela não se rendeu aos desejos de quem a tinha colocado, que era de subordinação total do Conselho. Ela rapidamente compreendeu qual era seu papel como secretária e o papel como presidente do Conselho e passamos a ter com ela uma visibilidade do total dos recursos do fundo, que até então era meio nebuloso e, por mais que nós conselheiros solicitássemos à secretária do Conselho, não obtínhamos a informação solicitada. Fato é que somente por meio da Secretária Nacional descobrimos que os recursos do fundo nacional estavam em uma conta do Tesouro, o que não poderia, pois deveriam estar em uma conta específica, em nome do CNDI, o que ocorre com todos os fundos municipais, estaduais e nacionais de direitos da pessoa idosa.

Mesmo a secretária nacional assumindo os dois papéis, ela sabia a diferença entre eles e isso facilitou muito o trabalho dos conselheiros do CNDI, que avançou porque as reivindicações foram aceitas. Mas, como ela foi muito pressionada pelo Executivo, resolveu deixar o cargo. Entrou um secretário que passou a querer assumir a presidência do Conselho para assumir a gestão do Fundo Nacional, tendo em vista que ainda era o biênio presidido por um representante do governo. Ele passou a querer mandar no CNDI e a querer que este se subordinasse à Secretaria, o que não ocorreu. O novo secretário nacional e seus diretores não quiseram aceitar e levar em consideração que o Conselho era um órgão de controle social com participação social e popular. Devido a isso, havia choques entre os conselheiros e o secretário e seus diretores porque estes infringiam as competências do Conselho Nacional. Nós, conselheiros, lutamos muito naquela época para que o CNDI não perdesse o seu papel de órgão de controle social e a sua autonomia e, para isso, entre outras coisas

mais, exigimos que fosse cumprido, na íntegra, o seu regimento interno.

Ainda no Governo Temer, sessenta dias antes do final da Gestão 2016-2018 do CNDI, com a criação da comissão eleitoral e a nomeação dos conselheiros que a comporiam, deu-se início ao processo eleitoral para a gestão do CNDI no biênio 2018-2020. Contudo, a SNDPI não queria que houvesse eleição para o Conselho Nacional, então, colocou diversos obstáculos para a sua realização, assim como para a posse e para a publicação da nomeação dos novos componentes do Conselho, inclusive descumprindo Resoluções do CNDI. Era a sociedade civil que iria assumir a presidência e, conseqüentemente, a gestão do Fundo Nacional e o secretário e seus diretores não queriam a pessoa que tinha sido eleita porque ela defendia a autonomia do CNDI. Mas nós conseguimos com muito esforço realizar todas as fases do processo eleitoral e a nova composição do CNDI assumiu a direção dos trabalhos do Conselho.

Passamos tudo isso com o governo Temer, mas o CNDI não renunciou à sua autonomia. Contudo, o governo Temer fragilizou (de forma intencional) o Conselho e essa fragilidade se aprofundou durante os quatro anos do governo Bolsonaro. Após poucos meses do início desse governo, O CNDI sofreu um golpe com o Decreto nº 9893, de 26 de junho de 2019, que o descaracterizou e destituiu todo o colegiado representado pela sociedade civil e governo, eleitos legitimamente, como já comentado. Convocou nova eleição e reduziu de 28 membros titulares da sociedade civil e do governo para três membros da sociedade civil e os três membros do governo eram do mesmo Ministério. Naquele momento, vários conselhos foram extintos. Não conseguiram extinguir o CNDI porque ele foi criado por lei (Lei nº 8842/1994, Política Nacional do Idoso – PNI) e, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), os conselhos criados por lei não poderiam ser extintos.

Em 2019, em uma audiência pública, eu afirmei que o interesse do governo Bolsonaro era se apropriar dos recursos do Fundo Nacional do Idoso (FNI) e isso se comprovou. Disse também que esse novo modelo de Conselho apenas chancelaria as decisões desse governo, tornando-se um conselho de fachada, o que também se comprovou, por meio da leitura das atas das

reuniões ordinárias e extraordinárias. Apesar das audiências públicas e da nossa luta, durante os quatro anos do governo Bolsonaro **não houve a reversão da destituição dos conselheiros, eleitos legitimamente, para a gestão 2018-2020 do CNDI. Ou seja, eles não foram reconduzidos.**

Respondendo agora diretamente à sua pergunta, diria que pensar o significado desse novo governo me faz refletir que, se pensarmos, exclusivamente, na pessoa do atual presidente da República, era de se supor que seria bastante diferente do que se está vendo, considerando a defesa dele com relação aos direitos humanos e que estávamos saindo de um governo fascista para um governo democrático. Mas, infelizmente, não está sendo assim. **Apenas em 06 de abril de 2023, tivemos a revogação do decreto comentado anteriormente, depois de muito tempo e de muita luta da Sociedade Civil Raiz (SCR).** No entanto, **não tivemos o restabelecimento da ordem democrática, com a recondução do Colegiado do CNDI destituído pelo Decreto nº 9893/2019.**

Considerando que o Brasil **tem mais de 37 milhões de pessoas idosas** precisando de cobertura, esperava que fosse apresentado pelo MDHC um **plano de ação** voltado para toda a população idosa brasileira **e me surpreendi ao ver que o MDHC/SNDPI definiu como a sua maior prioridade a mesma prioridade do governo anterior, isto é, criar Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) para acolher menos de 2% da população idosa brasileira.** Em 2019, denunciei que no governo anterior essa prioridade estava sendo usada com fins eleitoreiros porque é fácil de ser alcançada e dá voto porque é algo visível. O objetivo foi alcançado, pois, tanto a ministra quanto o secretário nacional tornaram-se membros do parlamento brasileiro. **Nessa direção, tudo leva a crer que o MDHC/SNDPI está seguindo a cartilha do governo anterior, em mais de um aspecto.**

A partir de dados levantados em uma pesquisa minha, que está em andamento, **credito a não recondução a que infelizmente nos coube esse pessoal/grupo que está no Ministério dos Direitos Humanos e, mais especificamente, na SNDPI,** porque não houve interesse por parte do atual secretário nacional no restabelecimento dessa ordem democrática. Esses dados apontam que esse secretário não tem nenhum interesse verdadeiro na pauta da pessoa idosa (haja vista o que foi definido como prioridade). Divulguei e comentei que, da mesma forma que o governo anterior tinha interesse nos recursos do fundo nacional, esse também tem, na pessoa do secretário nacional, da mesma forma que no

governo anterior. Por meio dessa pesquisa, provei que, no governo anterior, a ministra e o secretário nacional, assim que assumiram seus cargos, fizeram divulgação e propaganda do fundo nacional para a arrecadação de recursos, sem a participação do Conselho Nacional, e que isso ocorreu da mesma forma com o atual secretário nacional, na mesma circunstância.

**Os dados também apontaram a existência da divisão da sociedade civil, apresentando-se dois grupos:** um que denominei de “sociedade civil raiz” (SCR), aquela que realmente está na base, aquela que luta por direitos, aquela que acredita sim na luta pela participação social, pela democracia, empoderamento, protagonismo e promoção dos direitos da pessoa idosa, para além da retórica do discurso; e outro que denominei de “sociedade civil burguesa”, que eu entendia como aquela em que os integrantes são mais comprometidos com os interesses privados do que com o interesse público e se utilizava da retórica do discurso para fazer o convencimento de suas ideias. Os dados apontaram ainda que, no governo anterior, a posição da sociedade civil burguesa com relação à recondução do Colegiado destituído era dúbia e que ela se uniu à sociedade civil raiz **para pedir a revogação do Decreto nº 9893/2019, após entender que essa pauta era inegociável para a SCR.**

Esperava-se que um governo democrático restabelecesse a ordem democrática, independentemente dessa divisão. Infelizmente, não foi o que aconteceu. **O governo atual fez um decreto com a nova estrutura do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e manteve, nesse decreto em relação ao CNDI, o decreto fascista que já citei.** Diante disso, percebi que algo estava errado e passei a me perguntar por que ele tinha sido mantido? Após investigação, identifiquei que foi mantido porque o secretário nacional tinha interesse em ser o controlador-gestor do recurso do fundo nacional e, mantendo-se a estrutura do decreto fascista, ele seria, automaticamente, o presidente do **CNDI** e o gestor do **FNI**. Então, a partir do momento que ele tomou posse, em 23 de janeiro, ele passou a ser o presidente do **Conselho Nacional** e o gestor do **FNI**.

O impacto do **MDHC** e **SNDPI** não terem levado em consideração a sociedade civil raiz — que por quase quatro anos lutou contra o governo Bolsonaro, pedindo a revogação desse decreto e recondução do colegiado destituído; que acreditava que a democracia só seria restabelecida totalmente se esse colegiado fosse reconduzido, como o **CONSEA** foi — pode ser visto na incongruência entre o **Decreto n. 11.341**

de 01/01/2023 do presidente Lula, com toda a estrutura do MDHC, onde o **Conselho** figura como um órgão colegiado nessa estrutura e o **Decreto nº 11.483**, de 06 de abril, que instituiu o novo **Conselho Nacional**, onde este figura como um órgão da estrutura da **SNDPI** e subordinado a ela, isto é, um órgão que é de controle social, sendo subordinado a uma mera Secretaria Nacional. **Veja o golpe que foi dado no Conselho Nacional. Nesse sentido, tudo leva a crer que essa preparação foi feita para se apropriar dos recursos do Fundo Nacional do Idoso.**

Tudo leva a crer, também, que essa manobra para o **CNDPI** ficar subordinado à **SNDPI** ocorreu devido ao fato do secretário nacional não ter conseguido continuar sentado na cadeira de secretário nacional e de presidente do **CNDI** (ocupar as duas funções, simultaneamente, fere o princípio da segregação de funções). Os integrantes da sociedade civil raiz, por meio da luta, exigiram e conseguiram a revogação do decreto. Além disso, o que mais aconteceu com esse decreto, então? **Nele, as competências deliberativas do Conselho, na sua grande maioria, sofreram modificação nos verbos, cujas ações o transformaram de deliberativo em consultivo.** Quer dizer, o **Conselho deixou de ser deliberativo, na sua essência, para ser consultivo.** Chamo atenção para outra coisa que aconteceu nesse decreto: **o longo prazo que foi dado pelo mencionado decreto para chamar a sociedade civil para um novo processo eleitoral e para a conclusão deste.** Defendi e continuo defendendo **que o correto era restituir o mandato dos conselheiros destituídos para dar sequência à normalidade porque o CNDI ficou extinto,** durante a realização desse processo eleitoral, da mesma forma que no governo anterior. **Ao não chamar o colegiado destituído, esse secretário nacional/presidente do CNDI acumulou duas funções:** a de **ordenador de despesa** e de **gestor do FNI**, ferindo o princípio da segregação de funções, como já apontei.

**O que mais dói, mais entristece e que deixa a todos cansados de lutar é ter a certeza de que a situação do atual Conselho Nacional é pior hoje do que antes.** Considero pior porque está ocorrendo em um governo democrático, o que não se admite. **Apenas lendo a ata da 116ª Reunião Ordinária do CNDPI,** realizada nos dias 19 e 20 de outubro de 2023, pode-se ver que o atual colegiado está entre outras coisas mais: **totalmente subordinado à SNDPI, sem autonomia até para aprovar o seu regimento interno, uma prerrogativa exclusiva dele enquanto órgão deliberativo e de controle social; sendo ameaçado, continuamente, com o uso da Consultoria Jurídica do Ministério dos Direitos**

**Humanos e da Cidadania (CONJUR), mesmo o CNDPI não sendo um órgão do Executivo; sendo assediado pela SNDPI, na pessoa do secretário nacional, para liberar recursos do FNI para um projeto da Secretaria Nacional, de forma irregular, uma vez que o CNDPI não tinha ainda um plano de aplicação dos recursos do fundo nacional exigido para a liberação de recursos do FNI.**

Em outras palavras, o atual secretário nacional utilizou o mesmo *modus operandi* do secretário nacional do governo anterior. Basta ler as atas do Conselho Nacional, no governo de Bolsonaro, o qual denominei de “conselho de fachada”, para comprovar. Diante de tudo isso, você não acredita que está em um governo de natureza democrática. Por isso que eu digo que, infelizmente, **caímos na mão da sociedade civil burguesa que, aparentemente, controla a SNDPI.** Com a leitura da ata mencionada, fica claro que **uma quantidade considerável de conselheiros nacionais do colegiado atual não tem o mínimo conhecimento sobre o funcionamento de um órgão de controle social,** principalmente com relação à sua autonomia e à gestão do **FNI**. Esse fato deixou o **CNDPI** fragilizado frente às demandas apresentadas de forma esdrúxula. Infelizmente, fica claro também que estamos diante de um colegiado rendido, que eu chamo agora de “Conselho de fachada 2” porque, igual ao “conselho de fachada”, está apenas chancelando os interesses da **SNDPI** ao aprovar essas demandas da **SNDPI**. Além disso, não se levantou ao menos para exigir que fosse retirado do decreto que o criou a subordinação à **SNDPI**. Reitero que não se precisava de um novo colegiado porque já se tinha um colegiado legitimamente eleito, que deveria ter sido reconduzido, para que a ordem democrática fosse restabelecida.

**Esclareço que é perceptível que as pessoas confundem política partidária com políticas de defesa de direitos.** Os integrantes da sociedade civil raiz devem fazer o controle social, doa a quem doer, seja quem esteja no governo. Parte da sociedade civil abriu mão disso, por isso, surgiu a sociedade civil burguesa.

## Quais as mudanças já experimentadas?

Com relação à pauta da pessoa idosa, uma das mudanças benéficas já experimentadas foi a revogação do Decreto nº 9893/2019. A outra foi a ampliação da participação da sociedade civil e do governo no novo Conselho Nacional, com o aumento de assentos no CNDPI.

A outra mudança, que trará malefícios para a causa da pessoa idosa, foi o identitarismo dentro do Conselho. O CNDI, até então, atuava em benefício da população idosa em geral. Portanto, o que justifica criar mais quatro assentos destinados para segmentos da população brasileira que já têm seus próprios conselhos nacionais e/ou ministérios? O que está por trás disso? Para que promover identitarismo dentro do Conselho que, no todo, luta por cada grupo específico?

Agora, com a introdução do identitarismo, esvaziaram a qualidade principal do Conselho que era de unidade, que era de lutar por todos e não segmentar. Destaco que foi algo bom ampliar, mas quem tinha que determinar quais eram os segmentos era o Conselho porque é matéria de competência exclusiva do Conselho Nacional e não do MDHC e da SNDPI. O cenário atual é uma decepção total para aquilo que a gente esperava do atual governo.

## Quais os desafios que permanecem?

Os grandes desafios continuam os mesmos de gestões anteriores do Conselho Nacional e de governos anteriores, tais como: **implementar verdadeiramente a Política Nacional do Idoso (PNI), o Estatuto da Pessoa Idosa e ratificar a Convenção Interamericana sobre os Direitos Humanos dos Idosos.** Entretanto, **é importante destacar o surgimento de um novo desafio** com relação ao funcionamento do CNDPI: recuperar a sua autonomia de fato e de direito e colocá-la em prática, em prol da população idosa. **Para tanto, é necessária a revogação do Parágrafo único do Art. 1º do Decreto n. 11.483/2023, do presidente Lula, que, como já falei, colocou o CNDPI na estrutura da SNDPI, subordinando-o a ela.**

É um desafio inesperado por vir de um governo de natureza democrática, quando nem mesmo o governo fascista — apesar da vontade — teve a coragem de implementar, oficialmente, **essa subordinação do CNDPI à SNDPI. Mas o MDHC junto com SNDPI** — que, segundo o secretário nacional, participaram ativamente da elaboração do decreto que constituiu o CNDPI — implementaram oficialmente. Este fato gerou um novo desafio para os defensores da causa da pessoa idosa, **principalmente porque o Conselho Nacional, até o momento, não entrou na luta para que seja publicado um novo decreto retirando a subordinação dele à SNDPI, uma vez que existe uma lei — que é superior a um decreto — dizendo que ele não é subordinado.**

Contudo, na prática, tanto no governo anterior como no atual, **o Conselho Nacional está subordinado à Secretaria Nacional**, por mais que tanto a composição anterior (conselho de fachada) quanto a composição atual do CNDPI **queiram aparentar que não havia/há essa subordinação.**

São muitos desafios a serem vencidos. **Da minha parte eu fico triste porque o CNDI vinha numa ascendência e os governos Temer e Bolsonaro o aprisionaram.** Esperava que, agora, com um governo democrático, fosse diferente, **mas, infelizmente, não está sendo.** Eu digo que, no que se refere ao Conselho Nacional, foi dado um golpe dentro de um golpe, pois com o Decreto nº 11.483/2023, o CNDPI foi ceifado pelo MDHC/SNDPI, quase na mesma magnitude do que aconteceu com o colegiado que foi destituído.

**Como eu me apoio muito no pensamento de Paulo Freire, não perco a esperança e nós os educadores somos resilientes.**

# Vercilene Dias

## Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)

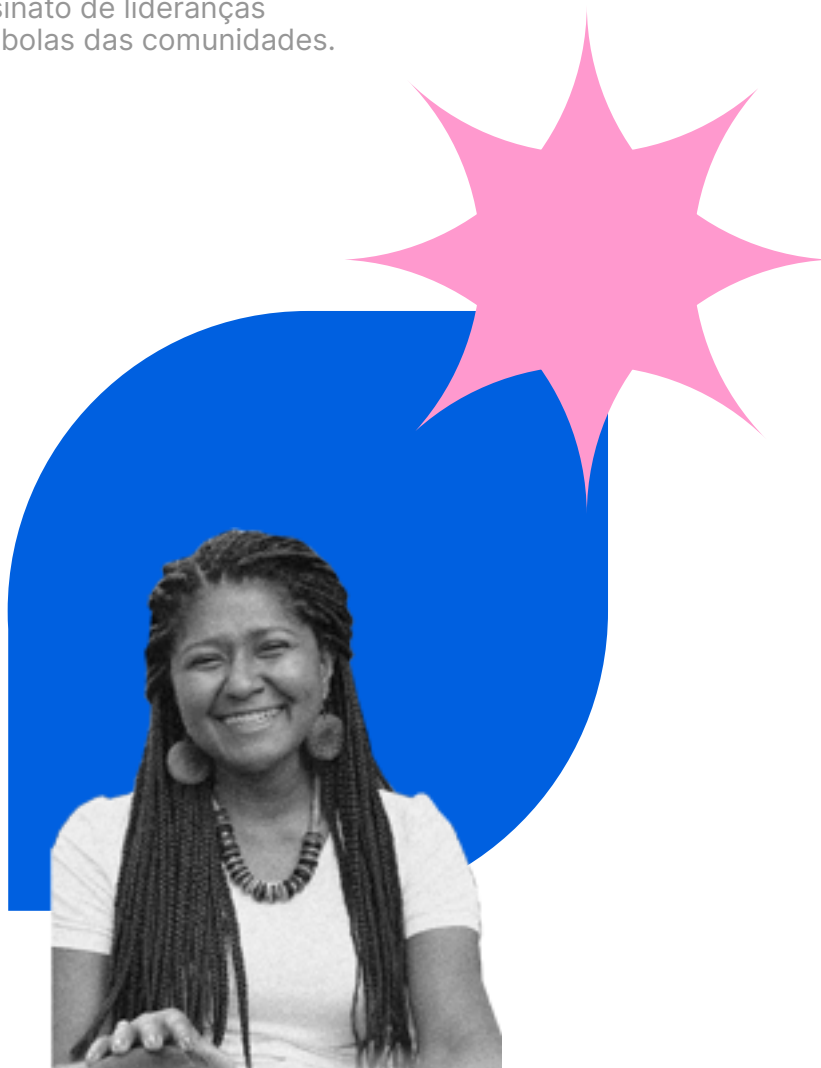


**Eu sou Vercilene Dias, sou quilombola da comunidade Kalunga, no estado de Goiás, e atualmente coordeno a assessoria jurídica da CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos.**

Aqui na CONAQ, especificamente falando do jurídico, temos demandas de todos os tipos. Quando a gente atua com defensor, defensora de direitos humanos e quando a gente atua enquanto advogado popular, nossa atuação é tanto no poder Executivo, Legislativo e no Judiciário para garantir a defesa das comunidades quilombolas e, em especial, na luta pela efetivação dos direitos das comunidades que, mesmo tendo os direitos reconhecidos, eles não são efetivados na prática pelo Estado brasileiro e isso vem causando muitas situações de violações e até assassinatos de lideranças quilombolas.

Nós trabalhamos para, pelo menos, ter o mínimo de controle sobre isso, mas é impossível, tendo em vista a política estrutural do Estado brasileiro em relação às comunidades quilombolas. Enquanto o Estado brasileiro não tomar atitude para garantir esses direitos fundamentais das unidades quilombolas, a gente corre o risco de continuar vendo lideranças quilombolas, atuantes na luta, tombarem no meio do caminho.

Temos muitas lideranças com muito medo, inclusive de atuação nesse momento de tanta violência, e a gente esperava que com o novo governo que lutamos tanto para eleger - que foi praticamente um espírito de guerra, mas uma guerra de enfrentamento às fake news, enfrentamento aos discursos de ódio pra gente conseguir chegar aqui e ter esperança -, mas parece que cada vez mais está piorando com relação à violência e ao assassinato de lideranças quilombolas das comunidades.



# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

A eleição do novo governo Lula traz significados porque a gente viveu os últimos seis anos que nem diálogo com o poder Executivo era possível. Um período de muita desestruturação, de destruição da política para a população quilombola. E a eleição de Lula trouxe um sopro de esperança no sentido de conseguir avançar na política principalmente de titulação dos territórios quilombolas. **No entanto, esse ano é de muita reconstrução porque realmente foram destruídos todos os espaços de diálogos e da política quilombola e pouco se avançou ainda com relação à estrutura da política para a população quilombola.** Temos **esperança de que avance**, mas desesperançoso com relação a pensar a política quilombola, não como uma política de ações pontuais, **mas estruturar uma política que, independentemente do governo, se sustente e tenha continuidade.**

A política para a população quilombola foi destruída e agora temos que investir um tempo para reconstruir. O tempo que deveria ser para efetivação da política, temos que passar reconstruindo a política para a população quilombola e, nesse meio termo, **vemos várias vidas sendo ceifadas no meio de conflitos territoriais que já deveriam ter sido resolvidos há mais de 30 anos.** Temos **decreto de desapropriação, decreto de titulação que tem mais de 10 anos que foram assinados e ainda hoje tem 40 decretos presos na Casa Civil para serem assinados para desapropriação de comunidades quilombolas.** Mas o Estado não pode assinar decreto sem ter recurso para desapropriar o grileiro, o invasor do território quilombola que, para nós, **além de ser revoltante ter que indenizar grileiro de terra, nós sofremos muito com a violência desses grileiros.**

**O governo brasileiro, desde o fim da escravização, adotou a política de beneficiamento dos brancos, ou seja, beneficiou sempre os fazendeiros.** Até hoje a gente paga a dívida do Estado brasileiro porque indenizou fazendeiros durante o processo de abolição formal porque a população negra continua ainda sendo escravizada. Vive sofrendo até hoje para se libertar dessas amarras da subordinação. **Então, até hoje a gente paga a dívida e vem reivindicar nosso direito, e ainda tem que pagar dívida para indenizar fazendeiro, indenizar grileiro de terra? E como nós ficamos?**

**E nossos direitos? É muito revoltante pensar sobre essa lógica de como o Estado caminha para a efetivação do direito à terra.** Porque tem terra que não é propriedade privada, não tem um suposto proprietário, que se chama de “terra devoluta”. **Eu não acredito nesse conceito de “terra devoluta” porque se tem pessoas ocupando a terra ela não é devoluta, tem uma posse.** Por exemplo, a comunidade Kalunga tem parte do seu território que são terras que dizem ser do estado de Goiás, mas o estado de Goiás se nega a regularizar e quer que a União faça a regularização.

## Quais as mudanças já experimentadas?

**A única mudança que enxergamos nesse momento é que há um diálogo para a construção da política quilombola.** Mas mudança efetiva sobre essa política ou algum resultado efetivo ainda não se vê. Nós visualizamos que ainda não tem mudanças, mas existe uma reconstrução da política pública. **Temos informações de que o orçamento para 2024 para regularização de territórios quilombolas está em torno de 10 milhões e, depois do assassinato de dona Bernadete, do quilombo Pitanga dos Palmares/BA, o valor subiu para 130 milhões, mas ainda continua a ser um valor ínfimo diante da complexidade que temos que enfrentar.** Com relação à **regularização dos territórios quilombolas**, é necessário repensar sobre mudanças estruturantes, construir políticas para quilombolas **que não dependam da vontade do governo brasileiro e sim que seja obrigação do governo brasileiro executar.**

**Um avanço importante que a CONAQ teve durante esses últimos seis anos foi a ampliação da visibilidade com relação à sua estrutura, à sua força política para avançar e um dos pontos fortes é justamente a composição de nosso coletivo.** Esses seis anos foram de muita luta e de muita resistência e foi justamente o reconhecimento e o fortalecimento da organização que nos levou a fazer parte do conselho da presidência da república, que é o **Conselho Econômico Social Sustentável.**

Nós participamos de vários conselhos de povos e comunidades ocupando esse espaço de controle social.

Estamos no **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e no **Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)** e às vezes até a gente tem poucas pernas para estar em todos os lugares. Acho que hoje, em decorrência inclusive da luta da **CONAQ**, e falo muito específico do jurídico, temos feito enfrentamentos junto ao Judiciário. Nós ocupamos também espaço político, que é um espaço bacana, que é o espaço também de controle social. Estamos no **CNJ** e fazemos parte do **Observatório de Direitos Humanos** e do **Fórum de Equidade do CNJ** que trabalha na construção de política pública de inclusão de pessoas negras dentro da magistratura e outras políticas também com a população negra no sistema de justiça. Recentemente teve a criação de um GT para discutir a questão da regularização dos territórios quilombolas e especificamente essa proposta surgiu durante uma intervenção nossa.

Eu questionei como o **CNJ** iria fazer com relação **às mais de 300 ações civis públicas contra a União, contra o Incra, pedindo regularização de territórios quilombolas**, algumas delas inclusive com sentença transitada em julgado e que a **União** não cumpre. O que o **CNJ**, enquanto instância de controle e de fiscalização, iria fazer com relação a isso? Então nesse sentido foi constituído o **GT** (quando ocorreu o assassinato de dona Bernadete) **especificamente com relação ao poder Judiciário**, a situação das comunidades quilombolas, regulação territorial quilombola, e já foi feita inclusive **uma solicitação para que o GT se transforme em uma comissão permanente dentro do CNJ para essa discussão**. São espaços que nós não tínhamos e conquistamos para fazer enfrentamentos e trabalhar política. **Vemos pessoas ocupando o poder Executivo, quilombolas ocupando espaços de mais poder também, com relação à estrutura da política pública.**

## Quais os desafios que permanecem?

Acho que um dos maiores desafios é justamente a construção de uma estrutura de política para a população quilombola que resista aos desafios ou, pelo menos, tente resistir aos desafios da política partidária, desse campo mais eleitoral. É muito importante a construção dessa política para a população quilombola e aí está incluída não só a titulação dos territórios quilombolas, mas também o acesso a políticas de saúde e educação, acesso a bens básicos como a água - que temos vários conflitos - e que garanta uma estrutura eficaz para essas comunidades. A questão da alimentação e da segurança alimentar para a população quilombola não é distribuição de cerca, como o governo olha para isso. **Para nós, garantia de segurança alimentar é garantir o território. E garantir estrutura territorial e socioeconômica para que as comunidades produzam seu próprio alimento. Esse é um grande desafio do poder Executivo.**

**No poder Judiciário, temos um grande desafio que é o de garantir a tal segurança jurídica que a gente nunca teve.** Parece até brincadeira, mas nós não temos segurança jurídica com relação aos instrumentos que a gente tem porque todo dia você tem um questionamento no poder Judiciário: seja sobre o direito, sobre a própria pessoa, sobre

a própria identidade. **Então, ter essa garantia jurídica é um desafio grande para a gente e visualizamos alguns passos avançados, tendo em vista algumas discussões dentro do próprio sistema de justiça.** No sistema Legislativo, avançamos não só na questão das leis, **mas na questão partidária também e nosso propósito é fortalecer as bases, elegendo quilombolas para estar nesses espaços de poder, não só no espaço de poder político partidário, mas também nos espaços de poder do poder Executivo, do poder Judiciário.** Nosso grande desafio é **ocupar esses espaços.** Nas duas últimas eleições, a **CONAQ** vem se desafiando com relação a políticas mais amplas.

São muitos desafios e uma das grandes vitórias que a gente teve aqui no nacional foi inclusive em decorrência dos espaços que a **CONAQ** ocupou. Um dos questionamentos do **GT no TSE** foi sobre a próxima eleição. **E o quesito quilombola vai começar a aparecer quando?** O candidato que for concorrer a eleição partidária pode se declarar quilombola, com indicação de sua comunidade, e isso inclusive vai ser bom para que tenhamos um olhar sobre quem é esse candidato e de que forma a **CONAQ** poderá fortalecer a política partidária com relação ao apoio aos quilombolas.



O trabalho é lá na base também, de **fomentar políticas públicas no apoio às comunidades que sofrem na base, que sofrem na zona rural e que sofrem nos grandes municípios, comunidades rurais e urbanas.**

Temos também desafios da própria organização com relação ao atendimento, da organização do movimento, o quanto que o movimento cresceu nesses últimos anos. E desafios para atuação nesses espaços que a gente precisa ocupar e atuar fortemente. **Gostaria de registrar que todas essas questões** - tanto o fortalecimento da **CONAQ**, como esses desafios que precisamos encarar - nós não estamos encarando sozinhos. A gente tem construído parcerias bacanas junto aos movimentos, junto às organizações de direitos humanos e essas parcerias têm nos apoiado muito nessa luta. A gente não chegou aqui sozinho e a gente também não pode avançar sozinho, afinal de contas somos um movimento misto, um movimento que trabalha coletivamente, que constrói ações coletivamente, não só entre o movimento, mas também com muitos apoiadores, seja da sociedade civil, seja das organizações nacionais ou internacionais. **Nós estamos buscando dar visibilidade sobre a importância das comunidades quilombolas para preservação do meio ambiente e da biodiversidade tanto para a sociedade brasileira quanto para a sociedade mundial. Nossa mobilização junto com parceiros nos fortalece muito.**



# Virgínia Berriel

## Central Única dos Trabalhadores (CUT)



**Meu nome é Virgínia Berriel, sou jornalista, falo do Rio de Janeiro, estou diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações e Coordenadora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do município do Rio de Janeiro.**

Minha vivência na CUT é por conta do movimento sindical, por dois mandatos, tanto junto aos trabalhadores em telecomunicações, de onde sou oriunda, e também pela minha atuação junto aos jornalistas. Também carrego um pouco dos artistas porque sou atriz profissional, trabalhei muitos anos com isso, no teatro, onde atuei em vários espetáculos.

Continuo militando e até tentei organizar o sindicato dos artistas aqui no Rio, juntamente com outros artistas, muitos reclamam da direção, da falta de organização e do acolhimento a categoria. Organizar esse Sindicato é necessário.

A minha estada na CUT é por conta dessa militância, que não é fácil. Eu gosto tanto da militância que estou dirigente em dois sindicatos e na Central Única dos Trabalhadores, uma coisa quase impossível de carregar, de levar, mas, por enquanto, está dando.



## Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Eu vejo como uma grande esperança. É claro que temos que mudar muita coisa ainda, **mas é um governo de inclusão, que abraça a luta dos trabalhadores, das trabalhadoras e do próprio movimento sindical.** É claro que ainda temos muitas barreiras para vencer, neste nosso governo que teve que abrir espaço para os demais partidos. Nós acabamos de ver a demissão de uma grande sindicalista, presidenta da Caixa. Eu fiquei muito magoada, muito chateada, porque é uma pessoa oriunda do movimento sindical, uma mulher muito guerreira, que tem uma trajetória fantástica, entrou na Caixa e conseguiu modificar muitas coisas; quando era da comissão de empregados, fez grande diferença ali. Assim como também foi demitida a ministra do esporte, Ana Moser. Uma perda para todas as mulheres.

Para nós, mulheres militantes do movimento sindical e militantes dos direitos humanos, é um prejuízo sem precedente porque o governo abre as portas e aí vem um recuo. Para nós isso não é bom. **Sinaliza que chegamos na porta, mas ainda não conseguimos entrar.** E, apesar desse processo de mudança que presenciamos desde a posse do Presidente Lula, temos muita coisa por fazer e, evidentemente, **isso depende do movimento sindical, do movimento social, de quem está no dia a dia que vá para a rua fazer essa luta.** Por mais de uma vez, o presidente disse: **“nós precisamos que vocês tomem as ruas, que vocês gritem, se mobilizem, lutem”.** **E é exatamente isso que precisamos fazer.**

**Eu sinto que o movimento sindical ainda está muito “desarranjado” por conta desses 7 anos de desmonte.** O movimento sindical foi todo desconstruído. **Foi tirado o tripé de sustentação do movimento que era o imposto sindical, do impacto da terceirização irrestrita e da Reforma Trabalhista.** Mas não foi só isso. Depois que foi tirado isso, **grande parte dos trabalhadores também se desfilou.** Temos uma média de **10% a 30% de trabalhadores no Brasil que são filiados.** Isso é pouco! Muito pouco. Então, o movimento sindical ainda respira por aparelhos e está tentando se reorganizar para militar porque – mesmo para a militância, para ir para a rua – não fazemos isso apenas indo, tem um gasto é preciso ter recursos: tem que fazer a camiseta, a faixa, o boletim, o card, fazer todo um preparo, mobilizar a militância, convocar com o carro de som. Tem que ter um bom jornal, um bom programa, um bom podcast e tudo isso tem um custo.

Para fazer as campanhas salariais, mais ainda. Nós perdemos muito e, neste governo, estamos tentando reconstruir, fazer com que os sindicatos caminhem. **Tivemos agora a aprovação da contribuição assistencial, pelo STF.** Mas é um processo ainda. Os trabalhadores que não quiserem, vão poder fazer uma carta, vão dizer “não”. E isso, para nós, é complicado **porque a gente sabe que, mesmo o sindicato indo lá, fazendo uma excelente assembleia, tendo um reajuste às vezes até acima da inflação, o trabalhador não quer.**

**Este trabalhador de hoje não é o trabalhador de 20 anos ou de 10 anos atrás.** Tem outra formação, outra cultura. Os trabalhadores, hoje, são muito imediatistas. Só pensam no hoje. Amanhã eu resolvo. **Não calculam que, amanhã ou depois, vão precisar do sindicato: entrar com uma ação; uma reivindicação cobrando as horas extras ou que tem algo errado; ou numa advertência, numa suspensão; às vezes até numa demissão por justa causa.** E isso tem acontecido em demasia. O trabalhador não se preocupa em se filiar. Acha que a campanha salarial é obrigação do sindicato, que não tem nenhum gasto. Então, estamos enfrentando um processo muito difícil e de “caldo” do que tivemos nesses anos do governo Bolsonaro: **a descrédibilização, o descrédito do movimento sindical; a criminalização, inclusive, do movimento sindical, do movimento social, das instituições constituídas.** Foi o tempo todo batendo nessa tecla. Nós precisamos desconstruir tudo isso, então, vai levar um tempo, ainda.

**Mais difícil ainda é para os defensores de direitos humanos.** O processo é longo para nós trabalharmos isso e até para a sociedade entender. Os defensores e os direitos humanos são coisa de bandido – foi isso que eles falaram nesses 4 anos: “bandido bom é bandido morto”. Isso aqui no Rio de Janeiro, onde mais se matam civis – pretos, pobres, favelados, mulheres e defensores de direitos humanos – uma carnificina. Mas é também em São Paulo e outras capitais. Hoje eles estão em um processo de muito risco ainda, em que pese nós termos um governo de esquerda, termos muito mais fortalecimento dessas pessoas, eles são ainda muito mais visados hoje do que eram antes, por incrível que pareça, porque tem toda uma carga de descrédibilização, de criminalização dessas pessoas por parte da sociedade, com essa história de que os direitos humanos são para bandido. Isso está muito introjetado na sociedade.

Nós temos que desconstruir isso. Os desafios são imensos. **Nós do CNDH – Conselho Nacional dos Direitos Humanos,** também temos um problema de falta de recursos. Nós terminamos 2022,

apresentamos na época um orçamento de dois milhões e quatrocentos mil reais para este ano – minimamente para fazer as reuniões, as missões, as audiências públicas. E entramos no ano com R\$135 mil na conta. **E aí, o que fazer com esse orçamento? Nós temos que defender os direitos dos trabalhadores, das mulheres, dos LGBTQIA+, dos idosos, da população de rua, da população quilombola, indígena, das cidades, da população em privação de liberdade. E o que você faz com R\$ 135 mil?**

**Falta ainda muita habilidade – e talvez articulação política – do governo com o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania e talvez deste com o Conselho, para fazer uma repactuação.** O Ministério até dobrou, triplicou esse valor, mas nós tivemos que lutar, buscar emendas parlamentares, o que eu acho um absurdo, mesmo que todas essas emendas venham da esquerda. Está errado! **Nós estamos, no Conselho, tentando avançar para ser uma Instituição Nacional de Direitos Humanos (INDH)** e não podemos ficar batendo na porta de parlamentares para buscar emendas. **Mas nós tivemos que fazer isso.**

Apresentamos um orçamento para 2024 na faixa de 2 milhões e meio e o ministério disse: “nós não temos isso; isso vocês não vão conseguir”. Dentro de uma escala de um a 10, acho que os direitos humanos estão no quarto ou no quinto lugar. Falta esse entendimento governamental. Tem que passar pela presidência, pelo ministério, o “Sílvia Almeida prioriza os direitos humanos”, mas ainda precisamos avançar muito porque, os direitos foram esfacelados. Sem os direitos humanos – seja no mundo do trabalho, para a população indígena, quilombola, de rua, para as mulheres, – não se garante dignidade pra ninguém. E ficamos reféns de verba para trabalhar. Uma reunião a gente até tem como fazer virtualmente, mas é muito ruim fazer uma reunião virtual com onze conselheiros da sociedade civil mais onze conselheiros governamentais. Ela fica muito inviabilizada. É aquela história de não falar no olho a olho. Em nossas reuniões na pandemia, a experiência não era boa, as coisas não caminhavam. Numa reunião presencial a gente consegue trabalhar todas as demandas.

**Os defensores de direitos humanos ficaram nesses últimos sete anos muito vulnerabilizados, perdemos muito.**

Mas não perdemos a força de trabalho. O que nós temos que fazer, continuamos fazendo, mesmo com toda precariedade, mesmo às vezes tendo que botar dinheiro do bolso para muitas coisas. O movimento sindical fazendo suas vaquinhas, tirando de um lado pra botar do outro; nós não

deixamos de trabalhar.

**O Conselho também: não deixamos de fazer nossas missões.** Quando tem uma missão, o defensor de direitos humanos dá visibilidade àquelas pessoas que estão vivendo sob violação, divulga, leva para a mídia. De alguma forma, consegue defender essas pessoas.

Mas, o que eu sinto é que precisamos avançar muito! **Primeiro que o Conselho é o INDH - Instituição Nacional de Direitos Humanos brasileira, embora oficialmente ele não seja. Mas é a principal entidade do país que tem toda a representação da sociedade civil.** Nenhum órgão no Brasil, hoje, tem essa representação que o CNDH tem, como a própria CUT tem, com seus milhares de sindicatos filiados. São organizações muito grandes que estão passando por sérios problemas ainda e, para fazer a defesa dos direitos humanos, que é tão primordial, nós temos muitas dificuldades e desafios pela frente.

## Quais as mudanças já experimentadas?

As mudanças estão no sentido de uma organização com mais liberdade. O momento da negociação coletiva – seja de uma convenção ou acordo coletivo, de base estadual ou nacional – é muito difícil para os sindicatos. As empresas, antes, vinham com todas as pedras na mão. Tinham e tem o poder, vinham por cima.

**Conseguimos fazer este ano as negociações com as grandes empresas de comunicação – TV Globo, Bandeirantes, SBT, Record – e percebemos que elas baixaram um pouco a “crista”; elas meio que ficaram sem jogo de cintura.** Esse é um pouco do avanço. Antes, essas empresas faziam o que queriam – “eu mato, eu arrebento, eu demito”. Mas, a partir do momento em que o Presidente Lula assume, a gente percebe que entrou em uma nova fase – até na fala, no contato social, a relação com essas empresas já é diferente. A gente percebe um acolhimento diferenciado, em que pese o fato de essas empresas demitirem em massa esse ano.

Acredito que elas tenham feito isso muito preocupadas e tentaram ajustar seu quadro, reduziram. **Mas também as entidades sindicais correram, entraram com várias denúncias nos órgãos fiscalizadores.** Algumas estão até sob sigilo de justiça porque têm impactos por conta de assédio moral, sexual e diversas violações. Mas o que dá para perceber é que o tom da conversa hoje está mais civilizado. **No caso das grandes empresas de telecomunicações, houve avanços nas campanhas salariais este ano;** conseguimos conquistar índices de reajuste acima da inflação.

**Outro avanço perceptível foi a aprovação, pelo STF, da contribuição assistencial, que até então não existia esse balizamento.** Os sindicatos colocavam, **mas corriam o risco de serem autuados.** O que o **STF** fez foi **considerar válido para todo mundo.** Teve a **campanha salarial, a negociação coletiva, as entidades sindicais vão colocar nas assembleias, estipular o percentual e poderão, em assembleia, definir e cobrar.** E, se o trabalhador não quiser, ele pode fazer a carta. Antes, não era dessa forma. Então, a mudança para um governo de esquerda, que pensa nos trabalhadores, que é inclusivo, **também tem impactos no Judiciário, no STF. Para nós essa foi uma conquista importante.**

É claro que queremos um pouco mais. **Nós, da Central Única dos Trabalhadores, estamos avançando para criar um conselho para fortalecer a negociação coletiva, cuja importância será ser como os demais conselhos de participação, mas com foco no fortalecimento das Campanhas Salariais.** Porque a partir daí a gente estipula um determinado valor para as entidades sindicais para que elas possam ter uma verba que venha para os sindicatos laborais, patronais, para as centrais sindicais e que fortaleça as negociações coletivas e as entidades. Tem que ter uma divisão de valores para que as negociações estejam em um patamar elevado. Também para trabalharmos categorias que foram dizimadas.

**A uberização– motoboys, entregadores por aplicativo, com bicicleta –tomou conta do país.** Esse conselho de negociação coletiva é para trabalhar também o fortalecimento desses segmentos, **em que pese eles não terem hoje carteira assinada. Não têm nada.** Nós precisamos trabalhar para que essas pessoas tenham, no mínimo, **o INSS garantido.** Não querem assinar carteira, mas eles têm que ter algum direito garantido. Nós estamos trabalhando isso com afinco, na Central Única dos Trabalhadores, para acolher esse segmento dos transportes. **Inclusive, tem a proposta de criação de uma diretoria específica da CUT para trabalhar essa questão dos transportes.**

É um debate longo, mas, com certeza, nós avançaremos porque não é possível termos tantos trabalhadores sem nada no país, sem nenhum direito. Ele vai entregar comida, mas passou o dia inteiro sem comer. **É de uma desumanidade que não tem precedente. Nunca vivemos isso no nosso país e não podemos permitir.** São os escravizados modernos. Essas pessoas estão num nível de exploração e vulnerabilidade que nunca antes vivemos no nosso país. E esse processo todo advém, infelizmente, da aprovação

**da fatídica reforma trabalhista e, logo em seguida, da reforma previdenciária.**

O que nós perdemos aí vai levar uns 100 anos para reconstruir. Mas, nossa expectativa é que, nesse governo, nós possamos, **mesmo que seja devagar, reconstruir o movimento sindical.**

E nós vamos trabalhar com afinco nesses três anos – porque, praticamente, um ano já passou – para trabalhar essa reconstrução, reeleger outro presidente de esquerda, porque não podemos permitir que volte aquilo que tivemos em nosso país. Temos muito o que avançar.

## Quais os desafios que permanecem?

**Os desafios são muitos. Muitos dirigentes do movimento sindical e até das assessorias técnicas foram para o governo. Não foi só da CUT, mas de outras centrais também.** Isso se repetiu, como nos dois governos Lula e depois no governo Dilma. **Mas o movimento sindical não pode ficar acéfalo e a gente tem que reiniciar um processo para trazer novas lideranças.**

O movimento sindical está envelhecido. Esse é o **maior desafio, hoje, para o movimento sindical:** incluir mais **jovens e mulheres.** Em que pese na CUT termos 50% de homens e 50% de mulheres nas direções, precisamos que essas mulheres estejam nos principais cargos de poder e decisão.

Então, hoje, o maior desafio dentro do movimento sindical é **ampliar para a juventude e para ter mulheres nos cargos de decisão, na presidência da CUT, na vice-presidência, na tesouraria.**

E nos sindicatos também. Nos sindicatos, ainda é pior. A **CUT** coloca a **resolução que os sindicatos têm que ter mulheres, LGBTQIA+, negros.** Só que na prática não é assim. Na categoria de telecomunicações, no Rio de Janeiro, **temos 20% a 30% de negros; é a cota. Mas, não temos essa cota dentro da própria Central. Temos poucos negros ainda dentro da Central. LGBTQIA+ e jovens agora estão entrando.**

**Tentamos aprovar resoluções e teses para ampliar esse quantitativo, mas percebemos que não é a resolução nem a tese.**

É um trabalho que se faz de baixo pra cima. Eu tenho que ir lá na base, **conquistar o trabalhador no chão da fábrica, na empresa;** tenho que abraçá-lo, para o sindicato, trabalhar, colocar na direção, para depois ele ascender à central sindical. É um processo. **Então, o grande desafio desses próximos três anos é abrir espaço para os jovens, para as mulheres,**

**para LGBTQIA+ porque nós estamos envelhecendo.** Eu vim agora do congresso nacional da CUT e você vê as cabecinhas brancas. Isso não pode mais; temos que abrir espaço e colocar os jovens. “Mas os jovens não levam a sério, não querem saber do movimento sindical”. Então, vamos trabalhar a formação, porque não existe outra saída.

É com formação, com acolhimento e com carinho, porque eles têm outra linguagem; nós estamos no mundo da tecnologia, da internet, das redes sociais. É tudo numa velocidade muito rápida e eles têm outra visão e a gente tem que trazer esses trabalhadores com essa visão mais futurista, digital, para dentro dos sindicatos. No nosso tempo vivemos na era do rádio, hoje é a internet, a velocidade, a inteligência artificial. Os desafios para ampliar, para o movimento sindical se sustentar são esses. **Ampliar para as mulheres, jovens, LGBTQIA+** senão a gente vai morrer na praia.

Em relação ao novo governo, as expectativas e os desafios são grandes. **Essa questão, por exemplo, do Conselho para fortalecimento das negociações coletivas é um passo que o próprio governo abraça, em conversas do próprio presidente Lula com o presidente da CUT e das demais centrais.** Mas, é um processo que tem que ser construído. O governo acolhe as nossas demandas, mas, se nós não construirmos, não vamos conseguir. Então, o desafio é construir, com essa militância madura que está muito cansada, fazer essa renovação, essa capacitação.

O governo apoia, o Ministério do Trabalho acata nossas demandas, mas, não adianta só bater na porta do governo e dizer “eu quero”. O que nós vamos fazer? Vamos tomar as ruas, botar 50, 100 mil nas ruas? Porque não tem outra forma de conquistarmos, num governo de coalizão, onde a maioria que está na Câmara e no Senado não é nossa, não é de parlamentares da esquerda. Aprovar um conselho desse porte ou uma nova contribuição que o trabalhador não tenha o direito de dizer “não quero”, já que está sendo beneficiado, não vai passar – seja no Senado, seja na Câmara – com esses parlamentares que estão aí.

Então, nós vamos ter que nos organizar e o maior desafio nosso, **hoje, é a mobilização.** O governo está do nosso lado, inclusive está gritando: “vão pra rua”. **Mas está faltando a gente empurrar.** Muitos dirigentes foram para o governo e ficaram alguns que parece ainda vão aprender a tomar as ruas. Não tem que aprender, não temos esse tempo. Tem que tomar as ruas. **Erundina**

**falou no congresso da CUT:** “a luta é todo dia, toda hora, ontem, hoje, amanhã. É sempre”. Nós não podemos dar trégua porque temos um governo nosso, mas não temos quem delibere, no Congresso, as nossas pautas. Então, temos que ir para cima desses deputados, desses senadores para dizer “vocês estão errados”. Foi a mesma coisa que aconteceu com a CPI do MST. **Ali mostra que tivemos parlamentares que abraçaram a causa, embora tenham acontecido os xingamentos, os ataques. Eles apanharam, perderam de lavada. A mesma coisa foi com relação à CPMI do 8 de janeiro. Eles perderam.**

Então, nós temos que trabalhar nessas provocações. **Esse é um desafio gigante.** Temos que trabalhar **com mais unidade entre a CUT, seus sindicatos, o Conselho Nacional de Direitos Humanos** – eu posso dizer porque estou lá e consigo, pela **Comissão de Trabalho**, fazer essa articulação. A gente trata a questão do assédio moral, do assédio sexual, de categorias que estão à míngua. A gente trata de forma mais ampla, com nossas recomendações, resoluções e notas públicas. Acho que o caminho é esse: **trabalhar de forma unitária, com muita coesão entre o movimento sindical e o movimento social – de mulheres, LGBTQIA+ etc.** Os movimentos precisam fazer essa grande convergência. O que eu sinto é que tem um querendo fazer uma coisa aqui, outro fazer lá. Não! **Tem que juntar. É a única forma de ouvirem nosso grito lá: é juntando.**

**Nós temos uma demanda que segue no mundo do trabalho que é sobre os Direitos Humanos e Empresas.** Este é um debate que estamos fazendo porque as empresas não podem fazer tudo; têm que ter regras. Nós temos uma resolução no **Conselho Nacional de Direitos Humanos, Resolução nº 5/2020 sobre Direitos Humanos e Empresas**, baseada nos **termos internacionais** do que nós queremos para essas empresas e a partir dessa **Resolução foi criado o PL 572/2022 sobre Direitos Humanos e Empresas**, ele **precisa avançar no Congresso.** As empresas precisam ter **responsabilidade corporativa** para garantir o combate às violações sofridas pelos trabalhadores e ao meio ambiente e através da **Devida Diligência** repararem os danos causados.

Mas, é claro, esse PL está parado no Congresso, está com a deputada Bia Kicis. Dali não vai sair. **Mas estamos trabalhando também com o GT das grandes corporações – que tem MAB, MST, CUT e outras organizações do movimento social.** Estamos pressionando o governo porque, se não tivermos esse PL aprovado, sancionado, precisamos ter um decreto para regular certas ações e as violações das empresas. Não dá mais



para esperar um documento tão importante, que coloca algum tipo de limite a essas empresas. Se não tiver um limite, as empresas vão continuar assediando, principalmente as empresas públicas. O maior número de assédio moral e assédio sexual foi por conta disso. Bem, estamos na luta.

**O Ministro Sílvio Almeida está criando um GT de direitos humanos e empresas e podemos ter muitos avanços no que diz respeito à preservação da dignidade dos trabalhadores.**

**O que nós vemos hoje, no mundo do trabalho, é que o grau de violações está escancarado.**

Passaram por cima de todos os trabalhadores nos últimos 7 anos. **O patamar salarial foi lá pro chão, independentemente de ele ser empregado de uma grande, média ou pequena empresa.**

Todos ficaram com a corda no pescoço também por conta do salário mínimo que não tinha aumento acima da inflação.

Este governo já acenou com salário mínimo acima, **mas precisamos ter essas regras e, pra isso, o próprio ministro tem que trabalhar um decreto que regule direitos humanos e empresas ou nós teremos que trabalhar isso pelas nossas centrais sindicais**, o que não é fácil. Uma coisa é você fazer com que a empresa cumpra uma lei – já é difícil elas cumprirem a lei. Imagina se isso não está num decreto ou numa lei? Então, nós estamos trabalhando isso. Eu tenho participado dos fóruns nacionais e até internacionais que debatem a importância de que as empresas respeitem os direitos humanos dos trabalhadores. **É um grande desafio que estamos cobrando do Ministro Sílvio Almeida, mas também cabe à Central Única dos Trabalhadores e aos sindicatos se imbuir disso e irem para a luta.**

**Tem que ir para a luta!**

# Wenderson Gasparotto

## Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL)



**Meu nome é Wenderson Gasparotto, estou na UNISOL (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) desde 2012 e foi quando a organização tomou a decisão de atuar de forma mais abrangente e ampliar a interlocução com a sociedade.**

Achamos que o caminho óbvio era o dos direitos humanos. Eu já atuava com direitos humanos desde a minha adolescência, com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Depois trabalhei no projeto Meninos e Meninas de Rua, trabalhei com meio ambiente no Instituto Triângulo, além de trabalhar com políticas públicas de direitos humanos na agenda pública.

Fui convidado pela UNISOL justamente por conta do desejo e da demanda de falar com a sociedade de forma mais ampla porque, na visão da UNISOL, a questão da alimentação saudável, por exemplo, é fundamental e nós temos muitas cooperativas de agricultura familiar que têm, intrinsecamente, relação com os direitos humanos. Outro campo é o direito ao trabalho decente, o direito à terra, o direito a produzir. Houve uma compreensão da direção da entidade de que o que se fazia era, essencialmente, direitos humanos.

A UNISOL elegeu duas vezes o presidente para o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que na época era o Leo Pinho, e agora, nessa última gestão, eu fui eleito para estar no CNDH. Na gestão anterior eu estava na comissão de segurança alimentar e nessa agora eu sou conselheiro titular e também coordeno a comissão de segurança alimentar do CNDH.





# Qual o significado do novo governo para as defensoras/res de Direitos Humanos?

Se fosse para a gente dizer o significado do novo governo em uma palavra, seria esperança.

É um governo ainda de esperança.

Nós compreendemos a dificuldade que o governo tem para avançar em uma série de pautas.

**Primeiro porque é um orçamento aprovado pelo Congresso anterior; segundo porque nós temos um Congresso Nacional extremamente conservador contra a pauta dos direitos humanos.**

**Existe uma dicotomia de luta política no país:**

aqueles que defendem os direitos humanos, que são progressistas, e aqueles que são contra. Isso está muito acirrado e se reflete no Congresso Nacional. E a legislação brasileira não é nem um parlamentarismo, nem um presidencialismo apenas. Não é nem o presidente que manda, nem o parlamento sozinho que manda. Então, temos esperança de que as coisas fiquem melhores dentro do movimento e da luta.

## Quais as mudanças já experimentadas?

**No campo da alimentação adequada, da segurança alimentar, acho que teve um avanço grande que foi a retomada do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), de combate à fome, do direito à alimentação saudável, que é um direito básico.** Tem o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que sempre existiu e o governo anterior não chegou a encerrar, mas retirou a verba e uma política pública sem recursos não vai pra frente. **Esse ano, o PNAE foi retomado com uma injeção de recursos, que não são suficientes, mas é uma prioridade para o governo o combate à fome.** Então, houve injeção de recursos no PAA, no PNAE, e isso vai gerando uma série de outros benefícios, **por exemplo, a questão do trabalho decente do agricultor que está plantando mais e vendendo para o Estado de novo, para o PAA.** E a condição de trabalho e de alimentação dele é outra. Uma grande discussão é sobre o uso de agrotóxicos, por exemplo, porque houve uma liberação indiscriminada dos agrotóxicos no governo anterior e, com essa injeção no PAA e no PNAE, conseguimos novamente crescer a produção de alimentos saudáveis no país. E isso é um grande avanço!

**Uma mudança significativa que observamos é a retomada dos conselhos de participação.** Nosso caso mais próximo é o Conselho Nacional de Economia Solidária, que foi retomado na semana passada, com a Secretaria Nacional de Economia

**Solidária.** Houve uma reunião com as entidades, com os empreendimentos para construir o formato, que foi extremamente participativo, democrático e que fortalece os direitos humanos também. Eu poderia citar **vários outros conselhos**, como o CONFOCO (Conselho Nacional de Fomento e Colaboração) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS). Esse sempre funcionou. No governo anterior, só funcionavam efetivamente dois conselhos: **o CNDH e o CNS.** Os outros conselhos foram esvaziados, encerrados ou engessados. Nesse período, o **CNS**, inclusive, serviu de guarda-chuva para toda a sociedade civil que atuava nos outros conselhos ter um caminho para debater as políticas públicas, fazer pressão para manter o que tinha sido conquistado.

A retomada dos conselhos pelo governo federal é um avanço razoável. Avalio que o governo tem feito as coisas na medida do possível e, principalmente, com grande diálogo com a sociedade civil, com grande diálogo com o CNDH, com outras organizações, outros conselhos, o que do ponto de vista democrático é extremamente importante. O retorno da participação popular é fundamental para qualquer construção democrática. **Não há direitos humanos sem democracia e não há democracia sem participação popular.**

**Eu atuo com direitos humanos há praticamente 25 anos e gostaria de falar que nós não estamos perdendo essa batalha.** Nós temos o hábito de às vezes achar que a gente faz, faz, faz, e não muda nada. Isso não é verdade. **Nós estamos começando a mudar sim, as coisas têm avançado nos últimos 20 anos. Há 20 anos, a quantidade de trabalho escravo era muito maior; a quantidade de LGBTQI+ assassinados e espancados na rua era maior. O feminicídio não aumentou; ele era encoberto e hoje nós combatemos.** Combatemos a violência contra a população LGBTQI+, o racismo e punimos por fazer racismo. Esses processos todos foram iniciados e precisamos observar que estamos caminhando para frente. E não é por causa desse ou daquele governo, **mas por conta da sociedade organizada. Nós, que somos da sociedade civil organizada, temos que observar para nos animar e juntar mais gente.**

Governos passam. Governos mudam. Felizmente, ou infelizmente, nenhum grande líder é eterno, nem Mandela, nem Chico Mendes e tantos outros. Os governos vão e vêm, mas a sociedade civil organizada e fortalecida, se mantém num Estado Democrático de Direito fortalecido. No decorrer dos tempos de nossa luta, está bom, está do jeito que a gente queria? Não, não está. Mas tenho certeza que nós estamos caminhando, mesmo com todo o retrocesso que tivemos, mesmo com os atos antidemocráticos, com a tentativa de golpe do dia 8 de janeiro. Estamos vendo o tribunal federal condenar à prisão as pessoas que participaram do golpe. A sociedade brasileira está demonstrando: “olha, na democracia não se mexe; vai ter punição e a sociedade vai reagir”. E isso é muito bom!

**O governo federal está dizendo que vai retomar os programas de habitação, o direito à educação.** Isso é extremamente importante. **O fim do Minha Casa Minha Vida dificultou o acesso à moradia de muita gente.** O retorno do programa traz esperança. É muito importante que possamos fazer um debate amplo com a população sobre direitos humanos - e a compreensão de direitos humanos aumenta a compreensão política de que o país não pode ser governado da forma que estava sendo. Se nós queremos acabar com a corrupção, temos que ficar alertas com a “venda de votos” no Congresso Nacional. E o povo brasileiro vê essa corrupção descarada todos os dias na TV, mas não se manifesta como se manifestou no passado. Isso também tem a ver com direitos humanos e com educação, principalmente.

**Outra coisa que avançou muito no campo de direitos humanos foi a educação. Hoje as escolas estão debatendo sobre direitos humanos, sobre racismo.** Isso também é um avanço, sim: respeitar a opinião diferente da sua; respeitar o modo de vida do outro. Isso é avanço no campo de direitos humanos. Mas vamos avançar mais, vamos avançar mais, de grão em grão a galinha enche o papo e de passo a passo, vamos conquistando a democracia e o respeito aos direitos humanos no Brasil.

**Tenho tentado ter esse hábito de mostrar para as pessoas que, apesar das dificuldades, nós estamos avançando.** O povo brasileiro é extremamente competente, aguerrido, lutador, trabalhador e inovador. Nós passamos os últimos seis anos de governos ilegítimos que atacaram as instituições, tentaram derrubar políticas públicas. Nós passamos por esses seis anos e vamos recuperar o que foi perdido. E muito não se perdeu porque conseguimos manter e segurar a luta, com sacrifício e muito trabalho. **Nós nunca pedimos nada de graça e nunca nada foi fácil.**

## Quais os desafios que permanecem?

No campo de direitos humanos, sempre tem aqueles desafios mais conhecidos, **como o combate à violência policial. Houve um retrocesso medonho no estado de São Paulo**, o maior estado do país, onde tem a maior concentração de número de habitantes, concentração do Produto Interno Bruto. **Nós vínhamos de uma política de implantação de câmeras no uniforme dos policiais militares e, com a chegada do Tarcísio, esse programa foi interrompido.** Inclusive, as câmeras estavam jogadas num canto, sem uso, **além de ter programação orçamentária para compra de novas câmeras, porque a programação era expandir o uso de câmera no uniforme da polícia militar.** Esse uso de câmera não é uma câmera “big brother” para vigiar a polícia militar; ela inclusive dá segurança para a polícia militar porque está gravado se ele se defendeu, está gravado se alguém tentou dar um tiro nele.

**Com o advento das câmeras, os índices de violência da polícia e de letalidade da polícia de São Paulo diminuiriam.** Porém, **ao longo do último ano, já cresceu em 20% e voltou aos patamares anteriores.** Assim que as câmeras foram retiradas, coisas graves aconteceram, **como a operação no Guarujá/SP, que foi realizada sem câmera**, e isso

é grave dentro da pauta dos direitos humanos. **Outra questão importante é o sistema prisional do país.** Temos participado de audiências públicas **porque estamos percebendo que existe uma condenação à morte por fome dentro de alguns presídios.** As pessoas encarceradas não têm o que comer. Nós estamos acompanhando e avaliando uma série de denúncias e **temos uma preocupação grande porque ou é ausência total de comida ou a qualidade de comida é muito ruim, causando intoxicação por comida estragada.**

**Há novos desafios que precisamos olhar, como a questão dos aplicativos, por exemplo.** Esse trabalho é decente? Esse trabalho respeita os direitos humanos? Vemos cidadão que, para arrecadar o mínimo para sustentar a família, trabalha 16, 17, 18 horas por dia. Alguém que trabalhe 17, 18 horas por dia tem o direito humano básico respeitado? As empresas de aplicativo, principalmente de entrega, dizem para a sociedade que fazem algo legal, algo interessante, estimulam o empreendedorismo, e muitos motoboys se sentem dessa forma: “Eu aqui sou dono do meu nariz. Eu trabalho a hora que eu quero, eu faço do jeito que eu quero. Eu não tenho patrão”. **Muitas vezes, os trabalhadores não conseguem observar o quanto são explorados. E nós, da UNISOL, atuamos com a questão da geração de trabalho e renda de forma decente.** Nós acreditamos que as **cooperativas sejam o que há de mais avançado para você produzir, comercializar e distribuir,** que tenha menos exploração e que respeite mais os direitos.

Eu tenho uma preocupação, inclusive, de como pontuar isso de forma correta para que as pessoas entendam o que é direitos humanos, entendam que esse direito precisa ser preservado, respeitado e que, se você tiver um direito desses desrespeitado, não é motivo de vergonha. As pessoas precisam entender um pouco mais porque, se cai no inconsciente popular o que é direitos humanos, para que servem os direitos humanos, aumenta o número de denúncias e a preservação desses direitos fica mais fácil. **Então, um desafio que temos pela frente, diante de todos esses desafios que acontecem no dia a dia, é tentar implantar um plano de educação em direitos humanos que efetivamente atinja desde a população mais carente até o Brasil inteiro.** Considero que isso é de extrema importância se quisermos dar um salto de qualidade em direitos humanos no Brasil.

**Percebo que esse debate precisa ser ampliado e a sociedade brasileira precisa ser inovadora em criar mecanismos de proteção à democracia e aos direitos humanos.** Nós temos que desmistificar e informar que os militantes de direitos humanos não são defensores de bandidos. Somos defensores de direitos humanos para todas as pessoas do mundo: um policial militar que é assassinado é um sujeito de direitos humanos. A pessoa que cometeu um crime, que é presa, violentada e espancada também é sujeita de direitos humanos. **Ninguém é jurado e executor de sentença.**

**Hoje, a UNISOL adota como estratégia política a formação, inclusive dos seus associados da base, no campo dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e de direitos humanos.** Não adianta eu querer ensinar o agricultor a plantar. Ele sabe plantar muito melhor do que eu, claro. **Eu preciso dizer que o ato dele de plantar garante muitos direitos humanos: o direito ao trabalho decente, à alimentação saudável, à dignidade da família.**

No Vale do Ribeira/SP, estado de onde eu vim, os produtores da agricultura familiar têm a preocupação de colocar na mesa das pessoas um produto de qualidade, saudável, que alimente e que não mate, não cause câncer, sem agrotóxico. Esse debate tem tudo a ver com direitos humanos. **A mensagem é essa: não estamos avançando no tempo e na agilidade que queríamos, mas estamos avançando e vamos garantir avanços cada vez mais.** Direitos humanos é para todo mundo. Eu não tenho que discutir os direitos das mulheres só com as mulheres. Nós temos que debater os direitos das mulheres com os homens também porque são os homens que praticam machismo. Nós não temos que discutir racismo apenas com os negros porque o homem branco é quem pratica racismo. Então, nós precisamos que esse homem branco entenda que algumas atitudes que ele pratica são racistas. É necessário explicar. Nós precisamos fazer que o homem hétero entenda que fazer piada com uma pessoa que tem uma opção sexual diferente da dele é crime.

**Chegou a hora de ampliar esse debate de direitos humanos para outros setores. Se a gente visitar a obra de Paulo Freire, vai entender que só o oprimido pode libertar a ele e ao opressor. O que as entidades que defendem o campo de direitos humanos devem fazer é fortalecer a luta.**



# Projeto Sementes de Proteção

O Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as de Direitos Humanos é uma iniciativa conjunta para atuação com defensores/as de direitos humanos. Tem por objetivo geral “contribuir com o apoio a defensores/as dos direitos humanos e organizações da sociedade civil que atuam em questões associadas a violações dos direitos humanos e ataques contra liberdades fundamentais no Brasil”. O objetivo específico é **“fortalecer as capacidades de defesa, promoção e proteção dos direitos dos/as defensores/as de direitos humanos de movimentos sociais e organizações da sociedade civil em 21 estados das cinco regiões brasileiras”**.

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (**SMDH/MNDH**), a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (**Abong**) e a **We World GVC Onlus** são as proponentes do projeto, apresentado em edital e aprovado pela Delegação da União Europeia no Brasil e iniciado em março de 2021, com extensão de sua execução por 36 meses. O Projeto também conta com a participação, na condição de associadas, do Movimento Nacional de Direitos Humanos (**MNDH**), da Comissão Pastoral da Terra (**CPT**), da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (**ABGLT**), da Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos (**AMDH**) e do Conselho Indigenista Missionário (**CIMI**).

Em sua implementação, são também participantes, na condição de **“Organizações Referenciais no Território”**, entidades filiadas ao MNDH, que são as seguintes: MA: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini (CDMP); AC: Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular (CDDHEP); PA: Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa); PI: Centro de Defesa dos Direitos Humanos Nenzinha Machado (CDDHNM); CE: Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro (CDDH-AC); RN: Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP); PE: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC); PB: Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA); BA: Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia (GTNM-BA); SE: Instituto Braços – (IB); TO: Movimento Estadual de Direitos Humanos do Tocantins (MEDH); GO: Instituto Brasil Central (Ibrace); MT: Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennes (CDH Cáceres); MS: Comissão Regional de Justiça e Paz (CJP-MS); SP: Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP); RJ: Organização de Direitos Humanos Projeto Legal (Projeto Legal); MG: Instituto Direitos Humanos: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania (IDH); ES: Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH Serra); RS: Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF); SC: Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz (CDH Joinville) e PR: Centro de Direitos Humanos de Londrina (CDH Londrina). As organizações dos/as beneficiários/as finais do Projeto também serão parceiras em todo o processo.

São entendidos/as como beneficiários/as finais: militantes, lutadores/as do povo, lideranças comunitárias, dirigentes que fazem luta social no Brasil e são reconhecidos/as como defensores/as de direitos humanos porque atuam cotidianamente pela garantia e efetivação de direitos nas organizações da sociedade civil e nos movimentos sociais populares; são camponeses/as (sem-terra, trabalhadores/as rurais, agricultores/as familiares, posseiros); povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos/as, pescadores/as artesanais, seringueiros/as, extrativistas); mulheres; LGBTQIA+; ambientalistas; lideranças da luta antirracista, sem teto; atingidos/as por grandes empreendimentos (mineração, barragens); religiosos/as de matriz africana; agentes da luta contra tortura e o encarceramento; defensores/as da juventude de periferia urbana; pessoas em situação de rua e catadores/as de materiais; comunicadores/as populares; lideranças de periferias urbanas.

### **O Projeto prevê três níveis de ação:**

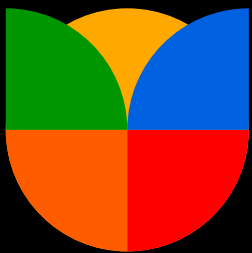
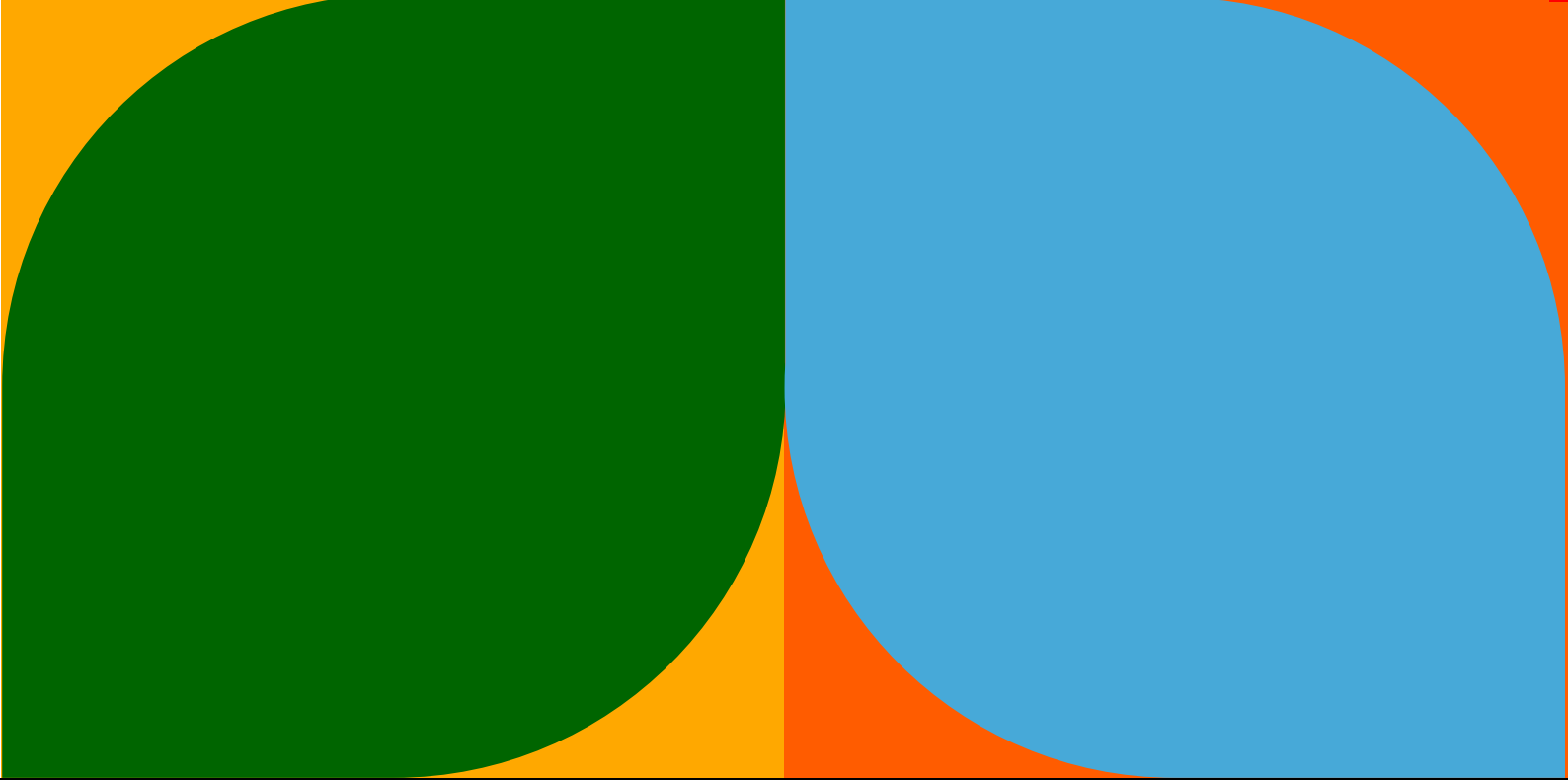
- 1. Ação Direta:** feita nos territórios e pelas organizações que participam do Projeto e atuam nele (sejam elas nacionais ou locais) por meio de atividades de formação, de articulação da atuação em rede, acolhimento, acompanhamento e encaminhamento de situações que precisem de proteção, de sistematização de informações e conhecimentos, de mobilização social, de comunicação e de incidência política para enfrentamento das situações de risco e ameaça e para a promoção da atuação de defensores/as de direitos humanos;
- 2. Ação Complementar:** feita nos territórios e em âmbito nacional e internacional pela atuação da Equipe Nacional do Projeto em conjunto com as organizações que atuam no território para o desenvolvimento de atividades de incidência nacional junto ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, às Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, os Programas Públicos de Proteção e o sistema de Justiça e seus agentes; e a incidência internacional junto ao sistema das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), à União Europeia (Comissão e Parlamento) e também com a sociedade civil internacional;
- 3. Ação Suplementar:** feita pela Equipe Nacional com apoio das organizações que atuam no território basicamente para promover ações de comunicação (campanha nacional e outras iniciativas), de produção de conhecimento e informação, com a publicação de Relatórios Nacionais sobre situação dos/as defensores/as de direitos humanos e de duas pesquisas, uma sobre a percepção dos/as defensores/as de direitos humanos e outra sobre o impacto de grandes projetos e do capital privado (empresas) na produção de riscos e ameaças a defensores/as de direitos humanos.

O Projeto mantém um Fundo de Apoio Direto, ou seja, uma linha de apoio que descentraliza recursos para que as Organizações Referenciais no Território possam subsidiar o desenvolvimento das ações diretas previstas no Projeto. O Fundo também receberá demandas de apoio emergencial para atender às necessidades de proteção de defensores/as (indivíduos e organizações) mediante apresentação de solicitação por meio de organizações participantes ou parceiras do Projeto.

A implementação do Projeto é feita por uma Equipe Nacional formada por um grupo de militantes e profissionais contratados/as pela SMDH, Abong e WWB. A coordenação estratégica do Projeto é feita pela Coordenação Nacional, que se reúne mensalmente e da qual participam as requerentes SMDH/MNDH, Abong e WWB. Os debates mais estratégicos são feitos pela Coordenação Nacional Ampliada, da qual participam as requerentes (SMDH/MNDH, Abong, WWB) e as associadas (CPT, ABGLT, AMDH, MNDH e CIMI).

O Projeto Sementes é desenvolvido em parceria com o Projeto Defendendo Vidas, implementado pela SMDH e parcerias, com apoio da Misereor. Assim, em conjunto e complementação, a atuação chega a todos os estados brasileiros.

Mais informações:  
**[sementesdeprotecao.org.br](http://sementesdeprotecao.org.br)**



# projeto sementes de proteção

de defensores e defensoras  
de direitos humanos

proponentes



co-financiadora

